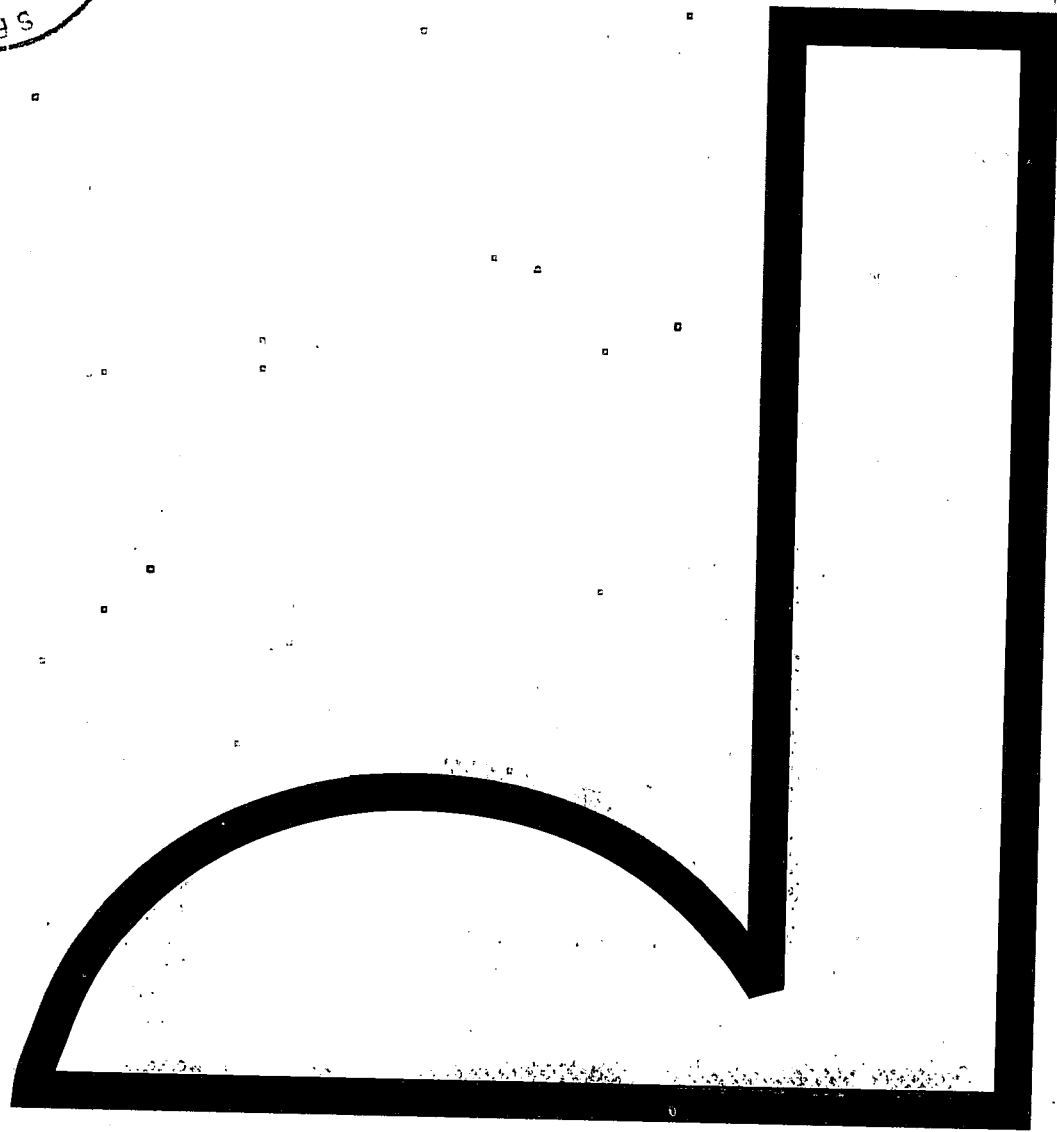
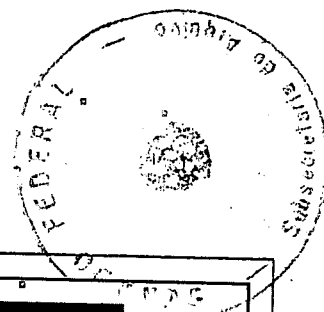
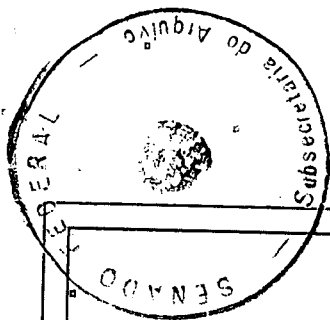




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIV - Nº 026

TERÇA-FEIRA, 2 DE MARÇO DE 1999

BRASÍLIA-DF

MESA		
Presidente Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA 1º Vice-Presidente Geraldo Melo – PSDB – RN 2º Vice-Presidente Ademir Andrade – Bloco – PA 1º Secretário Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB 2º Secretário Carlos Patrocínio – PFL – TO		3º Secretário Nabor Júnior – PMDB – AC 4º Secretário Casildo Maldaner – PMDB – SC Suplentes de Secretário 1º Eduardo Suplicy – Bloco – SP 2º Lúdio Coelho – PSDB – MS 3º Jonas Pinheiro – PFL – MT 4º Marluce Pinto – PMDB – RR
CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ Romeu Tuma – PFL – SP Corregedores Substitutos⁽¹⁾ Ramez Tebet – PMDB – MS Vago Lúcio Alcântara – PSDB – CE		PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores⁽²⁾ Nabor Júnior – PMDB – AC Vago Emilia Fernandes – Bloco – RS Vago Lauro Campos – Bloco – DF
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO GOVERNO Lider Romeu Tuma – PFL – SP Vice-Líderes José Roberto Arruda – PSDB – DF Ramez Tebet – PMDB – MS LIDERANÇA DO PFL Lider Hugo Napoleão Vice-Líderes Edison Lobão Francelino Pereira Romeu Tuma Mozarildo Cavalcanti	LIDERANÇA DO PMDB Lider Jader Barbalho Vice-Líderes Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Fernando Bezerra Gilvan Borges LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO Lider Marina Silva Vice-Líderes Sebastião Rocha Antonio Carlos Valadares Roberto Freire José Eduardo Dutra	LIDERANÇA DO PSDB Lider Sergio Machado Vice-Líderes Osmar Dias Jefferson Pères Vago LIDERANÇA DO PPB Lider Leomar Quintanilha Vice-Lider Vago LIDERANÇA DO PTB Lider Arlindo Porto

Atualizada em 26-2-89

(1) Reeleitos em 2-4-97

(2) Designação: 16 e 23-11-95

EXPEDIENTE	
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Claudianor Moura Nunes Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações Júlio Werner Pedrosa Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Márcia Maria Correa de Azevedo Diretora da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 5ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 1º DE MARÇO DE 1999

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Parecer

Nº 74, de 1999, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 91, de 1998, de autoria da Senadora Regina Assumpção, que institui o Conselho Federal do Secretariado – CFSEC e os Conselhos Regionais de Secretariado – CRSEC, dispõe sobre a fiscalização do exercício profissional e dá outras providências. 03815

1.2.2 – Discursos do Expediente

SENADOR JEFFERSON PÉRES – Preocupação com o atraso brasileiro na solução do chamado "bug do milênio". 03830

SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Necessidade de ação conjunta dos Poderes constituídos para superação da crise política e financeira por que passam Estados e União. Importância da credibilidade externa do País. 03831

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Apelo ao Presidente da República por uma política de integração da região Norte com os países vizinhos, a exemplo do incentivo à região Sul/Mercosul. 03832

SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Registro do discurso de despedida do ex-Presidente da Caixa Econômica Federal, Dr. Sérgio Cutolo. 03834

1.2.3 – Requerimento

Nº 46, de 1999, de autoria da Senadora Heloísa Helena, solicitando ao Ministro de Estado Extraordinário de Política Fundiária as informações que menciona. À Mesa para decisão. 03843

1.2.4 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR OSMAR DIAS – Reflexão sobre a Medida Provisória nº 1.803-2/99, que trata das terras localizadas nas faixas de fronteira. 03844

SENADOR RONALDO CUNHA LIMA – Transcurso, dia 27 de janeiro último, dos 90 anos de Dom Hélder Câmara, Arcebispo Emérito de Olinda e Recife. 03847

SENADOR TIÃO VIANA – Falta de controle efetivo no combate do hepatite B no Brasil e, em particular, na Amazônia. 03850

1.2.5 – Comunicações da Presidência

Recebimento dos Recursos nºs 1 a 10, de 1999, interpostos no prazo regimental, no sentido de que sejam submetidos ao Plenário os Projetos de Lei do Senado nºs 130 a 139, de 1997, de autoria do Senador Romero Jucá, que autorizam a criação de Distritos Agropecuários nos Municípios de São João da Baliza; Caracará; São Luiz do Anauá; Cantá; Alto Alegre; Caroebe; Rorainópolis; Bonfim; Iracema e Mucajaí/RR, respectivamente. 03853

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas aos Projetos de Lei do Senado nºs 130 a 139, de 1997. 03855

1.2.6 – Leitura de projeto

Projeto de Resolução nº 7, de 1999, de autoria do Senador Ademir Andrade, que altera a redação do inciso V do art. 293 do Regimento Interno do Senado Federal. A publicação. 03855

1.2.7 – Ofícios

Nºs 180 a 182, 185 a 223, 225, 226, 228, 229 e 231/99, de 25, 26 de fevereiro, e 1º de março do corrente, do Líder do PSDB na Câmara dos Deputados, de substituições de membros nas Comissões Mistas destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nºs 1.735-30; 1.734-24; 1.733-58; 1.737-23; 1.738-19; 1.739-18; 1.740-28; 1.741-38; 1.742-14; 1.743-12; 1.744-10; 1.745-12; 1.746-9; 1.748-38; 1.749-36; 1.750-47; 1.751-62; 1.753-15; 1.754-14; 1.755-11; 1.756-10; 1.757-51; 1.758-9; 1.759-9; 1.761-9; 1.762-9; 1.763-63; 1.764-33; 1.765-45; 1.768-31; 1.769-54; 1.770-45; 1.771-23; 1.772-19; 1.773-34; 1.774-22; 1.776-8; 1.777-8; 1.778-8; 1.779-7; 1.781-6; 1.782-2; 1.798-1; 1.799-2; 1.809; 1.810 e 1.784-2, de 1999, respectivamente. 03857

Nº 57/98, de 8 de dezembro de 1998, do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 91, de 1998, que institui o Conselho Federal do Secretariado – CFSEC e os Conselhos Regionais de Secretariado – CRSEC, dispõe sobre a fiscalização do exercício profissional e dá outras providências, em reunião realizada em 2 de dezembro de 1998. 03863

1.2.8 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 91, de 1998, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário..... 03863

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas ao Projeto de Resolução nº 7, de 1999, lido anteriormente..... 03863

1.2.9 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR LAURO CAMPOS – Considerações sobre a indicação do Sr. Arminio Fraga para a Presidência do Banco Central..... 03863

SENADOR ADEMIR ANDRADE – Justificativa à apresentação, na presente sessão, do Projeto de Resolução nº 7, de 1999, que altera a redação do inciso V do art. 293 do Regimento Interno do Senado Federal..... 03866

SENADOR MOREIRA MENDES – Discurso inaugural de S. Ex^a. Análise das dificuldades por que passa o Governo de Rondônia..... 03869

SENADOR LUIZ ESTEVÃO – Análise sobre o ensino público universitário e, particularmente, sobre a situação da Universidade de Brasília..... 03872

SENADOR ROMERO JUCÁ – Dificuldades para a estruturação do novo perfil previdenciário brasileiro..... 03875

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Considerações sobre a reunião ocorrida entre os Governadores de 26 estados e o Presidente da República, para discutir as dificuldades que se abatem sobre cada uma daquelas unidades federativas: 03876

1.2.10 – Requerimento

Nº 47, de 1999, de autoria dos Senadores Ademir Andrade e José Eduardo Dutra, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Professor Horácio Cintra de Magalhães Macedo. Aprovado..... 03876

1.2.11 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 69, de 1999, de autoria do Senador Carlos Patrocínio, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal –, dispondo sobre ressarcimento ao Estado de despesas com manutenção de presos e condenados. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa..... 03877

Projeto de Lei do Senado nº 70, de 1999, de autoria do Senador Carlos Patrocínio, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Muricilândia, no Estado do Tocantins. A Comissão de Educação, em decisão terminativa..... 03878

Projeto de Lei do Senado nº 71, de 1999, de autoria do Senador Carlos Patrocínio, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Miracema do Tocantins. A Comissão de Educação, em decisão terminativa..... 03878

Projeto de Lei do Senado nº 72, de 1999, de autoria do Senador Carlos Patrocínio, que revoga o **caput** do art. 83, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996. A Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa..... 03879

1.2.12 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 03880

1.3 – ENCERRAMENTO**2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR**

Do Senador Luiz Otávio, proferido na sessão de 25 de fevereiro de 1999 (Repúblicação) ... 03881

3 – RETIFICAÇÃO

Ata da 1ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 23 de fevereiro de 1999 e publicada no **Diário do Senado Federal** do dia subsequente..... 03884

4 – ATAS DE COMISSÃO

1ª e 2ª Reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos, realizadas em 24 e 26 de fevereiro de 1999, respectivamente..... 03884

5 – ATOS DO PRESIDENTE

Nºs 39 e 40, de 1999..... 03972

6 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 872 a 895, de 1999..... 03974

7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO**PARLAMENTAR****8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES****PERMANENTES****9 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)**

Ata da 5ª Sessão Não Deliberativa em 1º de março de 1999

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs.: Geraldo Melo, Ademir Andrade e Carlos Patrocínio

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos)

O Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima, procederá à leitura do Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldô Melo) - Declaro aberta a sessão.

É lido o seguinte:

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

EXPEDIENTE

PARECER

PARECER Nº 74, DE 1999

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 91, de 1998, de autoria da Senadora Regina Assumpção, que institui o Conselho Federal do Secretariado - CFSEC, e os Conselhos Regionais de Secretariado - CRSEC; dispõe sobre a fiscalização do exercício profissional e dá outras providências.

RELATOR: Senador **ROMERO JUCA**

I - RELATÓRIO

É submetido à análise desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 91, de 1998, de autoria da nobre Senadora Regina Assumpção. Trata-se de proposição que pretende instituir o Conselho Federal do Secretariado - CFSEC e os Conselhos Regionais de Secretariado - CRSEC, com personalidade jurídica própria, de direito privado, e autonomia administrativa e financeira. Também dispõe sobre a fiscalização do exercício profissional e dá outras providências que permitem a instalação dessas entidades.

A autora afirma que *"a iniciativa é um passo importante para a valorização da profissão de Secretário, que reclama fiscalização como qualquer profissão regulamentada, o que se coaduna com o desejo crescente pelo aprimoramento técnico e qualificação de mão-de-obra"*. Informa também

que a proposta de regulamentação está em conformidade com o texto do art. 58 da Medida Provisória nº 1.651-43, de 5 de maio de 1998, que prevê o exercício dos serviços de fiscalização de profissões regulamentadas, por delegação do poder público, mediante autorização legislativa.

Além disso, a justificação nos informa que a *"instituição dos Conselhos Profissionais possibilitará o aprimoramento e a formação de mão-de-obra especializada, com o aumento do nível de instrução dos profissionais, que sentirão a necessidade cada vez maior de especialização em suas áreas de atuação"*. Essa crescente especialização adquire importância, na visão da autora, no momento em que os mercados se globalizam, exigindo profissionalismo e preparação especial dos Secretários.

É o relatório.

II – ANÁLISE

A matéria – regulamentação de profissões – insere-se no âmbito do Direito do Trabalho. É, portanto, de competência privativa da União, nos termos do inciso I do art. 22 da Constituição Federal. A iniciativa de normas com essa temática é a comum prevista no **caput** do art. 61 da Carta. Observados esses pressupostos, não há reparos a fazer com relação à constitucionalidade do projeto em apreciação.

Tampouco em relação à juridicidade e regimentalidade da matéria há impedimentos a considerar. Os dispositivos constantes do projeto analisado não conflitam com os princípios gerais adotados pelo ordenamento jurídico pátrio e com outras normas vigentes de hierarquia superior. A boa técnica legislativa foi também observada. A matéria está, então, em condições de integrar o nosso ordenamento jurídico.

Superado o aspecto técnico, façamos algumas considerações sobre o mérito.

Em primeiro lugar, não se trata aqui de regulamentar uma nova profissão. O exercício profissional do Secretariado já é regulado pela Lei nº 7.377, de 30 de setembro de 1985, e pela Lei nº 9.261, de 11 de janeiro de 1996. Com a proposição aqui analisada pretende-se atualizar a legislação vigente e adaptá-la aos termos da Medida Provisória nº 1.651-43, de 1998. Nos termos dessa nova norma a fiscalização de profissões regulamentadas será exercida em caráter privado, por delegação do poder público.

É inegável que o trabalho desenvolvido pelo secretariado adquire uma importância cada vez maior. Especialmente nas grandes empresas, as

funções exercidas por esses profissionais recebem o impacto da competitividade do mercado e do processo de inserção empresarial no mundo globalizado. Em face dessas exigências, o nível intelectual e a preparação profissional de muitos secretários nada ficam a dever, hoje, ao de outros profissionais liberais que exercem atividades regulamentadas.

As atribuições dos secretários nas empresas também adquiriram características diferentes. A confiança depositada neles é cada vez maior. As informações privilegiadas que circulam nas mãos desses profissionais, muitas vezes, estão diretamente relacionadas com o futuro da empresa e com a viabilidade de sua participação em concorrências e competições tecnológicas.

Um dos pilares básicos da boa administração está no secretariado. O zelo desses profissionais já é deveras conhecido. Tanto que a remuneração deles é superior, freqüentemente, à de muitos profissionais liberais em início de carreira. O secretariado, ainda mais, vem sendo chamado a operar com sistemas cada vez mais complexos, que envolvem conhecimento de vários idiomas e de informática.

Em suma, dos secretários são exigidas diplomacia, formação especial, preferencialmente universitária, e aptidão para relações públicas e humanas. Todos esses fatores tornam relevante e necessária a atualização da regulamentação do exercício dessa profissão.

No que se refere ao texto da proposição, entretanto, detectamos um pequeno erro de redação na alínea *p* do art. 3º. Por essa razão, estamos apresentando emendas de redação e de técnica legislativa.

III – VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 91, de 1998, com as emendas que apresentamos adiante.

EMENDA Nº 1 – CAS

Nos arts. 3º, 4º, 5º, 6º, 9º, 11, 12, 14, 19 e 21 do Projeto de Lei do Senado nº 91, de 1998, substituam-se as alíneas por incisos.

EMENDA Nº 2 – CAS

Dê-se à alínea p – inciso XVI em razão da Emenda nº 1 – do art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 91, de 1998, a seguinte redação:

“XVI - convocar eleições para o Conselho Federal do Secretariado – CFSEC, para os Conselhos Regionais de Secretariado – CRSEC e para sua Diretoria, baixando o respectivo regimento eleitoral, que deverá ser publicado seis meses antes da data marcada para as eleições;”

Sala da Comissão, 2 de dezembro de 1998.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 091, DE 1998

ASSINARAM O PARECER, EM REUNIÃO DE 02 DE DEZEMBRO DE 1998, OS SENHORES SENADORES:

- 01 - ADEMIR ANDRADE - PRESIDENTE
- 02 - ROMERO JUCÁ - RELATOR
- 03 - SEBASTIÃO ROCHA
- 04 - EMÍLIA FERNANDES
- 05 - OSMAR DIAS
- 06 - ARLINDO PORTO
- 07 - JOSÉ ALVES
- 08 - IRIS REZENDE
- 09 - NABOR JÚNIOR
- 10 - MARLUCE PINTO
- 11 - LÚCIO ALCÂNTARA
- 12 - JÚLIO CAMPOS
- 13 - ROMEU TUMA
- 14 - MAURO MIRANDA
- 15 - LEOMAR QUINTANILHA
- 16 - CARLOS WILSON

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL/PLS Nº 91/98

TITULARES - PFL	SIM	NAO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NAO	ABSTENÇÃO
ROMERO JUCA	✓			GUILHERME PALMEIRA			
JONAS PINHEIRO				EDISON LOBAO			
JOSÉ ALVES	✓			ÉLCIO ALVARES			
BELLO PARGA				VAGO			
JOEL DE HOLANDA				JOSÉ AGRIPINO			
LEONEL PAIVA				BERNARDO CABRAL			
JOSÉ BIANCO				ROMEU TUMA	✓		
DIALMA BESSA				JOÃO ROCHA			
JULIO CAMPOS	✓			VAGO			
TITULARES - PMDB	SIM	NAO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NAO	ABSTENÇÃO
CARLOS BEZERRA				JOSÉ FOGAÇA			
GILVAM BORGES				VAGO			
JOAO FRANÇA				JOSÉ SAAD			
CASILDO MALDANER				JOSÉ SARNEY			
MAURO MIRANDA	✓			DJALMA FALCÃO			
NABOR JUNIOR	✓			VAGO			
MARLUCE PINTO	✓			VAGO			
IRIS REZENDE	✓			VAGO			
TITULARES - PSDB	SIM	NAO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NAO	ABSTENÇÃO
LUCIO ALCANTARA	✓			ARTUR DA TAVOLA			
OSMAR DIAS	✓			BENI VERAS			
LUDIO COELHO				SERGIO MACHADO			
CARLOS WILSON	✓			COUTINHO JORGE			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA				JEFFERSON PERES			
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NAO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NAO	ABSTENÇÃO
BENEDITA DA SILVA-PT				EMILIA FERNANDES-PDT	✓		
MARINA SILVA-PT				LAURO CAMPOS-PT			
ADEMIR ANDRADE-PSB				ALCIDAS NASCIMENTO-PDT			
SEBASTIAO ROCHA-PDT	✓			ROBERTO FREIRE-PPS			
TITULARES - PPB	SIM	NAO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PPB	SIM	NAO	ABSTENÇÃO
ERNANDES AMORIM				EPITÁCIO CAFETEIRA			
LEOMAR QUINTANILHA	✓			ESPIRIDIÃO AMIN			
TITULARES - PTB	SIM	NAO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NAO	ABSTENÇÃO
ODACIR SOARES				ARLINDO PORTO	✓		

TOTAL 15 SIM 15 NAO — ABS — SALA DAS REUNIÕES, EM 02/12/98

Presidente
Senador

**TEXTO FINAL DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 91, DE 1998, APROVADO
NA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS EM 02 DE DEZEMBRO DE 1998.**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 91, DE 1998

Institui o Conselho Federal do Secretariado - CFSEC e os Conselhos Regionais de Secretariado - CRSEC; dispõe sobre a fiscalização do exercício profissional e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. A fiscalização do exercício da profissão de Secretário, regulada pela Lei nº 7.377, de 30 de setembro de 1985, e pela Lei nº 9.261, de 11 de janeiro de 1996, observará o disposto nesta Lei.

Art. 2º. São instituídos o Conselho Federal de Secretariado - CFSEC e os Conselhos Regionais de Secretariado - CRSEC, dotados de personalidade jurídica própria, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, sendo vedado o estabelecimento de qualquer vínculo funcional ou hierárquico com a Administração Pública.

Art. 3º. O Conselho Federal de Secretariado - CFSEC é a instância superior da fiscalização do exercício da profissão de Secretário e tem as seguintes atribuições:

I- elaborar seu regimento interno e fixar diretrizes para a elaboração dos regimentos dos Conselhos Regionais;

II- homologar os regimentos internos elaborados e aprovados pelos Conselhos Regionais, adotando as providências cabíveis;

III- examinar e decidir em última instância os assuntos relativos ao exercício da profissão de Secretário, podendo anular qualquer ato que não estiver de acordo com o disposto nesta Lei e nas Leis nº 7.377, de 30 de setembro de 1985, e 9.261, de 11 de janeiro de 1996;

IV- disciplinar o exercício da profissão de Secretário, fixando as condições para o seu exercício, observado os limites definidos em lei;

V- conhecer e dirimir quaisquer dúvidas suscitadas pelos Conselhos Regionais;

VI- julgar em última instância os recursos sobre registros, decisões e penalidades impostas pelos Conselhos Regionais;

VII- fixar e alterar o valor da anuidade, emolumentos, taxas, serviços, ouvido os Conselhos Regionais;

VIII- aplicar multas e outras penalidades às pessoas físicas e jurídicas, garantida a defesa administrativa aos infratores;

IX- aprovar e fazer cumprir o Código de Ética Profissional, julgando, em grau de recurso, as infrações previstas no código

X - instituir e alterar o modelo de Carteira de Identidade Profissional e demais formulários oficiais;

XI- manter convênios e acordos de cooperação com entidades afins ou com instituições e órgãos públicos ou privados, com vistas ao aperfeiçoamento e o aprimoramento profissional;

XII- baixar e fazer publicar as resoluções previstas para regulamentação da presente lei, e, ouvidos os Conselhos Regionais, resolver os casos omissos;

XIII- expedir resoluções e instruções para a organização, instalação e funcionamento dos Conselhos Regionais;

XIV- aprovar a criação ou a extinção de Conselho Regional;

XV - aprovar ou rejeitar a prestação de contas anual da diretoria, o Balanço Financeiro e Contábil e a previsão orçamentária, adotando as providências cabíveis, encaminhando ao Ministério Público, quando for o caso, relatório circunstanciado das irregularidades cometidas, sob pena de responsabilidade;

XVI - convocar eleições para o Conselho Federal do Secretariado - CFSEC, para os Conselhos Regionais de Secretariado - CRSEC e para sua Diretoria, baixando o respectivo regimento eleitoral, que deverá ser publicado seis meses antes da data marcada para as eleições;

XVII - regular o sistema de registro profissional;

XVIII - intervir nos Conselhos Regionais, pelo prazo máximo de noventa dias, determinando a adoção das providências cabíveis;

XIX - publicar todas as suas resoluções e instruções no Diário Oficial da União;

XX - suspender ou cassar o mandato de Conselheiro Federal e de Conselheiro Regional, no caso da prática de infrações previstas nesta Lei;

XXI - exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas por Lei.

Parágrafo Único - O Conselho Federal de Secretariado - CFSEC poderá se organizar em Câmaras, para o exercício de suas atribuições e competências, cabendo recurso ao Plenário, sendo suas decisões tomadas pela maioria absoluta de seus membros.

Art. 4º. Compete aos Conselhos Regionais de Secretariado - CRSEC as seguintes atribuições:

I- elaborar seu regimento interno submetendo-o a homologação do Conselho Federal;

II- organizar e manter o serviço de registro profissional e expedir, na sua área de jurisdição, a Carteira de Identidade Profissional, necessário à habilitação para o exercício profissional, que será válida em todo o território nacional e terá fé pública;

III- disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Secretário;

IV- julgar e decidir os processos de infração da presente Lei, das Leis nº 7.377, de 30 de setembro de 1985, e 9.261, de 11 de janeiro de 1996, do Código de Ética e recurso contra a imposição de multas e outras penalidades;

V- fixar e alterar o valor da anuidade, emolumentos, taxas e outros serviços;

VI- aplicar multas e outras penalidades às pessoas físicas e jurídicas, garantida a defesa administrativa aos infratores;

VII- examinar reclamações e representações acerca dos registros profissionais;

VIII- sugerir ao Conselho Federal a adoção de medidas necessárias à regularidade e efetividade dos serviços e à fiscalização da Lei;

IX- manter convênios e acordos de cooperação com entidades afins ou com instituições e órgãos públicos ou privados, com vistas ao aperfeiçoamento e aprimoramento profissional;

X- cumprir e fazer cumprir a presente Lei, as resoluções baixadas pelo Conselho Federal, bem como expedir os atos complementares que se fizerem necessários;

XI- cumprir suas obrigações financeiras, repassando, tempestivamente, a quota-parte de sua receita destinada ao Conselho Federal;

XII- expedir resoluções e instruções normativas para cumprimento do disposto nesta Lei;

XIII- organizar o quadro de pessoal da fiscalização do exercício profissional, que atuará na sua área de jurisdição;

XIV- aprovar ou rejeitar a prestação de contas anual da diretoria, o Balanço Financeiro e Contábil e a previsão orçamentária, adotando as providências cabíveis, encaminhando ao Ministério Público, quando for o caso, relatório circunstanciado das irregularidades cometidas, sob pena de responsabilidade;

XV- organizar as eleições para o Conselho Regional do Secretariado - CFSEC e para sua Diretoria, nos termos da resolução baixada pelo Conselho Federal;

XVI- publicar todas as suas resoluções e instruções normativas no Diário Oficial do Estado;

XVII- eleger sua Diretoria e exigir prestação de contas sobre a execução orçamentária prevista para o exercício, mediante a apresentação de relatórios bimestrais;

XVIII- exercer as demais atribuições que lhes forem conferidas por esta Lei e pelo Conselho Federal.

Parágrafo único - O Conselho Regional de Secretariado - CRSEC poderá se organizar em Câmaras, para o exercício de suas atribuições e competências, cabendo recurso ao Plenário, sendo suas decisões tomadas pela maioria absoluta de seus membros.

Art. 5º. A renda do Conselho Federal do Secretariado - CFSEC será composta por:

I- 30% (trinta por cento) da renda bruta de cada Conselho Regional de Secretariado, executadas as oriundas de legados, doações e subvenções;

II- doações e legados;

III- rendas oriundas de taxas, serviços, emolumentos e outras eventuais.

Art. 6º. A renda bruta dos Conselhos Regionais de Secretariado - CRSEC será composta por:

I- anuidades;

II- taxas e emolumentos;

III- multas aplicadas em conformidade com a presente Lei;

IV- subvenções, legados e doações;

V- receita oriunda de serviços eventuais.

Art. 7º. O registro é obrigatório e habilita o profissional para o exercício da profissão de Secretário.

Parágrafo único - a falta do competente registro profissional torna ilegal o exercício da profissão ou atividade, sujeitando o infrator as penalidades previstas nesta Lei e no Código de Ética Profissional e na legislação vigente.

Art. 8º. A utilização ou a exploração das expressões "Secretário" ou "Secretária" é privativa dos profissionais do Secretariado, constituindo infração a sua utilização indevida.

Art. 9º. São consideradas infrações:

I- exercício profissional sem habilitação ou sem registro profissional;

II- exercício profissional sem registro na jurisdição;

III- inobservância dos princípios éticos e infração ao Código de Ética Profissional;

IV- uso irregular da denominação da profissão;

V- falta de pagamento da anuidade e demais obrigações financeiras previstas em Lei;

VI- atos que denigram ou que sejam incompatíveis com a profissão de Secretário;

VII- não cumprimento das obrigações eleitorais;

VIII- prática de irregularidades administrativas no exercício do cargo de Conselheiro e fraude eleitoral.

Art. 10º. É assegurado aos acusados o direito a ampla defesa e os meios a ela inerentes, mediante competente processo administrativo.

Art. 11º. As penalidades aplicáveis por infração da presente Lei são as seguintes, de acordo com a gravidade da falta:

- I- advertência reservada;
- II- censura pública;
- III- multa;
- IV- suspensão temporária do exercício profissional;
- V- cancelamento definitivo do registro profissional.

Art. 12^o O cancelamento definitivo do registro profissional será aplicado:

I- quando for comprovada a prática de atos ilícitos no exercício profissional, com sentença transitada em julgado, cuja pena seja igual ou superior a 3 (três) anos;

II- atos de corrupção e outros crimes praticados durante o exercício do mandato de Conselheiro;

III- utilização indevida de informações confiadas em função do exercício profissional, cuja divulgação tenha causado danos irreparáveis ao empregador ou a sociedade em geral;

IV- reincidência no exercício irregular da profissão.

Parágrafo único - As demais penalidades serão aplicadas em conformidade com o que dispuser o Código de Ética Profissional, que deverá ser aprovado por dois terços dos membros do Conselho Federal.

Art. 13^o É competente a Justiça Federal para dirimir as controvérsias oriundas dos atos emanados pelo Conselho Federal de Secretariado - CFSEC e dos Conselhos Regionais de Secretariado - CRSEC.

Art. 14^o A Diretoria do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais será composta por:

- I- Presidente;
- II- Vice-Presidente;
- III- Tesoureiro-Geral;
- IV- Primeiro tesoureiro;
- V- Secretário-Geral;
- VI- dois suplentes

Parágrafo único - São elegíveis para os cargos de Diretoria os membros dos Conselhos respectivos, para um mandato de três anos.

Art. 15^o A eleição dos Conselheiros Federais será direta e unificada nacionalmente, com eleições durante três dias úteis seguidos, concomitante com a eleição dos Conselheiros Regionais, que tomarão posse no prazo de trinta dias, após a proclamação do resultado.

Art. 16^o O prazo para inscrição de Chapas será de trinta dias e o de impugnação de chapas e de candidatos, quinze dias.

§ 1^o. O edital das eleições será remetido por mala direta para todos os inscritos nos Conselhos Regionais e publicado, pelo menos duas vezes em dois jornais de grande circulação estadual, em dias úteis.

§ 2º. Se a jurisdição do Conselho Regional for maior do que a área geográfica de um estado, a publicação será feita em todos eles.

Art. 17. O mandato dos Conselheiros Federais e Regionais será de três anos, permitida, apenas uma reeleição.

Art. 18. O Plenário do Conselho Federal do Secretariado será composto por três Conselheiros Federais eleitos na área de jurisdição de cada Conselho Regional, que não pode ser inferior a área de um estado ou maior do que área de três estados.

Art. 19. Os Conselhos Regionais serão formados pelo mínimo de 11 (onze) e o máximo de 25 (vinte e cinco) Conselheiros, nos termos de Resolução baixada pelo Conselho Federal, que fixará o quantitativo para cada estado, considerado o número de profissionais inscritos.

Art. 20. O Primeiro Conselho Federal terá 15 (quinze) membros, indicados pela Federação nacional das Secretárias, que deverão preencher os seguintes requisitos:

I- maior de 21 anos;

II- em gozo de seus direitos políticos;

III- habilitado para o exercício profissional, mediante a comprovação dos requisitos previstos em Lei.

Parágrafo único - A indicação dos membros Conselheiros Federais será publicada no Diário Oficial, sendo aberto o prazo de 5 (cinco) dias para impugnações fundamentadas, que serão decididas por comissão nomeada pela Federação das Secretárias, composta por um representante da Ordem dos Advogados do Brasil, um representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e um representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria.

Art. 21. A posse dos Conselheiros Federais de Secretariado será presidida pelo Presidente da Federação Nacional das Secretárias, sendo lavrada ata que será submetida a registro público, juntamente com o Regimento Interno do Conselho Federal, que deverá ser votado e aprovado na mesma data, elegendo-se, ainda, sua Diretoria.

Parágrafo único - O mandato dos Primeiros Conselheiros Federais será de três anos.

Art. 22. As atribuições do Primeiro Conselho Federal serão:

I - estruturar e organizar o sistema de registro profissional a partir de dados disponíveis no Ministério do Trabalho, Instituições de ensino e entidades sindicais;

II - instituir a Carteira de Identidade Profissional e as normas para sua expedição;

III - instalar os Conselhos Regionais de Secretariado - CRSEC;

IV - exercer as demais atribuições que conferidas por esta Lei;

Art. 23. A sede e o foro do Conselho Federal de Secretariado - CFSEC será na cidade de Brasília e a dos Conselhos Regionais de Secretariado - CRSEC nas Capitais das respectivas unidades federadas.

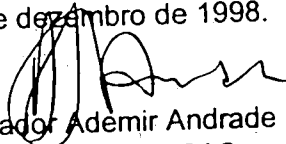
Art. 24. A certidão de crédito emitida pelo Conselho Federal e pelos Conselhos Regionais constituirá título executivo extrajudicial.

Art. 25. Os Conselhos Regionais serão instalados pelo Conselho Federal, que indicará os membros que integrarão o primeiro Conselho Regional, cujo mandato terminará na mesma data que findar o mandato dos Conselheiros Federais, quando haverá eleições gerais.

Art. 26. O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 27. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 02 de dezembro de 1998.


Senador Ademir Andrade
Presidente da CAS

OF. Nº 57/98 - CAS

Brasília, 08 de dezembro de 1998.

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91 do Regimento Interno, comunico a Vossa Excelência, que esta Comissão aprovou o Projeto de Lei do Senado nº 091, de 1998, que "Institui o Conselho Federal do Secretariado - CFSEC e os Conselhos Regionais de Secretariado - CRSEC; dispõe sobre a fiscalização do exercício profissional e dá outras providências", de autoria da Senadora Regina Assumpção, em reunião de 02 de dezembro de 1998.

Atenciosamente,


Senador ADEMIR ANDRADE
Presidente

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA

República Federativa do Brasil

Constituição

1988

***Art. 22.** Compete privativamente à União legislar sobre:

- I – direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;
- II – desapropriação;
- III – requisições civis e militares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra;
- IV – águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;
- V – serviço postal;
- VI – sistema monetário e de medidas, títulos e garantias dos metais;
- VII – política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores;
- VIII – comércio exterior e interestadual;
- IX – diretrizes da política nacional de transportes;
- X – regime dos portos, navegação lacustre, fluvial, marítima, aérea e aeroespacial;
- XI – trânsito e transporte;
- XII – jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia;
- XIII – nacionalidade, cidadania e naturalização;
- XIV – populações indígenas;
- XV – emigração e imigração, entrada, extradição e expulsão de estrangeiros;
- XVI – organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões;
- XVII – organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios, bem como organização administrativa destes;
- XVIII – sistema estatístico, sistema cartográfico e de geologia nacionais;
- XIX – sistemas de poupança, captação e garantia da poupança popular;
- XX – sistemas de consórcios e sorteios;
- XXI – normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares;
- XXII – competência da polícia federal e das polícias rodoviária e ferroviária federais;
- XXIII – seguridade social;
- XXIV – diretrizes e bases da educação nacional;

XXV – registros públicos;

XXVI – atividades nucleares de qualquer natureza;

XXVII – *normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, §1º, III;*

XXVIII – defesa territorial, defesa aeroespacial, defesa marítima, defesa civil e mobilização nacional;

XXIX – propaganda comercial.

Parágrafo único. Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo.

* EC 19/98.

***Art. 61.** A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I – fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II – disponham sobre:

- a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;
- b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;
- c) *servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;*
- d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;
- e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública;
- f) *militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.*

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do

eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

* EC 18/98.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651-43, DE 5 DE MAIO DE 1998

Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 58. Os serviços de fiscalização de profissões regulamentadas serão exercidos em caráter privado, por delegação do poder público, mediante autorização legislativa.

§ 1º A organização, a estrutura e o funcionamento dos conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas serão disciplinados mediante decisão do plenário do conselho federal da respectiva profissão.

§ 2º Os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas, dotados de personalidade jurídica de direito privado, não manterão com os órgãos da Administração Pública qualquer vínculo funcional ou hierárquico.

§ 3º Os empregados dos conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas são regidos pela legislação trabalhista, sendo vedada qualquer forma de transposição, transferência ou deslocamento para o quadro da Administração Pública direta ou indireta.

§ 4º Os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas ficam autorizados a fixar, cobrar e executar as contribuições anuais devidas por pessoas físicas ou jurídicas, bem como preços de serviços e multas, que constituirão receitas próprias, considerando-se título executivo extrajudicial a certidão relativa aos créditos decorrentes.

§ 5º O controle das atividades financeiras e administrativas dos conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas será realizado pelos seus órgãos internos, devendo os conselhos regionais prestar contas, anualmente, ao conselho federal da respectiva profissão.

§ 6º Os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas, por constituírem serviço público, gozam de imunidade tributária total em relação aos seus bens, rendas e serviços.

§ 7º Os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas promoverão, até 30 de junho de 1998, a adaptação de seus estatutos e regimentos ao estabelecido neste artigo.

§ 8º Compete à Justiça Federal a apreciação das controvérsias que envolvam os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas, quando no exercício dos serviços a eles delegados, conforme disposto no caput.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson Péres, por permuta com a Senadora Marina Silva.

S. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é compreensível que o acirramento da crise econômica, suscitado pela guinada da política cambial, com seu cortejo de dúvidas, incertezas e angústias, monopolize as atenções e os cuidados de autoridades, agentes econômicos e opinião pública. O Congresso não tem como fugir a essa realidade, até porque sua agenda de debates e votações reflete as prioridades da conjuntura, com a recente convocação extraordinária que esteve integralmente voltada à aprovação de medidas de ajuste fiscal, a exemplo da renovação da CPMF e da cobrança da contribuição previdenciária dos inativos, na tentativa de combater a crise ou, pelo menos, atenuar seus efeitos sócio-econômicos mais dolorosos.

Contudo, estaremos faltando aos nossos compromissos com a sociedade, se permitirmos que definições importantes em outras áreas se percam nos desvãos do esquecimento.

Uma questão muito séria, por exemplo, que está exigindo nossa pronta atenção é a do chamado **bug** do milênio, ou "Y2K", no jargão dos iniciados em informática.

Sua relevância e urgência se traduzem na ameaça de colapso generalizado de grandes e vitais sistemas de processamento de dados, nos setores público e privado, ou mesmo de equipamentos isolados, como os mais prosaicos e corriqueiros eletrodomésticos, hoje quase todos equipados com microprocessadores.

Todos os arquivos, programas e sistemas operacionais deverão estar ajustados e checados impreterivelmente até o final do corrente ano, para operar com quatro dígitos e assim "entender" a virada para o ano 2000. Caso contrário, será difícil prever os prejuízos e mesmo as tragédias humanas decorrentes da subversão ou interrupção de rotinas essenciais nas usinas hidrelétricas, nos guichês do INSS,

nos aeroportos, complexos petroquímicos e nos centros hospitalares de terapia intensiva.

Prevenir e evitar tudo isso exige maciço investimento de dinheiro e pessoal qualificado para rescrever, linha por linha, os códigos dos programas, alterando a variável data e culminando com a competente certificação de que a mudança foi testada e aprovada.

De maneira geral, o Brasil está atrasado nessas providências. Apenas para fins de comparação, até 15 de novembro do ano passado, nos Estados Unidos, 61% de todos os sistemas críticos da administração federal já estavam ajustados.

A meta do Presidente Bill Clinton, que em fevereiro de 1998 instalou o Conselho para a Conversão ao Ano 2000, designando para a sua coordenação seu vice Al Gore, é converter e certificar todos os sistemas federais críticos até o dia 31 de março deste ano.

O Governo americano, por intermédio da Small Business Administration, está dedicando especial atenção aos 24 milhões de micro e pequenas empresas, providenciando parcerias com instituições financeiras, associações de classe e inúmeras companhias de divulgação e esclarecimento em todos os pontos daqueles país, a fim de mobilizar linhas emergenciais de crédito e garantir a plena conscientização para a necessidade de ações imediatas.

Notem V. Ex^{as} que, a despeito de todas essas preocupações, as autoridades americanas temem pelas consequências desestabilizadoras de reações coletivas de pânico, principalmente uma corrida aos bancos nos últimos dias de 99 ou uma exagerada estocagem domiciliar de alimentos.

Aqui, infelizmente, apenas o sistema bancário e financeiro parece, em seu conjunto, estar ciente e razoavelmente adiantado no processo de readequação, já que o Banco Central baixou norma fixando critérios e prazos rígidos nesse sentido.

Entretanto, em múltiplos segmentos da agricultura, da indústria e do comércio – principalmente nos médios, pequenos e microestabelecimentos, responsáveis pelo grosso do PIB e do emprego –, tudo indica que a consciência do problema e o encaminhamento de sua solução não avançam com a velocidade necessária.

Nos meios de comunicação, apenas recentemente a cobertura do "Y2K" migrou do âmbito especializado dos cadernos de informática para as páginas do noticiário geral.

O próprio Governo Federal só há pouco tempo começou a esboçar uma reação. A coordenação de seus esforços está a cargo de força-tarefa formada pela Casa Civil da Presidência da República, a Secretaria da Administração e do Patrimônio (sucessora do MARE) e o Ministério Extraordinário para Projetos Especiais (novo nome da Secretaria de Assuntos Estratégicos).

No setor privado, até onde sei, apenas a Confederação Nacional da Indústria (CNI), presidida pelo nosso nobre colega, Senador Fernando Bezerra, lançou campanha nacional para a sensibilização de sua base, centrada na distribuição do interessante livro: "Bug do Milênio: o que fazer para combatê-lo"?

Sr. Presidente, à medida que passam os dias, vão-se avolumando as indagações: o que as companhias estatais ou privadas de serviços públicos essenciais como telecomunicações, energia elétrica, água e saneamento, estão fazendo para prevenir colapsos de abastecimento? Como as outras entidades patronais – Confederação Nacional do Comércio, dos Transportes, etc. – estão mobilizando seus respectivos setores? Qual o plano de ação do Sebrae para assistir as empresas de pequeno porte nessa crucial transição? Quais as atitudes que a Infraero e as empresas de aviação estão programando ou executando? Como os Ministérios da Saúde e da Previdência e Assistência Social pretendem se organizar para proteger seus essenciais serviços e bases de dados de um colapso? E assim por diante, ao infinito.

Creio que, ao Poder Legislativo e particularmente ao Senado, cabe um papel fundamental no esclarecimento e encaminhamento dessas questões vitais para a administração pública e o conjunto da sociedade brasileira.

Por isso, estou dando entrada em requerimento para que a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Educação promovam uma série de audiências públicas conjuntas com a participação de especialistas e executivos dos setores público e privado, no intuito de dar máxima visibilidade à questão do Y2K, discutir e disseminar as soluções mais viáveis, rápidas e seguras para a economia e a sociedade brasileiras.

Esses eventos nos proporcionarão a oportunidade de acompanhar minuciosamente e permanentemente a evolução do ajuste ao **bug** nos três Poderes da União, bem como elaborar proposições legislativas emergenciais para garantir a tempestiva adequação de todos os sistemas críticos do País, estejam eles

sob a responsabilidade de órgãos governamentais ou da iniciativa privada.

Tenho a certeza de que contarei como o espírito público, a sensibilidade e o discernimento dos senhores Senadores para o êxito desta iniciativa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Francelino Pereira. (Pausa)

Na ausência de S. Ex^a, concedo a palavra ao Senador Wellington Roberto.

S. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. WELLINGTON ROBERTO (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o agravamento da crise econômico-financeira coloca como grande e incontornável desafio à classe política brasileira a defesa da credibilidade externa do País. É essa credibilidade a chave para deter a evasão de capitais e manter o interesse de investidores internos e externos. Como resgatá-la, no entanto? Penso que o Congresso vem fazendo a sua parte.

A retomada da votação das reformas do Estado, se não esvazia, ao menos reduz o impacto de ações alarmistas, que, em vez de propor saídas para a crise, buscam dela tirar vantagem. Não são poucos os que investem no "quanto pior, melhor". No mercado financeiro, há os especuladores, empenhados em depreciar papéis para comprá-los em baixa e vendê-los em alta, fazendo assim fortuna fácil do dia para a noite.

Há também os doleiros, que trabalham pela desvalorização do real e pelo reaquecimento do mercado paralelo do dólar. Não há exagero em dizer que são esses os mercadores do caos. Mas esses personagens são apenas subprodutos do desarranjo econômico. Não o criaram. A crise, sabemos, é de fora para dentro, embora, em função de desajustes antigos, tenha encontrado aqui terreno favorável para expandir-se.

Na medida em que os governantes – e aí me refiro aos Poderes Executivo e Legislativo – se enfrentam diante da crise e se dispõem a enfrentá-la de maneira sensata e somando esforços, as chances da desordem se reduzem e o fator credibilidade se fortalece.

Mais nocivo do que o papel dos especuladores é o de alguns políticos que buscam tirar proveito pessoal ou partidário da crise. Eles ferem de morte o único fator capaz de favorecer uma reversão de ex-

pectativas: a credibilidade das instituições. O investidor externo ou o público interno, na hora do sufoco, quer saber como estão se comportando as principais lideranças do País. Quando constata que parte dos governadores se atribui o rótulo de oposição e se une em atitude hostil ao Governo central, passa a descrever em saídas efetivas para a crise, assumindo atitude que a agrava e a realimenta.

A expressão "governadores de oposição" é uma contradição em termos. Governador, não importa o partido, é sempre situação. Uma vez investido no cargo, deve deixar a retórica no palanque e envolver-se com a realidade objetiva dos números.

O governante é eleito por uma ou mais facções, mas tem que governar a todas, sem distinção. Esta, a primeira e mais elementar regra do poder. Na hora da crise, mais que nunca, é preciso unir esforços para debelá-la. Não importa se quem está na presidência da República inspira ou não simpatia (pessoal ou ideológica) a esse ou aquele político. Importa que é ele o presidente, o depositário da confiança da maioria do eleitorado e, como tal, é o eixo de gravidade em torno do qual devem as lideranças políticas buscar as saídas.

Democracia pressupõe acatamento ao resultado eleitoral, e isso começa pelo reconhecimento de que não se resolvem crises estruturais no País à revelia do chefe do governo.

Sr. Presidente, parte dos Governadores recém-eleitos reuniram-se em Belo Horizonte há algumas semanas para colocar-se em desacordo com o Governo Federal; outra parte reuniu-se em São Luís para desagravá-lo. Sexta-feira, houve um novo encontro aqui em Brasília, e até o presente momento não se chegou a um acordo.

O mais sensato é que todos se unam não para produzir manifestos ou frases de efeito, mas para buscarmos saídas concretas. Não se vence a crise, sobretudo uma crise com as proporções e características da atual, de natureza exógena, com panfletos e adrenalina.

É preciso serenidade e bom-senso, antes de tudo; a seguir, sentimento de união, espírito de sacrifício e despojamento para os procedimentos cirúrgicos necessários.

Havendo essa disposição, estabelece-se, interna e externamente, a credibilidade por meio da qual podemos abreviar sofrimento e economizar esforços, viabilizando rápida reversão de expectativas. A crise, antes de ser econômico-financeira, é política – como, aliás, quase tudo nesta vida.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra à eminente Senadora Marina Silva. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a imensa região Norte do Brasil faz fronteiras com quase todos os países da América do Sul. No entanto, a política de integração econômica do Brasil privilegia, por meio do Mercosul, justamente os países que fazem fronteira com os Estados do Sul do País.

No caso específico do meu Estado, Roraima, que faz fronteira com a Venezuela e com a República da Guiana, ex-Guianã Inglesa, foram necessárias décadas para que se concluísse a BR-174, rodovia federal que interliga os Estados do Amazonas e Roraima com a Venezuela. E isso só foi possível porque o Governo do meu Estado, que é financeiramente o mais pobre da Federação, foi bancando na frente as despesas para ser depois ressarcido pelo Governo Federal.

Agora o Governo de Roraima está empenhado no asfaltamento de outra rodovia federal, a BR-410, que liga a capital do Estado, Boa Vista, à fronteira com a República da Guiana. E de novo a história se repete: Roraima está gastando do seu minguado orçamento para dar celeridade às obras de asfaltamento daquela estrada, que dará acesso a um mercado marcadamente consumidor, para o qual é possível exportar de tudo.

Para o Brasil, é de importância estratégica fundamental a conquista dos mercados da Venezuela, da Guiana, do Suriname e da Guiana Francesa. A Venezuela vivia de costas para o Brasil e voltada integralmente para o comércio com os Estados Unidos da América. Só muito recentemente, e de maneira mais positiva nos últimos quatro anos, a Venezuela passou a enxergar a importância do intercâmbio comercial com o Brasil, incluindo aí o desenvolvimento do Sul daquele país, que é tão ou mais subdesenvolvido que o Norte brasileiro. Com o asfaltamento da BR-174 e com a construção do Linhão de Guri, que vai trazer energia elétrica da Venezuela para todo o Estado de Roraima, o comércio bilateral tem aumentado de forma geométrica.

Mas, apesar das reiteradas manifestações de interesse da Venezuela, até hoje ela está fora do Mercosul. O atual Presidente daquele País, recentemente empossado, já manifestou publicamente o seu interesse em integrar a Venezuela ao grupo de países que compõem o bloco comercial do Mercosul. Espero que o Brasil se esforce nesse sentido, pois nosso País como um todo irá se beneficiar, mas Roraima e o Amazonas, principalmente, terão as suas economias impulsionadas de forma muito vigorosa.

Quero, portanto, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, apelar ao Presidente Fernando Henrique Cardoso para que volte os seus olhos e as suas ações para o Norte do Brasil, dando prioridade para questões tão fundamentais para o desenvolvimento daquela Região.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – V. Exª me permite um aparte, Senador?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPB – RR) – Com muito prazer, Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Quero parabenizar V. Exª, Senador Mozarildo Cavalcanti, pela oportunidade de seu pronunciamento e dizer que é um assunto que não diz respeito, de fato, aos interesses apenas de Roraima, mas de toda a Amazônia brasileira, em função de que nós, da Amazônia, apesar de vivermos naquele território – e aqui se discute a Amazônia a distância –, temos sido pouco ouvidos em relação a um desenvolvimento correto, inteligente e oportuno que defendemos. É o assunto que V. Exª aborda é de interesse comum de toda a região. Nós, do Acre, também temos defendido a necessidade da rodovia bioceânica, que ligaria o Noroeste da Amazônia ao Peru; temos discutido profundamente esse assunto e tentado levá-lo para o patamar de tema de interesse nacional. Acredito que o assunto que V. Exª aborda merece, de fato, como inadiável, a atenção do Governo Federal – para ser solidário a isso –, pelo interesse de uma integração econômica – que V. Exª aborda muito bem –, cultural e, ao mesmo tempo, necessária, para que nós, da Amazônia, não sejamos isolados de um modelo de desenvolvimento que não pode mais ser adiado. A Amazônia hoje, se corre algum risco de sabedoria, talvez seja em razão da falta de uma função de desenvolvimento adequada e que parte como pressuposto da integração

rodoviária com os países vizinhos e com a implantação do Mercosul também na nossa região amazônica. Penso que o tratado de cooperação amazônica, a discussão sobre o pacto de desenvolvimento daquela região é algo que precisa ser realimentado pelo poder central deste País. Parabenizo V. Exª pela oportunidade do pronunciamento.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Senador Tião Viana, agradeço o aparte de V. Exª e quero registrá-lo com orgulho no meu discurso. V. Exª, como homem da Amazônia que conhece de perto o sofrimento que atravessamos, decerto como eu deve admirar-se de que o Mercosul pareça ser especialmente uma ação voltada para beneficiar os Estados do sul do País que já são tão bem aquinhoados econômica, política e industrialmente. Mais uma vez, agradeço o aparte oportuno de V. Exª e o incorporo, com muito prazer, ao meu pronunciamento.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Ouço V. Exª com muito prazer.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – O discurso de V. Exª, Senador Mozarildo Cavalcanti, como disse o Senador Tião Viana, do Acre, bem expressa o sentimento que temos em relação à maneira como o Governo Federal, em sucessivos governos, encara a nossa Região. O Senador pelo Acre disse muito bem que a integração da Amazônia, as fronteiras nacionais, não são apenas uma questão de desenvolvimento, mas, sim, de segurança nacional, de soberania. Vivemos numa área em que se procura ignorar o que acontece na zona limítima – Peru, Colômbia e, agora, Colômbia/Venezuela. Os conflitos, as ações guerrilheiras e narcoguerrilheiras naquela região usam a Amazônia, às vezes, como refúgio e causam insegurança às nossas populações e, especialmente, põem em risco a própria soberania do País. Se somássemos os efetivos das Forças Armadas, contando inclusive os oficiais, mesmo assim, não seria possível termos um militar de um em um quilômetro na fronteira, que está abandonada. O Governo Federal, em certa época, apresentou um projeto magnífico para a região, mas a pressão internacional e a pressão de falsos ambientalistas fizeram com que esse projeto fosse desativado. O Projeto Calha

Norte talvez tenha sido um dos melhores pensamentos quanto à vivificação das fronteiras amazônicas e a sua integração às fronteiras nacionais. As estradas são fundamentais. A BR-174 foi construída pelo Governo de Roraima, mas o Governo do Amazonas também fez a sua parte. Ela consta do plano de ação como uma das vitórias, mas foi asfaltada pelos governos estaduais, num esforço fantástico, para ligar o Brasil à Venezuela, de modo que permitisse a formação de um intercâmbio econômico e turístico com os nossos vizinhos do norte. Todavia, é preciso também encontrar saída para o Estado do Acre, que é formado por dois vales separados – o Vale do Juruá e o Vale do Acre, antigo Vale do Purus –, que também precisam ter ligações. A estrada possui a característica de disseminar a civilização, porque leva progresso, desenvolvimento, barateia custos e aproxima pessoas. A saída para o Pacífico é da maior importância como alternativa para incrementar o nosso intercâmbio. Seu discurso é muito oportuno e V. Ex^a está de parabéns. Como homem da Região, quero dizer a V. Ex^a que tudo o que for do interesse da Região, não importa o partido, não importa a corrente política, terá o meu apoio, a minha solidariedade e a minha determinação de luta. A Amazônia precisa, efetivamente, de um programa racional de desenvolvimento que possa levar desenvolvimento para aquela região e para o Brasil. Esse programa não deve estar condicionado às exigências ditadas de fora para dentro, para o nosso comportamento e para o comportamento do Governo brasileiro, que, na maioria das vezes, atua por pressões de fora, sem levar em conta a vida na Amazônia. Essa é a dolorosa realidade da nossa Região. Muito obrigado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPB – RR) – Agradeço a oportunidade de ter sido aparteador por V. Ex^a, que é um dos maiores líderes da Amazônia. V. Ex^a foi Governador do Estado do Amazonas por três vezes, e, por sinal, também Deputado Federal pelo território de Roraima, que depois veio a se transformar em Estado.

O depoimento de V. Ex^a, com certeza, enriquece de maneira muito grande o meu pronunciamento. Se o Governo Federal desse à nossa Amazônia o mesmo tratamento que dá às regiões Sul e Sudeste, já estaria cometendo uma injustiça, pois somos mais fracos e precisamos de melhor atendimento e maior investimento. Entretanto, não temos sequer o mesmo tratamento. É a isso que me refiro no meu pro-

nunciamento, com relação a essa integração por intermédio do Mercosul: os nossos Estados da Amazônia não estão se aproveitando dessa iniciativa tão importante.

Por isso, apelo ao Presidente da República e às Sr^{as} e aos Srs. Senadores, para que façamos realmente um esforço a fim de reverter a ação do Governo Federal, que costumo chamar de uma ação de caranguejo, pois só anda de lado e no litoral, nunca para o interior, ou seja, para dentro do País. Com esse esforço, podemos efetivamente, desenvolver o País de modo equilibrado e justo.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Siqueira Campos para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO). Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, peço a transcrição para os Anais da Casa do discurso de despedida proferido pelo eminente brasileiro Sérgio Cutolo, da Caixa Econômica Federal. Faço isso em função dos relevantes serviços que esse notável técnico e ex-ministro prestou àquela instituição no período em que esteve na sua Presidência.

O discurso do Dr. Sérgio Cutolo demonstra claramente os resultados por ele obtidos na sua gestão profícua à frente da Caixa Econômica Federal, que dispensou importantes trabalhos a diversos Municípios do Estado do Tocantins e também à Capital, Palmas, no financiamento da sua infra-estrutura básica, isto é, saneamento básico e habitação.

Sai da Caixa Econômica Federal o Dr. Sérgio Cutolo, indo para a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, na qual – tenho certeza, Sr. Presidente – poderá também articular as políticas de saneamento e habitação em função de sua alta competência. Cumprimento esse brasileiro da tribuna do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS EM SEU DISCURSO:

DISCURSO DE SÉRGIO CUTOLO

Brasília, 21 de janeiro de 1999

Ao longo do primeiro mandato do Governo FHC, a CAIXA passou por importantes transformações visando ao seu saneamento econômico-financeiro e ao resgate de sua missão institucional, na qualidade de empresa pública.

Nesse período, o total de ativos passou de pouco mais de R\$ 50 bilhões para R\$ 115 bilhões, sendo que as operações de crédito – incluindo a dívida rolada e as provisões – saltaram de R\$ 33 bilhões para R\$ 91 bilhões.

Mais relevante, contudo, foram os movimentos no sentido de dar maior consistência aos ativos da CAIXA. Os provisionamentos e as rendas a apropriar para créditos foram incrementados em mais de R\$ 13 bilhões.

O retorno dos empréstimos habitacionais e com recursos do FGTS passou de R\$ 1,6 bilhão em 1994 para R\$ 6,8 bilhões no ano passado, registrando, portanto, um aumento de 325%.

As captações – incluindo depósitos, LHs e recursos de terceiros – registraram um crescimento de 150%, passando de R\$ 38 bilhões para R\$ 95 bilhões.

Tais eventos fizeram com que esta Instituição não apenas superasse a situação de crônica tomadora de recursos no mercado financeiro, mas desempenhasse um papel da mais extrema importância como agente financeiro público, garantindo liquidez durante a mais aguda crise por que passou o mercado financeiro brasileiro.

O que era problema virou solução. A CAIXA chegou a doar mais de R\$ 12 bilhões, evitando repercussões mais sérias no mercado e contribuindo com o Governo na defesa da poupança popular.

Não menos importante foi a ação da CAIXA como agente financeiro do Tesouro em operações destinadas ao saneamento das finanças estaduais. Foram quase R\$ 15 bilhões aplicados em programas de ajuste fiscal e compras de carteiras imobiliárias de Bancos e Companhias Estaduais de Habitação.

No que tange aos resultados, a CAIXA passou de um prejuízo operacional acumulado de R\$ 2,6 bilhões, em 1994, para lucro operacional estimado de cerca de R\$ 700 milhões, em 1998. As receitas de prestação de serviços que em 1994 cobriam 20% das despesas operacionais da Empresa, hoje cobrem 40% destas despesas.

Medidas saneadoras e de recuperação também se fizeram sentir nos fundos administrados por esta Instituição. O FGTS tem hoje suas contas totalmente segregadas, registrando uma disponibilidade de mais de R\$ 13 bilhões. Além disso, seu patrimônio líquido e suas reservas técnicas para contas inativas superaram os R\$ 10 bilhões, significando um incremento de mais 430%, no período 1994 a 1998.

Toda essa numerologia, contudo, não consegue justificar a existência de uma empresa pública com as características da CAIXA.

A resposta adequada a essa indagação pode ser retirada da pesquisa recente realizada pelo Instituto A.C.Nielsen, sobre a imagem dos bancos nas principais cidades brasileiras.

Para 81% dos entrevistados, a CAIXA financia habitações populares; para 57% é voltada para o atendimento dos trabalhadores; para 51% está financiando obras de infra-estrutura na sua cidade; e para 50% é a instituição financeira que mais contribui para o desenvolvimento do País.

Não poderia haver referendo melhor para esta Instituição que no início deste Governo estava desacreditada e sem condições objetivas de reação.

Alguns não de se lembrar, neste País que tanto sofre por não cultivar esse bom hábito, que em 1995, esta Casa já contabilizava três anos sem financiar qualquer imóvel ou obra de saneamento ou infra-estrutura urbana; contava com um reduzido retorno das operações de crédito, resultado da elevada inadimplência; tinha mais de 200 mil unidades habitacionais encalhadas, fruto de políticas equivocadas que viabilizaram a construção de conjuntos habitacionais que no dizer dos economistas "nem cachorro invade"; além das inúmeras ações envolvendo obras com custos incompatíveis e, ainda, de uma infinidade de obras inconclusas. Triste era o cenário!

A situação do FGTS não era menos caótica e já tinha merecido um artigo do hoje Ministro José Serra, conhecedor do assunto e um dos responsáveis pelo seu saneamento, que pode ser resumido em três frases: "... o FGTS morreu, mas continua legalmente vivo e gerando direitos. Em minha opinião, a solução começa pelo reconhecimento dessa realidade. É utópico imaginar que o FGTS esteja 'vivilho da Silva'..." (*Réquiem para o FGTS* - "O Estado de São Paulo", 21 de maio de 1993).

Levamos quase dois anos no trabalho de resgate econômico-financeiro, tanto da CAIXA quanto do FGTS. A partir do final de 1996, porém, esta empresa deu demonstração objetiva no cumprimento da missão de agente de fomento. Os números, neste caso, falam por si:

- mais de 480 mil financiamentos habitacionais na modalidade "carta de crédito";
- cerca de 13.500 obras - realizadas ou em andamento - em parceria com municípios e estados, voltadas para habitação popular, saneamento e infra-estrutura urbana, em quase 4.000 municípios;
- quase R\$ 14 bilhões aplicados entre financiamentos e repasses orçamentários.

Este Governo também mudou por completo a sistemática de financiamentos com recursos públicos. A determinação que recebi do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, no sentido de

viabilizar o acesso ao crédito às populações de baixa renda foi cumprida à risca. Milhares de famílias brasileiras tiveram, pela primeira vez na história do País, o direito de exercer sua cidadania e utilizar o financiamento por meio da carta de crédito para adquirir, reformar ou ampliar seu imóvel, novo ou usado, de acordo efetivamente com suas necessidades e suas aspirações.

Pulverizamos o crédito e reduzimos o risco. Uma comparação serve para corroborar esta afirmação:

Os quase 100 mil créditos para aquisição de material de construção – cujo valor médio é de R\$ 3.000 – têm uma inadimplência de menos de 2% ou mais, de 30 vezes inferior à registrada no programa PAIH, lançado no início da década para atender à baixa renda.

Além de viabilizar o crédito direto ao mutuário final por meio da carta de crédito – batizada no seu início como “mico” pelos críticos mais afoitos – conseguimos quitar mais de 250 mil contratos imobiliários dentro do Programa de Reciclagem de Ativos da CAIXA. Ao final de nossa gestão, deixamos em condições de ser operada a renegociação e quitação de mais de 1 milhão de contratos.

Tal operação se reveste de importância não apenas do ponto de vista restrito desta Instituição, mas da perspectiva ampla do ajuste fiscal. Quase a totalidade desses contratos tem cobertura do FCVS e sua renegociação chega a reduzir em até 70% a dívida potencial deste Fundo, diminuindo o ônus que recairá sobre a sociedade de mais uma política equivocada e injusta que este Governo herdou e busca equacionar.

No que diz respeito às ações da CAIXA como Banco do Trabalhador, os resultados não foram menos satisfatórios. Modificamos por completo a forma de atendimento. Antes, menos de 150 pontos de venda atendiam aquilo que era considerado refugio para as agências tidas como bancárias: pagamento de benefícios sociais que, em muitas vezes, é inferior a R\$ 10.

Hoje, a CAIXA presta serviços em todos os seus 1.800 pontos de venda, estando agora presente em locais com forte concentração de trabalhadores como a região do ABC e a zona leste de São Paulo e a baixada fluminense no Rio de Janeiro. Antes, nesses locais, o atendimento, quando existia, era bastante precário.

Informatizamos e investimos para melhorar as condições de atendimento dessa clientela, que é a principal razão de existir desta Empresa.

Também o resultado dessa ação pode ser traduzido em números. Pagamos no ano passado R\$ 25,4 bilhões entre saques do FGTS e benefícios do seguro-desemprego, do PIS e do INSS, contra apenas R\$ 9 bilhões em 1994.

Passamos a ter uma atuação maior no recebimento de tarifas de concessionárias de serviços públicos, por intermédio dos mais de 6.000 revendedores lotéricos, facilitando a vida das populações mais carentes, notadamente aquelas que habitam as periferias de nossas cidades. A CAIXA é hoje, de longe, a maior arrecadadora de tarifas de água, luz e telefone do País.

A arrecadação de loterias, por seu turno, passou de R\$ 700 milhões, em 1994, para R\$ 2 bilhões no ano passado. Nos 4 últimos anos foram repassados R\$ 2,5 bilhões para programas de assistência social, saúde, crédito educativo, esporte e construção de presídios; pagos R\$ 2,3 bilhões em prêmios e R\$ 850 milhões ao Imposto de Renda.

Poderia falar por horas sobre os feitos desta Casa nos últimos quatro anos. A magnitude e a amplitude desse trabalho não poderia ficar limitada ao restrito espaço aqui de dentro.

A descentralização e transparência das diretrizes emanadas pelo Ministério do Planejamento nas áreas de habitação e saneamento nas gestões dos Ministros José

Serra, Antônio Kandir e Paulo Paiva e, de forma específica, pela Secretaria de Política Urbana, sob o comando de Maria Emília, deram consistência técnica e respeitabilidade às ações nesses segmentos.

Na mesma direção, as normas e orientações definidas pelo Conselho Curador do FGTS, sob a tutela do paciente e competente Antônio Anastasia, foram marcadas pela intransigente defesa do patrimônio do trabalhador.

A fiscalização do Ministério do Trabalho e a Procuradoria da Fazenda Nacional foram importantes parceiros num dos mais bem sucedidos trabalhos de aumento de arrecadação de contribuições sociais já promovidos neste País. A arrecadação do FGTS praticamente duplicou nesses 4 anos.

Aos procuradores da Fazenda Nacional, técnicos do Tesouro Nacional e funcionários do Banco Central – que contaram e contam com dirigentes imbuídos do melhor e mais competente espírito público, como Luiz Carlos Sturzenegger, Murilo Portugal, Eduardo Guimarães, Pérsio Arida, Gustavo Loyola, Gustavo Franco e Francisco Lopes – nosso testemunho do trabalho despojado, dedicado e austero na defesa dos interesses maiores da população brasileira.

Aos órgãos de controle externos – CISTe e TCU – nosso reconhecimento pelo desempenho de uma das mais nobres e importantes missões da administração pública, que é a de zelar pelo seu patrimônio.

Aos Poderes Legislativo e Judiciário, nosso agradecimento pela forma respeitosa e interessada com que trataram as questões relativas a esta Casa.

Aos Conselhos Fiscal e de Administração, que tiveram a honra de contar com conselheiros como Philippe Reichstul, Nelson Carvalho, Eduardo Guimarães e Martus Tavares, os nossos agradecimentos e o reconhecimento que foi a partir de suas diretrizes e críticas que trilhamos os melhores caminhos.

Em especial, com relação ao Pedro Parente, não poderia deixar de registrar o óbvio. Servidor competente, incansável e absolutamente rígido nos interesses maiores do País.

Ao Ministro Clóvis Carvalho, sou pessoalmente grato pela paciência, pela inteligência e pelo senso crítico com que tratou dos assuntos pertinentes às áreas de atuação da CAIXA.

Ministro Malan, é enorme o débito desta Casa para com

.....

conduzidos nestes 4 anos, foi absolutamente indispensável para se alcançar os nossos resultados.

O meu depoimento pessoal pode ser resumido em uma frase: não tive nenhum comando vindo de V. Exa. que não fosse no interesse irrestrito da coisa pública. Foi uma honra ter participado de sua equipe.

Ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, o crédito maior de ter conduzido o País à estabilidade monetária e com isso viabilizar esta Empresa, que tem nessa variável a condição necessária para realizar as operações de médio o longo prazos.

Pessoalmente, serei eternamente grato ao Presidente, por ter bancado politicamente, numa das maiores instituições do País, um profissional que tem como único patrimônio servir de modo dedicado ao público.

Ingrata é a Instituição, contudo, que credita seu sucesso a uma pessoa ou mesmo a um seleto grupo de iluminados. Foi com o trabalho cotidiano e incógnito de cada um dos economiários e na condução profissional e competente do corpo gerencial desta Casa que se construiu tijolo por tijolo o presente e se construirá o futuro desta Instituição.

Contamos, evidentemente, com uma Diretoria Colegiada que viveu e participou intensamente de todos os momentos desta Empresa.

Adelmar Tôrres, Alberto Pais, Eduardo Tavares, Isabel Pereira de Souza, José Coelho, Sandra Beatriz Tavares e Vinicius Rodrigues, já deixaram seus nomes cravados na história da CAIXA, por meio do ato mais importante na realização do homens e das civilizações: o obstinado trabalho.

Pessoalmente, credito a este grupo o sucesso que, por vezes, injustamente é creditado a mim.

Infelizmente, nem tudo são flores. Os desafios desta

.....
País. Preocupa, por exemplo, a quebra de regras contratuais que, apesar de se apresentarem sob os mais diversos pretextos, não passam do vulgar calote a ser pago pela imensa parcela pobre, silenciosa e sofrida da população brasileira.

Emílio Carazzai, tive o prazer de compartilhar com você preocupações e idéias nos últimos dias. Sua reconhecida qualidade profissional e sua justeza de propósitos estão à altura dos problemas e importância desta Instituição. Ganha, sem dúvida, a Casa com o novo Presidente.

Quero, antes de finalizar, agradecer o apoio e a força dados por minha mulher Sandra, pelos meus filhos Marina, Lucas e Luíza e pela minha mãe Diva.

Não poderia terminar sem cair no lugar comum de procurar o recado de efeito para marcar minha passagem pela CAIXA. Faço isso mais como prestação de contas do que como exemplo a ser seguido.

Durante os quatro anos que exerci a presidência desta Empresa, não autorizei pessoalmente nenhuma operação de crédito ou negociação de dívida e não existe registro de qualquer operação especulativa no mercado. Fui absolutamente coerente com o que preguei insistentemente ao corpo gerencial da CAIXA. Se alguma liderança exerci, não foi pelo peso arbitrário da caneta.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1.^o Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 46, DE 1999

Senhor Presidente,

Na forma do artigo 216, do Regimento Interno, requero junto ao Ministro Raul Jungmann, do Ministério Extraordinário de Política Fundiária, que sejam remetidos em cópia os documentos e informações conforme lista anexa.

Sala das Sessões, 1.^o de março de 1999. – Senadora **Heloísa Helena**.

INFORMAÇÕES SOBRE O CÉDULA DA TERRA

1 – Informações gerais:

1.1 – Cópias dos Manuais Operativos dos cinco (5) Estados;

1.2 – Quais as fontes de financiamento (internas e externas) e o montante de recursos de cada fonte?

1.3 – Quais as condições de empréstimo dos recursos externos?

1.4 – Qual é o destino dos recursos? Relação entre as fontes os diversos itens financiados do Cédula?

2 – Informações sobre as propriedades envolvidas no Cédula:

2.1 – Listagem de todas as propriedades adquiridas, com informações sobre a data da compra, localização de cada propriedade, área e valor de cada propriedade adquirida, número de famílias assentadas em cada propriedade e nomes dos antigos proprietários (quem vendeu as propriedades);

2.2 – Qual foi o montante total financiado, por Estado, para a compra de terra?

2.3 – Quais as garantias que foram exigidas em cada Estado?

2.4 – O Incra realizou vistoria nas propriedades adquiridas? Qual foi a conclusão das vistorias? Quantas e quais propriedades adquiridas eram passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária?

2.5 – Anexar cópia de todos os laudos de vistoria constando inclusive a identificação dos técnicos responsáveis).

3 – Informações sobre as famílias beneficiadas:

3.1 – Qual o número total de famílias beneficiadas em cada microrregião de cada Estado?

3.2 – Qual era a renda média por família por microrregião de cada Estado?

3.3 – Quantas famílias eram proprietárias? Qual era a média de hectares por família proprietária?

4 – Perfil das Associações envolvidas nas aquisições:

4.1 – Quais as associações envolvidas (lista dos nomes e localização das associações)?

4.2 – Quanto tempo cada associação tem de existência/atuação?

4.3 – Quantos membros tem cada uma dessas associações?

4.4 – Tipos de atividades desenvolvidas por essas associações?

4.5 – Qual é a participação de médios ou grandes proprietários (número de proprietários, tipo de atuação) nessas associações?

5 – Informações sobre créditos disponíveis no Cédula:

5.1 – Quais as modalidades de créditos que as famílias beneficiadas têm acesso por Estado?

5.2 – Qual é o montante total de recursos para esses créditos nos anos de 1997, 1998 e previsão para 1999?

5.3 – Qual o montante de recursos para cada modalidade de crédito nesses três anos?

5.4 – Número de contratos realizados para cada modalidade de crédito nos anos de 1997 e 1998?

5.5 – Quais as taxas de juros e prazos de cada uma dessas modalidades?

6 – Informações sobre assistência técnica às famílias:

6.1 – As famílias são atendidas por algum tipo de assistência técnica e extensão rural?

6.2 – Quais as organizações de assistência técnica que atendem essas famílias?

6.3 – Qual o número de técnicos envolvidos diretamente no trabalho de campo e assistência às famílias?

6.4 – Qual o montante total de recursos destinados para a assistência técnica?

6.5 – Qual é o montante de recursos para cada empresa/organização de assistência técnica e extensão rural?

7 – Avaliação dos impactos do programa:

7.1 – Qual é o impacto do Cédula sobre o mercado de terras de cada microrregião dos cinco Estados?

7.2 – Quais as entidades de representação dos trabalhadores rurais que participaram nas diversas esferas de atuação do Cédula?

7.3 – Qual o impacto sobre a renda das famílias beneficiadas?

7.4 – Qual a produtividade média, por microrregião de cada Estado, das famílias envolvidas?

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, de conformidade com o inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias por vinte minutos.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, vou aproveitar esta oportunidade para fazer duas breves comunicações e alguns comentários a respeito.

A primeira comunicação é referente à Medida Provisória n.º 1797, sobre a qual tratei aqui num discurso recente, quando V. Ex^a mesmo presidia a Mesa. Na ocasião, eu me referia a essa medida provisória, que havia sido editada no dia 6 de janeiro e colocava em risco todos os proprietários rurais localizados nas faixas de fronteiras do País. Só no Paraná são 53 mil propriedades, das quais 95% têm área menor que 100 hectares, portanto são pequenas propriedades, construídas ao longo de 30, 40, 50 anos por famílias que passaram aos seus sucessores essas áreas recebidas como titulação do próprio Estado ou da União e cujas famílias se viam ameaçadas pela Medida Provisória nº 1.797 que dizia, em resumo: "às propriedades localizadas na faixa de fronteira do País, os seus proprietários deverão, em um prazo de dois anos, ratificar toda a documentação referente ao domínio e à propriedade dessas áreas e se não o fizerem em dois anos, essas propriedades ficarão sob o domínio da União que realizará sobre elas a reforma agrária. Esses proprietários não terão direito sequer à indenização sobre o valor da terra, apenas terão direito a serem indenizados sobre o valor das benfeitorias".

Recebi inclusive uma correspondência do Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná,

Sr. Ágide Menegheti, bastante preocupado com o que poderá ocorrer com esses pequenos proprietários.

Em janeiro manifestei-me, da tribuna do Senado, contrário ao argumento de que quem escreveu a medida provisória para que o Ministro da Agricultura e Reforma Agrária e o Presidente da República assinassem, talvez, não tivesse o que fazer naquele momento e inventou uma maneira bastante criativa, mas muito perigosa para fazer média com seus chefes.

Pressuponho que o Presidente da República, envolvido na crise e mais preocupado com os problemas econômicos que se abatem sobre o País, não teve realmente tempo de ler essa medida provisória, porque se o tivesse feito não a teria assinado. Depois de muitas lutas por parte dos Parlamentares e do Governador do Paraná, Jaime Lerner, que também entrou nessa luta para reverter essa proposta da Medida Provisória nº 1.797, o Presidente da República acaba de assinar e editar uma outra medida provisória, substituindo aquela, a que leva o número 1.803-2, de 25 de fevereiro de 1999.

Naquela medida provisória, os proprietários deveriam comprovar que estão cumprindo integralmente a função social. E o que é cumprir a função social, também em resumo? É, por exemplo, ter na sua propriedade 20% de reserva legal. Aqueles que conhecem o Paraná, principalmente o oeste, o sudoeste e o noroeste, que fazem fronteira com o Paraguai e com a Argentina, sabem que, naquela região, dificilmente encontraremos uma propriedade que ainda tenha 20% de reserva legal. São propriedades, como eu disse, menores do que cem e cinquenta hectares, aliás, a grande maioria tem entre dez e vinte hectares, portanto, uma reforma agrária que já se realizou naquela região há décadas. E famílias que, na boa-fé, adquiriram os títulos da União se instalaram naquela região e produziram, de forma a transformar o Paraná no primeiro produtor nacional de grãos. Ainda hoje o Paraná contribui com mais de 20% de toda a produção nacional graças, exatamente, a famílias que se localizam principalmente nas regiões oeste e sudoeste do Estado.

A função social pode não estar sendo cumprida, portanto, por aqueles que não têm mais 20% de reserva legal e até por aqueles que já adquiriram a propriedade de outros. Na verdade, praticava-se uma injustiça com aquela medida provisória. Se não vejamos, caso um técnico do Incra, visitasse uma

propriedade daquelas, num dia de mal humor, num dia em que ele acordasse de mal com a vida, preocupado evidentemente com os problemas atuais do País, ele chegaria a uma propriedade dessa de mal humor, poderia encontrar lá um trabalhador volante, que eventualmente estivesse prestando serviços por dois, três dias ou uma semana, e, portanto, sem registro em carteira. Esse é um assunto que vamos ter que debater aqui, a legislação trabalhista rural terá que ser revista neste País de forma inteira, aquele proprietário que está dando emprego poderá ter a sua propriedade também desapropriada, por não estar cumprindo, naquele momento pelo menos, toda a função social exigida pela Constituição. Mais uma injustiça que se poderia praticar com quem está dando emprego.

O que aconteceu nessa região? Aquelas propriedades que foram dadas em garantia para os financiamentos rurais já não servem mais, porque elas estão sob suspeição. Os bancos já não aceitam mais aquelas propriedades, e eles não podem mais contratar novos financiamentos para plantar, por exemplo, trigo, milho safrinha, como nós chamamos no Paraná, ou a feijão, que devem ser semeados agora.

Aliados do crédito, não se planta, porque os produtores rurais vêm sofrendo um processo de perda e de poder aquisitivo, ao longo dos anos, que atinge muito mais drasticamente ainda os pequenos e médios produtores localizados naquela região.

Aí se formou o caos, e o conflito estava eminente. O Presidente retificou os termos da sua medida provisória e editou a MP nº 1803, que, no entanto, ainda não resolveu o problema. E não adiantou fazermos reuniões, reivindicarmos. O Ministro Raul Jungmann recebeu apelos durante todo este mês para que se modificasse essa medida provisória. Não queríamos extrair dela as grandes propriedades. Estas que comprovem que têm o seu título de propriedade adquirido, que comprovem o cumprimento de sua função social. As grandes propriedades têm meios para isso. Agora, o que não podemos é exigir de pequenos proprietários, que não têm informações e nem os recursos necessários para pagar o custo enorme que essa ratificação da documentação vai gerar, principalmente em relação à receita que esses pequenos proprietários estão obtendo.

Não estou aqui na tribuna defendendo que essa medida provisória seja modificada para atender aos grandes proprietários. Estou aqui a defender que o Presidente da República adote um critério que não prejudique os proprietários que têm área menor

do que 15 módulos fiscais. Essa é uma proposta concreta, para que se insira na medida provisória: proprietários com área maior do que 15 módulos fiscais terão que ratificar a sua documentação. Assim acho justo, se queremos justiça social e uma melhor distribuição das terras do nosso País.

Reforma agrária também é distribuição justa da terra, embora não seja apenas isso. Não podemos analisar a reforma agrária como se fosse apenas um programa social de distribuição de terras. Juntamente com essa distribuição de terras que vem depois da desapropriação deve haver um programa de viabilização da pequena propriedade em nosso País, porque o nosso Pronaf, que é muito elogiado, não é suficiente para resolver o problema da pequena propriedade. Há no País 3.340.000 pequenas propriedades que se caracterizam como familiares e que necessitam de uma política mais arrojada do Governo, pois todo o esforço realizado no sentido de promover a reforma agrária é anulado pela inviabilidade da política que se coloca em prática.

Para que haja uma política de segurança alimentar, que deve ser uma preocupação das pessoas que vivem nos centros urbanos, precisamos mudar um pouco o enfoque da questão rural no País. Continuamos ouvindo os grandes representantes do setor rural e da bancada ruralista, com cuja prática não concordo, mas não condeno – não posso condená-los porque estão, conforme seus ideais, a defender o que acham justo. Pois eles também têm de modificar seu discurso. Devemos defender exatamente uma política de segurança alimentar para o País, já que estamos na iminência de colocar em risco os 828 milhões de cidadãos irmãos nossos que, no mundo, não conseguem se alimentar regularmente duas vezes ao dia. São aqueles que se colocam abaixo da linha da miséria e da pobreza e que não têm à sua disposição o alimento ou porque não possuem poder aquisitivo para comprá-lo, ou porque há problemas na distribuição de alimentos no mundo.

Basta observar os números deste ano para verificar que o problema está na distribuição e não na produção de alimentos. Vai ser produzido um bilhão, novecentos e quinze milhões de toneladas para um consumo em torno de um bilhão e novecentos. Somando a essa quantidade os estoques, que estão em torno de 15%, verificaremos que a produção mais o estoque são suficientes para alimentar o mundo; o problema é a má distribuição. Enquanto a Europa Ocidental tem à sua disposição quase 4.000 calorias diárias **per capita**, as regiões onde há uma

depressão econômica, como a África, por exemplo, não têm à disposição 400 calorias diárias. E se tivessem, de qualquer maneira, não haveria poder aquisitivo para comprar.

A verdade é que há um problema que se multiplica no mundo e que ocorre em nosso País, e que governo nenhum resolveu. A verdade é essa.

Não adianta falar em política neoliberal ou socialista. A verdade é que até agora nenhum governo resolveu o problema do abastecimento alimentar em nosso País, porque não resolveu, antes disso, o problema da distribuição de renda, do poder aquisitivo daqueles brasileiros que se somam aos 828 milhões de pessoas que não conseguem comer diariamente. Comer diariamente para eles é um sonho que não conseguem realizar.

Ah, se fosse verdade a histórica frase da FAO: "nenhum pai de família vai se deitar com a preocupação de não ter na mesa no dia seguinte o pão para o seu filho"!

Sr. Presidente, a Conferência Mundial de Alimentação, à qual compareci há dois anos, traçou a mesma meta da FAO, qual seja, a de reduzir pela metade até o ano 2015 o número de famintos no mundo. A verdade é que, em números absolutos, o número de famintos aumentou. Havia 810 milhões; agora há 828 milhões de famintos no mundo. São estatísticas oficiais da FAO, da ONU, do Banco Mundial, e que estão a nos preocupar.

O Brasil tem todas as possibilidades de utilizar esse seu grande potencial, não só de clima e de solo, mas também de gente, de pessoas especializadas em produzir comida. Mas os pequenos e médios proprietários rurais, distribuídos em todo o solo brasileiro, hoje não têm à sua disposição os instrumentos, os mecanismos necessários não para obter rentabilidade alta, mas para se manter na propriedade, produzindo.

Por isso, talvez, muita gente diz que 1,2 mil famílias que estavam no campo e vieram para a cidade. Não foi só devido à modernização, não, Sr. Presidente. A inviabilidade é o problema que se abate sobre um enorme número de pequenas propriedades, cuja produção não é suficiente sequer para o sustento de seu proprietário. Ouçam o que me disse um produtor na semana passada: "Eu tinha 10 alqueires de terra no oeste do Paraná" – a região mais fértil do Brasil e talvez uma das mais férteis do mundo – e vendi essa terra e comprei uma casa na zona urbana do pequeno município e aluguei. O aluguel rende mais do que os 10 alqueires". Fiquei indignado e disse: Você não pode fazer isso! Você não

pode vender sua propriedade que produz comida para se tornar um alugador de casa, de prédio na cidade! E ele reagiu: "Mas o que vou fazer? Lá eu estava passando fome e aqui não passo; alimento-me com o dinheiro do aluguel".

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – V.
Exª me permite um aparte?

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Ouço V. Exª.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Senador Osmar Dias, V. Exª está abordando um assunto muito importante, especialmente para aqueles Estados que têm fronteiras. O Brasil tem mais de 11 milhões de quilômetros lineares de fronteiras. Portanto, do Rio Grande do Sul ao Amapá, os Estados que têm fronteiras estão sendo afetados por essa medida. O Estado de V. Exª, por exemplo, tem vários municípios na zona de fronteira. No Amazonas, há vários municípios nas zonas de fronteiras.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Em meu Estado, são 81 municípios.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Rondônia e quase todo o Acre também serão abrangidos. Defendemos uma reforma agrária racional, mas deve haver uma preocupação com aqueles que têm terra, com os pequenos proprietários, que são milhares e fazem uma cultura de sacrifício e lutam para sustentar a família com uma cultura de subsistência, como bem disse V. Exª. De repente, essas pessoas perdem tudo com os termos da medida. E alguns dos títulos são da época do Império; outros foram dados por governos legalmente constituídos; alguns foram objeto de compra. A análise da função social é muito subjetiva. Qual organismo do Governo está cumprindo sua função social? É difícil responder. Todos os dias ouvem-se nesta Casa queixas sobre o não cumprimento da função social, porque os primeiros cortes são normalmente feitos nos planos sociais. Então, é fundamental que se faça, efetivamente, uma política agrícola para que o pequeno não sofra tantas exigências para conseguir um financiamento de baixo valor, porque é a soma desse trabalho que alimenta milhões de brasileiros. V. Exª falou na fome do mundo e citou a África. Mas no Nordeste encontram-se quadros iguais ou piores dos que vi em alguns países africanos. Isso é doloroso. Em um país com tanta potencialidade, com tanta riqueza, com tantos meios que poderiam ser aproveitados, preferimos optar por soluções importadas ou por modismos, por idéias que nada tem a ver com a nossa realidade. Cumprimento V. Exª e quero dizer que estou em perfeita consonância com as palavras,

com as atitudes e com a posição de V. Ex^a em relação à medida provisória. Muito obrigado.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Gilberto Mestrinho.

Encerro, Sr. Presidente, não sem antes fazer um apelo para que o Presidente da República leia a medida provisória que reeditou no dia 25 de fevereiro, e que solicite aos departamentos competentes e aos seus assessores jurídicos uma análise profunda da medida provisória e do impacto que ela poderá ter nas faixas de fronteira do Brasil, faixa de 150km. Só no Paraná são 81 Municípios, 53 mil proprietários rurais – em sua maioria pequenos – que estão sendo ameaçados e que, hoje, não têm tranquilidade para produzir.

Penso que seria muito bom que o Presidente se preocupasse, sim, com a situação econômica do País, mas que não deixasse que alguns dos seus assessores para pretender fazer a média rotineira que apresentasse documentos deste tipo para serem assinados. Isso não é fazer reforma agrária; isso é tirar a reforma agrária de pequenos proprietários.

Se o Governo quiser mostrar coragem e ousadia para fazer reforma agrária, há muitas áreas por aí. Existem no Estado do Senador Ademir Andrade proprietários que têm áreas que chegam a um terço do território do Estado do Paraná inteiro. Um proprietário com uma área equivalente a 20 milhões de hectares. Portanto, Sr. Presidente, não é tirando a terra de quem tem 10 ou 20 hectares, mas é tirando, realmente, daqueles que estão com latifúndios improdutivos, o que há de sobra neste País. Basta ter coragem e ousadia para fazê-lo.

Sr. Presidente, encerro dizendo que se dê uma olhada na economia no interior do País: insumos agrícolas dolarizados. E ouvi dizer na semana passada que a economia não será dolarizada. É preciso mais fiscalização porque o produtor rural que está comprando insumos para plantar sua safra neste momento está comprando em dólar e não sabe quanto vai pagar. O preço do dólar daqui a um mês ninguém sabe e é isso que ele vai pagar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Tem a palavra o Senador Ronaldo Cunha Lima.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Dom Hélder: noventa anos! Mais do que a maravilha da longevidade, com ele se comemora o esplendor de quase um século de uma vida dignificante e bela em exemplos. É a festa do testemunho

do amor e da coragem: amor ao povo e coragem de amá-lo com tamanha e cristã intensidade.

Desejo, portanto, com uma singela homenagem, participar da alegria do povo brasileiro, registrando nos Anais desta Casa o transcurso, em 27 de janeiro último, dos 90 anos de idade do Peregrino Evangelizador, do Bispo da Liberdade, do Padre do Povo, do revolucionário cristão, do educador e também poeta, Dom Hélder Câmara, Arcebispo Emérito de Olinda e Recife.

Nordestino, nascido em terras cearenses, sob a claridade intensa dos céus de Fortaleza, o décimo dos treze filhos do guarda-livros João Câmara Filho e da professora primária Adelaide Pessoa Câmara, Hélder Pessoa Câmara parece ter sido tocado em seu caminho pelo mesmo sopro penetrante, revelador e imponderável que, na noite do apóstolo Paulo em Corinto, manifestou-se em poderosa e divina sentença:

"Não temas! Fala e não te cales. Porque estou contigo. Ninguém se aproximará de ti para te fazer mal, pois tenho numeroso povo nesta cidade." (Atos 18, 9-10)

Assim, também se cumpriu e se cumpre em Dom Hélder Câmara. Não calou, não temeu. Sua voz ecoa e sua coragem fortalece. Palavra e destemor: síntese ainda pobre de uma imensidade humana muito além do que lhe possa ser reconhecido e tributado como paradigma de transformador social, doutrinador cristão e pastor infatigável dos desvalidos, sobretudo nos momentos mais dolorosos de arbítrio e iniquidade, desprezo à vida e às liberdades experimentados pelo povo em nossa história recente.

Nas sombras vorazes da ditadura, não calou e não temeu. Enfrentou os tiranos e as suas patrulhas com a força e a verdade do seu ministério. Com um crucifixo sobre o peito cheio de amor, na gravidade daquela hora, compreendeu e sentiu com exatidão a dor dos oprimidos e denunciou a fereza dos opressores. Pregou e viveu com entusiasmo a mensagem para fazê-los mais fortes. Fortes e crentes, como ele, na possibilidade de edificar um mundo justo pela elevação da dignidade humana, sem que, para isso, ao seu apostolado, fosse necessário qualquer sorte de atrelamento, senão à plena convicção cristã dos seus deveres para com a humanidade.

Eis por que também por isso imagino tenha D. Hélder abandonado o ideário integralista ao qual fora atraído nos dias da juventude para ainda nela integrar-se em definitivo ao ideal de redenção dos excluídos, inspirado essencialmente na inesgotável

fonte de vida que jorra, eterna e sublime, dos Evangelhos de Cristo.

Desse modo, insubmisso às cartilhas ideológicas dos homens, que não diferem muito uma das outras, lançou-se no universo turbulento e espinhoso da libertação dos mais fracos, por meio da força transformadora, verdadeira e invencível da evangelização, que ele soube e sabe como poucos entre nós exercitar no sentido uno, indivisível, monolítico do amor em plenitude e da doação incondicional aos pobres, perseguidos e injustiçados.

Por tal perfil de grandeza, disse sobre ele, com indiscutível acerto, na ocasião das comemorações dos seus oitenta anos, D. Aluisio Lorscheider:

"... Aberto para todos os povos sem discriminação, falando a língua universal da bondade e da paz; sensível a todos os problemas da humanidade, não buscando jamais a solução na violência, mas sempre na força do amor que se sabe dar sem limite".

Pela fertilidade das sementes que espalhou no deserto das injustiças sociais, peregrinando desde os mocambos pobres do Recife e de qualquer lugar, passando pelos campos conflagrados na luta pela terra e pelo pão, pela paz, até o enfrentamento dos poderosos em quaisquer circunstâncias, Dom Hélder Câmara é um homem que há muito já consumou a sua importância na história deste País, como exemplo de vida e obstinação, voltado à dignidade da condição humana.

Presto-lhe, portanto, a minha modesta homenagem. Sei que longe, muito longe, de fazer-lhe justiça como devido, no entanto, neste breve registro o que pretendo é, em nome da conterraneidade paraibana, homenagear, com alegria, o Padre do Povo, pela graça dos seus 90 anos e por todos os anos de testemunho.

Saúdo o Bispo da Liberdade, o Irmão-Oração, feito de luta e prece: prece que desperta a fé; fé que inspira a palavra; palavra que se fez ação; ação que se multiplicará sempre nas favelas e nos campos famintos, para redimir os despidos e desabrigados pela miséria, os que clamam na fome de justiça e padecem na sede da paz, onde quer que estejam e onde quer que esperem, Dom Hélder, por eles, com o hino de sua própria vida, entoando um canto de amor universal, que eu agora exalto na universalidade do seu amor, repetindo as palavras que lhe foram ditas pelo Santo Padre, o Para João Paulo II:

"Irmão dos pobres é meu irmão."

O Sr. Romero Jucá (PSDB – RR) – Senador Ronaldo Cunha Lima, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. RONALDO CUNHA LIMA (PMDB – PB) – Com muito prazer, Senador Romero Jucá.

O Sr. Romero Jucá (PSDB – RR) – Senador Ronaldo Cunha Lima, neste aparte, gostaria de associar-me à homenagem que V. Ex^a presta a Dom Hélder Câmara. Como pernambucano, tive o prazer de conviver com Dom Hélder e, inclusive, de trabalhar juntos, eu do lado do Governo, dirigindo a Secretaria de Educação e Dom Hélder na sua luta, como foi dito aqui, pela justiça, como peregrino da paz e defensor dos pobres. Chegamos a fazer programas de habitação juntos, utilizando, inclusive, áreas da Arquidiocese para assentar pessoas que viviam em condições subumanas. Nesse convívio, aprendi a respeitar, a cada dia mais, um homem que, numa lição não só de humildade, mas de coragem, devotou sua vida a lutar contra a ditadura, pelas liberdades individuais, e depois pela consolidação de uma luta – a de buscar a igualdade e a condição de vida melhor para todos. Pela homenagem que V. Ex^a presta, sem dúvida nenhuma, esta Casa hoje está um pouco mais sensível e olhando em direção dos mais humildes. Portanto, gostaria de me associar às palavras de V. Ex^a, dizendo que D. Hélder Câmara é um exemplo a ser seguido e honrado no nosso País. Muito obrigado.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA (PMDB – PB) – Senador Romero Jucá, alegro-me a manifestação de V. Ex^a, a sua solidariedade à homenagem que presto a D. Hélder Câmara. Seu aparte enriquece o modesto pronunciamento que faço, pois V. Ex^a é testemunha da participação efetiva de um homem que, ao longo da sua experiência de vida, nos momentos mais difíceis desta terra, teve a coragem de enfrentar a ditadura e a opressão.

Agradeço e registro a manifestação de V. Ex^a como um sentimento patriótico, vivenciado talvez pela Casa inteira, no instante em que o Brasil sente esse prazer de reverenciar um homem com a história e a vida de D. Hélder Câmara.

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – V. Ex^a concede-me um aparte?

O SR. RONALDO CUNHA LIMA (PMDB – PB) – Com prazer, ouço a Senadora Heloísa Helena.

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Senador Ronaldo Cunha Lima, nesta tarde de hoje, embora sejamos poucos, quando deveríamos ser muitos, o pronunciamento de V. Ex^a não é um modesto discurso, mas um pronunciamento com a grandeza e a sensibilidade peculiar dos poetas. E saudar D.

Hélder Câmara é importante para todos nós, especialmente os nordestinos. Claro que D. Hélder não é patrimônio nosso; é patrimônio da humanidade, porque seu exemplo de coragem, de solidariedade, de esperança, exemplo também da opção cristã pelos pobres, pelos oprimidos, pelos marginalizados é, sem dúvida, um patrimônio da humanidade, especialmente neste momento em que se considera moderno ser consumista, individualista e não fazer da vida cotidiana exemplo de solidariedade. Então, só tenho que me solidarizar com as palavras de V. Ex^a em homenagem ao nosso querido D. Hélder Câmara, que nós sempre tratamos como se fosse um pouco de nós, como parte integrada das nossas próprias famílias. Lembro que é muito fácil pegar uma Bíblia e percorrer os tempos; o difícil efetivamente é destruir o abismo que pode haver entre o que se verbaliza como opção cristã e as atitudes cotidianas. E D. Hélder, sem dúvida, é um exemplo para todos nós de verdadeiro cristão, está efetivamente em nossos corações brasileiros e especialmente nos corações nordestinos. Parabeno V. Ex^a de todo o meu coração, por lembrar, na tarde de hoje, esse homem tão pequeno e aparentemente frágil, mas um gigante, que é o nosso querido D. Hélder Câmara.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. RONALDO CUNHA LIMA (PMDB – PB)
– Ouço o Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Também parabeno o ilustre Senador Ronaldo Cunha Lima, que traduz, de forma muito clara, o sentimento dos nordestinos, elevando um personagem da história do Nordeste, do Brasil e da Humanidade como D. Hélder Câmara. Imagino a importância do Brasil inteiro, a olhar para um homem de 90 anos como D. Hélder Câmara, um tradutor do sofrimento, da angústia e da resignação do nordestino, mas que, apesar de olhar para todas essas dificuldades, sempre tratou este País com muita esperança. Este é o grande mérito de D. Hélder Câmara: o de tentar traduzir, durante sua vida, o sentimento de que nada é mais belo para este planeta do que o cristianismo, do que a visão cristã da vida e do exercício do dia-a-dia. A homenagem de V. Ex^a a D. Hélder traduz o respeito de todo o Brasil. Ao seu pronunciamento, ainda não concluído, só acrescentaria uma preocupação: sou um jovem de 38 anos, e fico pensando em D. Hélder, com 90 anos; em D. Paulo Evaristo Arns, com idade próxima; em nossos nomes de referência da integridade, patrimônios deste País na luta religiosa, que já se aproximam dessa idade também;

no Norte, lembro-me da figura exemplar de D. Moacir. E fico pensando também nos filhos, no sentido simbólico, de D. Hélder e de D. Moacir, porque imagino que a responsabilidade de nossa geração é olhar para D. Hélder como uma luz a ser seguida na luta cristã por um Brasil justo, verdadeiro, cristão, solidário. Que o Nordeste melhore seus indicadores sociais a partir do compromisso que têm hoje os políticos nordestinos de mudar a realidade deste País.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA (PMDB – PB)
– Registro com indisfarçável contentamento os apêrtes que acabo de receber da Senadora Heloisa Helena e do Senador Tião Viana. Confesso esse contentamento pela autoridade que emana dos conceitos emitidos pela Senadora Heloisa Helena, pelo que vejo na força da sua convicção, na forma como transmite suas idéias, a começar do dia em que inaugurou sua fala nesta Casa, emocionando e emocionando-se. S. Ex^a tem segurança nos conceitos e visão ampla do universo que contempla, visão essa mais bonita do que vemos na sua realidade. E o Senador Tião Viana começa igualmente nesta Casa com segurança, firmeza, sensibilidade e fidelidade às suas convicções e à sua história tão jovem, mas certamente promissora e alentadora.

Na verdade, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é preciso não se completar essa manifestação sobre a vida e obra de D. Hélder Câmara na evangelização, como sacerdote que buscou no seu ministério identificação com os mais humildes, com os oprimidos, na manifestação da sua coragem, não apenas a peregrinação de quem busca na fé ou na crença o consolo na busca da palavra de Deus, mas interpretando a palavra de Deus como mensagem a retemperar a nossa força, a transmitir mais coragem, a dar na coragem mais alento, no alento mais esperança, e na esperança mais certeza para os embates da vida.

Ao registrar esta homenagem que faço, com profunda sensibilidade, a D. Hélder Câmara – e o faço em nome do Nordeste, principalmente, mas por extensão em nome do Brasil inteiro –, existe a certeza de que outros sacerdotes, com a sua coragem e a sua história, continuarão a tarefa missionária, evangelizadora, cristã, corajosa, mas, acima de tudo, patriótica exercida por D. Hélder Câmara.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Ronaldo Cunha Lima, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Concedo a palavra ao nobre Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o assunto que trago hoje a este plenário é de interesse nacional e, de modo muito especial, de interesse da Amazônia brasileira. Trata-se de um problema grave de saúde pública: a hepatite B, que atinge nosso País. É uma doença que atinge hoje dois bilhões de cidadãos no planeta, que são infectados uma vez na vida, particularmente na região tropical, no sudeste asiático e na África, em que a incidência é acentuada.

Trezentos e cinquenta milhões de cidadãos são infectados cronicamente, ou seja, são portadores crônicos da hepatite B, e dois milhões de cidadãos morrem todos os anos em virtude dessa doença.

Enquanto existe uma discussão forte, presente e intensa em relação à AIDS, por exemplo, discute-se muito pouco sobre a hepatite B, cujos casos, em nosso País, têm-se concentrado de modo especial na Amazônia brasileira, uma região onde os dados estatísticos não são precisos nem seguros. Mas estudiosos e pesquisadores de renome nacional e internacional apontam um índice de infecção em portadores crônicos que oscila entre 19% e 8% da população estudada atingida por essa doença.

Em 1976, o Instituto Evandro Chagas, do Pará, laboratório de referência do Ministério da Saúde, já apontava um índice de infecção em regiões do Estado do Acre de 13,4% da população estudada contaminada e portadora crônica do vírus da hepatite B.

Trata-se, talvez, do maior problema de saúde pública na Região Amazônica, mas, infelizmente, outras doenças têm recebido melhor tratamento. Destaca-se muito a malária, que atinge 600 mil pessoas por ano. Essa questão da saúde pública também merece o mais elevado respeito. No entanto, a hepatite B, por ser um mal silencioso que leva dois a trinta anos para manifestar-se na forma de cirrose hepática ou de câncer de fígado, não tem recebido a consideração necessária dos órgãos de saúde, de modo muito especial do Ministério da Saúde.

Os Estados Unidos e o Canadá têm uma baixa prevalência de hepatite B – em torno de 0,5% de sua população. Mas o restante do continente tem sido vítima, assim como a região central da África e o sudeste asiático, de quatro milhões de casos agudos e sintomáticos por ano.

Lamentavelmente, embora esses dois milhões de óbitos anuais causados pela hepatite B estejam registrados nos Anais da Organização Mundial da

Saúde, da Organização Panamericana de Saúde e, às vezes, nos Anais do Ministério da Saúde, não se discute com clareza essa doença no nosso País.

Temos o compromisso a lembrar ao Governo Federal que, em 1990, o Plano Quinquenal do Ministério da Saúde estabelecia como meta vacinar toda a população amazônica até 1995 e toda a população brasileira até 1998. Até hoje, asseguro aos Srs. Senadores que metade das crianças da Amazônia brasileira não recebeu a vacina contra a hepatite B. Infelizmente, não há uma discussão clara entre o Governo Federal e os Governos Estaduais diante do assunto das hepatites.

Em 1994, a Organização Mundial da Saúde estabelecia que todos os países que tivessem um Produto Interno Bruto acima de US\$500 deveriam fazer uma campanha de vacinação. O Brasil tem um PIB muito superior a esse e ainda não tomou essa iniciativa. Em 1997, todos os países, independentemente do Produto Interno Bruto, segundo a Organização Mundial da Saúde, deveriam partir para a vacinação contra a hepatite B. O nosso País não cumpriu essas recomendações internacionais, e atualmente é grave a situação dos casos de hepatite B.

Muitas e muitas vezes, os hospitais ficam repletos, especialmente no Alto Amazonas, no Estado do Acre, na área de Rondônia, onde as enfermarias ficam amontoadas de gente com a antigamente chamada barriga d'água e confundida com excesso de álcool ou de subnutrição. Mas o pensamento científico que prepondera na nossa Região afirma tratar-se de um dos sintomas das hepatites.

O Dr. Luc Montagnier, do Instituto Pasteur, em Paris, aponta que 80% dos casos de câncer de fígado são causados por vírus da hepatite B. Na África, uma das primeiras causas de mortalidade é o câncer de fígado, que tem como agente causal o vírus da hepatite B.

O nosso País não trata essa discussão com a devida seriedade, talvez por ser um problema localizado na Amazônia brasileira. Nos anos 70 e 80, o Governo Federal foi pressionado pelos políticos do Nordeste, pela comunidade científica do Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste para atentar para o grave problema da doença de Chagas, que atingia, no Centro-Oeste e Sudeste, oito milhões de brasileiros. No Nordeste, a esquistosomose atingia aproximadamente seis milhões de brasileiros.

Embora a Amazônia brasileira seja hoje a última fronteira de expansão de doenças tropicais, com milhões de pessoas vítimas silenciosas da hepatite B, não há uma determinação do Governo Federal

em estabelecer como prioridade a vacinação daquela população. A Organização Mundial de Saúde esclarece que, se fosse meta a vacinação, estaríamos reduzindo em 80% os infectados pelo vírus da hepatite B. Infelizmente, o nosso País não tem dado atenção a tal fato.

Na condição de médico, cansei de testemunhar, nos hospitais do meu Estado, pessoas com cirrose hepática causada pelo vírus da hepatite B que ficam internados três a quatro vezes por ano. Uma média de dez dias de internação custa, entre medicação, tratamento e atenção, cerca de R\$10 mil. Mesmo assim, o Governo Federal deixa de vacinar um paciente contra hepatite B, quando o custo de uma vacina é de aproximadamente US\$4.

É preciso compreensão, sensibilidade e, acima de tudo, responsabilidade do Ministério da Saúde, por ser inadiável um programa de vacinação na Amazônia brasileira para prevenção da hepatite B, que atinge o nosso País de modo silencioso, duradouro.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Tião Viana?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – Congratulo-o por fazer um pronunciamento de tamanha importância. Alegro-me por V. Ex^a, como médico, ter conquistado essa vaga no Senado Federal, sobretudo por representar a tão sofrida Amazônia. Como tivemos um desfalque muito grande de Senadores médicos, V. Ex^a vem em boa hora, dando demonstração sobeja da sua preocupação com as questões endêmicas do nosso País, sobretudo aquelas que grassam na Amazônia. É muito oportuno o alerta de V. Ex^a no que concerne à hepatite B, uma doença pouco conhecida até algum tempo atrás. Como V. Ex^a bem frisou, a "barriga d'água", a ascite, era rotulada como uma cirrose de causa desconhecida. Mas hoje sabe-se que a grande maioria dessas cirroses, dessas fibroses hepáticas vêm em decorrência da hepatite B, que não tem merecido o tratamento devido pelas autoridades sanitárias do nosso País. Teremos, pois, de fazer um movimento para que a vacinação cubra todo o território nacional, sobretudo a nossa Amazônia e seja compulsória, como a vacina tríplice e as vacinas contra a poliomielite, a varíola, etc, porque sabemos das inúmeras vidas ceifadas anualmente em nosso País em decorrência da hepatite B. Incorporo-me ao pronunciamento brilhante de V. Ex^a e parabeno o Senado por contar com mais uma figura exponencial da medicina nortense do

nosso País que certamente haverá de muito contribuir para minimizar o sofrimento desse povo brasileiro. Muito obrigado.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço ao ilustre Senador Carlos Patrocínio pela consideração e por dividir a responsabilidade de um assunto tão importante para este País que, lamentavelmente, não tem tido a atenção e a sensibilidade do Governo Federal.

É inadiável uma ação dos Governos Federal, Estaduais e Municipais. A Comissão Nacional de Coordenação do Programa de Hepatite do Ministério da Saúde não pode mais adiar uma ampla intervenção na Amazônia brasileira e em todo o País contra essa doença.

Os Estados Unidos não têm a hepatite B com tanta prevalência, apresentando apenas 0,5% de casos em seu território. Já o Brasil registrará, pela previsão da Organização Mundial de Saúde, mais de 5% de sua população atingida, de modo especial na Amazônia brasileira. Mas os Estados Unidos apresentam hoje aproximadamente 3,2 milhões de infectados pela hepatite C, a segunda causa atual de cirrose hepática naquele país, perdendo apenas para a cirrose alcoólica; a primeira causa de transplante de fígado e a segunda causa de morte por câncer de fígado nos Estados Unidos.

Se transpusermos para um país que, como o nosso, ainda não tem uma pesquisa amadurecida e um claro perfil epidemiológico de uma doença como a hepatite B, vamos ver que o agravamento sócio-econômico dessa doença é muito mais marcante.

Tivemos a oportunidade de acompanhar essa doença no Acre desde 1990, com a responsabilidade de pesquisar, na condição de médico infectologista, e concluímos que o Estado que mais se aproximava do Acre, na prevalência de infectados que doavam sangue como saudáveis a um hemocentro, era o Rio de Janeiro, com a metade dos casos do Estado do Acre. Os demais Estados estudados não chegavam sequer à metade do índice de prevalência do Estado do Acre. Seguramente o Estado do Amazonas, o Alto Amazonas, encontra um índice muito preocupante, muito assustador, como o próprio Instituto de Medicina Tropical tem denunciado ao longo da sua história.

No Congresso Brasileiro de Medicina Tropical, realizado há dois anos no Estado do Acre, o hemocentro divulgou a prevalência de pacientes saudáveis que vão doar sangue para salvar uma vida, que estão infectados pela hepatite B: registraram-se mais de 40% dos doadores de sangue já tendo sido

infectados pelo vírus da hepatite B no Estado do Acre – o que não se traduz em doente crônico, mas apenas infectado previamente pelo vírus – somado a regiões do Vale do Juruá e do Purus que, junto à "boca" do Acre, no Amazonas, apresenta a maior prevalência do vírus da hepatite delta no nosso País. Tal vírus é um indutor de maior gravidade, de maior intensidade da doença hepatite, e redonda, em poucos anos, na presença da cirrose hepática, algumas vezes no câncer de fígado, ou na necessidade de um tratamento muito custoso, com Interferon, ou então na evolução final de alternativa de tratamento do transplante de fígado.

Hoje, em São Paulo, já existe uma fila de milhares de pessoas para o transplante de fígado, em que talvez a mais importante causa seja o vírus da hepatite B oriundo de pacientes da Região Amazônica. O custo de transplante de fígado para o Governo Federal oscila entre US\$80 mil a US\$120 mil. É lamentável que o Governo não parta para a prevenção, com a coragem e o orgulho de mostrar ao Brasil que reduz em 80% o número de pessoas que viriam a se infectar pelo vírus da hepatite B, utilizando a medida da vacinação.

É o registro que faço ao Plenário desta Casa e ao Ministério da Saúde, numa tentativa de provocar, de emergência, uma discussão clara, objetiva e de responsabilidade comum entre Governo Federal, Estados, Municípios e Amazônia brasileira e encontrem a proteção contra essa doença, o que é inadiável para nossa região.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT – DF) – V. Exª me permite um aparte, nobre Senador Tião Viana?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Pois não, nobre Senador Lauro Campos.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT – DF) – Nobre Senador Tião Viana, eu me sinto tristemente encantado e orgulhoso. Se não fossem momentos como este, a nossa luta de derrotados, de uma minoria que sofre o ataque de todos os instrumentos, os tratores e a prepotência da força, nós que não conseguimos aprovar nada durante, às vezes, mandatos inteiros... Gostaria de manifestar meu regozijo e meu orgulho, pois a cada momento que a minha velhice escuta jovens de meu Partido, jovens que conseguiram – imagino eu com quantas lutas, lutas transparentes, lutas desprotegidas dos conchavos, do apoio do general dinheiro comprador de consciências, transformador de consciências em mercadorias – tratar de um tema desta magnitude, não como acontece com muitos de nós, preparado nas vésperas para ocupar essa tribuna. Apesar de jovem, V. Exª

trata deste assunto – acredito ser um tema cultivado de longa data – como uma preocupação que realmente consumiu muito tempo de sua jovem vida. De modo que, então, o que posso desejar é que este pronunciamento de V. Exª não seja apenas uma folha solta, mas o início de uma cruzada que V. Exª, como médico, preocupado com a saúde pública, irá enfrentar durante o seu mandato. Faço votos de que esta sua cruzada iniciada neste discurso, feito com tamanha proficiência, com tamanha familiaridade com o assunto, seja realmente vitoriosa, apesar das agruras e das amarguras que sei que o cumprimento do nosso mandato nesta Casa nos impõe. Costumo dizer àqueles que votaram em mim – e nunca comprei um voto – que eles me condenaram a oito anos de pena aqui no Senado. Já cumpri quatro. Faço votos que V. Exª cumpra seu mandato com muito mais êxito e muito mais alegria do que consegui cumprir o meu.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço ao ilustre Senador Lauro Campos pela permanente referência científica e de responsabilidade com o nosso País apresentadas a toda Bancada do PT e a este Plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Peço ao orador e aos aparteantes que sejam breves, porque o tempo do orador está para se esgotar.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Senador Gilberto Mestrinho, ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Senador Tião Viana, V. Exª, como profissional da área da saúde e homem da Amazônia, conhece muito bem o problema da hepatite na nossa Região e, mais ainda, que esses dados oficiais são apenas aqueles que chegam aos hospitais e postos de saúde. Se verificarmos a enormidade de pessoas que sofrem, que são vítimas desse mal ao longo dos beiradões, dos lagos perdidos, das florestas, esse número se multiplicará muito mais. O problema da hepatite, dos vários tipos de hepatite, com predominância da hepatite B, são alarmantes em nossa Região. A sociedade precisa entender que a hepatite é uma doença contagiosa, transmitida por vírus, e pode se alastrar com violência pelo País inteiro se não houver efetivamente campanhas maciças de vacinação, especialmente levando-se em conta que as vacinas não são 100% eficazes. Trata-se de mais uma razão para se intensificar esse trabalho. Tenho certeza de que se ficarmos atentos, atuantes, ativos, mostrando a discriminação que há das doenças da Amazônia

em comparação com outras adquiridas por descuido, notaremos uma grande injustiça contra nossa gente. V. Ex^a está de parabéns. Seu discurso representa o sentimento de todos aqueles que se interessam pela vida do homem amazônico, que é o grande sacrificado por todo um sistema que quer expulsá-lo da nossa Região. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado ao ilustre Senador Gilberto Mestrinho.

A Sr^a Marina Silva (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador Tião Viana? Sr. Presidente, também peço a clemência da Mesa.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Pois não, Senadora Marina Silva.

A Sr^a Marina Silva (Bloco/PT – AC) – Senador Tião Viana, meu companheiro de Partido e de Estado, este momento foi muito esperado por mim. Infelizmente, não pude estar presente quando do primeiro pronunciamento de V. Ex^a, porque eu tinha uma audiência no Ministério do Meio Ambiente e era necessário que eu comparecesse por causa do tema que iríamos tratar, que é a questão das queimadas na Amazônia. V. Ex^a vem para esta Casa com uma bandeira: a saúde pública. Por conhecer seu trabalho, seu compromisso, sua dedicação e competência, sei que não se trata apenas de uma bandeira política: é uma bandeira de vida. Sei o quanto foi difícil para V. Ex^a tomar a decisão de deixar a sua atividade profissional para enfrentar um mandato político de oito anos, e sei até que V. Ex^a já conseguiu uma maneira de não deixar acontecer o que geralmente ocorre com os médicos, os advogados e até mesmo com os professores: ficam nesta Casa durante oito anos, sem exercer sua atividade de origem, e saem daqui novamente para o mundo quase sem saber o que tanto conheciam quando entraram. Sei que V. Ex^a, mesmo com o impedimento constitucional de trabalhar como médico, vai fazê-lo de alguma forma só para não se desatualizar. Com essas palavras, Senador Tião Viana, quero dizer que o discurso de V. Ex^a não é uma folha solta. Faz parte de uma grande tese em defesa da saúde pública, com começo, meio e fim, para orgulho do Acre, para orgulho da Amazônia. Sei que V. Ex^a tem um dos melhores trabalhos em saúde pública no que se refere às doenças tropicais. V. Ex^a é um grande infectologista, e o Acre se sente orgulhoso de ter em seu quadro de médicos aquele que é considerado um dos maiores infectologistas da Amazônia. Parabéns e seja bem-vindo. Aqui terá uma companheira que ficará do seu lado, porque, além de sermos do mes-

mo Partido, sou sua paciente com muito orgulho. Muito obrigada.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço à ilustre Senadora Marina Silva, que representa sempre o coração e a credibilidade do nosso Estado perante o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu os Recursos de nº 1 a 10, de 1999, interpostos no prazo regimental, no sentido de que sejam submetidas ao Plenário as seguintes matérias:

– Projeto de Lei do Senado nº 130, de 1997, de autoria do Senador Romero Jucá, que autoriza a criação de Distrito Agropecuário no município que menciona, e dá outras providências (São João da Balize – RR);

– Projeto de Lei do Senado nº 131, de 1997, de autoria do Senador Romero Jucá, que autoriza a criação de Distrito Agropecuário no município que menciona, e dá outras providências (Caracará – RR);

– Projeto de Lei do Senado nº 132, de 1997, de autoria do Senador Romero Jucá, que autoriza a criação de Distrito Agropecuário no município que menciona, e dá outras providências (São Luiz do Anauá – RR);

– Projeto de Lei do Senado nº 133, de 1997, de autoria do Senador Romero Jucá, que autoriza a criação de Distrito Agropecuário no município que menciona, e dá outras providências (Cantá – RR);

– Projeto de Lei do Senado nº 134, de 1997, de autoria do Senador Romero Jucá, que autoriza a criação de Distrito Agropecuário no município que menciona, e dá outras providências (Alto Alegre – RR);

– Projeto de Lei do Senado nº 135, de 1997, de autoria do Senador Romero Jucá, que autoriza a criação de Distrito Agropecuário no município que menciona, e dá outras providências (Caroebe – RR);

– Projeto de Lei do Senado nº 136, de 1997, de autoria do Senador Romero Jucá, que autoriza a criação de Distrito Agropecuário no município que menciona, e dá outras providências (Rorainópolis – RR);

– Projeto de Lei do Senado nº 137, de 1997, de autoria do Senador Romero Jucá, que autoriza a criação de Distrito Agropecuário no município que menciona, e dá outras providências (Bonfim – RR);

– Projeto de Lei do Senado nº 138, de 1997, de autoria do Senador Romero Jucá, que autoriza a criação de Distrito Agropecuário no município que menciona, e dá outras providências (Iracema – RR);

- Projeto de Lei do Senado nº 139, de 1997, de autoria do Senador Romero Jucá, que autoriza a criação de Distrito Agropecuário no município que menciona, e dá outras providências (Mucajá – RR).

São os seguintes os recursos recebidos:

RECURSO Nº 1, DE 1999

Senhor Presidente,

Nos termos do § 3º do art. 91, do Regimento Interno, requeremos que o Projeto de Lei do Senado nº 130, de 1997, que "autoriza a criação de Distrito Agropecuário no município que menciona e dá outras providências", seja submetido à deliberação do Plenário do Senado.

Sala das Sessões, 1º de março de 1999. – **Mozarildo Cavalcanti – Luiz Otávio – Jorge Bornhausen – Djalma Bessa – Geraldo Althoff – Gerson Camata – Gilvan Borges – Casildo Maldaner – Jonas Pinheiro.**

RECURSO Nº 2, DE 1999

Senhor Presidente,

Nos termos do § 3º do art. 91, do Regimento Interno, requeremos que o Projeto de Lei do Senado nº 131, de 1997, que "autoriza a criação de Distrito Agropecuário no município que menciona e dá outras providências", seja submetido à deliberação do Plenário do Senado.

Sala das Sessões, 1º de março de 1999. – **Mozarildo Cavalcanti – Luiz Otávio – Jorge Bornhausen – Djalma Bessa – Geraldo Althoff – Gerson Camata – Gilvan Borges – Casildo Maldaner – Jonas Pinheiro.**

RECURSO Nº 3, DE 1999

Senhor Presidente,

Nos termos do § 3º do art. 91, do Regimento Interno, requeremos que o Projeto de Lei do Senado nº 132, de 1997, que "autoriza a criação de Distrito Agropecuário no município que menciona e dá outras providências", seja submetido à deliberação do Plenário do Senado.

Sala das Sessões, 1º de março de 1999. – **Mozarildo Cavalcanti, PFL – Luiz Otávio, – Jorge Bornhausen – Djalma Bessa, – Geraldo Althoff – Gerson Camata – Gilvan Borges – Casildo Maldaner – Jonas Pinheiro.**

RECURSO Nº 4, DE 1999

Senhor Presidente,

Nos termos do § 3º do art. 91, do Regimento Interno, requeremos que o Projeto de Lei do Senado nº 133, de 1997, que "autoriza a criação de Distrito Agropecuário no município que menciona e dá outras providências", seja submetido à deliberação do Plenário do Senado.

Sala das Sessões, 1º de março de 1999. – **Mozarildo Cavalcanti – Luiz Otávio – Jorge Bornhausen – Djalma Bessa – Geraldo Althoff – Gerson Camata – Gilvan Borges – Casildo Maldaner – Jonas Pinheiro.**

RECURSO Nº 5, DE 1999

Senhor Presidente,

Nos termos do § 3º do art. 91, do Regimento Interno, requeremos que o Projeto de Lei do Senado nº 134, de 1997, que "autoriza a criação de Distrito Agropecuário no município que menciona e dá outras providências", seja submetido à deliberação do Plenário do Senado.

Sala das Sessões, 1º de março de 1999. – **Mozarildo Cavalcanti – Luiz Otávio – PA Jorge Bornhausen – Djalma Bessa – Geraldo Althoff – Gerson Camata – Gilvan Borges – Casildo Maldaner – Jonas Pinheiro.**

RECURSO Nº 6, DE 1999

Senhor Presidente,

Nos termos do § 3º do art. 91, do Regimento Interno, requeremos que o Projeto de Lei do Senado nº 135, de 1997, que "autoriza a criação de Distrito Agropecuário no município que menciona e dá outras providências", seja submetido à deliberação do Plenário do Senado.

Sala das Sessões, 1º de março de 1999. – **Mozarildo Cavalcanti – Luiz Otávio – Jorge Bornhausen – Djalma Bessa – Geraldo Althoff – Gerson Camata – Gilvan Borges – Casildo Maldaner – Jonas Pinheiro.**

RECURSO Nº 7, DE 1999

Senhor Presidente,

Nos termos do § 3º do art. 91, do Regimento Interno, requeremos que o Projeto de Lei do Senado nº 136, de 1997, que "autoriza a criação de Distrito Agropecuário no município que menciona e dá outras providências", seja submetido à deliberação do Plenário do Senado.

Sala das Sessões, 1º de março de 1999. – **Mozarildo Cavalcanti – Luiz Otávio – Jorge Bor-**

nhausen – Djalma Bessa – Geraldo Althoff – Gerson Camata – Gilvam Borges – Casildo Maldaner – PMDB – Jonas Pinheiro – Jonas Pinheiro.

RECURSO Nº 8, DE 1999

Senhor Presidente,

Nos termos do § 3º do art. 91, do Regimento Interno, requeremos que o Projeto de Lei do Senado nº 137, de 1997, que "autoriza a criação de Distrito Agropecuário no município que menciona e dá outras providências", seja submetido à deliberação do Plenário do Senado.

Sala das Sessões, 1º de março de 1999. – **Mozarildo Cavalcanti – Luiz Otávio – Jorge Bornhausen – Djalma Bessa – Geraldo Althoff – Gerson Camata – Gilvam Borges – Casildo Maldaner – Jonas Pinheiro.**

RECURSO Nº 9, DE 1999

Senhor Presidente,

Nos termos do § 3º do art. 91, do Regimento Interno, requeremos que o Projeto de Lei do Senado nº 138, de 1997, que "autoriza a criação de Distrito Agropecuário no município que menciona e dá outras providências", seja submetido à deliberação do Plenário do Senado.

Sala das Sessões, 1º de março de 1999. – **Mozarildo Cavalcanti – Luiz Otávio – Jorge Bornhausen – Djalma Bessa – Geraldo Althoff – Gerson Camata – Gilvam Borges – Casildo Maldaner – Jonas Pinheiro.**

RECURSO Nº 10, DE 1999

Senhor Presidente,

Nos termos do § 3º do art. 91, do Regimento Interno, requeremos que o Projeto de Lei do Senado nº 139, de 1997, que "autoriza a criação de Distrito Agropecuário no município que menciona e dá outras providências", seja submetido à deliberação do Plenário do Senado.

Sala das Sessões, 1º de março de 1999. – **Mozarildo Cavalcanti – Luiz Otávio – Jorge Bornhausen – Djalma Bessa – Geraldo Althoff – Gerson Camata – Gilvam Borges – Casildo Maldaner – Jonas Pinheiro.**

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – A Presidência comunica ao Plenário que os Projetos de Lei do Senado nºs 130 a 139, de 1997, que auto-

rizam a criação de Distritos Agropecuários nos municípios que mencionam, e dão outras providências, ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis, para recebimento de emendas, de acordo com o disposto no art. 235, II, c, do Regimento Interno, do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) Sobre a mesa, projeto de resolução que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 7, DE 1999

Altera a redação do inciso V do art. 293 do Regimento Interno do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O inciso V do art. 293 da Resolução nº 93, de 1970, do Senado Federal, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 293.

V – Procedida a verificação de votação e constatada a existência de número legal, novo requerimento de verificação só será admissível se apoiado por 10 (dez) senadores."

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Visa esta proposição permitir uma maior clareza e certeza da vontade legiferante formada durante o processo de votação, na exata medida em que este ato processual representa o cerne do rito legislativo, permitindo daí um afloramento mais nítido da legitimidade representativa da vontade popular.

Desta forma, é inequívoco que a possibilidade de verificação do quorum pelo plenário do Senado Federal, em última análise, reflete o grau de legitimidade da decisão legislativa que encontra-se sendo tomada, motivo pelo qual se pretende substituir o atual critério de verificação de quorum, sedimentado em uma determinante de tempo pela da livre autonomia de vontade dos senadores, não de uma vontade isolada, mas, pelo contrário, de forma coletiva, vez que apresenta-se o permissionário de que dez senadores juntos possam requerer a verificação do quorum.

A alteração sugerida ao Regimento Interno do Senado Federal, encontra razão de ser quando se tem notícia das manobras regimentais acontecidas durante alguns processos de votação nesta Casa Alta, como por exemplo, as costumeiras apresentações de peças secundárias, que sabidamente serão rejeitadas, durante o trâmite de votação de um projeto principal, mas, justamente assim, haverá ensejo para se solicitar verificação de **quorum**, que, ao efetivar-se, terá o fim único e exclusivo de obstar nova verificação de **quorum** durante a próxima uma hora, ou seja, lapso temporal suficiente para abarcar a votação do projeto principal, permitindo o voto de liderança que, muitas das vezes, é contrário à vontade dos liderados.

Esses fatos estão registrados em notas taquigráficas do Senado, exemplificativamente, durante a votação do projeto de rolagem da dívida do Estado do Pará e o da capitalização do Banco do Estado do Pará, na exata medida em que o primeiro projeto foi rejeitado pelo voto de liderança e aprovado pelo voto nominal dos Senhores Senadores, enquanto que o segundo projeto, embora tivesse expressamente o apoio da maioria dos Senadores, foi rejeitado pelo voto de dois líderes, contrariando frontalmente a legitimidade deste processo.

Portanto, percebe-se com isso que no cotidiano parlamentar, o Regimento desta Casa encontra-se sendo utilizado para manobras que tolhem a livre manifestação dos parlamentares, em favor, muitas vezes, de uma minoria correspondente ao voto de liderança. É meridiano o prejuízo que tais práticas trazem ao processo legislativo, uma vez que mitigam a transparência e certeza da votação no Plenário do Senado Federal, requisitos fundamentais para a perfeita cristalização da decisão dos representantes da soberania popular, escurecendo, pois, a própria legitimidade do processo, razão plena para se transmutar o critério adotado.

Com efeito, é manso e tranqüilo que a norma jurídica não alberga em seu seio de legalidade a sua inadequada utilização, ou seja, inquestionavelmente que a ação adotada para frustrar a verificação de **quorum**, através de manobras como anteriormente exemplificadas, ensejam o que comumente se designa de abuso do direito, vez que se deturpa a finalidade buscada pela norma jurídica. Todavia, a plenitude da plurifalada legitimidade, sustentáculo basilar da democracia representativa, exige não só a consciência do agir coerentemente com os preceitos normativos estabelecidos, mas também, a criação de mecanismos que aperfeiçoem o debate democrático.

Por outro lado, nunca é demais lembrar que a praticidade da modernidade criou a votação por processo eletrônico, tornando as votações céleres, inclusive a de verificação de **quorum**, motivo pelo qual em nenhum momento pode ser aduzida a tese de que a verificação de **quorum** obsta o bom andamento das votações. O regimento Interno, portanto, com nossa proposta acompanhará este processo de modernização.

Desta maneira, em síntese, se vê que não se pretende criar empecilhos ao linear desenvolvimento do processo legislativo, através de freqüentes solicitações de verificação de **quorum** a título pálio de se assegurar a legitimidade das votações. Contudo, resta inequívoco que a forma a que é habitualmente submetida o dispositivo legal que se pretende alterar, bem como, a sua literal e rígida inalação hermenêutica, apontam como corolário único a necessidade de se fixar outro critério objetivo, que melhor compatibilize a retidão e certeza da votação, com o seu correto e não tumultuado trânsito.

Portanto, o critério apresentado nesta Proposição encerra um melhor dado objetivo, integrante do substancial elemento de justiça, na exata medida em que substitui a frieza dos sessenta minutos pelo democrático pleito de uma parte significativa de parlamentares, sedimentado na razão aproximada de 1/8 (um oitavo) dos senadores.

Diante do exposto, no intuito de contribuir para o fortalecimento da democracia representativa com maior moralização dos trabalhos legislativos relativos ao processo de votação, conseqüentemente, conduzindo a uma maior legitimidade das decisões do Parlamento, esperamos que nossos ilustres pares acatem a presente proposta.

Sala das Sessões, 1º de março de 1999. – Senador **Ademir Andrade**.

(Observar arts. 401 e 402 e ss. do Regimento Interno.)

LEGISLAÇÃO CITADA

REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

.....
"Art. 293. No processo simbólico observar-se-ão as seguintes normas:

.....
V – procedida a verificação de votação e constatada a existência de número não será permitida nova verificação antes do decurso de uma hora."
.....

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – O projeto lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

São lidos os seguintes:

OF. PSDB/I/Nº 180/99

Brasília, 25 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Basílio Villani e Ricardo Ferraço, como membros titulares, e Arnon Bezerra e Yeda Crusius, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 1735-30/99.

Atenciosamente, – Deputado **Aécio Neves**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 181/99

Brasília, 25 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Emerson Kapaz e Luiz Piauhyllino, como membros titulares, e Arthur Virgílio e Ayrton Xerez, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 1734-24/99.

Atenciosamente, – Deputado **Aécio Neves**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 182/99

Brasília, 25 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Marisa Serrano e Nelson Marchezan, como membros titulares, e Ademir Lucas e Flávio Arns, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 1.733-58/99.

Atenciosamente, – Deputado **Aécio Neves**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 185/99

Brasília, 26 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Dr. Heleno e Jovair Arantes, como membros titulares, e Anivaldo Vale e Luciano Castro, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 1.737-23/99.

Atenciosamente, – Deputado **Aécio Neves**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 186/99

Brasília, 26 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Antônio Kandir e Max Rosenmann, como membros titulares, e Nelson Marchezan e Paulo Mourão, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 1.738-19/99.

Atenciosamente, – Deputado **Aécio Neves**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 187/99

Brasília, 26 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Marisa Serrano e André Benassi, como membros titulares, e Artur Virgílio e Luiz Piauhyllino, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 1.739-18/99.

Atenciosamente, – Deputado **Aécio Neves**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 188/99

Brasília, 26 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Vicente Arruda e Feu Rosa, como membros titulares, e Aloysio Nunes Ferreira e Antonio C. Pannunzio, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 1.740-28/99.

Atenciosamente, – Deputado **Aécio Neves**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 189/99

Brasília, 26 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Dino Fernandes e Luiz Carlos Hauly, como membros titulares, e Nelson Marchezan e Yeda Crusius, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 1.741-38/99.

Atenciosamente, – Deputado **Aécio Neves**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 190/99

Brasília, 26 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Anivaldo Vale e Ayrton Xerez, como membros titulares, e Fátima Pelaes e Odílio Balbinotti, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 1.742-14/99.

Atenciosamente, – Deputado **Aécio Neves**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/Nº 191/99

Brasília, 26 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Fátima Pelaes e Flávio Arns, como membros titulares, e Pedro Henry e Vittorio Mediolì, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 1.743-12/99.

Atenciosamente, – Deputado **Aécio Neves**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 192/99

Brasília, 26 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Nelson Marchezan e Paulo Kobayashi, como membros titulares, e Alberto Goldman e Yeda Crusius, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para

integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 1.744-10/99.

Atenciosamente, – Deputado **Aécio Neves**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 193/99

Brasília, 26 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Antônio Kandir e Yeda Crusius, como membros titulares, e Danilo de Castro e Paulo Mourão, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 1.745-12/99.

Atenciosamente, – Deputado **Aécio Neves**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 194/99

Brasília, 26 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Carlos Batata e Coronel Garcia, como membros titulares, e Ariosto Holanda e Sebastião Madeira, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 1.746-9/99.

Atenciosamente, – Deputado **Aécio Neves**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 195/99

Brasília, 26 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Anivaldo Vale e Mário Negromonte, como membros titulares, e Luciano Castro e Roberto Rocha, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 1.748-38/99.

Atenciosamente, – Deputado **Aécio Neves**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 196/99

Brasília, 26 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Anivaldo Vale e Márcio Fortes, como membros titulares, e Paulo Mourão e Ro-

berto Brant, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 1.749-36/99.

Atenciosamente, – Deputado **Aécio Neves**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 197/99

Brasília, 26 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Roberto Rocha e Yeda Crusius, como membros titulares, e Antônio Kandir e Nicias Ribeiro, como membros suplentes, em substituição aos anteriores indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 1.750-47/99.

Atenciosamente, – Deputado **Aécio Neves**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 198/99

Brasília, 26 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Vittorio Mediolí e Custódio Mattos, como membros titulares, e Alexandre Santos e Ariosto Holanda, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 1.751-62/99.

Atenciosamente, – Deputado **Aécio Neves**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 199/99

Brasília, 26 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Antônio C. Pannunzio e Roberto Brant, como membros titulares, e João Almeida e Luiz Carlos Hauly, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 1.753-15/99.

Atenciosamente, – Deputado **Aécio Neves**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 200/99

Brasília, 26 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Alexandre Santos e Augus-

to Franco, como membros titulares, Luiz Carlos Hauly e Paulo Feijó, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 1.754-14/99.

Atenciosamente, Deputado **Aécio Neves**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 201/99

Brasília, 26 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Márcio Fortes e Ariosto Holanda, como membros titulares, Basílio Villani e Ronaldo Cezar Coelho, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 1.755-11/99.

Atenciosamente, Deputado **Aécio Neves**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 202/99

Brasília, 26 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Mário Negromonte e Adolfo Marinho, como membros titulares, e B. Sá e Roberto Rocha, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 1.756-10/99.

Atenciosamente, – Deputado **Aécio Neves**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 203/99

Brasília, 26 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Luciano Castro e Zinaldo Coutinho, como membros titulares, e Antônio C. Pannunzio e Marcus Vicente, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 1.757-51/99.

Atenciosamente, – Deputado **Aécio Neves**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 204/99

Brasília, 26 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Pedro Henry e Xico

Graziano, como membros titulares, e Roberto Brant e Rommel Feijó, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 1.758-9/99.

Atenciosamente, – Deputado **Aécio Neves**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 205/99

Brasília, 26 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Roberto Brant e Luiz Carlos Hauly, como membros titulares, e Danilo de Castro e Nicias Ribeiro, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 1.759-9/99.

Atenciosamente, – Deputado **Aécio Neves**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 206/99

Brasília, 26 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Márcio Fortes e Ricarte de Freitas, como membros titulares, e Basílio Villani e Franco Montoro, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 1.761-9/99.

Atenciosamente, – Deputado **Aécio Neves**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 207/99

Brasília, 26 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Aloysio Nunes Ferreira e Márcio Fortes, como membros titulares, e Eduardo Barbosa e Marcus Vicente, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 1.762-9/99.

Atenciosamente, – Deputado **Aécio Neves**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 208/99

Brasília, 26 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Ayrton Xerez e Ro-

berto Brant, como membros titulares, e Danilo de Castro e Vicente Arruda, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 1.763-63/99.

Atenciosamente, – Deputado **Aécio Neves**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 209/99

Brasília, 26 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Odílio Balbinotti e B. de Sá, como membros titulares, e Bonifácio de Andrada e Carlos Mosconi, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 1.764-33/99.

Atenciosamente, – Deputado **Aécio Neves**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 210/99

Brasília, 26 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Luiz Piauhyllino e Mário Negromonte, como membros titulares, e Feu Rosa e Roberto Rocha, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 1.765-45/99.

Atenciosamente, – Deputado **Aécio Neves**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 211/99

Brasília, 26 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Danilo de Castro e Sérgio Reis, como membros titulares, e José de Abreu e Nelson Marchezan, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 1.768-31/99.

Atenciosamente, – Deputado **Aécio Neves**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 212/99

Brasília, 26 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados João Almeida e Jovair Arantes, como membros titulares, e João Leão e Paulo Mourão, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 1.769-54/99.

Atenciosamente, – Deputado **Aécio Neves**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 213/99

Brasília, 26 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Chiquinho Feitosa e Moroni Torgan, como membros titulares, e Flávio Arns e Vittorio Mediolli, como membros suplentes, em substituição aos anteriores indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 1.770-45/99.

Atenciosamente, – Deputado **Aécio Neves**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 214/99

Brasília, 26 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Ronaldo Cezar Coelho e João Almeida, como membros titulares, e Anivaldo Vale e Carlos Mosconi, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP Nº 1.771-23/99.

Atenciosamente, Deputado **Aécio Neves**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 215/99

Brasília, 26 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Luiz Carlos Hauly e Marinha Raupp, como membros titulares, e José de Abreu e Márcio Fortes, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 1.772-19/99.

Atenciosamente, Deputado **Aécio Neves**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 216/99

Brasília, 26 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Badu Picanço e Luís Eduardo, como membros titulares, e João Almeida e José Thomaz Nonô, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 1.773-34/99.

Atenciosamente, – Deputado **Aécio Neves**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 217/99

Brasília, 26 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Bonifácio de Andrada e Paulo Feijó, como membros titulares, e João Almeida e Luiz Piauhyllino, como membros suplentes, em substituição aos anteriores indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 1.774-222/99.

Atenciosamente, – Deputado **Aécio Neves**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 218/99

Brasília, 26 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Franco Montoro e Pedro Canedo, como membros titulares, e Nicias Ribeiro e Roberto Brant, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 1.776-8/99.

Atenciosamente, – Deputado **Aécio Neves**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 219/99

Brasília, 26 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Ademir Lucas e Ubiratan Aguiar, como membros titulares, e Marinha Raupp e Marisa Serrano, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para

integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 1.777-8/99.

Atenciosamente, – Deputado **Aécio Neves**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 220/99

Brasília, 26 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Lídia Quinan e Nilo Coelho, como membros titulares, e Franco Montoro e Pedro Henri/, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 1.778-8/99.

Atenciosamente, – Deputado **Aécio Neves**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 221/99

Brasília, 26 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Jovair Arantes e Paulo Mourão, como membros titulares, e Feu Rosa e Roberto Rocha, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 1.779-7/99.

Atenciosamente, – Deputado **Aécio Neves**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 222/99

Brasília, 26 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados B. Sá e Léo Alcântara, como membros titulares, e Ademir Lucas e José Thomaz Nonô, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 1781-6/99.

Atenciosamente, – Deputado **Aécio Neves**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 223/99

Brasília, 26 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Roberto Rocha e Romeu Queiroz, como membros titulares, e Ayrton Xerez e Luiz Piauhyllino, como membros suplentes,

em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 1.782-2/99.

Atenciosamente, – Deputado **Aécio Neves**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 225/99

Brasília, 26 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Aloysio Nunes Ferreira e Feu Rosa, como membros titulares, e João Leão e Luiz Piauhyllino, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 1.798-1/99.

Atenciosamente, – Deputado **Aécio Neves**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 226/99

Brasília, 26 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Amon Bezerra e Lúcia Vânia, como membros titulares, e B. Sá e Rommel Feijó, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 1.799-2/99.

Atenciosamente, – Deputado **Aécio Neves**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 228/99

Brasília, 26 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados José Militão e Rafael Guerra, como membros titulares, e José Thomaz Nonô e Paulo Mourão, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 1.809/99.

Atenciosamente, – Deputado **Aécio Neves**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 229/99

Brasília, 26 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados José Teles e Jutahy Júnior, como membros titulares, e João Almeida e

José de Abreu, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrar a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 1.810/99.

Atenciosamente, — Deputado **Aécio Neves**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 231/99

Brasília, 1º de março de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Ademir Lucas e Nelson Marchezan, como membros titulares, e Marisa Serrano e Raimundo Gomes de Matos, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 1.784-2/99.

Atenciosamente, — Deputado **Aécio Neves**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) — Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) — Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

OF. Nº 57/98-CAS

Brasília, 8 de dezembro de 1998

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91 do Regimento Interno, comunico a Vossa Excelência, que esta Comissão aprovou o Projeto de Lei do Senado nº 091, de 1998, que "Institui o Conselho Federal do Secretariado-CFSEC e os Conselhos Regionais de Secretariado-CRSEC; dispõe sobre a fiscalização do exercício profissional e dá outras providências", de autoria da Senadora Regina Assumpção, em reunião de 2 de dezembro de 1998.

Atenciosamente, Senador **Ademir Andrade**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) — Com referência ao ofício que acaba de ser lido, a Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno do Senado Federal, abrir-se-á prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 91, de 1998, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) — A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Resolução nº 7, de 1999, que altera a redação do inciso V do art. 293 do Regimento Interno do Senado Federal, lido anteriormente, ficará sobre a mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 401, § 1º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) — Com a palavra, o Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT — DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Ministro de Luiz XIV, Jean-Baptiste Colbert, escreveu-lhe uma carta que se encontra transcrita em um livro chamado *Mercantilism*, de Heckscher, em dois volumes, livro esse que foi considerado por Lorde Keynes a maior obra já escrita sobre o mercantilismo no mundo.

Dizia Colbert a Luiz XIV o seguinte: "Movemos uma guerra monetária contra a Espanha e a Holanda e já os derrotamos. Resta agora a Inglaterra. As finanças públicas são o nervo vital da guerra". A concepção de Colbert sobre a moeda é muito diferente da concepção dos neoliberais e mesmo da concepção de São Tomás de Aquino, por exemplo, para quem, baseado em Aristóteles, a moeda desempenhava principalmente as funções de crematística e de catalática, ou seja, de instrumento de troca e de conservação e acumulação e ganho de dinheiro, de riqueza.

Nós estamos colocando hoje, no Brasil, o mais perigoso, o mais forte instrumento de guerra, guerras externas e internas movidas contra a população, quando o Presidente do Banco Central, que detém o controle lítrico, o controle do dinheiro, é provavelmente capaz de continuar a desfechar esta guerra monetária interna contra a população brasileira. A inflação, por exemplo, se considerada como fenômeno monetário, já mostrou e demonstrou muitas vezes o seu poder de realizar uma guerra contra a massa da população brasileira, contra trabalhadores e aqueles que não podem reajustar seus salários diante da desvalorização monetária.

A moeda é algo tão importante que Heilbrunner afirmava em seu livro que se a Alemanha de Hitler tivesse aprendido a controlar, por meio de suas contas nacionais, a questão financeira e monetária tão bem quanto a Inglaterra e os Estados Unidos o fizeram, certamente isso representaria um ganho superior ao da própria bomba atômica. É uma arma de guerra.

Os seres transnacionais, os cidadãos do mundo são também pluripatriotas. A pátria dos tecnocratas

tas que dirigem as mesas de câmbio é a mesma de seus patrões. Onde está o dinheiro, aí está a pátria. Ao dirigir ataques especulativos – que nos lembram, obviamente, operação de guerra – contra a libra inglesa, o wan, o rublo, o real, a lira italiana, o bath, George Soros afirmou que poupou a França de seus ataques por ser simpático àquele País. Será o megaespeculador do Fundo Quantum simpático ao Brasil? Terá nos poupado ou não? Gostaria de saber do Presidente do Banco Central, que dirigiu durante tanto tempo as operações especulativas do Fundo Quantum contra a América Latina e que é ou foi sócio do dito fundo, quantos bilhões de dólares o Quantum surripou do Brasil?

A arrogância e a ousadia são, geralmente, tão maiores quanto mais ignorante for o agente, presa fácil do messianismo. Soros se propõe a reformular o mundo e a vida sobre a Terra. Mostra sua determinação e coragem quando confessa que criou uma ONG para combater o comunismo dentro da União Soviética ajudando, na prática, como guerrilheiro da economia de mercado, a provar que o socialismo real era inconsistente.

O Dr. Fraga Neto deixou a direção do Banco Central para ser um marechal do exército do Fundo Quantum. O Presidente Fernando Henrique Cardoso, com rara felicidade, percebeu que, com o transplante de capital estrangeiro para o Brasil, sua aliança com os capitalistas nacionais fornecedores de partes, peças e insumos, com as relações desse capital com comerciantes e políticos aqui, no Brasil, ia-se constituindo aquilo que FHC chamou de o anties-tado nacional.

E, hoje, não há dúvida alguma de que existe um marechal assestado na Presidência do Banco Central por culpa nossa, que aprovamos a indicação desse nome sem conhecê-lo, sem indagar, sem investigar coisa nenhuma. E posso dizer de cátedra, porque votei no Sr. Francisco Lopes; não sou um intransigente refugador de nomes enviados pelo Governo Federal, mas procuro conhecer as pessoas que estou julgando.

Pois bem, o megaespeculador George Soros escreveu, em um livro prefaciado pelo marechal Fraga, que os fundos especulativos detêm hoje uma soma de poderes superior ao de muitos Estados nacionais. Quando o Dr. Fraga era um simples diretor do Banco Central do Brasil, antes de ser marechal do poderoso exército da república volátil de George Soros, escreveu um opúsculo em parceria com o Dr. Sérgio Werlang, no Ensaio Econômico nº 203, "Os Bancos Estaduais e o Descontrole Fiscal, Alguns As-

pectos", no qual defende as vantagens da privatização das instituições financeiras públicas, dos bancos estaduais, do Banco do Brasil, do Nordeste do Brasil, da Caixa Econômica Federal, da Petrobrás etc, em nome de uma maior eficiência e de acesso do Banco Central à fiscalização daquelas instituições.

E o diretor do Banco Central veio a esta Casa, há dois anos, e declarou que o Banco Central é incapaz de fiscalizar. Por isso, ocorreram aqueles desmandos da época do Proer.

O Dr. Fraga diante do desastre da privatização que doou o patrimônio público nacional a empresas privadas estrangeiras e nacionais continua defendendo a privatização do que sobrou. Como e por que bancos privados eficientes, como diz ele – muito mais eficientes do que os bancos estatais, a Caixa Econômica e o Banco do Brasil –, ruíram mais "fragorosamente" do que os incompetentes bancos estaduais?

O Proer socorreu com 21 bilhões de dólares os bancos privados eficientemente quebrados. Se os bancos estatais que os socorreram não existissem, e, diante da crise dos Estados e Municípios, tiveram de funcionar como emissores de segunda estância, certamente a crise das finanças públicas de Estados e Municípios teria ocorrido muito tempo antes.

Os ataques especulativos, Soros à frente, volatilizaram US\$50 bilhões das reservas que, de defesa a ataques especulativos contra o Brasil, transformaram-se em alimento para vampiros voláteis e especuladores insaciáveis.

Aquelas reservas, naquilo que elas tinham de real e palpável, não teriam sido criadas para alimentar os chamados ataques especulativos, isto é, para serem servidas ao Fundo Quantum e semelhantes? Criaram as reservas para que, obviamente, elas pudessem ser usadas pelos exércitos que nos atacaram com seus ataques especulativos. Talvez Quantum à frente. Eu perguntei isso a ele e ele não me respondeu, como não respondeu nada, aliás.

Quem garante que os mais de US\$70 bilhões mantidos em reserva, em nome da defesa contra os ataques especulativos – e que nada defenderam além dos lucros dos especuladores –, não tiveram, desde o início, esse objetivo? Não será o Dr. Fraga um inconsútil, um moralista, um neocavalo de Tróia introduzido no centro da economia brasileira para liquidar o que restou do patrimônio público?

O Dr. Fraga, enquanto era diretor do Banco Central, ao tempo do Governo Collor, viu o processo de abertura dos mercados especulativos brasileiros aos capitais de curto prazo e participou dele. Para cá

afluíram, sem qualquer quarentena, sem tempo mínimo de permanência, sem pagar pedágio ou qualquer proteção, sem as cautelas mínimas que países como o Chile, fanatizados pelo neoliberalismo, tomaram.

Naquele tempo de direção do Banco Central, a chave do cofre estava sendo fundida para ser entregue aos especuladores estrangeiros. Os prêmios oferecidos ao Dr. Fraga pelo Fundo Quantum – sociedade no Fundo, diretoria e régia remuneração – não foram gratuitos. As medidas arquitetadas a partir de 1990 permitiram que se construísse uma larga avenida pela qual entraram as hostes especulativas, que elevaram de US\$0.6 bilhão, em 1991, para US\$30.9 bilhões os capitais especulativos de curto prazo.

A construção desse caminho, ou melhor, des-caminho que franqueou os investimentos especulativos e seu retorno feliz aos países de origem foi realizado principalmente em 1991, coincidentemente, com a presença de Fraga na diretoria do Banco Central. Esse trabalho fantástico de amparo ao capital especulativo internacional visou remover as dificuldades apresentadas pela regra básica prevista na Resolução nº 1.289, de 20 de março de 1987, que procurava proteger o Brasil contra os movimentos especulativos de curto prazo, representada pela exigência de prazo de permanência mínima dos investimentos. A Resolução nº 1.832, de 31 de maio de 1991, alterou o Anexo IV, da Resolução nº 1.289, introduzindo dispositivos visando à "flexibilização das regras que orientaram a participação de investidores institucionais externos nas bolsas brasileiras." Relatório do Banco Central, de 1991, página 62.

Nova alteração do Anexo IV foi feita pelo artigo 27 da Resolução nº 1.867, de 23 de setembro de 1991. Assim, foi sendo construída essa avenida, que facilitou, sem pedágio e sem quaisquer garantias, a avalanche de capital estrangeiro que para aqui afluiu. Continuemos a acompanhar as pedras que foram colocadas para receber esses invasores, cujos efeitos muito bem conhecemos no Brasil. Estamos sofrendo até hoje as suas conseqüências.

A Resolução nº 1.877, de 22 de outubro de 1991, que "eliminou os critérios de diversificação de aplicações nos casos de sociedades e fundos, onde todos os acionistas e condôminos fossem investidores institucionais estrangeiros bem como os prazos de permanência para investimentos realizados via sociedades de investimentos e fundos de investimentos, conforme estava previsto na Resolução nº 1.289, de 20 de março de 1987 – Relatório do Banco Central nº 1.991, pag. 63.

A Resolução nº 1.935, de 30 de junho de 1992, autoriza os fundos e as carteiras de investimentos, regulamentadas pelas Resoluções nºs 1.289 e 1.883, a realizarem operações de opções de futuros, referenciadas em valores mobiliários, taxas de juros e câmbio.

Arrombada a porta, os capitais de curto prazo invadiram o País, introduzindo os movimentos especulativos tão aplaudidos pela tecnocracia, pela cúpula governamental e pelos grupos de pressão, que sempre se mobilizaram para impedir a queda da taxa de juros ou a regulamentação do capital estrangeiro, para que mais estatais sejam levadas a leilão. É o mesmo grupo, fazem parte do mesmo exército, daquele Estado antinacional, que, de acordo com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, se constituía no Brasil. O Presidente do BNDES é outro coronel desse exército de ocupação.

O relatório de 1993 do Banco Central, pag. 113, assim descreve os resultados da abertura no balanço de pagamentos, quando a atual equipe já estava no comando das áreas econômico-financeiras: "As inversões estrangeiras direcionadas ao país totalizaram 16,6 bilhões de dólares, em sua quase totalidade destinadas ao mercado de capitais, refletindo a atratividade do mercado acionário brasileiro e a rentabilidade proporcionada pela taxa de juros. Tudo para atrair o capital especulativo internacional. Ao longo do ano, observou-se o movimento especulativo das aplicações nesse mercado, evidenciando-se a saída de US\$8,7 bilhões de recursos do país".

Desde então a entrada e saída dos capitais especulativos levaram a batizar-se esse dinheiro de "dinheiro de motel". Os anos de ouro do escancaramento do Brasil pelos capitais especulativos, a década de 1990, promoveram o Sr. Marcílio Marques Moreira*, Ministro da Fazenda entre 1991 e 1992, a consultor da Corretora Meril Lynch; o Dr. Francisco Gros, Presidente do Banco Central, de maio de 1991 a novembro de 1992, a Diretor Executivo do Banco Morgan Stanley Dean Witter; o Sr. Armínio Fraga Neto, Diretor da Área Internacional do Bacen, de junho de 1991 a novembro de 1992, a Diretor Gerente da Soros Fund Management LLC, que administra o Fundo de investimento Quantum desde dezembro de 1992 (in **Gazeta Mercantil**, 3-2-99, caderno B, pag. 2).

A **Gazeta Mercantil** de 3-2-99 assim descreve a trajetória do Dr. Fraga, cujo nome a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou para a presidência do Banco Central e que o plenário vai confirmar.

Vejamos o que diz a **Gazeta Mercantil**: "Fraga Neto saiu do BC em novembro de 1992, logo após o **impeachment** de Collor...Mas ele não esquentou cadeira. Em dezembro daquele ano, Fraga Neto já estava empregado quando anunciou que iria ser sócio e diretor da Soros Fund Management do megaspeculador George Soros". Apondo os defeitos da economia moderna, dominada pelos fluxos especulativos, Soros aponta a promiscuidade entre as empresas privadas e as governamentais como um dos principais defeitos da economia aberta (G. Soros, A Crise do Capitalismo, pág.152). Portanto, se Soros estivesse no Senado da República examinando a indicação de Fraga Neto para a Presidência do Banco Central rejeitaria esse nome, a fim de evitar as relações promíscuas entre o estatal e o privado. Até Soros negaria apoio à indicação de um nome que não apenas é suspeito, mas certamente perigoso e impróprio.

A Direção do Banco Central se transformou numa chocadeira de gênios especuladores e operadores notáveis. É preciso saber se o Dr. Fraga pretende completar sua guerrilha contra o patrimônio das estatais – ele prometeu fazê-lo no trabalho que citei no início deste discurso –, se pretende continuar favorecendo a entrada de capitais especulativos.

E realmente foi quando esses capitais especulativos secaram, quando a oferta externa de dinheiro secou e não pôde continuar com a mágica de importar barato as mercadorias que achataram os preços, quebraram as indústrias e abafaram a inflação, que contiveram a inflação no Brasil. Agora não temos mais recursos internos para continuar com a taxa de câmbio favorecida, para importar mercadorias e controlar a inflação dessa maneira fantástica, absurda. De modo que eles tiveram – foi a realidade que lhes impôs isso – de fazer a mudança do câmbio; essa decisão não saiu de nenhuma cabeça. Essa mudança foi provocada pela falta de recursos para continuar a enxurrada das importações, subsidiadas pela taxa de câmbio criada pelo Sr. Gustavo Franco e criticada já pelo Sr. Fernando Henrique Cardoso em junho de 1997 (págs. 9, 10 e 11 da **Gazeta Mercantil**).

O Presidente do Banco Central está voltando ao Brasil no fim da festa: bancos falidos (públicos e privados), parque industrial sucateado, desemprego em alta, US\$380 bilhões de dívida pública da União – e prometem as autoridades do Governo que ela irá a US\$414 bilhões, em um período muito próximo –, mais de US\$240 bilhões de dívida externa, salário-mínimo de US\$65,00 por mês, etc., em nome da Estabilização e da Reeleição. Parece que o processo

schumpeteriano de "destruição criadora" ficou na primeira etapa: a da destruição.

Ao aprovar recentemente o nome do Prof. Francisco Lopes para a Presidência do Banco Central, declarei que S. S^a estava sendo colocado no "olho do furacão", no vórtice da crise. Agora, temerariamente, instalam no Banco Central alguém muito competente.

Durante o discurso do Sr. Lauro Campos, o Sr. Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, S^{rs} e S^{rs}. Senadores, desejo, na verdade, fazer apenas duas comunicações à Casa. Apresentei hoje um Projeto de Resolução com o fito de mudar o Regimento Interno do Senado Federal.

Nosso Regimento Interno está extremamente ultrapassado no que se refere a uma questão da maior importância para todo o povo brasileiro, qual seja, a da verificação de **quorum**.

Pelo nosso Regimento Interno, a vontade de uma ou duas pessoas na condição de Líderes Partidários prevalece sobre a vontade de cada um dos S^{rs}. Senadores. Tanto o atual Regimento Interno do Senado quanto o Regimento Comum do Congresso Nacional têm um artigo que considero um verdadeiro absurdo – e vou provar a razão do que estou dizendo.

Feita uma determinada votação, as Lideranças se expressam e a matéria é aprovada ou rejeitada de acordo com aquela manifestação. Existe no Senado a possibilidade de que um Senador peça verificação de **quorum**, necessitando do apoio de três outros S^{rs}. Senadores para que isso aconteça. Nesse caso, há uma primeira verificação, sendo que o Regimento ainda prevê que qualquer outra verificação só poderá ser levada a efeito após o transcurso de uma hora após o primeiro pedido.

Ora, isso leva a uma distorção da vontade da maioria dos Senadores – e cito um exemplo concreto ocorrido em uma sessão do Senado Federal. Tratava-se, no caso, da rolagem da dívida do Estado do Pará e da questão da capitalização do Banco do Estado do Pará. Eram dois os projetos. Colocado em votação o primeiro, os Líderes do PFL e do PMDB se manifestaram contrários. Então, pedi verificação

de **quorum** com o apoioamento regimental. Venceu, contudo, a vontade expressa da maioria dos Senadores. Em um segundo momento, colocado em votação o projeto de capitalização do banco estadual, mais uma vez dois Líderes se manifestaram contrários ao projeto. Estava evidente que a maioria dos integrantes do Senado Federal desejava a aprovação do projeto; no entanto, pelo voto dos dois líderes, contrário ao projeto, foi esse rejeitado.

Ora, e não se pode proceder à verificação de **quorum** porque o Regimento assim não o permite. O Regimento está superado, contando com uma disposição aplicável ao tempo em que as votações eram nominais, em que não havia votação eletrônica.

Por isso, estamos apresentando a referida proposta de modificação do Regimento, no sentido de que, a partir da segunda verificação, deixe de se impor o transcurso do tempo e haja o apoioamento de 10 Srs. Senadores, o que representa um oitavo da Casa.

Outro exemplo: na votação do projeto que aumentava o desconto da previdência de funcionários públicos ativos e aposentados foi utilizada uma manobra a fim de que o povo brasileiro não tivesse conhecimento da vontade de cada um dos Srs. Senadores. Foi utilizado um artifício regimental onde se apresentou um requerimento de votação nominal, rejeitado pelos Líderes, para, em seguida, ser pedida a verificação de **quorum** desse requerimento, o que impediu, **a posteriori**, a votação nominal do projeto que confiscava um percentual dos salários, a título de previdência social, de aposentados e funcionários públicos da ativa.

Isso não pode mais acontecer. E não se pode dizer que alguém quer protelar a votação; porque agora, com o sistema eletrônico, o processo é rápido e eficiente.

Portanto, meu projeto de resolução modifica o Regimento, dizendo que, a partir da segunda votação, pode-se proceder à verificação de **quorum**, independentemente do tempo, desde que conte o pedido com o apoio manifesto de 10 Srs. Senadores.

Sr. Presidente, também estou apresentando um projeto de resolução que modifica o Regimento Comum do Congresso Nacional. Naquela Casa, atualmente, os votos são feitos pela Liderança, e o resultado é dado. Pode ser feita a verificação de **quorum**, desde que haja manifestação expressa de cinco Srs. Senadores ou vinte Srs. Deputados. Para que se proceda a nova verificação, há que se aguardar o transcurso de uma hora.

Aqui também, Sr. Presidente, cito um fato concreto para demonstrar a necessidade de modificação

do Regimento Comum do Congresso Nacional. Trata-se do fato ocorrido, como já citado, por ocasião da votação da medida provisória que aumentava a contribuição previdenciária dos funcionários públicos da ativa e dos aposentados.

A medida provisória enviada pelo Governo foi modificada, abrandada, tendo o seu aspecto agressivo mitigado; ainda assim, o substitutivo à medida provisória original, na sessão do Congresso Nacional, foi rejeitado pela maioria dos Deputados Federais.

Naquele momento, alguns Líderes do Governo se dirigiram ao Presidente da sessão, Senador Antonio Carlos Magalhães, e solicitaram a S. Ex^a que colocasse em votação a medida provisória original. Regimentalmente, S. Ex^a estaria certo em assim proceder: rejeitado o substitutivo, vota-se a proposta original. Ora, mas isso foge à lógica, foge à vontade dos Parlamentares, porque, se uma medida mais branda foi rejeitada, como se poderia querer que, por voto de Líderes e sem possibilidade de verificação de **quorum**, se chegasse ao resultado da aprovação da medida provisória original? Todavia, alguns Líderes de partidos da base governista tentaram realizar essa manobra. Felizmente, o Presidente do Congresso Nacional teve bom senso e respeitou a vontade dos Srs. Parlamentares, restando a medida rejeitada. No mês seguinte, o Presidente da República trouxe um projeto de lei a esta Casa, com um texto mais brando, que, finalmente, foi aprovado, tanto na Câmara como no Senado.

O projeto de resolução que ora estou propondo, buscando a modificação do Regimento Comum, ainda depende da assinatura de 20 Srs. Senadores e 80 Srs. Deputados Federais, o que, no momento, estou trabalhando para conseguir.

Desejo esclarecer que, uma vez aprovado o projeto ora proposto, deixa de existir a exigência do transcurso de tempo, haja vista que ali se dispõe: "procedida a primeira verificação e apurado o número, a segunda verificação terá que contar com o apoioamento de 10 Srs. Senadores e de 50 Srs. Deputados". A meu juízo, assim, respeitamos a vontade do povo brasileiro.

Por último, ainda proponho a supressão de um parágrafo que está completamente superado no Regimento Comum do Congresso Nacional, quando dispõe: "Na verificação, proceder-se-á à contagem, por bancada, dos votos favoráveis e contrários, anotando o Secretário os resultados de cada fila, não ser que o requerimento consigne o pedido de imediata votação nominal". Trata-se de algo que não existe mais. O painel eletrônico acabou com esse

procedimento. O que estou propondo, portanto, é que se respeite, acima de tudo, a vontade daqueles que foram eleitos pelo povo para expressar sua vontade neste Congresso Nacional. Meus projetos, portanto, modificam o Regimento Interno do Senado da República e o Regimento Comum do Congresso Nacional.

Por último, Sr. Presidente, desejo registrar, com imenso pesar, o súbito falecimento do companheiro de luta e emérito professor Horácio Cintra de Magalhães Macedo, ocorrido na madrugada do dia 24 último, na cidade do Rio de Janeiro. Ex-reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi um dos grandes defensores da universidade pública de qualidade para todos. Não por acaso, em 1985, foi o primeiro reitor democraticamente eleito no Brasil sob a bandeira do ensino público, gratuito e autônomo. Compatibilizou ciência e política como poucos intelectuais o fazem hoje, incondicionalmente inscrito na heróica utopia de um Brasil socialmente mais justo, democrático, livre e soberano.

Nos anos oitenta, enquanto exercia a função de Magnífico Reitor da UFRJ, jamais hesitou em trabalhar pelos ideais do fortalecimento democrático dentro e fora da universidade, buscando o engajamento do ensino, da pesquisa e da extensão na luta pela justiça social. Sempre digno e honrado, não compactuou com as elites corruptas deste País, tampouco tolerou a elitização, o alheamento e a alienação da universidade brasileira. Pelo contrário, figura eminente das ciências exatas, sensibilizava-se profundamente com as questões éticas e ideológicas da política nacional.

Homem de esquerda, sua consciência política atravessou por inteiro sua trajetória profissional, acadêmica e política. O início de sua trajetória política aconteceu durante a Segunda Grande Guerra, quando, ainda estudante, alista-se na FEB para combater o nazi-fascismo na Europa. Não obstante sua disposição patriótica, o Ministério da Guerra recusa a inscrição em razão de sua pouca idade. Em compensação, no alvorecer dos anos cinquenta, quando acabara de concluir o curso de Física, o jovem Horácio participou intensamente da campanha "O Petróleo é Nosso".

Logo em seguida, empolgado com a crescente empatia socialista que abraçava o País, ingressou nas fileiras do Partido Comunista Brasileiro, do qual jamais se afastou. Com o golpe militar de 64, foi um dos cientistas vitimados pelo criminoso "massacre de Manguinhos", cujo desdobramento culminou em sua prisão nos porões da ditadura e conseqüente

cassação de seus direitos. Comunista convicto, nunca abandonou a militância política do quadro do PCB, mas isso seguramente não se confundia com alinhamento automático, pois, historicamente, se fez conhecido pelas duras críticas que apontou ao seu funcionamento e à linha política por vezes adotada pelo Partidão.

Apesar de toda a perseguição política durante a ditadura, prosseguiu com muito êxito sua carreira acadêmica, ocupando posições de indiscutível destaque não só na UFRJ, mas também no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, no antigo Instituto Oswaldo Cruz e na Universidade Rural do Rio de Janeiro. Desse modo, cientista de renome, publicou inúmeros artigos e livros em sua área de conhecimento, a Química Industrial. Foram mais de 70 obras espalhadas por quatro décadas de dedicação, estudo e pesquisa. Entre as obras de destaque, vale mencionar "Teoria Cinética dos Gases", "Físico-Química" e "Dicionário da Física".

Aposentado da ciência, militou no Partidão até o último dia da sua vida. Mesmo depois da tumultuada cisão que se deu no PCB no início dos anos noventa, o Professor Haroldo exerceu a Presidência do Partido de 92 a 94, e, até antes da sua morte, ocupava cadeira na Comissão Executiva do Comitê Central.

Sr. Presidente, por tudo isso e por muito mais, em 1997, a cidade do Rio de Janeiro, em justa e merecida homenagem, concedeu ao Professor Horácio Macedo medalha Pedro Ernesto em sessão solene na Câmara Municipal.

Enfim, ainda consternado, neste momento de muita dor e saudade, faço minhas as palavras de Anita Macedo, sua esposa: "Horácio era um homem do século XXI, da sociedade socialista, justa e igualitária".

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT - SE) - Senador Ademir Andrade, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB - PA) - Com muita satisfação, Senador José Eduardo Dutra.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT - SE) - Senador Ademir Andrade, gostaria de me somar à homenagem que V. Ex^a faz nesta tarde ao Professor Horácio Macedo. Tive a honra de ser seu aluno em 1976, na cadeira de Físico-Química, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Naquela época, ainda existia a ditadura militar e o Professor Horácio Macedo, embora professor de uma cadeira na área de ciências exatas, sempre tinha a capacidade de, em discutindo Física, Matemática, Físico-Química,

introduzir uma discussão humanística, uma discussão política, sempre com muito cuidado e habilidade, porque naquela época ainda existia uma patrulha intensa, por parte dos setores da repressão, sobre os professores que notoriamente se alinhavam com as posições de esquerda.

Lembro-me inclusive de que, na ocasião, pouco depois que ele deixou de dar aulas naquela universidade rural, o nosso curso de Geologia, que naquele momento inclusive era uma espécie de vanguarda do movimento estudantil naquela universidade – e foi o primeiro a ressuscitar o diretório acadêmico –, prestou-lhe uma homenagem muito sincera e singela ao dar o nome de Horácio Macedo a um grupo de teatro do curso, que fazia à época um teatro de resistência, denominado Grupo Teatral Horácio Macedo. Causou uma certa surpresa um grupo de teatro ter o nome de um professor de físico-química. Aqueles que conviveram com o Professor Horácio Macedo, que ficou, inclusive, bastante emocionado quando fomos comunicá-lo da homenagem, sabiam de que aquele gesto era um tanto insólito para aqueles que não acompanhavam a forma de convivência que ele tinha com seus alunos.

Quando soube de sua morte, fiquei bastante sentido porque passou-me pelo pensamento, como um filme bastante rápido, o período de seis meses, no segundo semestre de 76, quando com ele convivi. De lá para cá, encontrei-o apenas uma vez, num debate que participou na Universidade Federal de Sergipe, em 97. Sempre acompanhava de longe sua trajetória como Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É uma perda lamentável não só para a ciência do Brasil, mas para todos aqueles que tiveram a honra e a satisfação de conviver com ele, que lutaram pela redemocratização e pela construção de uma sociedade mais justa em nosso País. Louvo a atitude de V. Ex^a. Eu também gostaria de me somar a essa homenagem ao Professor Horácio Macedo. Muito obrigado.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB – PA) – Agradeço o Senador José Eduardo Dutra. É extremamente importante a sua manifestação.

Apelo à Mesa que faça chegar ao conhecimento dos familiares do Professor Horácio Macedo e à Direção do Partido Comunista Brasileiro a manifestação que hoje fizemos nesta Casa.

Muito obrigado pela atenção das Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – V. Ex^a será atendido nos termos do Regimento.

Concedo a palavra ao eminente Senador Moreira Mendes.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com a conquista do Governo do Estado de Rondônia pelo Senador José Bianco, assumi a vaga deixada por este eminente político nesta Casa e, com ela, o compromisso de continuar a luta que não só o povo do meu Estado, mas todo o povo brasileiro, espera de todos quantos possam erguer essa bandeira. Peço a Deus que ilumine os meus passos.

Nessa esteira, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que assumo este honroso cargo, comprometido com as reformas políticas e institucionais que possam transformar o Brasil em uma nação moderna e desenvolvida que proporcione a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar social do seu povo, nele inserida a gente do meu Estado.

Entretanto, alguns Estados e muitos municípios ainda não se deram conta de que, inevitavelmente, também terão que promover reformas e ajustes, porque a sociedade e os tempos atuais assim o exigem.

A globalização impõe mudanças, requerendo do administrador público competência, modernidade, criatividade e até mesmo uma dose de ousadia na condução da coisa pública.

Estamos longe, porém, dessa meta, face aos problemas que o País enfrenta, de todos já sobejamente conhecidos. Particularizado nesse contexto, o meu Estado não é exceção no quadro que se desenha da coisa pública no Brasil. Rondônia insere-se como uma das regiões onde pior se afigura a falência do Estado brasileiro, colocação nada honrosa, tendo em vista que a crise afeta praticamente todos os Estados, até os mais desenvolvidos.

A dívida pública nacional, considerada a União, os Estados e os Municípios, penaliza as camadas mais carentes da população, o que nos leva a indagar o que o Executivo e o Legislativo fizeram ou, pior, o que deixaram de fazer para que esta situação de insolvência chegasse a um patamar tão assustador.

No que se refere ao meu Estado, quisera eu que meu primeiro pronunciamento nesta Casa pudesse transmitir apenas otimismo e entusiasmo. Lamentavelmente isso não é possível nesta quadra da história de Rondônia, já que o Governador José Bianco herda da administração anterior uma situação de desastre financeiro, de endividamento que chega às raias do desespero, de irresponsabilidade gerencial que só pode ser definida como criminosa, constituindo uma verdadeira ofensa à ciência da Ad-

ministração Pública chamar de administração "o conjunto de atos do ex-Governador Valdir Raupp de Matos", a quem José Bianco sucedeu.

Deverei, pois, neste momento, centrar meus comentários nos graves impasses que enfrenta meu Estado e nas primeiras medidas de emergência que vêm sendo tomadas pelo novo Governo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dificilmente haverá uma situação de finanças desorganizadas como aquela com que se deparou o novo Governo de Rondônia. O endividamento do Estado, que era de aproximadamente R\$250 milhões há 4 anos e 2 meses, chega agora à casa dos R\$2,16 bilhões, para uma população de 1,2 milhão de pessoas, imenso para a escala econômica de Rondônia, insustentável para o seu povo. Nos 17 anos de existência autônoma do Estado, foi-se ampliando exageradamente o tamanho da máquina pública, inviabilizando progressivamente a gestão estadual, situação agravada pelos altos salários vigentes em alguns nichos privilegiados do funcionalismo, além da contratação irregular de milhares de novos servidores. O Estado tem 11 secretarias; duas secretarias extraordinárias; 14 órgãos com **status** de secretaria, entre coordenadorias e superintendências, Casas Civil e Militar, Procuradoria, Controladoria, Polícias Civil e Militar. Além disso, há 160 representações, agências e delegacias ou escritórios interiorizados em todo o Estado, 3 autarquias, 4 fundações e 8 empresas de economia mista, com aproximadamente 1.400 cargos comissionados – um absurdo. Isso tudo sem falar nas estruturas dos demais Poderes, o Ministério Público e o Tribunal de Contas. É uma penca onerosa de órgãos, que vem pesando sobre os ombros do povo de Rondônia. Nos anos recentes, uma sucessão de atos desastrosos cometidos pelo então Governador Valdir Raupp de Matos agravaram agudamente esse quadro. Seu governo foi um desfile de desperdícios, de obras iniciadas e nunca acabadas, de compras mal feitas, de licitações duvidosas, de fraudes, de escândalos que culminaram até com prisões de gente do alto escalão do governo, enfim, de todo tipo de malversação do dinheiro público.

Diante dessa máquina colossal e da absoluta e total irresponsabilidade do então Governador Raupp à frente da administração do Estado, restou aos rondonienses e suas gerações futuras a assustadora dívida, antes referida, de R\$2,16 bilhões, segundo levantamentos preliminares.

Com essa massa falida nas mãos, ao assumir o governo, o único recurso de que poderia dispor o Governador José Bianco era o da austeridade. Dan-

do a si mesmo como exemplo da aplicação de uma urgente economia de guerra, reduziu o próprio salário, de R\$18 mil – pasmem! -, que era o que recebia o ex-governador – para R\$8 mil. Na mesma proporção reduziu o salário de todo o secretariado. Somase a isso uma verdadeira devassa na folha de pagamentos do Executivo, a busca de funcionários fantasmas, a retirada de vantagens e gratificações indevidas e um elenco de outras medidas que priorizam um Plano de Emergência, com o qual espera tirar o Estado de Rondônia do atoleiro em que foi jogado.

Entretanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governador já paga um preço alto pelas medidas tomadas. Há menos de dois meses do início do seu mandato, já enfrenta paralisações em setores da administração e a incompreensão de alguns políticos locais e sindicalistas, que, feridos em seus currais, incitam a greves irresponsáveis e apregoam a desordem, com o objetivo de forçar o Governo do Estado a, num passe de mágica, pagar todos os salários atrasados – que são, em alguns casos, três meses mais o décimo-terceiro e, em outros, até cinco meses – e ainda manter privilégios, coisa que, estranhamente, durante todo o desastroso Governo anterior, nunca fizeram.

Quando vemos o Governo Federal tentar, por todos os instrumentos de defesa de que dispõe a União, manter a estabilidade da moeda e conter a inflação e o déficit público, Rondônia, a duras penas e enfrentando os protestos dos insensatos, faz a sua parte, com tranquilidade, sem açodamentos. Contando com a força de trabalho e a compreensão de seu povo, excluídos aí os paladinos do quanto pior melhor, no sentido de que a hora não é de contestação, mas de união, Rondônia, seguramente, ganha forças para enfrentar o desafio de sanear a sua máquina pública.

Longe de se alinhar a governadores que estão batendo de frente com o Governo Federal, mas se esquecendo de que a busca do bem-estar social do seu povo começa por arrumar a própria casa, Rondônia aposta na viabilidade do ajuste necessário, sem descurar de seus compromissos com a União.

Com o Brasil respirando melhor, vamos pensar no realinhamento de nossas dívidas. Repito, Sr^{as} e Srs. Senadores: o momento é de união. Uma divisão, neste momento, só aprofundaria a crise e o descrédito.

A dívida pública do nosso Estado começou a fugir do controle exatamente a partir de sua renegociação, mantida pelo Governo anterior com a União. Pode-se dizer sem medo de errar que, se medidas

equivocadas já haviam colocado Rondônia em situação difícil, como a tomada das AROs – Antecipação de Receita Orçamentária, para cobrir folhas de pagamento atrasadas -, o pedido de intervenção formulado pelo então Governador junto ao Banco Central no Banco do Estado de Rondônia – BERON (assunto sobre o qual falarei nesta Casa em outra oportunidade por se tratar de um escândalo) e a assinatura de contratos de refinanciamento da dívida firmado com a União foram a gota d'água para entornar a taça, já cheia, da irresponsabilidade.

O governante anterior deixou a critério da equipe do Tesouro Nacional, que foi a Rondônia ajudar na montagem de um Programa de Ajuste, o estabelecimento de metas e compromissos que o Estado não tinha condições de cumprir; muito menos o seu titular vontade política de fazê-lo. Por sua vez, a União não exerceu qualquer tipo de controle sobre o pacto acordado, o que permitiu que o Estado acelerasse ainda mais a sua bancarrota.

Esse desgoverno chegou ao seu paroxismo de irresponsabilidade em seu final, quando promoveu um festival de aumentos salariais e incorporação de gratificações que inviabilizaram definitivamente a gestão estadual. Somem-se a isso dezenas de obras iniciadas e não concluídas, milhões em débito com fornecedores, várias folhas de pagamento não pagas, nenhum controle sobre o seu patrimônio e uma dívida gigantesca.

Em síntese, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Administração Raupp se constituiu, na verdade, de quatro anos de desgoverno, de irresponsabilidade e de corrupção, período em que se instalou no Palácio Presidente Vargas verdadeira quadrilha bem capitaneada pelo então Governador, assessorado ao pé do ouvido pelo seu Rasputim, José de Almeida Júnior, seu cunhado e Chefe da Casa Civil. Nesse período três de seus secretários e mais de uma dezena de seus assessores diretos tiveram prisão preventiva decretada e, efetivamente, foram presos – e estão todos respondendo a processo penal – em razão de denúncias oferecidas pelo zeloso Ministério Público Estadual, por crimes que vão de peculato à formação de quadrilha. A propósito, um de seus secretários já se encontra preso, em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

O Sr. Romero Jucá (PSDB – RR) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Romero Jucá (PSDB – RR) – Caro Senador Moreira Mendes, é com tristeza que ouvimos

o relato que V. Ex^a faz acerca da situação de Rondônia. Tenho certeza de que não é esse o quadro que o atual Governador e Senador José Bianco esperava encontrar em um Estado tão novo, criado há tão pouco tempo, mas já com mazelas tão grandes. Estou certo de que a questão será equacionada, porque aprendemos a conviver com o Senador José Bianco e a admirar sua competência e equilíbrio. Entretanto, quero dizer também que é de vital importância que o Ministério Público Estadual e Federal, que os Tribunais de Contas, enfim, que os segmentos públicos tenham responsabilidade na apuração de fatos lamentáveis como esse. Não é à toa que se está discutindo agora – e é importante que o Congresso brasileiro a aprove – a Lei de Responsabilidade Fiscal. Governadores e Prefeitos passam por órgãos públicos e, depois de apodrecê-los e endividá-los, voltam para casa deixando um abacaxi para o próximo eleito descascar. Por isso, vemos hoje a discussão de Estados inviabilizados. Prefeituras e Governos de Estado não cumprem, atualmente, a sua finalidade precípua que é prestar um bom serviço ao público que paga impostos. Lamento o quadro em que Rondônia se encontra agora. Deixo, Sr. Presidente, patente a minha certeza de que, com muita dificuldade, dor e sacrifício, mas também com muita confiança e serenidade, o Governador José Bianco buscará caminhos para equacionar esse problema. Nós do Senado estaremos vigilantes, apoiando as ações necessárias para recuperar o Estado de Rondônia e dar à população uma condição de vida condizente com as aspirações de povo lutador, bravo, trabalhador, que não merece passar por esses problemas de hoje. Meus parabéns pelo discurso.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, com o qual concordo inteiramente. Faço um pequeno parêntese sobre a atuação do Ministério Público do meu Estado, que tem sido exemplar. Se não fosse sua conduta, certamente até o Palácio teriam levado. Sobre esse assunto voltarei a falar nesta Casa, a par de prestar uma justa e lúdima homenagem ao Ministério Público de Rondônia.

Continuo, Sr. Presidente: o que sobrou para o atual Governo? Três folhas de pagamento atrasadas (em alguns órgãos e empresas estatais até cinco folhas estão atrasadas); dívidas que atingem a já citada cifra de R\$2.167.698.459 (dois bilhões, cento e sessenta e sete milhões, seiscentos e noventa e oito mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e setenta e três centavos); uma folha de pagamento que compromete 87% da receita líquida do Estado; e uma dí-

vida comprovada e contratada com a União que compromete outros 12%, restando, portanto, para custeio e investimento, algo em torno de 1%, o que é ridículo, absolutamente ridículo.

Esse é o legado recebido pelo Governador José Bianco.

É preciso que se registrem nos Anais desta Casa, Sr. Presidente, os fatos aqui narrados, para que a população do meu Estado e as gerações futuras jamais se esqueçam do desastroso Governo de Valdir Raupp de Matos, que, neste momento, já está com todos os seus bens declarados indisponíveis, por força de sentença judicial proferida em ação cível pública – novamente um trabalho brilhante do Ministério Público local.

Termino este meu primeiro pronunciamento na esperança de que o Governador José Bianco, com sua competência, com sua honestidade, de forma transparente, consiga resgatar a dignidade do nosso Estado, colocando Rondônia nos trilhos do desenvolvimento, com uma gestão voltada para a geração de renda e emprego, e de justiça social.

Com coragem de dizer que o rei está nu, mas com fé, confiança, determinação e espírito de união, certamente haveremos de encontrar a solução para os problemas do nosso Estado, empreitada para a qual conclamo toda a classe política, os Poderes constituídos, assim como a sociedade rondoniense como um todo.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Pela ordem, tem a palavra o eminente Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, indago apenas se, com relação à criação dos juizados especiais, assunto que, na Comissão de Comissão, Justiça e Cidadania foi debatido, há data para a continuação da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã e será o Item nº1.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM.) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Luiz Estevão.

O SR. LUIZ ESTEVÃO (PMDB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, venho à tribuna fazer uma breve análise sobre o ensino público universitário e, particularmente, sobre a situação da nossa universidade, a Universidade de Brasília.

Dizia o eminente Professor Darcy Ribeiro, também Senador, falecido há pouco tempo, em sessão solene na Câmara Legislativa, em que lhe era concedido o título de Cidadão Honorário de Brasília, que Brasília fora uma cidade, em sua criação, absolutamente singular, já que, talvez, pela primeira vez em toda a história, uma cidade nascia simultaneamente a sua universidade.

Infelizmente, ao longo de todos esses anos, as Lideranças sociais, políticas brasilienses e também brasileiras pouco se deram conta da importância da Universidade de Brasília, universidade que sempre teve, por parte dos legisladores e por parte dos governantes, muito pouco apreço e muito pouca atenção. Assim é que, apesar de todas as dificuldades que vêm atravessando, particularmente nos últimos anos, é indispensável que se registrem aqui os últimos feitos alcançados pela nossa Universidade de Brasília. Em primeiro lugar, com a instituição do Provão, em que, finalmente, se pôde ter uma avaliação mais ou menos ou aproximadamente correta do desempenho e da qualidade de ensino oferecida por todas as nossas universidades, com imensa satisfação para nós brasilienses e para nós brasileiros que, ao longo da nossa vida pública, passamos por esta cidade, com muita satisfação verificamos que, nos exames do Provão, realizados em 1998, nossa Universidade de Brasília distinguiu-se como a de melhor pontuação nos cursos na qual foi examinada. Considero isso um fato notável, já que a Universidade vem sendo sacrificada e penalizada com a falta de recursos dos últimos anos e somente administrações competentes, principalmente do Prof. João Cláudio Todorov e do Reitor Lauro Morhy puderam, ao longo dos últimos anos, lhe assegurar essa posição.

Recentemente, no último fim de semana, particularmente sábado e domingo, tivemos também um extraordinário feito, qual seja a realização de 46 mil provas do PAS em que 25 mil jovens estudantes de outros municípios brasileiros acorreram a Brasília para se juntar a igual quantidade de estudantes brasilienses no sentido de realizar as provas do PAS, nas quais talvez a Universidade de Brasília tenha sido a de maior número de provas realizadas, o que dá bem uma dimensão da excelência do trabalho educacional desenvolvido na nossa cidade.

No próximo dia 9, terça-feira, a convite do Reitor Lauro Morhy, estaremos comparecendo todos

nós, Deputados Federais e Senadores da Bancada de Brasília, a um café da manhã organizado por ele e pelos seus diretores, a fim de que possamos conhecer com mais profundidade as realizações, os anseios e as dificuldades pelas quais passa a nossa Universidade de Brasília.

E, ainda hoje, em conversa telefônica com o Reitor, pedi a ele que me autorizasse, que estendesse o convite que fez aos demais colegas, aos 80 Senadores que, junto comigo, compõem o Plenário desta Casa de Leis, já que, como é demonstrado por muitos de nós, ao passarem oito anos de suas vidas em Brasília, trazem para cá os seus filhos que encontrarão na nossa Universidade de Brasília a oportunidade do seu aperfeiçoamento e da conclusão dos seus estudos.

Vemos com muita insatisfação a situação aflitiva pela qual passa o nosso Hospital Universitário, que é um prolongamento do curso de Medicina, na Universidade de Brasília, que, com o seu atendimento ao SUS, complementa o atendimento público à saúde do Distrito Federal, e que, na última semana, esteve sob ameaça de fechamento de suas portas, em função da sua precariedade de recursos, para continuar prestando os inestimáveis serviços que presta à nossa sociedade.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB - TO) - Nobre Senador, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. LUIZ ESTEVÃO (PMDB - DF) - Concedo com muita satisfação um aparte ao nobre colega, Senador Leomar Quintanilha.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB - TO) - Senador Luiz Estevão, ouço V. Ex^a até com um pouco de ressentimento: nós, que representamos a mais nova Unidade da Federação, o Estado do Tocantins, e ainda não temos uma Universidade Federal. A despeito dos esforços despendidos por todos os representantes desse Estado nesta Casa. O nobre Senador que ora preside esta Casa, Senador Carlos Patrocínio; o Senador João Rocha, que brilhantemente lutou pela criação da Universidade Federal do Tocantins; e agora o Senador Eduardo Siqueira Campos também empunhando essa bandeira, toda a nossa Bancada de Deputados Federais, o nosso Governador, todos os apelos feitos até agora foram baldados, foram em vão, e não conseguimos ainda levar à nossa Unidade Federativa a união no ensino superior. E em tão boa hora V. Ex^a traz a esta Casa as informações dos grandes feitos, das grandes conquistas que a Universidade de Brasília alcançou. V. Ex^a traz ao nosso conhecimento o significado e a importância da Universidade de Brasília, não só nas

suas atividades acadêmicas, como nas suas atividades de pesquisa, com inestimável contribuição à preparação da nossa sociedade neste mundo cada vez mais competitivo. Traz V. Ex^a também as preocupações por que a Universidade atravessa. Entendemos isso, queremos comungar com V. Ex^a dessas preocupações, e colaborar, na esfera da nossa competência, para que a Universidade de Brasília continue pujante, forte, dando essa contribuição que o Distrito Federal e o Brasil dela esperam.

O SR. LUIZ ESTEVÃO (PMDB - DF) - Agradeço o pertinente e oportuno aparte do Senador Leomar Quintanilha e aproveito para estender aqui informações sobre os feitos da nossa Universidade de Brasília nessa área, ao tempo em que me coloco, juntamente com outros Parlamentares desta Casa, tenho certeza, à disposição do colega Senador para que nos unamos em um grande esforço para que o Estado do Tocantins tenha a sua universidade federal pública, sem a qual os estudantes daquele Estado da Federação serão, sem dúvida, prejudicados.

E é muito importante dizer que um dos grandes preconceitos que se alega contra a universidade pública do País é a realização de um cálculo totalmente errado no sentido de verificar qual o custo de cada estudante de uma universidade pública, dividindo-se a sua verba total pelo número de estudantes inscritos. Ora, por esse cálculo míope e distorcido, o que temos é que, em primeiro lugar, todo o esforço de pesquisa das universidades públicas é desprezado, quando sabemos que dedicam muito mais do seu orçamento à pesquisa do que as universidades particulares.

Além disso, há que se lembrar que, em comparação com as melhores universidades do mundo inteiro, inclusive as dos Estados Unidos, não sobrevivem apenas da mensalidade paga por seus alunos. Pelo contrário, grande parte de suas receitas advém de generosas contribuições de pais de alunos e grandes empreendedores daqueles países que se responsabilizam, às vezes, por 70% a 80% de seus custos. Recentemente, a Universidade de Boston está recebendo uma doação de US\$30 milhões para patrocínio do seu curso de Administração de Empresas. Ora, é evidente que uma universidade como essa não precisa apenas da contribuição de mensalidade dos alunos para se manter.

Portanto, repilo aqui inclusive aqueles que criticam o ensino público universitário sob o argumento de que é muito mais caro do que o ensino privado. Porque nessa conta, como disse, são desprezadas as contribuições dadas e a excelência do ensino e

da pesquisa prestada pela universidade pública, fato comprovado pela realização do Provão.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – V. Exª me permite um aparte, nobre Senador Luiz Estevão?

O SR. LUIZ ESTEVÃO (PMDB – DF) – Com muita alegria, ouço o aparte do Senador Bernardo Cabral.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Senador Luiz Estevão, claro que logo nas suas primeiras palavras se divisou que o fio condutor filosófico do discurso de V. Exª é exatamente a educação, centrada no título Universidade, ainda que particularizando para Brasília. E tanto isso é verdade que só por miopia exegética ou por um formalismo delirante alguém deixaria de reconhecer o ponto onde V. Exª toca e acaba de registrar. Querem comparar coisas desiguais quando uma contribuição fantástica se faz nas universidades, sobretudo norte-americanas. Porque o empresário lá investe no setor educação, enquanto o nosso daqui, em não investindo, ainda critica a educação pública. Quero dizer, Senador Luiz Estevão, que V. Exª faz muito bem em abordar um assunto dessa natureza. Já dizia o nosso famoso Victor Hugo que abrir escolas era fechar prisões. Cultivar uma universidade como a nossa, que tem uma origem altamente elogiável, é dar seqüência ao múnus, à representação que o povo do Distrito Federal lhe concedeu. O mandato de Senador, tenho certeza, meu caro amigo Senador Luiz Estevão, será uma espécie de passaporte que V. Exª já carimbou nos primeiros dias de sua atuação nesta Casa, como quem veio para demonstrar que, em primeiro lugar, está a educação. E o discurso de V. Exª se ajusta perfeitamente a que os homens sérios, de bem sempre defendem: educação, saúde e segurança. E esses três pilares, eu que acompanhei o desempenho de V. Exª ao longo do seu primeiro mandato ainda na Câmara Distrital, posso antever que serão confirmados aqui no Senado. Quero me juntar aos cumprimentos que V. Exª já recebeu e que ainda receberá nesta Casa, para dizer que estou muito satisfeito em tê-lo como colega no Senado.

O SR. LUIZ ESTEVÃO (PMDB – DF) – Muito obrigado, Senador Bernardo Cabral, pelo enriquecedor aparte. Sinto-me honrado em dividir este Plenário, por honra delegada pelo eleitor do Distrito Federal, com alguma das maiores eminências do nosso País, a exemplo da sua biografia de homem público.

O Sr. Romero Jucá (PSDB – RR) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. LUIZ ESTEVÃO (PMDB – DF) – Ouço com prazer V. Exª.

O Sr. Romero Jucá (PSDB – RR) – Caro Senador Luiz Estevão, quero também corroborar o que já foi dito aqui pelo Senador Bernardo Cabral, tão ilustre e tão mestre, e pelo Senador Leomar Quintanilha. V. Exª, ao auferir o tema da UnB e da universidade, na verdade, traz a todos nós um ponto de reflexão importante sobre o fortalecimento da universidade brasileira. Ao assumir o Governo de Roraima, tantos anos atrás, uma das minhas primeiras ações foi exatamente implantar a Universidade Federal de Roraima, universidade que hoje o Estado de Tocantins não tem. V. Exª disse bem: temos que nos unir para ajudar a implantar a Universidade Federal de Tocantins. E por que fiz isso? Porque entendo ser a universidade um dos grandes pontos de transformação social do nosso País. É lá, com a pesquisa, com a extensão, com o ensino universitário, que vamos construir o futuro. E o futuro precisa ser construído e fortalecido por uma política universitária consistente, aquela que, como bem disse V. Exª, não compara custos, mas define prioridades de recursos a serem inferidos para se consolidar o caminho. V. Exª tratou também, quando falou da universidade, de um tema complementar mas doloroso para as universidades e que, ano a ano, discute-se na Comissão de Orçamento: o custeio dos hospitais universitários, que vivem às duras penas, pois não são prioridade no ensino universitário do Ministério da Educação, nem são organismos do Ministério da Saúde. Funcionam como ovelhas negras, como apêndices do Ministério da Saúde, que também não são priorizados. Finalmente, um ponto importantíssimo do ensino universitário é deixado de lado. Esses dois temas terão que estar presentes este ano na pauta da Casa. V. Exª, com muita propriedade, com muita competência, traz a questão da UnB, que é uma universidade modelar e, por isso mesmo, precisa que seu reitor, que seu corpo técnico, todos juntos, apontem a direção exata para que o ensino universitário brasileiro possa caminhar. De antemão, quero colocar-me à disposição para dizer que V. Exª pode contar comigo nesta luta, pois creio que se trata de uma luta de todos os brasileiros. O Senado Federal tem obrigação de a ela somar-se e buscar uma solução consentânea para o problema. Meus parabéns.

O SR. LUIZ ESTEVÃO (PMDB – DF) – Agradeço o aparte do Senador Romero Jucá, abrilhantado por sua experiência como Governador e sua convivência com os problemas dos hospitais universitários e da Universidade de seu Estado.

É extraordinário o trabalho desenvolvido nos últimos anos pela Universidade de Brasília, uma Uni-

versidade que hoje já consegue produzir cerca de um terço das receitas necessárias ao seu custeio por meio da prestação de serviços e é hoje uma das maiores realizadoras de concursos públicos em todo o nosso País.

Cumpra também destacar o alto envolvimento da Universidade de Brasília com a atividade de pesquisa.

A UnB conta com 18 mil alunos, cuja excelência de ensino foi referendada nos exames do Provão. Podemos dizer, sem dúvida, que Brasília está-se tornando um centro de excelência de ensino, particularmente a Universidade de Brasília que é uma referência da qualidade no ensino público brasileiro, o que vem ao encontro daquela tese de que todos nós temos de nos unir em defesa do ensino público em todos os graus já que é por meio dele, favorecendo o acesso de todos os brasileiros à escola, que poderemos realmente garantir que todos seremos iguais perante a sociedade que estamos construindo.

Trata-se de uma grande ilusão acreditarmos que o ensino privado brasileiro é todo custeado pela iniciativa privada ou pela mensalidade paga pelos pais de alunos. Isso não é verdade, já que, por meio de deduções no imposto de renda, grande parte do dinheiro gasto com a mensalidade é bancado por toda a sociedade.

Portanto, o que temos aqui são duas formas de ensino público. É o ensino público na sua essência, gratuito, de alta qualidade, como demonstrado pelo trabalho da UnB e de outras universidades brasileiras, e o ensino privado, também de qualidade, buscando seu aprimoramento, cumprindo o seu papel complementar da educação brasileira, mas também de alguma forma custeado pela isenção fiscal obtida na dedução com a educação feita no imposto sobre a renda. Portanto, no fim das contas, isso significa que toda a sociedade brasileira está financeiramente envolvida com o processo educacional. Assim, tenho certeza de que nós todos de mãos dadas, como responsáveis e como representantes do povo brasileiro, ao defendermos o ensino público, estamos defendendo a nossa juventude e o amanhã do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao nobre Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho hoje à tribuna para tratar de uma questão extremamente importante, que tem sido discutida e votada nesta

Casa, que é exatamente a estruturação do novo perfil previdenciário brasileiro.

A situação é extremamente grave. Temos feito aqui um esforço grande para aprovar medidas amargas e temos reclamado da tribuna sobre essas questões. Venho hoje, dentro desse arcabouço do perfil previdenciário, registrar uma medida tomada por parte do Governo que considero inteligente, que é exatamente a de que o servidor que puder se aposentar e preferir continuar a trabalhar deixará de ter descontada a parcela do trabalhador.

E por que isso é inteligente? Porque estávamos assistindo, por força de uma legislação antiquada, ano a ano, à maciça saída dos servidores dos quadros públicos ou privados e, com isso, gerando uma grave dependência financeira, uma ampliação de uma prestação financeira para o pagamento de pensões, além da perda de talentos, principalmente no setor público. Vimos pessoas com 45 ou 47 anos aposentando-se, deixando de dar a sua contribuição ao Governo.

Essas pessoas não tinham qualquer vantagem em continuar trabalhando, porque o setor público privilegiava aqueles que se aposentavam, pois, além de se aposentarem com 100% do salário, até bem pouco tempo atrás, ainda eram concedidos mais 20% de gratificação. Na verdade, havia um incentivo para que as pessoas deixassem de atuar no serviço público.

Com a mudança do perfil de idade de sobrevivência e com a mudança tecnológica, começamos a ver que a situação do setor previdenciário brasileiro – e isso não ocorre somente no Brasil, mas em muitos países do mundo – começou a ficar inviável. As pessoas contribuíam por menos tempo, aposentavam-se cedo e viviam até 65, 70 ou 75 anos, recebendo aposentadoria. Essa é uma conta que não fecha.

Portanto, por tudo isso e, inclusive, pelas alterações que teremos que fazer, porque a mudança do perfil tecnológico da produção vai levar forçosamente a que novamente se tenha uma reforma da Previdência, a taxação do salário de empresa não será o caminho para se manter, no futuro, a contribuição das empresas para a Previdência. Cada vez mais, elas faturam mais e empregam menos, em razão da automação. Na verdade, essa é uma curva inversamente proporcional que terá de ser modificada talvez para a cobrança sobre o faturamento bruto das empresas, porque, aí sim, se estará agregando, e não mais reduzindo valores.

Registro, na tarde de hoje, a importância desse ato pelo Governo, pelo Ministério da Previdência So-

cial, pela Secretaria de Administração e pelo próprio Presidente da República. A partir do próximo mês, as pessoas que tenham idade para se aposentar e continuarem no serviço público já deixarão de contribuir, o que, na verdade, representa um ganho substancial para esses trabalhadores. Se o aposentado e os demais terão de descontar 25%, há, pelo menos, essa notícia boa em meio a tanta notícia ruim, de tanto pesar, de tanta cobrança. Se essa atitude é justificável para o equilíbrio da Previdência, sem dúvida nenhuma, é onerosa e sacrificante para todos os brasileiros que contribuem.

Portanto, registro a medida inteligente do Governo que começa a funcionar no próximo mês, já desonerando da contribuição aqueles trabalhadores que, com tempo para se aposentarem, não precisarão fazê-lo, podendo continuar a colaborar com o crescimento do País e o fortalecimento do setor público.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a reunião ocorrida entre os Governadores de 26 Estados e o Senhor Presidente da República para discutir as dificuldades que se abatem sobre cada uma dessas Unidades Federativas foi efetivamente um avanço, um fato altamente positivo.

É lamentável que o Governo de Minas Gerais não tenha também se decidido a participar dessa reunião. É lamentável o fato de o Governo de Minas Gerais não se ter decidido a enfrentar esse problema que se agrava e que não terá solução se não houver uma busca conjunta do entendimento para estabelecer um novo pacto federativo, da União ou outro nome que se queira dar.

É inconcebível, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em virtude dessas dificuldades enfrentadas pelos Estados no ajuste de suas contas para a retomada do crescimento econômico do País, que Governantes que herdaram de administrações anteriores resultados caóticos, dívida homéricas e quase impagáveis, que tiveram o acordo assinado recentemente da sua dívida interna, tenham-na brutalmente aumentada em face das elevadas taxas de juros praticadas hoje no País.

Faz-se mister, Sr. Presidente, o entendimento entre os principais dirigentes do Brasil, visando encontrar a solução para o problema que se alastra, que se agrava. É preciso que haja o desprendimento de cada um dos dirigentes, o afastamento do res-

sentimento pessoal, do sentimento pessoal na questão. Cada um deve ter a consciência da responsabilidade que tem sobre os ombros de responder pela Unidade Federativa que governa e pela União. O Presidente da República precisa ter a grandeza de conversar e discutir com os Governadores os problemas que acabam transferindo para a população a parte mais penosa de consequências nefastas. Nesse clima de incerteza e insegurança, vemos os índices de desemprego e de criminalidade crescerem, os serviços públicos – transporte, saúde e educação – sendo sucateados.

É preciso, Sr. Presidente, que haja realmente um entendimento nacional. É preciso que esta Casa não seja mais complacente no exame e na autorização da rolagem da dívida da forma apresentada pelos Governadores. É preciso que este Senado marque também sua participação, exigindo que cada Unidade da Federação procure, dentro das suas possibilidades, honrar seus compromissos. Não é possível que assistamos passíveis novamente os governantes vender o patrimônio do seu Estado e não pagar as dívidas. Não é justo que esse recurso, construído com o suor e o trabalho dos homens e mulheres que constroem a grandeza deste País, seja utilizado simplesmente para pagar juros, Sr. Presidente. É preciso que haja um pacto nacional, que repensemos o Brasil por inteiro, a partir das Unidades Federativas, dos Municípios. Não é mais possível que a União, os Estados e os Municípios sejam perdulários e gastem mais que arrecadam. A equação é simples, o problema é grave.

Houve um avanço com o encontro promovido na última sexta-feira, onde 26 dos 27 Governadores participaram para abrir uma agenda de entendimento com o Senhor Presidente da República. É possível que o diálogo continue e que busquemos conjuntamente, com a participação desta Casa, as soluções imediatas que a população brasileira exige.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 47, DE 1999

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do ex-Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Dr. Horácio Cintra de Magalhães Macedo.

- a) inserção em ata de um voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à família;

c) Encaminhamento dos discursos à família e a direção do Partido Comunista Brasileiro, e a Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, 1º de março de 1999. –

Ademir Andrade – José Eduardo Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Este requerimento depende de votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que desejarem poderão fazer uso da palavra para o seu encaminhamento.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 69, DE 1999

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal –, dispondo sobre ressarcimento ao Estado de despesas com manutenção de presos e condenados.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 200 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 200. O preso ou condenado que dispõe de recursos financeiros próprios ressarcirá o Estado pelas despesas com ele efetuadas durante sua permanência em estabelecimento prisional, independentemente da remuneração prevista no **caput** do art. 29 desta lei.

§ 1º O produto de arrecadação decorrente do ressarcimento ao Estado, previsto no **caput** deste artigo, reverterá para a manutenção e melhoria dos estabelecimentos penais.

§ 2º As despesas previstas no **caput** deste artigo compreendem as efetuadas com alimentação, vestuário e higiene, bem como as odontológicas, médicas e farmacêuticas."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário:

Justificação

Duas razões nos motivam à proposição ora submetida aos nossos ilustres Pares: a primeira, decorre de mostrar-se tibia a atual previsão de ressarcimento contida na Lei de Execuções Penais. Para demonstrá-lo, é suficiente evidenciar os gastos com presidiários, que se elevam ao mesmo patamar dos valores despendidos com policiais. Tal razão, por si só, evidencia também que o sistema é realimentador cíclico e defeituoso de delinqüentes e, por isso, simultaneamente, retribui mais ao detento que ao prestador de serviços ao Estado, dedicado à manutenção da ordem.

A segunda razão da proposição tem sede na presunção legal contida no art. 29 da Lei nº 7.210/84, de que os detentos não dispõem de meios próprios para enfrentar as despesas prisionais, dependendo, antes, da remuneração por trabalhos durante o período de internação. Ora, esse entendimento é tendencioso, porquanto há crimes e criminosos de diferentes naturezas e etiologias. Há os que são pobres, em sua maioria, mas há também os ricos, que podem arcar com a reparação pecuniária imediata dos danos causados à sociedade e também com as despesas que derivam de sua permanência nos estabelecimentos prisionais. Entre os últimos, estão os criminosos "de colarinho branco", os banqueiros do "jogo do bicho", os envolvidos com o narcotráfico etc.

Além disso, o ressarcimento de despesas com a estada e, da mesma forma, a reposição do alcance financeiro, quando objeto do delito, não obstam às práticas laborativas que, a nosso ver, já deveriam estar substituindo, em elevados percentuais, as prisões e reclusões. De fato, a prestação de serviços à comunidade, o exercício de atividades profissionais – ou a profissionalização – e o pagamento das despesas despendidas com os condenados são as únicas formas de o Estado diminuir e reorientar as populações carcerárias.

A redação anterior do art. 200 da Lei de Execuções Penais especificava que o "condenado por crime político não está obrigado ao trabalho". Consideramos que o ócio total, como alternativa, só pode gerar consequências negativas. Não é sem razão que a moderna Psicologia constantemente lança mão da laborterapia ou terapia ocupacional, como forma de tratamento aos desajustes emocionais, sociais e/ou psicológicos.

Não há, portanto, razão para se privar o condenado por motivos políticos de uma atividade regular, que o mantenha integrado à sociedade, ainda porque seu crime não o torna perigoso ao convívio social.

Entendemos, outrossim, que a destinação do produto arrecadado à manutenção dos estabelecimentos penais, bem como a melhoria dos mesmos, será uma forma de reduzir a superlotação que hoje os caracteriza, concedendo um mínimo de dignidade à vida dos encarcerados.

Por essas razões, contamos com o apoio dos nobres Pares a esta proposição.

Sala das Sessões, 1º de março de 1999. – Senador **Carlos Patrocínio**.

LEGISLAÇÃO CITADA

Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal – dispendo sobre ressarcimento ao Estado de despesas com manutenção de presos e condenados.

.....
Art. 200. O condenado por crime político não está obrigado ao trabalho.
.....

Art. 29. O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a três quartos do salário mínimo.
.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, DE 1999

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Muricilândia, no Estado do Tocantins.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Escola Técnica Federal de Muricilândia, no Estado do Tocantins.

Art. 2º A Escola Técnica Federal de Muricilândia manterá cursos de nível médio profissionalizantes, a serem definidos pelo Ministério da Educação, destinados à formação de técnicos para atender às necessidades sócio-econômicas da região.

Art. 3º A instalação do estabelecimento de ensino de que trata esta lei ocorrerá imediatamente depois da inclusão, no Orçamento da União, das dotações para tal fim necessárias e da criação dos gru-

pos de cargos, funções e empregos indispensáveis a seu funcionamento.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O Município de Muricilândia está situado no norte do Estado do Tocantins, e, tendo sido emancipado do município de Araguaína, vem passando por uma fase de crescimento.

Com exceção da Escola Agrotécnica Federal de Araguaína, não há nenhum outro estabelecimento de 2º grau profissionalizante em funcionamento no Estado. Tal lacuna passou a se constituir numa aberração, a partir da instalação do mais novo Estado da Federação, que continua registrando um significativo crescimento populacional e de atividades econômicas, sociais e administrativas.

Assim sendo, a demanda por profissionais de nível médio cresce, rapidamente, em várias áreas: administração, eletrônica, eletricidade, construção civil, telecomunicações; mineração, computação e tantas outras. Os jovens, desejosos de seguir uma carreira técnica, são obrigados a migrar para outros Estados; a maioria não pode fazê-lo e, por isto abandona a escola ou ingressa no 2º grau regular, com vistas a preparação para a Universidade, aonde poucos, contudo, logram chegar.

É importante salientar a localização estratégica do município de Muricilândia. Sua proximidade à Zona de Processamento de Exportação de Araguaína será, sem nenhuma dúvida, um fator fundamental para o aproveitamento da mão-de-obra especializada formada pela futura Escola Técnica Federal de Muricilândia.

Por estas razões, solicitamos a nossos Pares a aprovação do projeto, em favor do desenvolvimento do Tocantins.

Sala das Sessões, 1º de março de 1999. – Senador **Carlos Patrocínio**.

(A Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 71, DE 1999

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Miracema do Tocantins.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a escola Técnica Federal de Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins.

Art. 2º A Escola Técnica Federal de Miracema do Tocantins manterá cursos de nível médio profissionalizantes, a serem definidos pelo Ministério da Educação, destinados à formação de técnicos para atender às necessidades sócio-econômicas da região.

Art. 3º A instalação do estabelecimento de ensino de que trata esta lei ocorrerá imediatamente depois da inclusão, no Orçamento da União, das dotações para tal fim necessárias e da criação dos grupos de cargos, funções e empregos indispensáveis a seu funcionamento.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O Município de Miracema do Tocantins está situado no centro do estado do Tocantins. Dada a sua localização estratégica, foi erigida em Capital provisória do estado, durante os anos de 1989 e 1999, até a inauguração de Palmas.

No citado período, a cidade passou por um grande progresso material, destacando-se a construção de vários edifícios públicos pelo Estado.

Assim, existem, ainda hoje, prédios e instalações semi-ociosos que poderiam abrigar uma Escola Técnica Federal.

Com exceção da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins, não há nenhum outro estabelecimento de 2º grau profissionalizante em funcionamento no Estado. Tal lacuna passou a se constituir numa aberração, a partir da instalação do mais novo Estado da Federação, continua registrando um significativo crescimento populacional e de atividades econômicas, sociais e administrativas.

Assim sendo, a demanda por profissionais de nível médio cresce, rapidamente, em várias áreas: administração, eletrônica, eletricidade, construção civil, telecomunicações, mineração, computação e tantas outras. Os jovens, desejosos de seguir uma carreira técnica, são obrigados a migrar para outros Estados; a maioria não pode fazê-lo e, por isto abandona a escola ou ingressa no 2º grau regular, com vistas à preparação para a Universidade, aonde poucos, contudo, logram chegar.

É importante salientar que a implantação e implementação da Zona de Processamento de Exportação de Araguaína serão fatores fundamentais para

o aproveitamento dos profissionais formados pela futura Escola Técnica Federal de Miracema do Tocantins.

Por estas razões, solicitamos a nossos Pares a aprovação do projeto, em favor do desenvolvimento do Tocantins.

Sala das Sessões, 1º de março de 1999. – Senador **Carlos Patrocínio**.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 72, DE 1999

Revoga o **caput** do art. 83 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica revogado o **caput** do art. 83 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O art. 83 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, dispõe que nos crimes de sonegação fiscal a Receita Federal (ou fisco estadual) somente encaminhará ao Ministério Público representação fiscal para fins penais, contendo as informações e documentos necessários à propositura da ação penal, após proferida a decisão final, na esfera administrativa, sobre a exigência fiscal do crédito correspondente.

A decisão final no processo administrativo demora, via de regra, muitos anos para ser proferida, uma vez a que está sujeita a duas instâncias, podendo em alguns casos, submeter-se a uma terceira instância. Mesmo vencido em todas as instâncias administrativas, terá sempre o contribuinte a possibilidade de subsequente recorrer ao Judiciário, em face do princípio, constitucional da inafastabilidade do acesso ao Judiciário (art. 5º XXXV). São mais três ou quatro instâncias. Como se vê, o contribuinte pode sempre protelar a discussão do débito e inviabilizar completamente o processo criminal, pois fatalmente ocorrerá a prescrição, seja tornando insubsistente a pena que venha a ser eventualmente aplicada, seja até mesmo impedindo o início do processo.

O citado art. 83 viola o princípio da independência entre as instâncias administrativa e penal, segundo o qual as decisões administrativas não vinculam a manifestação do juízo criminal. O dispositivo é, pois, inconstitucional, já que visa coarctar a propositura da ação penal pública por parte do Ministério

Público, impedindo-lhe na prática, o exercício da função prevista no art. 129, inciso I, da Constituição e, em decorrência, vedando-lhe o acesso ao Judiciário. Fere, ainda, a independência entre os Poderes (art. 2º da CF) ao subordinar, por meio indireto, a manifestação do Poder Judiciário à prévia decisão da autoridade administrativa.

Argumenta-se, em prol do art. 83, com a possibilidade de o contribuinte, processado criminalmente, vir a beneficiar-se com uma decisão favorável do Fisco.

Esta hipótese criaria, por certo, uma situação contraditória, em prejuízo das garantias individuais. Para tal hipótese, extremamente remota – não há registro de fato semelhante – existe solução adequada na legislação vigente. Com efeito, o Código de Processo Penal – CPP (arts. 92/94) prevê a possibilidade de o processo criminal ser suspenso, enquanto é discutida na justiça cível questão que se mostre prejudicial ao julgamento penal. E, para que não ocorra a prescrição isto é, a extinção da punibilidade do crime em face do transcurso de determinado lapso temporal, relacionado à pena máxima cominada ao delito ou à pena efetivamente aplicada), o CPP prevê também a suspensão da prescrição desses crimes. Já a Lei nº 9.430 não prevê a suspensão da prescrição.

A situação do sonegador já fora facilitada com a introdução, pela Câmara, do art. 34 do Projeto de Lei do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica convertido na Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O dispositivo permite que o sonegador se livre do processo criminal, pagando, desde logo, o débito fiscal. Mas o art. 83 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, foi além: o sonegador sequer precisará pagar o débito; basta contestá-lo, interminavelmente, na esfera administrativa e, depois, na judicial.

Está cheio de razão o nobre Senador Roberto Requião: "A lei nº 9.430 faz uma homenagem póstuma a PC Farias".

Espero que os nobres Pares eliminem este dispositivo nocivo à sociedade.

Sala das Sessões, 1º de março de 1999. – Senador **Carlos Patrocínio**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.430, DE 27 DE DEZEMBRO

Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências.

Crime contra a Ordem Tributária

Art. 83. A representação fiscal para fins pessoais relativas aos crimes contra a ordem tributária definidos nos arts. 1º e 2º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, será encaminhada ao Ministério Público após proferida a decisão fiscal, na esfera administrativa, sobre a exigência fiscal do crédito tributário correspondente.

LEI Nº 9.249, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995

Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências.

Art. 34. Extingue-se a punibilidade dos crimes definidos na Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e na Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965, quando o agente promover o pagamento do tributo ou contribuição social, inclusive acessórios, antes do recebimento da denúncia.

(À Comissão de Assuntos Econômicos – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Os projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sras e Srs Senadores, que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

–1–

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 1, DE 1999

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Requerimento nº 37, de 1999 – art. 281 do Regimento Interno)

Terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1999 (nº 526/99, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que acrescenta

parágrafo único ao art. 98 e altera as alíneas I do inciso I do art. 102 e c do inciso I do art. 105 da Constituição Federal (criação de juizados especiais – habeas corpus tribunal superior STF e tribunal estadual STJ), tendo

Parecer favorável, sob nº 57, de 1999, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça.

- 2 -

SUBSTITUTIVO DO SENADO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 36, DE 1996

Discussão, em turno suplementar, do Substituto do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 1996 (nº 5.071/90, na Casa de origem), que dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterâneas, em conformidade com o inciso X do art. 20 e o inciso V do art. 216 da Constituição Federal e dá outras providências, tendo

Parecer sob nº 203, de 1998, da Comissão Diretora, Relator: Senador Ronaldo Cunha Lima, oferecendo a redação do vencido.

- 3 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 40, DE 1997

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 1997 (nº 2.124/96, na Casa de origem), que dispõe sobre a obrigatoriedade de as concessionárias de serviço público estabelecerem ao consumidor e ao usuário datas opcionais para o vencimento de seus débitos, tendo

Parecer favorável, sob nº 412, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Esta encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 40 minutos.)

(OS10897/99)

DISCURSO PROFERIDO PELO SENADOR LUIZ OTÁVIO NO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 1999, QUE SE REPUBLICA A PEDIDO DO PARLAMENTAR.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PPB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna nesta manhã fazer a minha primeira incursão neste trabalho que terei nos próximos oito anos. Represento o Estado do Pará e tenho a honra de representar também o povo da Amazônia, região muitas

vezes esquecida, mas que realmente tem dado a sua participação, a sua colaboração a todo o povo brasileiro, mediante a representatividade do povo do Pará nesta Casa e, em especial, no Congresso Nacional. Figuras ilustres representaram nosso Estado no Senado, como o Senador Jarbas Passarinho, Presidente de honra do meu Partido, com o qual tive o privilégio de ter um relacionamento familiar, pois meu pai, ao longo de sua vida, foi amigo pessoal do Senador.

Hoje, representando o meu Estado, junto com os Senadores Jader Barbalho e Ademir Andrade, venho trazer algumas preocupações, mas também propostas e soluções para esse grave momento que atravessamos. Poderia voltar no tempo e falar desde a colonização portuguesa, e passaria obrigatoriamente pela ocupação da Amazônia: primeiro, a ocupação militar, esforço na vitalização das fronteiras; a da SPVEA, que foi depois substituída pela Sudam; falaria também nos incentivos fiscais, na construção da Transamazônica, que teve como finalidade a ocupação pelos nordestinos sem terra para trabalhar enquanto a Amazônia era a terra sem o homem; no Poloamazônia e no Pólo Noroeste de Geisel, o da ocupação pelos grandes projetos.

Em geral, a população da Amazônia, com exceção da que gravita em torno da Zona Franca de Manaus, pouco ou nada se beneficiou dos projetos implantados com respaldo nos incentivos fiscais. O primeiro impacto da política de ocupação da região foi até negativo para o empresariado local. Desapareceram indústrias tradicionais, como a de calçados, a de cigarros, a de carrocerias e até algumas indústrias têxteis. O mesmo se deu com bancos locais, que desapareceram. Em contrapartida, tivemos os efeitos positivos, decorrentes do ingresso de capital produtivo, explorando atividades de interesse nacional, tendo a economia regional como complementar.

Hoje, impõe-se considerar impossível fazer um planejamento setorial único para a Amazônia, porque há várias vocações de sua biodiversidade, da diversidade de seus solos e do seu subsolo, como das suas diversas sub-regiões. Seu espaço sugere utilização múltipla, tanto para uso pecuário, quanto para uso agrícola, pesqueiro, florestal, inclusive para silvicultura e mineral – deste último logo mais farei uma abordagem um pouco maior, ou pelo menos mais ampla. O desenvolvimento sustentado é o indicado para evitar que a utilização da riqueza não-renovável venha a extinguir-se devido a uma exploração predatória da floresta ou do subsolo. Falta à Amazônia um projeto nacional de desenvolvimento no qual se

insira a Amazônia com seus problemas presentes e seu futuro, o que, com certeza, trará grandes resultados para o Brasil no momento histórico em que ela pode ser ou já é objeto da integração mundial. Detendo um patrimônio florestal correspondente a 1/3 das reservas mundiais, uma bacia hidrográfica igual a 1/5 da água doce do planeta, não passará muito tempo antes que seja considerada estratégica para o Primeiro Mundo.

Suas riquezas minerais, entre as quais se situam as existentes na imensa reserva ianomâmi, em Roraima e Amazonas, podem ser alvo da cobiça de um mundo industrializado em que os minérios nobres e escassos, como o nióbio, sejam essenciais, além do ouro e da cassiterita. As fronteiras mortas com a Venezuela e a Colômbia sugerem preocupações com as leis de geopolítica que falam dos espaços vazios. O Exército brasileiro, em boa hora, advertiu-se disso e está transferindo muitas unidades de elite, antes localizadas no Rio Grande do Sul e em Petrópolis, no Rio de Janeiro, para a Região Amazônica; unidades que faziam parte do poder militar do Sul, dando segurança às nossas fronteiras, na verdade têm necessidade de participar desse momento sério e difícil e ajudar o desenvolvimento do País.

Também temos que atentar para o fato de que os Estados amazônicos são responsáveis por 10% do total das exportações brasileiras, transformando a pobre Amazônia em exportadora de renda. Injusto é que seja afetada pela chamada Lei Kandir, que, se tem a vantagem nacional de desonerar as exportações, buscando um espaço maior no mercado mundial para os produtos brasileiros, sacrifica uma região empobrecida por ter sido abandonada à própria sorte por séculos.

Quero aqui também dizer que hoje, por meio da imprensa, tomei conhecimento de que o Presidente Fernando Henrique fará amanhã, na reunião com os governadores de todo o País, uma proposta para que a Lei Kandir seja alterada, dando oportunidade para que os governadores possam se enquadrar nela e obter um resultado eficiente.

O Pará, como outros Estados da Amazônia, não tem se beneficiado; ao contrário, tem-se prejudicado com essa lei. A Amazônia e o Pará, em especial, precisam de megaprojetos, mas também precisam de miniprojetos para o seu desenvolvimento.

A propósito dessa discussão que já dura alguns dias, diria até meses, entre o Governador de Minas e o Presidente Fernando Henrique, e que pára o País, temos uma observação a fazer: onde

estão todos esses recursos que foram investidos em Minas Gerais? É de quase vinte bilhões de dólares ou mais a dívida de Minas Gerais. Onde está o retorno desse dinheiro, desse investimento? No meu Estado foi investido tão pouco. Nossa dívida chega a 2%, a 3% da dívida de Minas Gerais, se chegar a isso, mas nós cooperamos com um bilhão de dólares anuais na balança de pagamentos. Temos a condição de vir a Brasília ou a qualquer lugar do País ou do mundo e reivindicar os direitos do Pará. Nem por isso o Estado deixou de cumprir as suas obrigações. O Governador Almir Gabriel cumpriu a sua missão, fez a sua lição de casa, equacionando as dificuldades financeiras e econômicas do Estado. E agora, com os direitos que os outros Estados têm, o Pará tem mais direitos. O Pará precisa ser mais visto, precisa ser reconhecido; e digo isso não apenas por ser um paraense, mas pelo resultado econômico e financeiro que tem obtido. A exportação de grãos, que hoje é feita por Paranaguá e Santos, inicia-se ainda na Região Amazônica, vindo de Porto Velho, Manaus, Itacoatiara, e indo os navios até o Porto de Santarém, ou Itacoatiara mesmo; se saísse de Belém, a distância seria menor em cerca de três mil quilômetros. Dessa forma, os grãos que podem ser exportados pela Amazônia, principalmente a soja, vão chegar aos portos americanos e europeus cinco dólares mais baratos. Esta, sim, é uma solução para ajudar o País.

E nós, que temos na Amazônia não só rios caudalosos mas solos férteis, além de sermos corredor de exportação, poderemos participar desse grande desafio, porque o Pará, além da pecuária, já tem grandes áreas produtivas, também agora com a soja, que está sendo plantada em nosso Estado, em áreas, inclusive, degradadas, que não serviam mais para nada e que agora recebem o plantio da soja. Isso é participar desse grande desafio, que é vencer as dificuldades que o País e o mundo atravessam. Inclusive, as eclusas de Tucuruí, que têm sido tão faladas, mas que têm sido esquecidas ao longo de tantos anos, servem de abastecimento energético para grande parte do País. A Hidrelétrica de Tucuruí está sendo agora duplicada e dará mais capacidade de energia para o País. Aliás, foi o Presidente Fernando Henrique que deu início às obras das eclusas. Hoje, já temos produção para ser transportada pela eclusa, viabilizando, assim, não só o seu pagamento, não só a viabilidade econômica do retorno desse capital investido, como também a produção de todo o Mato Grosso, de todo o Centro-Oeste, o que pode

ser feito pelas eclusas de Tucuruí, ligando a Hidrovia Araguaia/Tocantins.

Por que não se faz em tão pouco tempo aquilo que poderia ter sido realizado ao longo de todo esse tempo? Se tivéssemos investido mais na Amazônia, se tivéssemos levado esses recursos que hoje têm dificuldade de retornar... Concordo que as taxas são elevadas, que as condições do Fundo Monetário Internacional são muito duras, são muito difíceis, mas, quando se investe mal, pioram ainda mais; se esses recursos foram colocados apenas para fazer grandes viadutos, apenas para melhorar o embelezamento das cidades e dos Estados, eles não podem retornar. Daí a grande dificuldade em cumprir os contratos.

Não quero aqui entrar no mérito pessoal do Governador de Minas nem do Presidente da República, porém tenho a minha posição, como sempre tive. Respeito a Oposição e respeitarei sempre, mas mantenho a minha posição com cabeça erguida. Além de apoiar o Presidente Fernando Henrique, faço uma pergunta. Vários ilustres Srs. Senadores aqui se pronunciaram perguntando por que o Presidente Fernando Henrique não liga para o Governador mineiro. Inclui-se um Senador da Oposição já fez uma observação interessante sobre a charge que foi publicada baseada na publicidade veiculada na televisão, onde três garotos gordinhos pediam que o Presidente ligasse para o Governador; já se falou também naquele apelo comercial do "ligue já", aquele que pede todo o tempo para a pessoa ligar. Mas, pergunto, por que o Governador não cumpriu o contrato? Desde que cheguei a esta Casa tenho ouvido questionar-se muito o Presidente, entretanto, com todo o respeito aos meus companheiros de Bancada, poucas vezes ouvi defesas ao Presidente. Parece até que a Oposição ocupa todos os espaços. Percebi que os argumentos usados foram invertidos. Quem descumpriu o contrato foi Minas Gerais. Quem tem problemas é Minas Gerais. Agora, concordo que deva haver um diálogo, uma conversa e uma negociação caso a caso, mas nem por isso todos os outros Estados têm que fazer a mesma coisa. Têm que se tornar inimigos do Presidente por quê? Há algum crime em ser amigo do Presidente só pelas dificuldades que Sua Excelência enfrenta hoje e que já enfrentou em outros momentos? Só porque os índices de popularidade hoje são baixos? Ao contrário, é hora de nos unirmos, de estarmos juntos neste momento tão difícil e, independentemente de cor partidária, podemos trazer solução para o País.

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ OTÁVIO (PPB – PA) – Concedo o aparte a V. Ex^a, nobre Senadora Heloísa Helena, do Bloco de Oposição.

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Primeiro quero saudar V. Ex^a por trazer à Casa um debate importante sobre o desenvolvimento econômico da região que V. Ex^a representa. Mas eu gostaria, agradecendo o aparte, de falar um pouco sobre a relação do Governo Federal com os Estados. Até reconheço que V. Ex^a, enquanto Senador da base do Governo, tem realmente que fazer alguns esclarecimentos que julga necessários no sentido de defender o Presidente da República. Entretanto, avalio que este não é o momento de fazer defesa ou acusação, mas é o momento em que podemos, com serenidade e bom senso, discutir sobre a situação econômica nacional e como isso tem repercutido gravemente nos Estados e nos Municípios, o que, tenho certeza, V. Ex^a reconhece. O que tem acontecido, e ao que tem sido dada uma conotação pessoal e pouco conciliadora na mídia nacional, é uma disputa quase que pessoal entre o Presidente da República e o Governador de Minas Gerais. Entendo também que a atitude do Governador de Minas Gerais foi extremamente corajosa, a firmeza com que S. Ex^a defende o interesse público não presta serviço apenas ao Estado de Minas Gerais, mas presta um serviço gigantesco aos outros Estados, a minha Alagoas e ao Brasil. Ainda quando nas assinaturas do protocolo de intenção, e não efetivamente dos contratos de renegociação das dívidas, o próprio Governo Federal sabia que a proposta que estava sendo assinada era impossível de ser viabilizada. Não é à toa que muitos Estados que representavam a base de sustentação do Presidente da República não pagaram as suas parcelas da dívida do ano passado. Nós discutimos, ainda na assinatura do protocolo de intenções, o que o Governo Federal tinha obrigação de fazer antes de federalizar a dívida; portanto, responsabilizar toda a estrutura econômica nacional para pagar dívidas dos Estados, muitas vezes feitas de forma imoral, de forma absolutamente insustentável juridicamente em razão do parasitismo político que reinou nos Estados. Digo isso com muita tranquilidade. A respeito da dívida de Alagoas, desde o ano passado já dizíamos que vamos fazer uma grande auditoria, porque é dívida feita através do parasitismo político. Nem o povo alagoano pode pagar, tampouco o povo brasileiro. Portanto, o Presidente da República, a equipe econômica, muito mais do que

fazer uma grande reunião para pousar todos juntos como se fosse um clima nacional sem animosidade, e especialmente esta Casa têm a obrigação de fazer o grande debate sobre a questão da Federação. O contrato — e todos sabemos, independentemente das nossas convicções ideológicas —, como foi assinado, altera o que imaginávamos como cláusula pétreia da Constituição, que é a garantia das prerrogativas asseguradas aos Governadores e às suas Assembleias Legislativas para a gestão financeira dos nossos Estados. Não se trata de uma disputa entre a Oposição e a Situação, mas uma disputa para que possamos manter ao menos o que foi conquistado na Constituição em relação ao princípio de Federação. Portanto, eu compreendo a defesa de V. Ex^a mas eu tenho que fazer uma oposição gigantesca à postura e à arrogância do Presidente da República. Tenho certeza de que pode nem ser verbalizado por muitos Srs. Senadores que são da base de situação, mas acho que muitas pessoas, no recolhimento das suas consciências, têm visto a posição arrogante e truculenta com que tem agido o Presidente da República, que exacerbou tudo o que imaginávamos, anteontem, quando fez aquele discurso sobre Joaquim Silvério dos Reis. Agradeço a V. Ex^a o aparte, nobre Senador.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PPB – PA) – Nobre Senador, este é o seu ponto de vista e discordo plenamente da sua opinião sobre a arrogância do Presidente. Pelo contrário, até pela sua formação sociológica, dá a toda a classe política a condição de poder se manifestar, de poder ter os seus direitos disputados e até conseguidos, e, agora, o direito ao Governo Federal de fazer com que os Estados cumpram a sua parte, aquilo que foi contratado. É isso também que se cobra. E por que, em vez de se cobrar tanto do Presidente, não se cobra, também, da outra parte? Por que a outra parte, também, não se justifica? Por que não se cumpre as metas colocadas nos contratos para poder realmente ter o direito de — aí sim — vir para o diálogo? Não se trata apenas de uma questão de ponto de vista político-partidário, como também de mágoas pessoais ou outras questões. Porém, não vim aqui para discutir, dessa forma, este assunto.

Agradeço o aparte de V. Ex^a. Acho que meu tempo já está prestes a encerrar, mas ainda posso dispor da boa vontade do Sr. Presidente. Preciso de mais um minuto, pelo menos, para encerrar o meu pronunciamento.

Tenho certeza, Sr^{as} e Srs. Senadores, de que a contribuição da Amazônia, nesta hora de crise na-

cional, é perfeitamente factível e só depende de nós, do Governo Federal e dos Executivos Estaduais de todos os Estados.

Com essa afirmativa e eleito por uma Coligação Partidária denominada União pelo Pará, proponho a união de todos da Amazônia, sem distinção de cor partidária, para a formação da União pela Amazônia, com o objetivo de mostrar e implementar a nossa capacidade de solução de problemas, acostumados que somos às intempéries da vida amazônica.

Nessa empreitada de interesse nacional, certamente contaremos com a compreensão e a absoluta colaboração dos colegas do Nordeste, do Centro-Oeste, do Sul e do Sudeste, sobretudo daqueles que já conhecem a nossa realidade e o nosso potencial econômico. Vamos nos unir e acreditar na Amazônia!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ATA DA 1ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 1999

(Publicada no Diário do Senado Federal
de 24 de fevereiro de 1999)

RETIFICAÇÃO

Na página 03346, no despacho do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 1999:

Onde se lê:

(À Comissão de Assuntos Sociais – Decisão Terminativa)

Leia-se:

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – Decisão Terminativa)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da 1ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (extraordinária), da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada em 24 de fevereiro de 1999, às 10h30min.

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e quatro de fevereiro de mil novecentos e noventa e nove, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador Francelino Pereira e com a presença dos Senadores Fernando Bezerra, José Fogaça, José Alencar, Luiz Estevão, Maguito Vilela, Gilberto Mestrinho, Ramez Tebet, Ney Suassuna, Carlos Bezerra, Edison Lobão, Bello Parga, Jonas Pinheiro, Freitas Neto, Paulo Souto, Pedro Piva, Sérgio Machado, Osmar Dias, Antero Paes de Barros, Eduardo Suplicy, Lauro Campos, José Eduardo Dutra, Roberto Saturnino, Jefferson Peres, Luiz Otávio, Marluce Pinto, Wellington Roberto, João Alberto Souza, Romeu Tuma, Bernardo Cabral, Geraldo Althoff,

Álvaro Dias, Romero Jucá e Marina Silva. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Bornhausen e José Roberto Arruda. A presente reunião destina-se à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão para o biênio 1999/2000. Distribuídas as cédulas e procedida a votação, o Senhor Presidente convida os Senhores Senadores José Eduardo Dutra e Marluce Pinto para servirem como escrutinadores, sendo verificado o seguinte resultado: para Presidente – Senador Fernando Bezerra, vinte e quatro votos; para Vice-Presidente – Senador Bello Parga, vinte e quatro votos. São declarados eleitos os Senadores Fernando Bezerra e Bello Parga, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Após assumir a condução dos trabalhos o Senador Fernando Bezerra marca para o próximo dia vinte e seis às nove horas a sabatina do Presidente e Diretores do Banco Central do Brasil, e submete à apreciação da Comissão os seguintes Requerimentos: N.º 03-CAE/99 – Convidando o Senhor Francisco Lopes, ex-presidente do Banco Central, a prestar esclarecimentos sobre as razões que levaram ao seu afastamento da Presidência do Banco Central e N.º 04-CAE – Convocando o Senhor Pedro Malan, Ministro da Fazenda, a prestar esclarecimentos sobre os motivos da demissão do Senhor Francisco Lopes da Presidência do Banco Central, a indicação do Senhor Armínio Fraga Neto para substituí-lo e as modificações que estão sendo propostas aos termos do Programa de Apoio Financeiro ao Governo Brasileiro liderado pelo Fundo Monetário Internacional, autorizado através da Resolução n.º 96, de 1998, do Senado Federal. Após serem submetidos a votação os requerimentos são rejeitados. Segue a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e um minutos, lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**. – Senador **Fernando Bezerra**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Declaro aberta a nossa reunião. Apenas uma saudação sucinta, sincera a todos os componentes da Comissão de Assuntos Econômicos, e a nossa aspiração de que possamos cumprir o grande desafio que teremos que enfrentar neste novo ano. Aos novos Senadores um abraço fraternal.

Vamos iniciar os nossos trabalhos. A presente reunião, como sabem os colegas, destina-se à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

De acordo com as informações que me foram transmitidas, porque não participei de nenhum entendimento, o nome lembrado para Presidente desta Comissão é o do Senador Fernando Bezerra, que é, sem dúvida, uma grande expressão desta Casa, representando o Estado do Rio Grande do Norte, e, para Vice-Presidente, o nosso Senador Bello Parga, aqui representando o Estado do Maranhão. De acordo com o entendimento entre os partidos, essas são as indicações.

Vou proceder à chamada dos Srs. Senadores para a votação.

Vou distribuir pessoalmente a cédula. Em primeiro lugar, o Senador Fernando Bezerra para votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. EDUARDO SUPLY – Sr. Presidente, pergunto se os candidatos à Presidência e à Vice-Presidência vão expor os seus planos. Não queremos dizer que nós do Bloco da Oposição não estejamos de acordo com as indicações feitas pelo PMDB e pelo PFL mas, talvez, seja até interessante para a Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Senador Eduardo Suplicy, a nossa missão é apenas a de presidir a eleição do Presidente e do Vice-Presidente, e, em seguida, chamá-los à Mesa para que ambos assumam as suas funções. Ele é que vai ditar o futuro. Sou apenas um passageiro rápido.

O SR. EDUARDO SUPLY – Mas como passageiro rápido que é talvez V. Ex.ª queira...

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – E já foi iniciado o processo de votação. Desculpe-me, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLY – Está bem.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – A Mesa indaga se, por ventura, está presente algum Senador ou alguns Senadores que não foram chamados para votar.

Votaram 24 Senadores entre membros titulares e suplentes.

Designo para escrutinadores o Senador José Eduardo Dutra e a Senadora Marluce Pinto.

O SR. EDUARDO SUPLY – Faltaram três Senadores, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Faltaram titulares e alguns suplentes.

Está sendo procedida a apuração dos votos depositados na urna.

(Procede-se à apuração.)

Encerrada a apuração.

O resultado é o seguinte: para a Presidência da Comissão, Senador Fernando Bezerra, com 24 votos; para Vice-Presidência, Senador Bello Parga, com 24 votos.

Isso significa que o entendimento foi cumprido rigorosamente, incluindo os próprios candidatos aos cargos.

A saudação já foi feita. Os trabalhos são rápidos.

Convido o Presidente Fernando Bezerra e o Vice-Presidente, Senador Bello Parga, para virem à mesa a fim de que assumam os seus trabalhos e as suas funções.

Assume a Presidência o Senador Fernando Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Srs. Senadores, Srs. Líderes, minhas primeiras palavras são de agradecimento à manifesta confiança dos Srs. Senadores ao meu nome e ao nome do Senador Bello Parga.

Quero agradecer de forma muito especial ao meu Partido pela confiança em mim depositada e pela indicação que fez e o faço ao Senador Jader Barbalho na convicção de que aqui estou na representação do meu Partido.

Quero dizer ao Senador Pedro Piva que é uma honra muito grande sucedê-lo na Presidência desta Comissão e que foi para mim uma enorme satisfação ter a oportunidade de, ao seu lado, na condição de Vice-Presidente, durante a Legislatura que se encerra agora, podermos dar a contribuição na direção desta Comissão.

Ao Senador Suplicy, que pedia que pudéssemos dizer, antes da votação, quais as nossas metas e quais os nossos objetivos na direção desta Comissão, quero dizer que vamos ter o mais absoluto respeito pela posição dos Srs. Senadores e pelo Regimento da Casa.

Agradecendo, quero dar a oportunidade ao Vice-Presidente, Senador Bello Parga, de dirigir sua palavra aos Srs. Senadores.

O SR. BELLO PARGA – Srs. Senadores, S^{as}. Senadoras, pouco queria aqui acrescentar ao que o nosso Presidente, Senador Fernando Bezerra, expressou. Agradeço a confiança dos meus pares e a indicação feita pelo meu Partido, com a intervenção dos Líderes Hugo Napoleão e Edison Lobão.

Estou aqui para colaborar com o Senador Fernando Bezerra nas suas ausências ou durante o exercício dos nossos mandatos à frente desta Co-

missão. Seremos fiéis seguidores e observadores do Regimento da Casa. Acredito ser esse o norte da nossa atuação. A minha aspiração é fazer com que seja observado, a fim de que esta Comissão possa desincumbir-se das suas árduas tarefas neste momento de crise econômica por que passa o País.

Poderemos dar uma colaboração efetiva ao Governo e à Nação, cumprindo fielmente a nossa missão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Muito obrigado, Senador Bello Parga.

Há sobre a mesa dois requerimentos.

Requeiro, nos termos regimentais, seja convidado o Sr. Francisco Lopes, ex-Presidente do Banco Central, a prestar esclarecimentos perante a Comissão de Assuntos Econômicos sobre as razões que levaram ao seu afastamento da Presidência do Banco Central cinco dias após a aprovação do seu nome pelo Plenário do Senado Federal, antes mesmo de assumir formalmente aquele cargo.

Quais as divergências que ocorreram nos diálogos havidos com o FMI e com as autoridades brasileiras que pudessem explicar a mudança tão abrupta naquele organismo? Sala das Comissões, dia 23 de fevereiro de 1999. Senador Eduardo Matarazzo Suplicy.

Submeto o requerimento à discussão. Antes, porém, queria comunicar aos Srs. Senadores que convocarei reunião para a audiência do Presidente e dos Diretores do Banco Central a realizar-se, segundo o Regimento, na sexta-feira, às 9 horas da manhã. Designo, como Relator, o Senador Ney Suassuna.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y – Sr. Presidente, permita-me uma intervenção. Na verdade, apresentei dois requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Lei o outro requerimento.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y – Sim, Sr. Presidente, pois os dois são relacionados. Pediria que lesse, porque assim farei a justificativa de ambos conjuntamente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Atenderei a V. Ex^a.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

Requeiro, nos termos regimentais, seja convocado o Ministro da Fazenda, Pedro Malan, a prestar esclarecimentos perante a Comissão de Assuntos Econômicos sobre os motivos da demissão do Presidente do Banco Central, Francisco Lopes, poucos dias após a aprovação do seu nome pelo Senado

Federal; a indicação do Sr. Armínio Fraga Neto para substituí-lo e as modificações que estão sendo propostas aos termos do programa de apoio financeiro ao Governo brasileiro liderado pelo Fundo Monetário Internacional, autorizado através da Resolução nº 96, de 1998, do Senado Federal. Brasília, 3 de fevereiro de 1999. Senador Eduardo Matarazzo Suplicy.

Estão em discussão os dois requerimentos.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY – Sr. Presidente, em primeiro lugar, desejo cumprimentá-lo pela sua eleição e também o Vice-Presidente, Senador Bello Parga, dizendo que nós, Senadores do Bloco da Oposição, queremos colaborar com os objetivos maiores desta Comissão.

Avaliamos que é muito importante que se possa, na tradição que esta Comissão tem tido ao longo da sua história, aprimorar os nossos trabalhos, de maneira a podermos aqui realizarmos os grandes debates dos problemas econômicos desta Nação.

Sugiro, inclusive, a V. Exª que possamos ter, logo após essas primeiras missões que teremos da arguição dos designados para a direção do Banco Central, mas que possa, na primeira reunião ordinária, passados esses episódios, haver um momento na Comissão em que cada um dos Senadores tenha oportunidade de apresentar sugestões de trabalho inclusive na linha do que ainda hoje foi abordado no **Jornal do Senado** numa entrevista de V. Exª. Como gostaríamos também de colaborar com idéias para a pauta de trabalhos organizados de debates sobre a reforma tributária, o desemprego e o regime cambial, proponho que tenhamos até um período de diálogo, apresentando proposições à Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos no sentido daquilo que V. Exª entende importante.

Os requerimentos que apresentei constituem o resultado da reflexão da reunião do Bloco da Oposição. Diante da estupefação havida quando, no início de fevereiro, soubemos, cinco dias depois da votação do nome de Francisco Lopes, que ele não mais seria o Presidente e que o nome de Armínio Fraga Neto seria indicado, nós, um grupo de 14 Senadores, reunidos, avaliamos, até como uma questão de respeito ao Senado, que o Ministro Pedro Malan pode comparecer à Comissão de Assuntos Econômicos e explicar as razões pelas quais houve essa troca tão abrupta. Avaliamos, inclusive, que seria importante ouvir o próprio Francisco Lopes, que também se mostrou surpreendido pela maneira como tão rapidamente foi substituído. Seria relevante sa-

bermos que razões houve para essa eventual divergência e em que instante ela aconteceu, até porque o Ministro Pedro Malan chegou a elogiar publicamente a exposição de Francisco Lopes perante a comissão. Então, isso merece um esclarecimento.

Ademais, na medida em que o próprio Ministro Pedro Malan está anunciando e realizando modificações nos acordos com o Fundo Monetário Internacional e com as demais instituições multilaterais de crédito, é responsabilidade do Senado Federal conhecer as mudanças ocorridas. Assim, é imprescindível que o referido Ministro compareça ao Senado. Obviamente, a Comissão de Assuntos Econômicos é o lugar apropriado para isso. Por essa razão, Sr. Presidente, apresentamos o requerimento de convocação do Ministro da Fazenda e o do convite, no caso de Francisco Lopes, que não é mais autoridade, mas pode espontaneamente comparecer ao Senado Federal para trazer esses esclarecimentos. Deve ser objeto de reflexão da Comissão de Assuntos Econômicos a data adequada para marcar essas presenças.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Senador Eduardo Suplicy, agradeço suas palavras de cumprimentos. Esta Presidência encontra-se inteiramente aberta a sugestões no sentido de que possamos, todos juntos, encaminhar as propostas e um programa para a Comissão de Assuntos Econômicos. Agradeço-lhe a proposição e aguardo as manifestações a serem enviadas.

Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra. Concederemos a palavra aos Senadores pela alternância dos Partidos, para dar oportunidade a todos para que possam arguir os diretores do Banco Central.

Com a palavra o Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, as inscrições já estão abertas? Se estiverem, quero inscrever-me.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Sim, as inscrições já estão abertas, V. EXª poderá, após a sua palavra, inscrever-se.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, inicialmente, quero também parabenizar o Senador Fernando Bezerra pela sua eleição para presidente desta Comissão. Quero também deixar bastante claro que o requerimento apresentado pelo Senador Eduardo Suplicy não tem nenhum objetivo de protelação da sabatina do Dr. Armínio Fraga, até porque, no dia em que foi anunciada ao País a indicação do seu nome, o Bloco da Oposição procurou o Presidente do Senado, Se-

nador Antônio Carlos Magalhães, ponderando-lhe que, dada a importância desse assunto, seria interessante que o Senado Federal não entrasse naquele recesso branco, até porque, oficialmente, estávamos convocados para a primeira quinzena de fevereiro, para que pudéssemos fazer aquela sabatina naquele período. O Presidente da Casa nos informou que iria consultar os demais líderes a respeito dessa proposta e, no dia seguinte, ele nos informou que os líderes do PMDB, do PFL e do PSDB não haviam concordado que a sabatina fosse feita naquele período. Faço esse registro apenas para deixar bem claro que aquele requerimento não tem intenções protelatórias.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, estamos iniciando uma nova legislatura, na qual espero que o Senado Federal utilize, na sua totalidade, na sua plenitude, as suas prerrogativas constitucionais. A Constituição estabelece que os indicados para a presidência e diretoria do Banco Central devem ser sabatinados previamente pela Comissão de Assuntos Econômicos e aprovados pelo Plenário do Senado Federal.

Esse episódio da indicação do Dr. Armínio Fraga se reveste de aspectos insólitos. Em primeiro lugar, o Dr. Francisco Lopes foi sabatinado na terça-feira da última semana de janeiro. A sua indicação foi precedida de rasgados elogios não só do Ministro Pedro Malan, mas inclusive de diversos senadores desta Casa, até mesmo de Oposição, relativamente ao seu histórico, ao seu currículo, aos seus antecedentes.

Na quinta-feira da mesma semana, dois dias depois, portanto, o nome do Dr. Francisco Lopes foi aprovado pelo Plenário do Senado; veio depois a sexta-feira de grande tumulto no mercado e, na segunda-feira ou na terça-feira seguinte, se não me engano, fomos surpreendidos pela notícia de que o Dr. Francisco Lopes havia sido afastado antes mesmo de sua posse – e afastado não é nem o termo, porque ele não havia tomado posse! E, em seguida, já havia sido substituído e já estava indicado o Dr. Armínio Fraga.

O que é mais grave, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que, segundo a Jornalista Míriam Leitão – de quem podemos até discordar em suas opiniões econômicas, mas temos de reconhecer que é uma jornalista muito bem informada –, a decisão da substituição do Dr. Francisco Lopes foi tomada não a partir dos episódios da sexta-feira, e, sim, na quarta-feira, na véspera, portanto, da sua votação pelo Plenário do Senado Federal. E, na mesma quinta-

feira de manhã, segundo a própria imprensa noticiou, houve um café da manhã do qual participou o Presidente do Senado e o Dr. Armínio Fraga.

Sr. Presidente, ou esta Comissão convoca o Dr. Pedro Malan para explicar os motivos pelos quais alguém que era tão elogiado um dia antes pela sua competência, pela sua capacidade para presidir o Banco Central, para ser guardião da moeda brasileira, é substituído depois, ou então vamos chegar a uma situação tão esdrúxula que podemos, daqui a pouco, na Comissão de Assuntos Econômicos, fazer igual algumas empresas fazem quando vão contratar alguém: fazer um cadastro de reserva. Vamos sabatar aqui uns dez economistas, uns cinco especuladores, uns quatro prepostos de especuladores, fazemos um cadastro de reserva, e o Governo Federal pode, a depender da conjuntura, a depender dos humores do mercado ou da própria vontade, fazer a substituição, já que estão todos sabatinados, já está cumprido o ritual da Constituição e, portanto, o Senado já cumpriu a sua tarefa. Acredito que essa não pode ser a tarefa do Senado.

Quando os constituintes de 1988 inscreveram em nossa Carta Magna a obrigatoriedade da aprovação pelo Senado Federal da indicação não só de Presidente do Banco Central, de Ministros do Supremo, como de Juizes Classistas etc., e estabelece a sabatina, entendo que a intenção dos constituintes era não apenas fazer uma formalidade, mas porque entendiam que, dada a importância desses casos, era fundamental que o Senado e os Srs. Senadores fizessem a sabatina na sua plenitude.

Para concluir, já houve quem dissesse que o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil. Até não concordo *in totum*, mas acho que, em algumas coisas, o Congresso Brasileiro poderia começar a imitar, como, por exemplo, na sabatina de Presidente do Banco Central. A sabatina no Senado norte-americano não é feita a toque de caixa, e a diferença já se dá no próprio **layout** da reunião: lá os Senadores ficam em um nível superior, o candidato lá no centro e em nível mais baixo – o próprio **layout** já demonstra que os Senadores são mais importantes do que aquele candidato. Infelizmente, aqui no Senado temos visto sabatinas em que os Senadores quase pedem desculpas por fazerem perguntas mais duras aos candidatos, em uma absoluta inversão de valores e de prerrogativas.

Então, Sr. Presidente, em nome da defesa de prerrogativas do Senado Federal e da Comissão de Assuntos Econômicos, é fundamental que o Ministro Pedro Malan venha aqui, até como uma forma de

instrução para o processo de aprovação ou de rejeição do Sr. Armínio Fraga. Já que está marcando para sexta-feira de manhã a sabatina, por que não o Ministro Malan vir aqui amanhã, quinta-feira de manhã ou quinta-feira à tarde, enfim, fazer antes da sabatina, até para que sirva como processo de instrução e para que os Senadores possam não só sabatinar, como votar de acordo com aquilo que entenderem melhor para o País, mas vamos ter a plena convicção de que estaremos cumprindo, na sua totalidade, as nossas prerrogativas.

Nesse sentido, encaminho a votação a favor dos dois requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Com a palavra o Senador Saturnino Braga.

O SR. SATURNINO BRAGA – Sr^{as} e Srs. Senadores, quero justamente ressaltar a importância do último aspecto levantado pelo Senador José Eduardo Dutra: a audiência do Ministro Pedro Malan deve preceder a nossa sabatina sobre o Sr. Armínio Fraga.

Sr. Presidente, paira um mistério sobre esse episódio todo da demissão do Sr. Francisco Lopes e nomeação do Sr. Armínio Fraga; há razões que ainda não foram suficientemente anunciadas, esclarecidas ou avançadas. Teria o Sr. Francisco Lopes cometido algum deslize de natureza moral ou mesmo de natureza profissional que o impossibilitasse de continuar à frente do Banco Central para ser demitido assim tão abruptamente. Francamente, não acredito nessa versão, até porque conheço pessoalmente o Sr. Francisco Lopes, que considero altamente competente do ponto de vista profissional – aliás, isso foi muito ressaltado na apresentação que dele foi feita a esta Casa e a esta Comissão. Do ponto de vista ético, não pode pesar nenhuma suspeita que possa ferir a reputação do Sr. Francisco Lopes.

Sendo assim, por que teria havido esta substituição tão abrupta e, diria mais, desrespeitosa mesmo para com o Senado Federal, que havia aprovado o seu nome cinco dias antes, enquanto essa substituição estava sendo já, como tudo indica, decidida antes mesmo da votação processada no plenário do Senado. Tal substituição misteriosa e até certo ponto desrespeitosa para com o Senado é preciso que seja esclarecida. É preciso desvendar esse mistério que envolve a demissão do Sr. Francisco Lopes e a nomeação do Sr. Armínio Fraga. Teria sido ele designado para cumprir alguma missão que desconhecemos e que teria que ser imediatamente iniciada a ponto de se colocar em situação difícil uma figura respeitável desta Nação, o Sr. Francisco Lopes? Por

tudo isso, penso que é difícil – diria – impossível uma indagação ao Sr. Armínio Fraga dessas razões até porque ele pode desconhecer mesmo alguns dos aspectos delicados dessa questão. Evidentemente, na sua razão maior, deve estar ciente disso, mas não teria condições de declarar a esta Casa a missão que viria a exercer, caso esse mistério não seja desvendado e nós, Senadores, não possamos à raiz do problema. Só poderemos fazê-lo no momento em que tivermos oportunidade de escutar o Ministro Pedro Malan a respeito dos motivos da demissão do Sr. Francisco Lopes, bem como da substituição deste pelo Sr. Armínio Fraga. Assim é que, à meu juízo, a anterioridade da vinda do Sr. Pedro Malan é essencial e, para ressaltar, confirmar o que já foi declarado não apenas hoje, mas, há dias, pelo Senador Eduardo Suplicy e por todos nós, que não desejamos protelar a sabatina do Sr. Armínio Fraga; ao contrário, queremos antecipá-la o quanto possível. Como nossa visão é a de que é essencial a audiência antecipada do Sr. Pedro Malan, resalto a importância da consideração tecida pelo Senador José Eduardo Dutra, no sentido de que a convocação do Sr. Ministro seja feita ou para amanhã ou na próxima sexta-feira, às 9 horas, antes da sabatina do Sr. Armínio Fraga, que poderia realizar-se à tarde. Que haja anterioridade da presença do Ministro Pedro Malan, visto que a citada sabatina depende fundamentalmente dos esclarecimentos a respeito da demissão do Sr. Francisco Lopes.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Não havendo mais oradores inscritos, encerro a discussão.

Em votação os dois requerimentos do Senador Eduardo Suplicy, uma vez que são conexos.

Os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitados.

Não havendo mais matéria em pauta, declaro encerrada a reunião e reafirmo a convocação para sexta-feira, às 9 horas.

(Levanta-se a reunião às 11h31min.)

2ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, a realizar-se dia 26 de fevereiro de 1999, às 9 horas.

As nove horas dia vinte e seis de fevereiro de mil novecentos e noventa e nove, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador Fernando Bezerra e com a presença dos Senado-

res: Bernardo Cabral, Francelino Pereira, Jeffersson Peres, José Roberto Arruda, Luiz Otávio, Sebastião Rocha, Heloísa Helena, Ney Suassuna, Romeu Tuma, Maria do Carmo, Osmar Dias, José Eduardo Dutra, Bello Parga, Paulo Souto, Roberto Requião, Pedro Piva, Wellington Roberto, Antero Paes de Barros, Gilberto Mestrinho, Maguito Vilela, Lauro Campos, João Alberto, Jorge Bornhausen, José Alencar, Roberto Saturnino, José Fogaça, Carlos Patrocínio, Arlindo Porto, Carlos Bezerra, Eduardo Siqueira Campos, Antônio Carlos Valadares, João Alberto Sousa, Romero Jucá, Marluce Pinto, Edison Lobão, Freitas Neto, Luiz Estevão, Ademir Andrade, Marina Silva, Eduardo Suplicy, Jonas Pinheiro, Pedro Simon, Antônio Carlos Magalhães e Sérgio Machado. Deixou de comparecer o Senador Ramez Tabet. O senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida o Senador Roberto Requião apresenta os seguintes Requerimentos: CAE N.º 05, de 1999, "solicitando ao Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, que remeta à CAE, com a máxima urgência, o estado de tramitação dos processos, AI 92.00.52046-4, AP 92.00.03251-6; AP 91.00.26191-2 onde constam como co-réu o Senhor Armínio Fraga. Bem como quaisquer outros processos em que o Senhor Armínio Fraga conste como parte"; e CAE N.º 06 "solicitando ao Tribunal de Contas da União, para que informe à esta Comissão, com a máxima urgência, a existência de processos em que sejam partes ou, de alguma forma envolvidos com os Senhores Francisco Gross e Armínio Fraga e qual o estado atual de tramitação. O Senhor Presidente decide pela remessa dos requerimentos à Comissão de Constituição Justiça e Cidadania. Em seguida procede-se a apreciação das seguintes matérias: **Mensagem nº 74, de 1999, não terminativa**, que "submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Armínio Fraga Neto para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil." Relator: Senador Ney Suassuna. Parecer: A ser apreciado em votação secreta. Resultado: Aprovada a indicação por 21 votos favoráveis e um contrário. **Mensagem nº 77, de 1999, não terminativa**, que "submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Daniel Luiz Gleizer para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil." Relator: Senador Ney Suassuna. Parecer: A ser apreciado em votação secreta. Resultado: Aprovada a indicação por 24 votos favoráveis e 3 contrários. **Mensagem nº 78, de 1999, não terminativa**, que "submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Edison Bernardes dos Santos para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil." Relator: Senador Ney Suassuna. Parecer: A ser apreciado em votação secreta. Resultado: Aprovada a indicação por 24 votos

favoráveis, 2 contrários e 1 abstenção. **Mensagem nº 79, de 1999, não terminativa**, que "submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Luiz Carlos Alvarez para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil." Relator: Senador Ney Suassuna. Parecer: A ser apreciado em votação secreta. Resultado: Aprovada a indicação por 25 votos favoráveis, 1 contrário e 1 abstenção. **Mensagem nº 80, de 1999, não terminativa**, que "submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor LUIZ FERNANDO FIGUEIREDO para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil." Relator: Senador Ney Suassuna. Parecer: A ser apreciado em votação secreta. Resultado: Aprovada a indicação por 24 votos favoráveis e 3 contrários. **Mensagem nº 81, de 1999, não terminativa**, que "submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Sérgio Ribeiro da Costa Werlang para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil." Relator: Senador Ney Suassuna. Parecer: A ser apreciado em votação secreta. Resultado: Aprovada a indicação por 23 votos favoráveis, 3 contrários e 1 abstenção. Segue a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e cinco minutos. horas, lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**. – Senador **Fernando Bezerra**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) - Sr. Presidente do Congresso Nacional, Srs. Senadores, há **quorum** regimental, e declaro aberta a reunião convocada especialmente para a sabatina do Presidente e de Diretores do Banco Central.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) - Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Sr. Presidente, quero estabelecer uma preliminar à sabatina da Diretoria do Banco Central.

Informações chegaram à minha mão e de inúmeros Senadores sobre a existência de processos que envolvem o Sr. Armínio Fraga e a Diretoria do Banco Central, no período de 1991-1992, no Tribunal de Contas da União e nos Tribunais da Justiça Federal em Brasília.

Na Justiça Federal há duas ações populares: uma que se refere à venda antecipada de títulos públicos, com grande prejuízo para o banco; e outra, à venda de títulos públicos por um preço extremamente baixo e à revenda desses mesmos títulos pelo

banco comprador, de forma imediata, com um lucro para o banco de U\$60 milhões.

Estive ontem, em companhia do Senador Eduardo Suplicy, no Tribunal de Contas da União. Os processos estão inconclusos, embora exista um parecer da Procuradoria de Justiça recomendando a devolução de recursos despendidos na contratação de advogados privados pelos diretores do banco, entre os quais o Sr. Armínio Fraga.

Encaminho à Mesa dois requerimentos, um no seguinte sentido:

"Com fundamento no disposto no art. 49 da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, inciso X, XIII, parágrafo único, e 383, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos seja oficiado ao Tribunal Regional Federal, 1ª Região, para que forneça a esta Comissão, com a máxima urgência, o estado de tramitação dos processos A1-920052046/4, AP-920003251/6, AP-910026191/2, onde consta como co-réu o Sr. Armínio Fraga, bem como quaisquer outros processos em que o Sr. Fraga conste como parte."

É a diligência que solicito.

A outra diligência, com os mesmos fundamentos, é dirigida ao Tribunal de Contas da União, para que entregue os processos à Comissão de Assuntos Econômicos, também com a máxima urgência. Os processos existem, tive conhecimento deles ontem. Evidentemente, por não haver um pedido oficial da Comissão ou do Plenário do Senado, o Presidente do Tribunal de Contas da União, o Ministro Iran Sarvaia, apesar de nos ter confirmado a existência dos processos, não nos colocou em mão os processos inconclusos. São acusações extremamente sérias e que devem ser examinadas por esta Comissão.

Então, preliminarmente, submeto à Mesa e ao Plenário o pedido para a realização dessas diligências.

O SR. HUGO NAPOLEÃO - Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) - Com a palavra o Sr. Senador Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO - Sr. Presidente, nós que fomos advogados militantes durante muitos anos nas cidades de Teresina e do Rio de Janeiro, sabemos, nós advogados, que pode haver quaisquer acusações contra quaisquer dos cidadãos brasileiros. Evidentemente, se não há sentença transitada em julgado em qualquer dos tribunais, não há que levantar dúvidas ou suspeições, embora eu acredite, pessoalmente, que seja perfeitamente lícito a qualquer dos membros integrantes desta Comissão

são ou deste Senado Federal requerer as diligências que bem julgar.

Mas considero, sobretudo para o bom andamento dos trabalhos, que, preliminarmente, não havendo, como já ficou comprovado, nenhum tipo de sentença transitada em julgado - a diligência pode ou não ser feita, dependendo da decisão da Mesa -, que ela não vai embarçar os trabalhos da Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) - Informo a V. Ex^{as} que requerimento de igual teor foi encaminhado do Plenário à Mesa e o Presidente da Casa, Senador Antonio Carlos Magalhães, já tomou as devidas providências.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Machado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) - Pois não. Com a palavra V. Ex^a.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - O requerimento encaminhado à Mesa - e o Presidente Antonio Carlos Magalhães me informa que já encaminhou ao tribunal, diligência da Mesa do Senado - refere-se apenas ao Tribunal de Contas da União. Estou acrescentando um outro requerimento relativo às informações do Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) - Tomaremos providência semelhante àquela tomada pelo Senador Antonio Carlos Magalhães em relação ao outro requerimento.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Machado.

O SR. SÉRGIO MACHADO - Sr. Presidente, como bem colocou o Senador Hugo Napoleão, antes de transitada em julgado, a sentença não tem efeito legal. O próprio Senador Requião tem uma série de processos correndo na Justiça do Paraná e S. Ex^a está aqui como Senador, cumprindo seu mandato, porque ninguém pode prejudicar uma pessoa antes que a sentença seja absolutamente lavrada.

Quanto à questão dos dois processos que o Senador Requião levantou na Justiça Federal, aquele sobre a venda dos títulos é uma operação feita em 1990, quando o Dr. Armínio Fraga não era Diretor do Banco Central. O segundo diz respeito a uma transação de venda de um terreno do Banco Central para a Caixa de Previdência do Banco Central, operação que não foi realizada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) - Obrigado. Com a palavra o Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, a lei exige reputação ilibada. O Sr. Armínio

Fraga não está registrando a sua candidatura a vereador, deputado estadual, deputado federal, senador ou a qualquer cargo eletivo, a respeito do que a lei é clara e estabelece que a candidatura é impugnada caso haja sentença transitada em julgado. Não é o caso. O que se trata é de essa Comissão ter capacidade de analisar se o Sr. Armínio Fraga preenche a condição de reputação ilibada. Nesse sentido, independentemente de sentença transitada em julgado ou não, é necessário que a Comissão e os Senadores, para analisarem especificamente essa exigência, tenham conhecimento dos processos. Assim, entendo que é perfeitamente exigível esse requerimento feito pelo Senador Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) - Obrigado. Já há uma decisão tomada pela Mesa, que é a de encaminhar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e atender o requerimento.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, eu gostaria de um esclarecimento. Gostaria que ficasse bastante clara a decisão da Mesa. É uma diligência? Qual é a decisão da Mesa a respeito do requerimento do Senador Roberto Requião?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) - A decisão tomada pela Mesa, em plenário, foi encaminhar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Esta é a decisão tomada pelo Presidente Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - E a decisão tomada pela CAE, qual é?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) - Decisão semelhante. Encaminharemos à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para que ela tome conhecimento e as providências necessárias.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Estão convertendo em diligência?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) - Perfeitamente.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Então, Sr. Presidente, um adendo a minha questão de ordem. Penso que foi sábia a decisão da Mesa, atendeu a um reclamo de um Senador.

Aproveito o espaço para esclarecer ao Senador Sérgio Machado que os processos que o PSDB moveu contra mim, depois de ter sido esmagado na eleição para o Senado da República, já foram julgados pelo Tribunal Eleitoral e o PSDB foi reduzido a sua condição, ou seja, de irresponsável acusador de um processo arquivado, assim como foi irresponsável a declaração do Senador Sérgio Machado em relação a minha pessoa. Não vou aceitar esse tipo de retaliação, eu não estou sendo julgado nesta Comis-

são, e saiba o Senador Sérgio Machado que não sou brincadeira de Senador do Ceará.

O SR. SÉRGIO MACHADO - Pela ordem.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Sr. Presidente, continuo a minha questão de ordem.

A Comissão de Assuntos Econômicos, numa arguição como esta, procede segundo as regras do Código de Processo Civil e, uma vez que o Presidente acatou a diligência, até que ela se cumpra, o Código de Processo Civil determina a interrupção do processamento da análise e da sabatina do Sr. Armínio Fraga.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) - Não é esse o entendimento da Mesa. Tomamos a decisão, semelhante à decisão tomada em plenário pelo Presidente da Casa, de encaminhar o requerimento de V. Ex^a à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. SÉRGIO MACHADO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) - Para análise e pronunciamento, com a palavra o Senador Sérgio Machado.

O SR. SÉRGIO MACHADO - Sr. Presidente, aqui não estamos para brincar. Não sou eu que vivo fazendo brincadeira no plenário. Costumo tratar as coisas de forma bastante séria, como tem sido e sempre será minha característica. O que eu disse aqui, e volto a repetir, é que o Senador Roberto Requião assumiu o seu mandato de Senador legitimamente, porque foi levantado um processo e, antes que a Justiça estabeleça, ninguém pode prejudicar alguém. Foi isso que eu disse e enfatizo, porque ninguém está brincando.

S. Ex^a foi até pejorativo, porque o Ceará é um Estado que merece respeito, como respeito qualquer um dos Estados da Federação. Para mim, a discussão está encerrada, porque estamos julgando uma questão de ofensa pessoal. Mas não estou levando para esse lado e nem quis fazer uma acusação de ofensa pessoal; quis apenas comparar o tratamento que o Senador Roberto Requião está querendo dar ao Dr. Armínio Fraga com o que lhe aconteceu. Nem estou fazendo juízo de valor, nem penso que seja justo que se possa fazê-lo. Isso é o que quis deixar bastante claro. A discussão não é sobre o Ceará, não é sobre o Paraná, não é sobre o Senador Roberto Requião. Vamos discutir, agora, a questão do Presidente do Banco Central.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) - Pela ordem, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, em primeiro lugar, com relação ao que diz o Senador Sérgio, a lei é muito clara. Para ser candidato a Senador não precisa ter reputação ilibada, basta que na folha corrida não tenha sido condenado. Mas a Constituição diz que para ser Presidente do Banco Central tem que ter cidadania ilibada, quer dizer, é um pouco mais do que não ter ficha em cartório. Mas não é essa a minha questão.

Sr. Presidente, esta Casa já votou em urgência urgentíssima e, graças à providência do seu Presidente e do Presidente da Câmara dos Deputados, foi posto em votação o projeto que determina a quarentena com relação aos dirigentes do Banco Central. À última hora, por uma questão de detalhe, não foi aprovado.

Lamentavelmente, o Presidente da República, ao convocar extraordinariamente a Câmara e o Senado, não colocou a quarentena. Diz o Presidente Michel Temer que, na primeira reunião ordinária da Câmara dos Deputados, ela será votada. Peço a V. Ex^a e ao ilustre Presidente do Senado, Senador Antonio Carlos, que está aqui, que somente votemos em plenário essas indicações depois de aprovada a quarentena, porque isso muda a realidade. Caso contrário, vamos ficar mais um período com o lamentável equívoco que vem ocorrendo até agora.

Como o Presidente da Câmara dos Deputados diz que vai aprovar a quarentena em urgência urgentíssima, como sabemos da diligência e da competência do Presidente do Senado no sentido de que, se for importante, votemos na mesma hora, a proposta que faço é que primeiro se vote a quarentena e, depois, se votem as indicações para o Banco Central para que já fiquem sujeitas a ela. É a questão de ordem que levanto a V. Ex^a e ao ilustre Presidente do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) - A proposta de V. Ex^a deverá ser encaminhada ao Plenário e por ele decidida.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) - Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, ontem, V. Ex^a expressou que seria importante termos, no dia de hoje, a arguição do Presidente indicado para o Banco Central, bem como dos nomes que foram indicados para se tomarem diretores.

Formulei uma sugestão, ontem, ao Presidente Antonio Carlos Magalhães, que me parece de bom senso, e gostaria que a Comissão de Assuntos Econômicos a examinasse: que, sem prejuízo de hoje argüirmos todos os Diretores no tempo que for necessário, façamos, primeiramente, a arguição do indicado para Presidência do Banco Central, Sr. Armínio Fraga Neto. Tão importante é esta arguição que os Senadores que se inscreveram se prepararam para ela. Esgotada esta matéria, podemos fazer um breve intervalo e, daí, procederemos à arguição dos demais.

Gostaria de ressaltar, Sr. Presidente, que este é o procedimento que o Senado Federal sempre teve. E, assim, podemos dar a devida importância à arguição e votação do indicado pelo Senhor Presidente da República para se tornar Presidente do Banco Central.

É a sugestão que formulo, porque poderemos ficar até a noite, mas, primeiro, esgotaríamos a arguição ao indicado para Presidente do Banco Central, para, em seguida, fazermos - e poderíamos até fazer em conjunto - a arguição dos demais, para que não fique prejudicada. Poderíamos, inclusive, abrir nova inscrição para os que desejarem permanecer até que se esgote o objeto da reunião, qual seja, argüirmos e votarmos todos, mas, primeiro, o Sr. Armínio Fraga Neto e, depois, os demais.

É a sugestão que formulo a V. Ex^a e à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) - Senador Suplicy, a Mesa tem outro entendimento e a nossa proposição ao Plenário é no sentido de que ouçamos, em primeiro lugar, o Relator, Senador Ney Suassuna; em seguida, ouviremos as proposições do Senhor Presidente da República para Presidente e Diretor do Banco Central. Faremos uma avaliação conjunta, e cada um dos Srs. Senadores terá o tempo suficiente para argüir o Sr. Armínio Fraga e os demais Diretores do Banco Central.

Tão logo tenhamos o parecer do Senador Ney Suassuna, abriremos a votação, para que cada Senador, à medida que entender capacitado para o julgamento, possa fazer a votação. Teremos o tempo suficiente previsto no Regimento para que cada Senador possa argüir tanto o Presidente como os demais Diretores do Banco Central.

A ordem seria a seguinte: inicialmente, a palavra será dada ao Senador Ney Suassuna, em seguida, ao Sr. Armínio Fraga, que terá o tempo suficiente, pois é óbvio que, como Presidente do Banco Central, deverá definir as linhas principais da atua-

ção da Diretoria para o Banco Central; ouviremos, depois, cada um dos senhores Diretores do Banco Central, voltaremos a palavra ao Sr. Relator, para que ele complete a sua arguição e, em seguida, pela ordem de inscrição, daremos a palavra a cada um dos Srs. Senadores, alternando por partidos.

Peço aos Srs. Senadores a compreensão para que sejamos absolutamente rigorosos em relação ao tempo; conforme o Regimento, teremos cinco minutos para pergunta, cinco minutos para a resposta, dois minutos para a réplica e dois minutos para a tréplica. Isso diz respeito a todos os Senadores, uma vez que há 33 Senadores inscritos para arguição.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) - Pela ordem, concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, V. Ex^a, ao assumir a Presidência desta Comissão, disse que iria pautar a sua conduta pelo absoluto respeito ao Regimento da Casa. Eu gostaria de levantar alguns aspectos regimentais, não só em relação ao processo de condução da sabatina, como em relação ao processo de votação. V. Ex^a afirmou no Jornal **O Globo** que, no momento em que passar a palavra ao Senador Suplicy, abriria o processo de votação.

Temos uma pauta que, de acordo com o Regimento, é colocada de forma seqüencial, com várias mensagens. O processo de arguição é uma forma de instrução para que cada Senador delibere sobre cada mensagem desta.

O art. 383, que trata de escolha de autoridades, dispõe:

"a) a mensagem (...) deverá ser (...) acompanhada de (...) **currículo** (...). b) a comissão convocará o candidato para, em prazo estipulado, não inferior a três dias (...).

A letra "c" trata de candidato a chefe de missão diplomática - não entra.

"d) além da arguição do candidato e do disposto no art. 93 -o art. 93 trata de audiência pública-, a comissão poderá realizar investigações (...). e) o relatório deverá conter dados sobre o candidato, passando a constituir parecer com o resultado da votação aprovando ou rejeitando o nome indicado."

Muito bem. Temos um relatório do Senador Ney Suassuna para o item 1, que era a indicação do Dr. Armínio Fraga. A arguição é um processo de instrução para a discussão e votação do relatório, que,

caso seja aprovado, transforma-se em parecer. Então, primeira questão: o processo de votação não pode se iniciar antes que termine a fase de instrução, que é, portanto, a arguição daquele candidato, e principalmente antes que se termine a discussão do relatório. Não existe abertura de votação antes de terminar a discussão, nem na Comissão, nem no Plenário, até porque o art. 92 diz que se aplica à Comissão aquilo que está disposto no Plenário.

Portanto, Sr. Presidente, para se cumprir o Regimento, tem que seguir a pauta, e o item 1 da pauta trata da indicação do Sr. Armínio Fraga. O Senador Ney Suassuna lerá o seu relatório antes ou depois da sabatina - aí é irrelevante -, nós vamos fazer a sabatina, vamos discutir o relatório e votá-lo. Se for aprovado, ele se transforma em parecer. Qualquer coisa fora disso, Sr. Presidente, é descumprir o Regimento.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Se me permite um acréscimo, Sr. Presidente, para cada um dos itens há o procedimento regimental: cinco minutos de arguição para cada um dos inscritos, cinco minutos de réplica, três minutos, podem examinar; sempre foram três minutos: três minutos depois de réplica e tréplica.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - V. Ex^a me concede um aparte, Senador Suplicy?

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Regimentalmente para cada item.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - O Regimento não trata de tempo para arguição. Esse tempo é aplicado para ouvir Ministros. O capítulo de arguição fala da escolha de autoridades. O Sr. Armínio Fraga, embora o Governo queira, ainda não é autoridade, porque ainda não foi aprovado pelo Plenário do Senado. Portanto, não há limite de tempo para arguição. Mas este é um ponto sobre o qual podemos chegar a um acordo, não vamos fazer cavalo de batalha em cima da questão do tempo. A nossa questão, eu insisto na questão regimental, é se cumprir o processo de votação das matérias: inicia-se o item 1 da pauta, passa-se ao processo de instrução para o item 1, que é a sabatina, depois faz-se a discussão do relatório do Senador Ney Suassuna sobre o item 1, vota-se o relatório e, se esse for aprovado, transforma-se em parecer. Esta é a letra fria do Regimento, Sr. Presidente, que V. Ex^a se comprometeu a cumprir ao assumir a Presidência desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) - Mantenho a minha decisão de respeitar o Regimento. Não creio que haja um desrespeito, tanto que

submeti a proposição da Mesa à deliberação do Plenário.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Mas a Comissão não pode deliberar contrariamente ao Regimento, Sr. Presidente. Quero lembrar que o Presidente do Senado, que está aqui presente, todas as vezes que no Plenário da Casa quer que alguma coisa não seja de acordo com a letra fria do Regimento, consulta o Plenário do Senado e só concorda em adotar posições que se choquem caso haja a unanimidade do Plenário. Então, esta não é uma questão que possa ser votada pela maioria do Plenário e muito menos da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) - Com relação ao tempo, Senador José Eduardo Dutra, nas disposições gerais, art. 94, está consignado:

"Art. 94. Os depoimentos serão prestados por escrito e de forma conclusiva.

§1º Na hipótese de haver defensores e opositores, relativamente à matéria objeto de exame, a comissão procederá de forma que possibilite a audiência de todas as partes interessadas.

Os membros da comissão poderão, terminada a leitura, interpellar o orador exclusivamente sobre a exposição lida, por prazo nunca superior a três minutos (art. 94 § 2º, do Reg. Interno do Senado Federal).

O orador terá o mesmo prazo para responder a cada Senador, sendo-lhe vetado interpellar os membros da comissão (art. 94 § 3º, do Reg. Interno do Senado Federal).

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Isso é em relação a arguição. Já disse que isso é em relação ao tempo, não vou ...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) - O Senador Eduardo Suplicy havia dito que eram cinco minutos e três para réplica e tréplica, para interpellação a Ministro.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Minha questão é o procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) - No art. 383, letra "e", do Reg. Interno, diz:

"O relatório deverá conter dados sobre o candidato, passando a constituir parecer com o resultado da votação, aprovando ou rejeitando o nome indicado".

O relatório é uma peça para instruir a matéria, o parecer é o resultado da votação desse relatório. Em seguida, o parecer irá a Plenário para ser apreciado e votado.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Mas V. Exª disse ao contrário.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) - Então, não vejo conflito algum entre a proposta da Mesa e o que coloca V. Exª.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Tanto o relatório, quanto a arguição são para instruir a matéria, não estou questionando isso. É lógico que o relatório é para instruir.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, estamos numa reunião da Comissão de Economia que tem uma pauta de seis itens. O normal é se votar item por item. Vamos votar agora item nº 1, que diz:

Item nº 1:

Submete-se à consideração do Senado Federal o nome do Sr. Armínio Fragas Neto para exercer o cargo de Presidente do Banco Central.

Relator: Senador Ney Suassuna.

Parecer: a ser apreciado em votação secreta.

Resultado:

Terminando esta matéria, será apreciado o item nº 2, que é a Mensagem nº 77.

Submete à consideração do Senado Federal o nome do Sr. Daniel Luiz Gleizer para exercer o cargo de Diretor do Banco Central.

Relator: Senador Ney Suassuna.

Parecer: a ser apreciado em votação secreta.

Temos seis itens, temos que analisar item por item.

Fala o Presidente.

É submetida à sabatina cada Diretor e o Presidente do Banco Central, em seguida faz-se a votação: Sempre foi esse trâmite, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) - A proposta que fizemos é no sentido de que haja uma arguição conjunta, uma avaliação conjunta e uma decisão, absolutamente, separada de cada item.

O SR. HUGO NAPOLEÃO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) - Concedo a palavra ao Senador Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO - Sr. Presidente, tenho assistido, na Comissão de Infra-estrutura, desta Casa, seguidas vezes, arguições de vários membros, não só da ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações -, como da ANP - Agência Nacional de Petróleo. Em todos os casos havidos, sempre, em nenhum deles deixou de haver a arguição conjunta. Já é uma tradição em diversas reuniões destas comissões, desta Casa, arguição conjunta.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Com a palavra o Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, a tradição é quando não há questionamento regimental, e está havendo.

Esta é uma Casa política, quando há consenso, Sr. Presidente, pode-se quase tudo. Nesse caso não há consenso. Se não há consenso obedece-se ao Regimento. É o Regimento que estabelece a relação entre maioria e minoria, em qualquer Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Senador Carlos Bezerra.

O SR. CARLOS BEZERRA – Sr. Presidente, pelo visto essa reunião vai ser altamente demorada, vamos passar o dia todo aqui. Esse recinto, em que nos encontramos, é muito pequeno, pois há Deputados, outras pessoas interessadas em assistir essa reunião. Proporia que mudássemos essa reunião para o plenário do Senado, que encontra-se desocupado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Senador Carlos Bezerra, já iniciamos a reunião e não temos condições alguma de atender seu pedido.

O SR. LAURO CAMPOS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS – Sr. Presidente, temo que sejamos levados, praticamente, a uma situação inédita e a um beco sem saída. Nunca vi na minha vida alguém dar um voto aprovando ou reprovando; condenando ou absolvendo, cinco, seis pessoas ao mesmo tempo. Posso ser favorável a aprovação de um nome, e ser contrário a aprovação de dois ou três outros nomes. Enfiar tudo dentro do mesmo saco e fazer um julgamento coletivo, parece-me que realmente torna esta reunião inquinada de um vício insanável.

Além disso, eu gostaria de manifestar a minha insatisfação em estar presente nesta reunião, depois de ter aprovado, há pouco tempo, o nome do Sr. Francisco Lopes, contra quem não pairavam essas dúvidas,...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Peço a V. Ex^a que se atenha ao debate.

O SR. LAURO CAMPOS – ...que durou uma semana no Banco Central e cuja aprovação pelo Senado foi tranqüila. Imaginem se agora, nessa situação convulsionada, de novo, o Governo se dá conta de problemas que inquinam o currículo do candidato e o defenestram, como aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Senador Lauro Campos, este não é o tema que estamos discutindo.

O SR. LAURO CAMPOS – Isto será realmente um atentado contra o País, contra os interesses nacionais, se este Presidente, agora aprovado, for também defenestrado em poucos dias.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Sr. Presidente, pela ordem. Vou apresentar uma proposta.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – A Mesa decide acatar a proposta levantada pelo Senador José Eduardo Dutra.

Vamos fazer a arguição individual e tomar a decisão por item.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – O encaminhamento que eu iria fazer é semelhante a este. Se não fosse possível esgotar o tempo na sessão de hoje, que se convoque outra para ouvirmos os demais diretores, haja vista que o principal, hoje, é ouvir o Presidente do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Solicito aos Senadores Jader Barbalho, Sérgio Machado e Hugo Napoleão que introduzam no recinto o Dr. Armínio Fraga Neto. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Relator da matéria, Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senhor Presidente da República encaminhou, em 03 de fevereiro do corrente ano, mensagem ao Senado Federal, submetendo a indicação do Sr. Armínio Fraga Neto para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil – BACEN, conforme o disposto no inciso XIV, do art. 84, combinado com a letra d do inciso III do art. 52 da Constituição Federal,...

Como já repetidamente enfatizado nesta Comissão, a ocupação do cargo de Presidente do Banco Central do Brasil pressupõe o cumprimento de determinados requisitos básicos, quais sejam: reputação ilibada; profundo conhecimento sobre questões econômicas e conhecimento sobre as práticas de administração pública,...

Quanto ao primeiro requisito, o Professor Armínio Fraga Neto caracterizou-se em sua vida pública, quando da ocupação do cargo de Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central do Brasil, pela lisura no trato dos assuntos públicos, bem como pela busca inequívoca de atender aos princípios da Administração Pública, resguardando seus interesses, não constando nenhuma restrição a seus atos no Tribunal de Contas da União.

Nesse ponto, gostaria de explicar aos Srs. Senadores; com a necessária clareza e sem deixar margens para dúvidas, os procedimentos por mim adotados com o objetivo de assegurar a correção da assertiva...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Mais uma vez, solicito silêncio ao Plenário, para que possamos ouvir o relatório do Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA – Repito: gostaria de explicar os procedimentos por mim adotados com o objetivo de assegurar a correção da assertiva que incorporei a este parecer, dando conta da inexistência de restrições aos atos praticados pelo Dr. Armínio Fraga enquanto no exercício das funções públicas.

Para tanto, consultei o Tribunal de Contas da União, cujos registros dão plena quitação das contas relativas à gestão do indicado. Os documentos estão disponíveis para as eventuais consultas dos Srs. Senadores. Ontem, durante toda a tarde, pesquisei e nada encontrei de irregular. Aqui estão os documentos, para que os Srs. Senadores observem item por item. É dito: "Contas regulares, com ressalva". Em seguida, explica-se que todos esses itens estão corretos.

Vale lembrar que está em andamento um processo tratando da aprovação do voto pelo Colegiado do Banco para a contratação temporária, pela área administrativa, em 1991, de uma assessora parlamentar, de um assessor sindical e de advogados para defender os ex-Diretores do Banco Central em causas onde agiram em nome do Banco. O então Diretor, Dr. Armínio, participou da decisão e já apresentou, a exemplo dos demais Diretores, ao Ministro-Relator do Tribunal de Contas, Dr. Valmir Campelo, todos os esclarecimentos pertinentes.

Outro fato, Srs. Senadores, que chama a atenção, pelo inusitado da iniciativa, retrata a Ação Popular, citada aqui, de nº 99.002.768-0, de 8 de fevereiro de 1999, sendo requerente o Sr. Vivaldo Vieira Barbosa e requeridos ao Banco Central do Brasil, Francisco Lopes e Armínio Fraga. O inusitado se deve ao fato de esta pretender responsabilizar o Sr. Armínio Fraga pela contratação do empréstimo de US\$41,5 bilhões, no âmbito de acordo com o FMI, antes mesmo de ele ter assumido a Presidência do Banco Central, sendo público e notório que o referido acordo foi negociado antes da sua posse.

Srs. Senadores, às vezes, ouvimos aqui citações que, quando vamos procurá-las, inexistem; essas ocorrem somente para fazer celeuma e criar a dúvida. Os documentos estão à disposição de qualquer Senador que queira consultá-los.

O atendimento ao segundo requisito emana de sua própria formação acadêmica. Após obter o Bacharelato em Economia pela Universidade Católica do Rio de Janeiro, o Dr. Armínio prosseguiu seu aperfeiçoamento acadêmico, adquirindo o título de Mestre pela mesma Universidade. A fim de ampliar seu conhecimento econômico, tornou-se também Doutor em Economia pela Universidade de Princeton, nos Estados Unidos da América, em 1985. Deve-se enfatizar que se dedicou, fundamentalmente, a lecionar, tendo sido professor, simultaneamente, da Universidade Católica do Rio de Janeiro e da Escola de Pós-Graduação de Economia da Fundação Getúlio Vargas e Professor-Assistente e Visitante do Departamento de Finanças da Universidade da Pensilvânia, nos Estados Unidos, como também Professor-Adjunto de Assuntos Internacionais da Universidade de Columbia, também nos Estados Unidos.

O Professor Armínio Fraga Neto apresenta em seu currículo dez publicações acadêmicas relevantes para a compreensão de fenômenos econômicos, devendo-se destacar estudo entre as crises internacionais, bem como o desempenho dos bancos centrais latino-americanos.

No que diz respeito ao terceiro requisito, devemos deixar claro que, embora tenha sido rápida a passagem na administração pública pelo cargo do mesmo Banco Central, teve participação eficiente no gerenciamento, nos instrumentos públicos típicos da autoridade monetária e no controle das especulações cambiais. Isso tudo no momento em que a economia brasileira passava pelo processo de reinserção na economia internacional.

Entre 1993 e 1999, exerceu a atividade de Diretor-Gerente da Soros Fund Management, em Nova Iorque. Com isso, pôde ampliar consideravelmente seu conhecimento prático não só sobre o funcionamento do sistema financeiro mundial, como também avaliar suas limitações e conseqüências.

Em recente prefácio à edição brasileira do livro *A Crise do Capitalismo*, de George Soros, o eminente Professor Armínio Fraga Neto enfatizou, com agudeza, os limites de gerenciamento das políticas econômicas dos países emergentes, bem como as prejudiciais conseqüências de práticas que, embora vissem ao ajuste das disfunções, acabam por gerar pesados ônus econômicos aos mesmos países. Contudo, sempre destacou a importância de que os países que desejam atingir a estabilidade monetária de forma estrutural, devem instituir um equilíbrio fiscal permanente.

Portanto, é um homem que tem todas as condições para ser Presidente do Banco Central. Estamos vivendo um período de muito tumulto. Nesses últimos dias vi coisas interessantes. Ontem uma repórter me procurou e disse: O senhor não vai aprová-lo, não é?

Perguntei: Por quê? Ela disse: – Porque ele não tem título de eleitor; ele não votou na última eleição. Admirei-me: – Como, se ele já foi diretor e para ser diretor ele precisou do título?! Procurei saber por que ele não tinha votado. Soube que estava no exterior e justificou. Rumores como esse são levadas a público e fazem parecer que estamos aqui fazendo alguma coisa que não seja correta.

Esse é o relatório. O meu parecer é de que, tendo em vista a sua formação acadêmica e profissional, estão obedecidos os requisitos necessários para a ocupação do cargo de Presidente do Banco Central do Brasil. E, como o Presidente o indicou, temos todas as condições para referendar a indicação.

É o meu voto.

O PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Muito obrigado, Senador Ney Suassuna.

Concedo a palavra ao Dr. Armínio Fraga Neto.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Exm^o Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Antonio Carlos Magalhães; Exm^o Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Fernando Bezerra; Senador Ney Suassuna; Senador Beló Parga, demais Senadores, Sr^{as}. e Srs., é para mim uma grande honra voltar a esta Comissão como indicado para Presidente do Banco Central do Brasil.

Tive, em 1991, a honra de passar por uma arguição antes de exercer o cargo de Diretor do Banco Central. A sabatina é parte fundamental de um processo que dá à Diretoria do Banco Central a legitimidade necessária para a condução da política financeira do País. Pela sabatina e aprovação por parte do Senado, fica confirmada a missão do Banco Central de acordo com os princípios democráticos que regem o nosso país.

Em virtude da minha indicação ter sido alvo de alguns comentários de natureza pessoal, inicio minha breve fala abordando esse tema. Em primeiro lugar, quero deixar claro que me apresento para servir à pátria como técnico e economista.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Esse texto será distribuído?

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Será.

Continuando, em primeiro lugar, quero deixar claro que me apresento para servir à pátria como

técnico e economista. O mesmo posso dizer a respeito do grupo que convidei para formar a diretoria do Banco Central.

Em segundo lugar, a questão da minha nacionalidade. Minha mãe é americana. Isso nunca foi segredo. Inclusive, já era americana; quando aqui passei há oito anos. Meu pai, médico e professor carioca, foi aos Estados Unidos fazer sua residência médica na Filadélfia, onde conheceu minha mãe. Casaram-se e estabeleceram residência no Rio em 1956. Nasci no Rio de Janeiro em 1957. Minha mãe lá permanece até hoje, mesmo depois do falecimento de meu pai há um ano e meio. Nunca pensou em voltar para os Estados Unidos. Ter mãe americana me deu automaticamente a cidadania americana. Não pedi cidadania americana nem evidentemente abri mão da minha cidadania brasileira.

Em terceiro lugar, algumas palavras sobre a minha experiência profissional. Quem me conhece sabe que não é do meu feitio falar a meu respeito. É algo que não me agrada, mas me sinto obrigado a esclarecer algumas coisas. O Grupo Soros, onde trabalhei por seis anos, administra investimentos nos mercados internacionais. Trata-se do mais antigo fundo de suas classe, detentor de excelente reputação ética e profissional. Não é banco e não tem escritório no Brasil.

Minha função no grupo era definir estratégias de investimento para o conjunto dos chamados países emergentes. Especializei-me na análise macroeconômica dos diversos países. Inclusive, como parte desse trabalho, visitei mais de vinte bancos centrais em cinco continentes. Minha rotina era analisar cuidadosamente os países em questão, cobrindo em detalhe aspectos fiscais, monetários, cambiais, bancários, financeiros e políticos.

No campo acadêmico, fui durante anos professor de economia da PUC e da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. Nos últimos seis anos, lecionei na pós-graduação da Universidade de Columbia, em Nova Iorque. O curso que ministrei lidava com as implicações da globalização econômica e financeira para as políticas públicas e para o desenvolvimento. Muitos dos alunos eram provenientes do setor público. O objetivo do curso era dar aos alunos um entendimento de como um país pode se utilizar da força da globalização em seu benefício. Parte da exigência do curso, aliás, era que cada aluno escrevesse um trabalho sobre um banco central de um país emergente. O trabalho incluía a análise legal, cobrindo estatutos, leis, contábil, monetária e, quando relevante, fiscal do banco central. Foi realmente

um processo de pesquisa para mim, onde aprendi muito sobre inúmeros bancos centrais do mundo afora. Esses alunos me ensinaram muito e foi uma experiência realmente enriquecedora.

Passando agora ao tema principal desta apresentação breve, começo com um pouco de história. A história do Banco Central do Brasil é marcada por altas taxas de inflação. A explicação, a meu ver, é simples: ao Banco Central foram dadas muitas tarefas. Essa multiplicidade de objetivos desviou ao longo dos anos a atenção da instituição daquilo que deveria ser sua meta principal, se não única, que é a preservação do poder de compra da moeda nacional. Os planos iniciais de reforma do Banco Central, descritos, por exemplo, nas memórias do ex-ministro Roberto Campos, foram desvirtuados. Por consequência, o Banco Central, já no seu nascimento, não conseguiu se livrar desse excesso de funções.

Mais recentemente, com o fim da famosa conta movimento, o Banco Central passou, finalmente, a limitar o acesso a seu crédito. Esse processo de redefinição das funções do Banco se encontra hoje bastante avançado, o que já permite um melhor desempenho da política monetária. Acredito que levar a cabo essa mudança definitiva da instituição, simplificando e limitando o foco de sua atuação, é um importante desafio para o futuro.

Por que isso? A história recente da economia brasileira exhibe ao mesmo tempo as altas taxas de inflação que acabo de mencionar e baixas taxas de crescimento. Quem examina essa evidência chega obrigatoriamente à conclusão de que a política macroeconômica não foi um fator positivo na busca do crescimento e do desenvolvimento econômico e social do País.

Em particular, a nossa experiência recente brasileira confirma a noção, hoje bem estabelecida, de que não é possível gerar um ganho permanente na taxa de crescimento da economia através da expansão monetária – parece óbvio, mas, volta e meia, a gente se esquece. Na realidade, o crescimento vem da capacidade de poupar e de investir da economia. Como defende o professor Joel Mokir em seu livro "A Alavanca da Riqueza", os caminhos que levam ao crescimento podem ser classificados em três grandes blocos – e eu os apresento a seguir.

Em primeiro lugar, temos a poupança (inclusive pública) e o investimento em capital físico e humano. As teorias mais modernas aperfeiçoaram esse arcabouço tradicional dando à educação, inclusive, o destaque que todos nós reconhecemos como essencial.

Em segundo lugar, temos o crescimento advindo do progresso tecnológico. Esse é o crescimento que o famoso economista Schumpeter caracterizou como o crescimento do processo da "destruição criativa".

Em terceiro lugar, temos a expansão dos mercados e, por conseguinte, a integração com a economia mundial, mensagem essa mais antiga, que já vem de Adam Smith.

As lições para o Brasil são diretas. Não há atalho para o crescimento: é preciso poupar, educar e se integrar à economia mundial.

Nesse contexto, fica claro que a principal contribuição do Banco Central é zelar por um ambiente macroeconômico estável. Essa é a melhor forma de se permitir com que esses processos reais do crescimento ocorram em toda a sua plenitude. A contribuição do Banco Central é, portanto, absolutamente crucial.

Outra contribuição do Banco Central é zelar pela solidez e pela eficiência da intermediação financeira. Como se sabe, no caso da recente crise asiática, a falta de solidez do mercado financeiro multiplicou a amplitude dos choques e das crises de forma devastadora. No caso do Brasil, graças ao Proer, temos hoje um sistema financeiro capaz de enfrentar com segurança a atual crise econômica.

Esses são, portanto, aspectos de comprovada importância na busca do desenvolvimento, para a atuação do Banco Central.

Para cumprir com essas funções – fico feliz em relatar – o Banco Central conta com um excelente quadro funcional, cuja competência pude comprovar de perto durante minha passagem pela Diretoria.

Por mais importante que seja a atuação do Banco Central, não podemos nos iludir quanto à necessidade de agir em outras frentes da política econômica. Em especial, cabe destacar a política fiscal. Existe hoje total consciência do Governo quanto aos riscos da manutenção da trajetória de déficits públicos dos últimos dezoito meses. O Executivo reconheceu esse problema e, com o imprescindível apoio do Congresso, se comprometeu com a geração de superávits primários superiores a 3% do PIB neste e nos próximos anos. Essa decisão é de extrema importância. Ela garante não só um aumento na poupança do País como também ajuda a reduzir o custo do crédito, tanto interno quanto externo.

Finalmente, essa breve discussão sobre o crescimento não pode deixar de mencionar a estabilidade das regras do jogo em geral. Tenho absoluta convicção da necessidade de se respeitarem com-

promissos e contratos. Tenho total rejeição a medidas arbitrárias e antidemocráticas.

O entendimento de que a contribuição do Banco Central é indispensável para o bem-estar da sociedade levou outros países a adotar um modelo de Banco Central independente, que é o tema que gostaria de abordar agora.

Na prática, a independência significa que a Diretoria do Banco recebe um mandato para perseguir uma meta determinada pela sociedade, através de seus representantes eleitos. Tal meta, como se sabe, é a preservação do valor da moeda. Esse é um ponto que gostaria de repetir *ad infinitum* aqui com V. Ex^{as} e com o público em geral. Isso significa simplesmente a manutenção de taxas de inflação baixas. Esse ponto é importante e merece ser enfatizado. Portanto, repito, o Banco Central não tem independência para fazer o que quiser. Tem apenas a independência operacional para cumprir com uma função preestabelecida pela sociedade. A autonomia do Banco Central deve necessariamente vir acompanhada de transparência.

Assim sendo, o Banco Central deve prestar contas, apresentar periodicamente à sociedade suas metas, justificar tecnicamente as políticas adotadas e apresentar medidas para a correção dos desvios observados, caso existam. Não há outra forma de se conquistar credibilidade. E credibilidade é condição necessária ao sucesso do regime de metas inflacionárias que adotaremos se aprovados por esta Casa.

Ainda com relação aos assuntos ligados à independência do Banco Central, quero dizer que sou à favor da quarentena na saída e que pretendo obedecer a esse princípio, mesmo ainda não estando em vigor lei sobre o assunto. Sou a favor porque acredito que um integrante do Governo não deve fazer uso de informações confidenciais para benefício próprio ou de outrem.

Bem, como deve então atuar um Banco Central moderno? A forma de atuação de um Banco Central depende do regime de câmbio escolhido. Esse é o próximo tema que abordarei. Regimes de taxas de câmbio podem ser classificados a partir dos dois casos de extremos, ou seja, da livre flutuação e do câmbio fixo. Existe hoje vasta literatura teórica e aplicada sobre regimes cambiais. A conclusão de toda essa pesquisa, confirmada inclusive por minha própria experiência profissional, é claríssima no que diz respeito a regimes de taxa de câmbio. Só são sustentáveis a longo prazo os regimes próximos a um dos regimes puros, ou seja, próximos ou ao câmbio absolutamente fixo ou ao flutuante. No caso do

câmbio fixo, são viáveis as uniões monetárias, as caixas de conversão e outras formas semelhantes. Regimes de bandas, minidesvalorizações ou outros métodos de administração da taxa de câmbio tendem a ser instáveis e, mais cedo ou mais tarde, acabam em crise.

No caso do câmbio flutuante, o que se observa é que a maioria dos países que adotam com sucesso esse sistema não abrem mão do direito de intervir no mercado de câmbio, mas o fazem apenas em circunstâncias excepcionais e com o reforço de outras políticas econômicas. A experiência de vários países mostra que o regime de taxa de câmbio flutuante é um regime viável e sustentável. Dadas as características de nossa economia, com dimensões continentais e baixo grau de abertura, não tenho dúvida quanto à adequação desse regime ao nosso caso.

O Plano Real teve como importante pilar de sustentação a âncora cambial. Ou seja, o uso da taxa de câmbio como balizador das expectativas inflacionárias. Essa âncora teve papel fundamental na eliminação das elevadíssimas taxas de inflação que marcaram nossa história recente. A âncora cambial era de fácil entendimento. O acompanhamento por parte da sociedade se limitava a um número: a taxa de câmbio. Hoje, o grande desafio que se apresenta ao Banco Central é demonstrar claramente que a perda da âncora cambial não representa um abandono de âncora, mas sim uma troca. A sociedade brasileira não quer a volta da inflação, não admite a volta da inflação. Cabe ao Banco Central garantir que isso não ocorra.

Com um regime de taxas de câmbio flutuantes, só existe uma opção para se atingir esse objetivo de garantir a estabilidade e a preservação do valor da moeda nacional. Essa opção é uma política monetária voltada para a manutenção de taxas de inflações baixas, ou seja, equivalentes àquelas praticadas nos centros internacionais e sendo uma meta direta do Banco Central.

A implantação dessa política passa pela definição de metas. O que significa exatamente isso? Correndo o risco de me repetir, algo que acredito ser parte da função de um Banco Central, num regime de metas inflacionárias, o controle da inflação é a meta principal da política monetária. No nosso caso, em particular, a mudança de âncora significa que o nível da taxa de câmbio deixa de ser um objetivo direto da política econômica.

A evolução recente da taxa de câmbio representa, nesse sentido, um desafio de implantação para o novo regime. Não podemos deixar que o au-

mento de preços decorrente da desvalorização se transforme em inflação futura. Isso significa que a política monetária terá que ser necessariamente de viés restritivo enquanto não desaparecerem os efeitos transitórios da desvalorização.

Cabe aqui, no entanto, um parêntesis. Mesmo com a manutenção de uma política monetária restritiva, há espaço para que no futuro próximo se verifique uma queda na taxa de juros real relativamente às taxas praticadas nos últimos anos.

Nesse período, estávamos pagando um preço caro, decorrente dos riscos fiscais e cambiais que caracterizaram os últimos dezoito meses. As altas taxas de juros em termos reais espelhavam uma preocupação do mercado com a trajetória do endividamento público e com o risco de uma desvalorização cambial. Agora, no entanto, a política fiscal aponta para superávits primários superiores a 3% do PIB, nos próximos anos. A taxa de câmbio, por sua vez, do ponto de vista de qualquer critério técnico, encontra-se excessivamente desvalorizada, e, num cenário de médio e longo prazo, isso se refletirá.

Com esses elementos, tenho confiança de que em breve reverteremos a trajetória ascendente da relação dívida-PIB e sepultaremos de vez noções descabidas quanto ao tratamento a ser dado à dívida pública.

Finalmente, e retornando ao tema da inflação, não me cabe, como indicado para uma função, anunciar metas formais que terão em breve o tratamento técnico adequado que merecem. Posso, no entanto, repetir o que tem dito publicamente o Ministro da Fazenda: queremos uma taxa de inflação, no último trimestre deste ano, na casa dos 0,6% por mês, o que já corresponde a uma inflação anualizada de um dígito.

Olhando mais adiante, é possível vislumbrar, já no segundo semestre deste ano, uma recuperação da economia. Para o ano 2000, espero a retomada do crescimento acompanhada de uma taxa de inflação de um dígito. Para o ano 2001, buscaremos ainda uma taxa de inflação abaixo de 5% ao ano.

Termino, portanto, com uma mensagem otimista. Sei que os próximos meses serão difíceis, mas, com uma política fiscal responsável, com um regime cambial adequado e um Banco Central voltado para o controle da inflação, tenho confiança de que o dinamismo de nossa economia nos surpreenderá.

Muito obrigado por sua atenção e me ponho à disposição para perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Obrigado.

Antes de iniciarmos a arguição, gostaria de repetir, muito mais em respeito a que todos os Senadores tenham oportunidade de arguir o Sr. Armínio Fraga Neto, de que as disposições gerais do art. 94, §§2º e 3º, dizem que os membros da comissão poderão, terminada a leitura, interpellar o orador exclusivamente sobre a exposição lida, por prazo nunca superior a três minutos. O orador terá o mesmo prazo para responder a cada Senador, sendo-lhe vedado interpellar os membros da comissão.

Já no art. 398 do Regimento Interno, que trata do comparecimento de Ministro de Estado, que não é o caso, mas que tem sido usado como prática nesta e em outras comissões, é dito, na letra "j": "Terminada a exposição do Ministro de Estado, que terá a duração de meia hora, abrir-se-á a fase de interpellação pelos Senadores inscritos, dentro do assunto tratado, dispondo o interpellante de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpellado, após o que poderá ser este contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se ao Ministro de Estado o mesmo tempo para a tréplica".

Apelo aos Srs. Senadores que tenham o máximo de objetividade possível, em respeito a 34 dos Srs. Senadores que se acham inscritos para arguir, utilizando-se o tempo de três minutos. Mas, evidentemente, seremos flexíveis no sentido de que possam tornar claras as suas dúvidas, as suas interpellações. Mas não podemos, em hipótese alguma, ultrapassar o prazo dos cinco minutos.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Pela ordem, com a palavra o Sr. Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Quero apenas registrar, para que não fique como lei, tenho certeza de que todos os Senadores vão usar o bom senso na arguição. Mas o art. 383, que trata da arguição, faz remissão explícita apenas ao art. 93 e não ao art. 94. Então, em relação a prazo, quero apenas registrar que o art. 94 não pode ser levado em consideração.

Tenho certeza de que os Senadores vão, dentro do processo de permitir a todo mundo participar, dentro do bom senso, usar o tempo que normalmente é gasto nas arguições de membros do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Claro! Mas não podemos, de maneira nenhuma, deixar que o tempo se alargue além dos limites, porque

eu acho que é sobretudo um desrespeito aos Srs. Senadores.

Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Relator, Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Dr. Fraga, tenho aqui oito perguntas, que passarei ao senhor, para que não precise anotar nada.

A primeira delas é a seguinte:

Alguns dos mais importantes veículos de comunicação do País, e mesmo internacionais, abriram grandes espaços para tratar de uma eventual ocorrência de **inside information**, que teria contado com a participação de V. S^a a partir de conversas mantidas com a cúpula da área econômica, mais precisamente no âmbito do Ministério da Fazenda e do próprio Banco Central, às vésperas da mudança do regime cambial, privilegiando um seleto grupo de grandes bancos e o South Fund Management.

O que o senhor tem a dizer a esse respeito? A que atribui essas afirmações? E, no seu entendimento, a que interesses eles devem servir?

Segunda pergunta:

Embora eu tenha mostrado aqui no meu relatório que alguns processos na Justiça são anteriores à sua posse no Banco, e lhe responsabilizando por coisas que não ocorreram, o senhor tem alguma declaração a fazer sobre esse assunto?

Terceira pergunta:

Tendo em vista a atual turbulência no mercado cambial, quais as medidas que o senhor reputa necessárias, a fim de recuperar a estabilidade do mercado?

Quarta, aprofundo um pouco mais:

A política monetária tornou-se o elemento básico para a manutenção da estabilidade de preços, porém acabou redundando, ao longo do tempo, em custos financeiros que aprofundaram o desequilíbrio fiscal, comprometendo a própria credibilidade da estabilidade econômica.

Assim, dentro desse contexto, como o senhor avalia que a economia possa recuperar a credibilidade?

Quinta:

Após a turbulência causada pela moratória da Rússia, em agosto do ano passado, observou-se uma série de movimentos no mercado financeiro internacional, registrando-se uma grande incerteza quanto à solvência dos países emergentes.

Como o senhor avalia as condições nesse mercado internacional de hoje em dia e quais as possibi-

lidades de o Brasil ganhar credibilidade nesse mercado no atual contexto?

Sexta:

O Fundo Monetário Internacional, bem como as demais instituições multilaterais de ajuda a países em desenvolvimento foram criados no contexto do pós-guerra, com uma economia ainda não plenamente internacionalizada e sem um sistema financeiro privado internacional desenvolvido. O senhor acredita que as instituições internacionais de auxílio aos países em desenvolvimento devam passar por um redesenho, de forma a se adequarem ao atual contexto da economia globalizada?

Sétima, penúltima:

Qual o cenário econômico que o senhor vislumbra para a economia brasileira neste ano? Especialmente, quais as tendências de taxas de juros, níveis de preço e taxa cambial e variação do PIB?

Última:

Como o senhor avalia o papel do Banco Central na manutenção da credibilidade do sistema bancário no País?

A fiscalização hoje é predominantemente de cumprimento normativo, não deveria ser mais finalística e "antiinsolvência"?

São essas as perguntas que eu passo a V. Ex^a.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Agradeço a oportunidade que me é dada pelo relator, Senador Ney Suassuna. Como a lista é longa e o tempo curto, vou direto às respostas.

Em primeiro lugar, volto a explicitar aqui para todos os presentes exatamente o que aconteceu na semana referida e que, como V. Ex^a sabe, levou a uma retratação pública do professor que lançou essa questão.

Na última semana do mês de janeiro – anterior ao convite que recebi e que hoje me traz a esta Casa – estive no Brasil, estive aqui em Brasília. Na quinta-feira pela manhã, reuni-me com várias autoridades do Governo, numa visita que teve como pauta um depoimento que vim prestar sobre a visão externa do momento.

Voltei para os Estados Unidos na quinta-feira e fui trabalhar normalmente na sexta-feira. Não recebi qualquer convite, portanto; não recebi sondagem; enfim, nada. Inclusive reuni-me com meu amigo e professor Francisco Lopes, que era o presidente à época. A última coisa que realmente passava pela minha imaginação, naquele momento, é que hoje estaria aqui.

No entanto, no fim de semana, recebi o honroso convite, que foi sacramentado no domingo. Na segunda-feira, logo pela manhã, fui ao escritório e pedi demissão. Segunda-feira à noite, peguei um avião e vim para cá. Portanto, são absolutamente descabidas todas as afirmações ligadas a esse tema.

Quanto aos processos, foram citadas três ações populares e uma no TCU. Uma das ações populares, como disse o Senador Suassuna, é curiosa, porque data de algumas semanas atrás, quando eu, como V. Ex^{as} sabem, não estava no Banco Central. As outras duas, o Senador já comentou, foram ações referentes a atos da diretoria colegiada – uma, inclusive, também referente à época em que eu não estava no Banco Central. A outra dessas ações é a que está em julgamento e que tem a ver com operações da área monetária feitas à época, que, tenho certeza, serão esclarecidas a contento e resolvidas pelo Tribunal.

No caso do TCU, o Senador também já relatou: o que ocorreu foi um ato da diretoria como um todo – decidiu-se contratar uma assessora. Esse fato está sendo questionado e, acredito, será resolvido também pelo Tribunal da maneira que entender correto.

Passando agora aos assuntos da área econômica, o primeiro assunto levantado pelo Senador Suassuna foi a questão da estabilidade cambial.

Na linha do que mencionei há pouco em minha fala, acredito que o sistema precisa ser devidamente absorvido pela sociedade e pela economia. A estabilidade absoluta não existe. A taxa de câmbio é determinada pelo mercado. Mas a funcionalidade do sistema, essa sim, pode e deve melhorar. E para que isso ocorra, a meu ver, é preciso pôr em prática as políticas que mencionei: política fiscal, política monetária etc.

No que diz respeito à política monetária e à taxa de juros, tem razão o Senador quando aponta para limites da política monetária quando não apoiada por outras políticas. Reconhecemos esse fato, o Congresso reconhece esse fato – tanto é assim, que hoje estamos produzindo um importante, custoso e difícil esforço na área fiscal, que, certamente, contribuirá para aumentar a eficácia da política monetária, diminuindo, porém, os custos dessa política para a sociedade. Portanto, a solução é o ajuste fiscal, simplificando um pouco a minha resposta.

Quanto à questão do mundo financeiro pós-Rússia: realmente, V. Ex^a tem razão. Foi um evento que manchou a reputação dos mercados emergentes e nos prejudicou. Hoje estamos ainda num pro-

cesso de busca de recuperação da credibilidade. Infelizmente, credibilidade é algo, como os senhores bem sabem, que se perde rápido e se reconquista devagar. Acredito não haver mágica possível. O nosso caminho é este que temos discutido e é preciso perseverança, persistência, consistência e coerência.

Quanto ao Fundo Monetário Internacional, V. Ex^a toca também num ponto muito interessante. De fato, hoje, está em discussão o papel do Fundo e a sua importância no ajuste e na prevenção de crises no mercado internacional. Creio que a discussão que ora ocorre no mundo das finanças internacionais é extremamente frutífera e terá benefícios que nós, como membros do Fundo, certamente também poderemos observar.

Finalmente, V. Ex^a fala sobre o cenário para o Brasil neste ano. Mencionei brevemente o que vejo: um primeiro semestre difícil, seguido de uma recuperação. A partir daí, teremos as bases para crescer, ficando o Banco Central atento à contenção de qualquer ameaça de volta da inflação.

O papel do Banco Central na manutenção do sistema financeiro – é a sua última questão – parece-me absolutamente crucial. Tenho certeza de que o caminho mencionado por V. Ex^a é o caminho que temos de seguir, qual seja, o caminho da prevenção, é o caminho da manutenção da saúde financeira, da capitalização do sistema, com uma supervisão mais adequada à realidade desse complexo mercado.

Sinto-me feliz em relatar, tendo ouvido o depoimento do Dr. Alvarez, indicado para a Diretoria, que esse é exatamente o modelo que já vem sendo adotado e que pretendemos aprimorar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Pela ordem de inscrição e obedecendo ao Regimento, o Senador Ney Suassuna pede a palavra para a réplica, e eu a concedo.

O SR. NEY SUASSUNA – Não quero fazer perguntas, quero apenas dizer que estou satisfeito e, mais uma vez, dizer que suas respostas confirmam o meu relatório quando digo que V. Ex^a é o homem certo para a presidência do Banco.

Muito obrigado.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Obedeceremos à ordem de inscrição, alternando os partidos.

Pela ordem de inscrição, com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY— Sr. Presidente, Senador Fernando Bezerra, Senador Antonio Carlos Magalhães, Dr. Armínio Fraga Neto, desde janeiro ressurgiu o debate sobre a dolarização e o **currency board**, o conselho da moeda. Sobretudo no exterior, levantaram-se várias vozes, recomendando que o Brasil ancore a sua moeda rigidamente ao dólar ou até mesmo que adote o dólar americano como moeda.

Em dezembro último, em seminário organizado pelo Fundo Monetário Internacional, V. S^a disse uma frase que me deixou intrigado: "Estamos provavelmente em um mundo no qual existem taxas de câmbio demais, moedas demais." Como Presidente do Banco Central, V. S^a defenderia a existência e a autonomia da moeda brasileira? Estaria, naquela referência, considerando que o real é uma dessas moedas demais?

Francisco Lopes, quando esteve nesta Comissão, rejeitou a dolarização e disse que o **currency board** seria desastroso. O Prêmio Nobel de Economia, James Tobin, também recomendou que evitássemos a dolarização, até porque não temos representação no Congresso norte-americano nem no Federal Reserv Board. V. S^a recomenda que o Brasil caminhe na direção da dolarização, seja pela via do Conselho da Moeda seja por outro mecanismo?

Em segundo lugar, quando V. S^a tornou-se diretor da área internacional do Banco Central, no Governo Collor, estava vindo de uma instituição financeira privada estrangeira, a Salomon Brothers. Ao deixar o Banco Central, em 11 de dezembro de 1992, assumiu, no mês seguinte, janeiro de 1993, o posto de diretor-gerente do Fundo Soros, outra instituição privada estrangeira. Permaneceu nessa instituição financeira até a véspera de sua indicação para a presidência do Banco Central. A trajetória profissional de V. S^a caracteriza-se, assim, por uma notável mobilidade entre o Banco Central e firmas financeiras estrangeiras, um pouco daquilo que o economista John Kenneth Galbraith tão bem caracterizou, quando disse que havia uma verdadeira simbiose burocrática entre pessoas que vinham do setor público para o setor privado, misturando interesses e objetivos. Seu ex-patrão George Soros declarou recentemente ao jornal **O Estado de S. Paulo**: "O risco ético maior, a meu ver, é quando as pessoas passam do serviço público para o setor privado". Dá até para pensar que ele possa ter dado essa declaração inspirado na dinâmica trajetória de V. S^a. O seu exemplo não demonstra necessidade premente de se legislar a respeito das regras de entrada e saída da direção do Banco Central?

Dr. Armínio Fraga, quero agora confrontá-lo com uma nova informação que me parece da maior gravidade. A revista **Carta Capital** que começa a circular hoje publica entrevista do Sr. Simon Treacher, Diretor de Mercados Emergentes do Morgan Grenfell. O Sr. Treacher afirma, entre outras coisas:

"Não há dúvida de que houve ganhos suspeitos da comunidade de **hedge funds** com a nomeação de Fraga para a presidência do Banco Central. (...) Sou o maior investidor europeu e tenho excelentes relações com corretoras de valores. Portanto, estou muito bem informado sobre fluxo nos mercados emergentes. (...) Não sei se podemos dizer se foi o próprio Soros que se valeu de informação privilegiada. O Quantum é uma firma bastante grande [recordando que o Quantum é um dos fundos do Soros Fund], e é possível que Soros nem saiba que títulos **bradies** brasileiros e Reais estavam sendo comprados. É evidente, porém, que o Quantum valeu-se de informação privilegiada. (...) Fraga, é claro, não tomou uma decisão da noite para o dia isoladamente. A coincidência dos **hedge funds** comprando e vendendo títulos e Reais é gritante demais."

Como V. S^a responde a essas afirmações? Afinal, quais foram as operações realizadas pelo fundo Quantum, relacionado ao Soros, com títulos brasileiros nos dias que antecederam sua indicação para o Banco Central? É público que o Sr. Soros considerou a possibilidade de divulgar tais operações para preservar a sua honorabilidade, conforme declarou ao **O Estado de S. Paulo** na semana passada. V. S^a se dispõe a enviar ao Senado o registro de tais operações relativas aos meses de janeiro e fevereiro últimos? Acredito que o Sr. Soros com certeza irá fornecer-lhe as informações, possibilitando assim que V. S^a as envie ao Senado Federal. Ou irá V. S^a processar o Sr. Treacher?

Quando Diretor do Banco Central, em 1991, 1992, V. S^a foi um dos responsáveis pela liberalização do fluxo de capitais para dentro e fora do Brasil. O Fundo Soros, que V. S^a geriu logo a seguir, teve a oportunidade de se beneficiar dessa liberalização. Desde então, houve inúmeras crises em países que se abriram aos fluxos de capitais volátil e de curto prazo, inclusive o Brasil. Cresce, no mundo inteiro, a opinião de que esses fluxos devam ser submetidos a um maior controle. Inclusive os diretores de instituições equivalentes à Comissão de Valores Mobiliários, segundo me informou o Sr. Francisco Costa e Silva, na última segunda-feira, reuniram-se em Londres exatamente para dizer da importância desses controles.

Dada essa experiência, não considera V. S^a que seria o caso de se fortalecer e aperfeiçoar os controles que o Banco Central exerce sobre os fluxos internacionais de capital? De que maneira esses controles poderiam ser exercidos? Na África do Sul, que, por exemplo, adotou a política de taxas flutuantes, o Governo de Nelson Mandela instituiu inúmeras formas de controle de fluxos de capitais, de residentes e de não-residentes.

Finalmente, o Orçamento da União prevê um gasto superior a R\$50 bilhões com o pagamento de juros da dívida pública, valor equivalente à previsão da arrecadação somada do Imposto de Renda e do Imposto Sobre Produtos Industrializados. Tendo em vista a forte relação entre políticas monetária e cambial, que são de responsabilidade do Banco Central, e o crescimento econômico, com conseqüências sobre o nível de emprego e renda, considerando que o desemprego alcança hoje altas taxas, taxas muito maiores de que as de quatro anos atrás; considerando que o Governo vem cortando os recursos de programas sociais, que alternativa de política econômica V. S^a nos apresenta?

Sei que a sua responsabilidade maior, conforme citou, como Presidente do Banco Central, será a de preservar o valor do real. Será possível compatibilizar o brutal pagamento de juros com o crescimento do emprego e a melhoria da distribuição da renda, ainda mais quando há um clamor da sociedade a respeito, a exemplo do tema da campanha da CNBB "Sem emprego, por quê?" É preciso que toda a equipe econômica, o Congresso, o Executivo e toda a sociedade se preocupem com as altíssimas taxas de desemprego.

Sr. Presidente, encaminho à Mesa, para...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Esclareço a V. Ex^a que utilizou exatamente 10 minutos. Terá igual tempo para resposta o Sr. Armínio Fraga.

Apelo aos Srs. Senadores no sentido de que dêem oportunidade aos demais Senadores inscritos, limitando-se ao tempo previsto no Regimento.

Com a palavra o Sr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Senador, vou responder às suas perguntas de acordo com a ordem com que foram feitas.

A primeira delas é sobre a dolarização. Com relação ao que disse há pouco, quando discuti os regimes e as opções cambiais, é claro que a nossa opção é a correta – a opção para o Brasil é a do câmbio flutuante. Essa é a opção que mantém a nossa moeda. No seminário ao qual V. Ex^a se referiu, de fato eu fiz essa colocação, que é de longo prazo

para o mundo. Ela não se refere especificamente ao Brasil. Existem países pequenos que a meu ver não se beneficiam de uma moeda e poderiam se beneficiar enormemente de uma maior integração como agora ocorre na Europa, com a criação do euro. Enfim, resumindo, o real continua porque não tenho dúvidas quanto à adequação técnica e econômica desse caminho.

Quanto ao fato de eu ter trabalhado no exterior e a questão da quarentena: também já me manifestei a favor da quarentena na saída e me manifestei a favor, porque a quarentena na saída respeita não só a ética como a lógica. Eu, inclusive, posso reportar aqui que, embora não tenha saído do Governo para trabalhar no Brasil, numa instituição brasileira, fui fazer investimentos globais, mantive, por conta própria, uma quarentena de um ano com relação aos títulos que foram objeto de negociação da dívida externa do Brasil quando de minha passagem pelo Governo. V. Ex^a se lembra, inclusive estava nesta Comissão quando fui argüido da outra vez: tínhamos a Resolução nº 82, fizemos todo aquele trabalho, o Ministro Pedro Malan era o nosso negociador, e foram criados vários títulos, e eu, ao chegar no Soros, por opção minha – não era lei, esse assunto não era nem discutido –, decidi passar o intervalo de um ano sem negociá-los; eram títulos que não estavam emitidos, eram negociados no mercado virtual, depois foram emitidos e só após um ano fui, então, negociá-los. Então acredito que essa quarentena na saída faz sentido. Ela protege e dá a forma adequada a algo que no fundo é uma questão ética, não nos dá garantia, mas coloca as coisas no seu devido lugar.

Quanto à quarentena na entrada, essa não me parece fazer sentido, porque, na realidade, penso que não é ruim para o Governo se beneficiar de informações que profissionais possam trazer do setor privado. Então vejo isso como sendo uma via de mão única e não uma via de mão dupla. Essa é a minha posição com relação à quarentena, agora apenas um pouco mais detalhada.

Quanto a esse senhor do Banco Morgan Grenfell, realmente me causa espanto essa declaração. É uma declaração solta, e a premissa é falsa, isso é o que me parece ser mais importante. É público, existem outras pessoas que estiveram comigo, quando de minha passagem pelos Estados Unidos, não recebi sondagem, não recebi convite. Essa insinuação dele foi feita também pelo professor que havia, enfim, lançado essa idéia, e a insinuação seria razoável não fosse o meu conhecimento de mais de 20 anos do Ministro Pedro Malan, de muitos anos do

nosso Presidente, e, portanto, uma posição que para mim, quando surgiu no final de semana, o convite não necessitou de reflexão. Foi um chamado do meu País, e me senti honrado em poder responder positivamente.

Até fazendo um vínculo com a pergunta do Senador Ney Suassuna, posso dizer a V. Ex^a, com toda a certeza e com toda a confiança: toda vez que acontece alguma operação do mercado e algum operador perde dinheiro, é culpa de alguém, nunca é culpa do operador; e eu não tenho a menor dúvida de que, nesse caso, os boatos foram de algum operadorzinho que perdeu dinheiro e disse, de maneira irresponsável: "A culpa foi do Soros". E, enfim, aconteceu o que aconteceu.

V. Ex^a perguntou quanto às operações do fundo, e é válida a sua pergunta. A minha resposta é, em primeiro lugar, que a premissa está errada. Ou seja, não houve informação. A informação ocorreu no fim de semana, e, na segunda, às 7h da manhã, pedi demissão. O que posso lhe dizer é que eu nunca fiz nada que pudesse prejudicar o meu País, e essa é uma situação que digo com toda a certeza, não só nessa situação recente como em outras no passado. Quanto à liberalização dos fluxos de capital, V. Ex^a levanta um ponto de extrema importância. Antes de vir para o Brasil, de surpresa, eu estava, inclusive, em um trabalho acadêmico com o Professor Daniel Rodrick, de Harvard, que iria abordar justamente o tema dos fluxos de capital de curto prazo. A minha posição, se V. Ex^a se recorda, no Banco Central, foi, na época em que abrimos a nossa conta de capital. Estávamos num momento de extrema dificuldade, e parecia ser uma medida importante. Procuramos adequar – e fomos pioneiros nisso – o perfil de nossa dívida externa a uma situação aceitável do ponto de vista de risco. Tanto fizemos que o perfil dos vencimentos do Brasil é bastante razoável. A dívida externa foi negociada, e, inclusive, introduzimos alguns controles, não permitindo certas captações de curto prazo. Trata-se de um assunto importante, discutido com grande entusiasmo pelos economistas, com caminhos e soluções diferentes.

Se aprovado por esta Casa para Presidente do Banco Central, pretendo ter uma política prudencial adequada, focando a atenção no mecanismo de intermediação dos fluxos, no sistema financeiro.

A Tailândia, por exemplo, teve sérios problemas. Tomaram-se recursos de curto prazo para investir no setor imobiliário. Havia um déficit em conta corrente de 8% do PIB, dinheiro em moeda estrangeira, de curtíssimo prazo, financiando investimentos

de longo prazo em bens não-comerciáveis. Trata-se de uma situação limite que deve ser evitada.

Não gosto da idéia de controles cambiais, mas de um sistema de supervisão, de prudência, de segurança no sistema financeiro que permita evitar as situações de extrema fragilidade.

Quanto à questão da dívida pública, o Governo deve produzir um conjunto de políticas econômicas que realmente leve à queda dos juros. Isso é absolutamente cristalino. Esse processo tem de ocorrer com a segurança de um embasamento fiscal e estrutural de balanças de pagamentos, o que já está sendo produzido. O objetivo dessa política é exatamente o apontado na pergunta. O único método é o tradicional resgate da saúde das finanças públicas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy para a réplica, solicitando-lhe que utilize o prazo de dois minutos previsto pelo Regimento.

O SR. EDUARDO SUP LICY – Dr. Armínio Fraga, para dirimir qualquer dúvida, V. S^a poderá enviar ao Senado o registro das operações que o Sr. George Soros disse poder prover. Não vejo qualquer problema e não teria qualquer iniciativa de perguntar a respeito da legitimidade de V. S^a ter mãe americana. Sei que nasceu no Rio de Janeiro, que sua mãe ainda vive no Brasil e que seu pai, um eminente médico dermatologista, Dr. Sílvio Fraga, fez um excelente trabalho.

V. S^a tem a condição excepcional de estar nos Estados Unidos como norte-americano, pela condição de dupla nacionalidade, e de não apenas pensar na globalização do ponto de vista da mobilidade do capital, dos proprietários do capital. Há que se pensar hoje no ser humano.

Preocupa-me, Dr. Armínio Fraga, que, até o presente instante, desde o início da sua exposição, em resposta ao Senador Ney Suassuna ou a mim, não houve ainda uma preocupação com respeito à questão do desemprego e da má distribuição da renda.

Sebastião Salgado está por fazer uma exposição sobre a globalização do ponto de vista do ser humano. Quando o Presidente Bill Clinton fala em fazer uma área de livre comércio do Alasca à Patagônia, acredito que nós, brasileiros, tenhamos que pensar que isso não pode ser apenas do ponto de vista dos proprietários do capital, mas, sobretudo, da necessidade de o ser humano ter iguais direitos no Planeta Terra.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Dr. Armínio Fraga, para tréplica, caso queira fazer uso da palavra.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Quero sim.

De novo, respeitando a ordem das perguntas, o ponto que tentei esclarecer com relação à situação das operações ou não-operações que ocorreram ou não quando da minha presença na instituição é um ponto muito mais básico, muito mais importante do que se foram ou não feitas operações. Essas, eu já disse a V. Exª que, em momento algum, prejudicaram o nosso País. O ponto chave é que não houve qualquer informação privilegiada ou especial.

A divulgação de informações é algo que fere a prática e a ética do negócio onde eu antes trabalhava. Quem tem esse poder é o Dr. George Soros. Ele nunca fez isso nos trinta anos de atuação, até porque a situação, do ponto de vista dele, é muito clara. Ele sabe o que aconteceu, sabe quem ele é e sabe quem eu sou. Portanto, é algo que foge do meu controle, mas a premissa me parece ser claríssima. E isso, a meu ver, é o mais importante.

Quanto à questão da mobilidade, de fato, tive a oportunidade de trabalhar numa empresa que é líder de seu setor e que considero realmente uma experiência única muito especial.

Gostaria de relatar a V. Exª que há poucos meses antes do convite, eu já havia tomado a decisão, com a minha família – decisão que era pública, inclusive –, de voltar ao Brasil. Um dia, jantando com minha esposa, olhamo-nos e nos perguntamos o que estávamos fazendo lá. A experiência era fabulosa, mas havia realmente chegado o momento da nossa volta. Então, a volta já estava prevista e, inclusive, já estávamos procurando onde morar, etc.

Finalmente, permito-me discordar de V. Exª quanto à questão do desemprego e da distribuição de renda. Não fiz menção explícita, mas abordei o tema "crescimento" e o tema "desenvolvimento social", que é da maior importância, o que concordo, não discordo da sua afirmativa.

Acredito que a forma correta de se buscar esse objetivo seja promovendo, primeiro, um ambiente macroeconômico estável e, depois, realmente, investindo em setores importantes como a educação, a saúde, buscando eliminar o escândalo que é a pobreza em nosso País. Nesse sentido, tenho plena confiança de que a taxa de câmbio flexível é para nós o melhor regime. Por exemplo, na Argentina, o câmbio fixo tem sido extraordinário para os argentinos; em momento de dificuldade, a taxa de desemprego aumenta muito. A nossa esperança é poder,

justamente, evitar que isso ocorra nesse grau extremo no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Francelino Pereira. Posteriormente, ao Senador Jefferson Péres.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente do Senado Federal, Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator Ney Suassuna, nosso vice-Presidente Bello Parga, Dr. Armínio Fraga.

Quero ser rápido. Começo dizendo que, embora não conheça V. Exª – salvo engano, conhecemos e cumprimentamo-nos hoje pela primeira vez –, não há dúvida de que é reconhecida a sua competência para dirigir o Banco Central. O currículo de V. Sª é exaustivo no sentido de uma construção de uma vida.

Quero apenas dizer a V. Sª que, como Governador de Minas Gerais, por quatro anos, e depois como Vice-Presidente do Banco do Brasil, durante cinco anos, exercendo por mais de cinquenta ou sessenta vezes a Presidência desse banco, em rápidos momentos, aprendi que os fatos econômicos zombam das nossas profecias. Por isso mesmo, quero louvar V. Sª, porque soube aliar a objetividade com a prudência, nunca afirmando que aconteceria este ou aquele objetivo previsto. O caminho que ora se lhe apresenta é sempre um caminho tormentoso, constituindo-se, talvez, o maior desafio da sua vida.

Quero, nesta hora, lembrar que a falta de objetividade em todos nós leva-nos à solidão, inclusive à solidão desta Casa. Por isso mesmo, para ser objetivo e para não fazer digressões, farei algumas indagações a V. Sª. E tomo a liberdade de pedir, para não perdermos tempo, que V. Exª acompanhe essa leitura, para conhecimento da Casa, e possa responder em seguida.

1 – Uma eventual permanência da inflação em patamares elevados, pelos próximos meses, até que a taxa cambial encontre um ponto de equilíbrio, não poderá gerar expectativas pessimistas para o resto do ano e estimular a indexação de preços e salários?

2 – O que fará V. Sª na Presidência do Banco Central para apurar denúncias sobre o vazamento de informações a respeito da desvalorização da moeda, que teriam resultado em lucros especulativos para vários bancos, inclusive estrangeiros?

3 – Sem querer insinuar que V. Sª passou ao investidor George Soros informações privilegiadas sobre a mudança cambial no Brasil, gostaria de indagar se, realmente, o Fundo de Investimentos

Quantum operou com títulos da dívida brasileira nos dias que antecederam a decretação da flutuação do câmbio? Se afirmativa a resposta, seria normal essa atuação?

4 – Com que expectativa atua o Banco Central quanto à mudança do quadro de fechamento do mercado financeiro internacional ao Brasil, inclusive para as operações de financiamento às exportações?

5 – Qual a política monetária que o Banco Central adotará para estabilizar o câmbio? Uma vez encontrado o ponto de equilíbrio, qual será a política monetária a ser adotada a partir daí, tendo em vista que ela se tornará a verdadeira âncora do Plano Real?

6 – O Governo americano mudou ou não mudou o seu comportamento em relação à crise brasileira? Se mudou, qual o impacto dessa mudança sobre o FMI, onde os Estados Unidos têm influência predominante?

São as nossas indagações.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Sr. Armínio Fraga Neto.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Muito obrigado, Senador Francelino Pereira. Vou seguir a ordem das perguntas de V. Ex^a também.

De fato, o desafio que hoje se apresenta diante do Banco Central e do Governo, como um todo, é justamente evitar que as expectativas pessimistas transformem-se num problema futuro com relação à inflação. O que pretendemos fazer é pôr em prática um conjunto de políticas que tem por base fundamental o equilíbrio fiscal do Governo e que tem, no que diz respeito ao Banco Central, uma política monetária austera, que possa nos levar a uma estabilização o mais rápido possível.

Contamos, também, nesse contexto, com financiamento externo. E um ponto que V. Ex^a levanta diz respeito ao FMI, ao Governo brasileiro e ao Governo americano. Meu entendimento é o de que o nosso acordo com o FMI está em fases finais de revisão e, em breve, teremos uma posição que será, então, a base para, diria, a solução desses desequilíbrios do balanço de pagamento, que hoje, inclusive, prejudicam o financiamento de nossas exportações. Nesse contexto, vale a pena destacar também que, sem o FMI, teríamos que adotar uma política muito mais dura. A presença do FMI, neste momento, é um fator de financiamento adicional para uma política que é nossa, que desenhamos pensando nos problemas efetivos e fundamentais da economia brasileira.

Quanto às denúncias de vazamento de informações, V. Ex^a pode ter certeza de que quaisquer denúncias serão objeto da atenção do Banco Central, e as fundamentadas serão perseguidas com a devida energia pela equipe do Banco, como sempre ocorre.

Quanto à situação do Fundo Quantum e às operações dos títulos, dou-lhe a mesma resposta, quer dizer, jamais tive – e falava lá por eles – algum tipo de atuação que pudesse prejudicar o Brasil.

Quanto à expectativa atual do Banco Central, a política monetária e a estabilização do câmbio, gostaria de repetir brevemente alguns dos pontos de minha fala. O regime anterior era de câmbio fixo, portanto, a atuação do Banco Central estava inteiramente voltada para a manutenção da taxa que era a escolhida. Agora, estamos adotando um sistema diferente, em que a taxa de câmbio é determinada pelo mercado, e o Banco Central se preocupa com a inflação. Acredito, no entanto, que essa preocupação, indiretamente, trará a taxa de câmbio para uma faixa de equilíbrio que obviamente irá oscilar com o tempo. Essa é uma das vantagens, justamente, do novo sistema adotado.

Acredito que, com isso, abordei todas as perguntas de V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Senador, V. Ex^a deseja usar da palavra novamente? (Pausa.)

Concedo a palavra ao Sr. Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Advirta-me, Sr. Presidente, quando estiver próximo de encerrar, mas com um prazo de tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Assim o farei.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Senador Fernando Bezerra, Senador Antonio Carlos, demais membros da Mesa, Dr. Armínio Fraga, o Brasil, às vezes, parece-me um país surrealista. É o meu quarto ano de mandato como Senador, e V. S^a é o quarto Presidente do Banco Central, o último durou sete dias. Vou repetir-lhe a ladainha que fiz aos outros três.

Gostaria muito que esta fosse uma reunião para valer, que V. S^a estivesse aqui para que lhe déssemos um mandato, eu e os demais Senadores, que V. S^a nos expusesse suas metas e objetivos a serem cumpridos em matéria de política cambial e monetária, viesse periodicamente aqui prestar contas e pudesse ser destituído se as metas não fossem cumpridas. No entanto, V. S^a vem aqui, talvez,

fazer promessas que, se não cumprir, nada lhe acontecerá, não poderemos fazer nada contra V. S^a. E V. S^a poderá, daqui a sete dias, ser destituído também. Às vezes me pergunto, Dr. Armínio Fraga, que país seriam os Estados Unidos se Bill Clinton pudesse demitir o Alan Greenspan por ciúmes de Monica Lewinsky.

Vou fazer-lhe algumas perguntas objetivas, nem todas relacionadas com o Banco Central, pois creio ser meu direito querer saber o que V. S^a pensa e quais são seus valores.

Dr. Armínio Fraga, o Presidente do Banco Central passa pela aprovação do Senado, como os Ministros do Supremo Tribunal Federal e de outros tribunais, porque o posto é de tamanha importância que precisa passar por esta Casa Legislativa. Mesmo que ele seja, portanto, um homem honrado e de notório saber, é preciso também que ele seja tido como tal. É a velha história da mulher de César. Darei um exemplo concreto: se um eminente advogado, honrado e de notório saber jurídico, for habitualmente advogado de narcotraficantes, de bicheiros e de sonegadores, mesmo que ele seja honrado, Dr. Fraga, certamente ele não teria o nome aprovado para o Supremo Tribunal Federal. V. S^a me dirá: os especuladores não são narcotraficantes. Para uma parte da sociedade, eles são até piores, embora seja uma atividade legal. Não é só o homem da rua que pensa assim, pessoas respeitáveis tomadas de justa indignação já chegaram a bradar morte aos especuladores. Então, a imagem do especulador para a sociedade é de um vampiro sanguinolento. Não importa que ele seja importante para o mercado.

Eu gostaria de perguntar objetivamente: não lhe parece que o fato de V. S^a ser ligado e vir desse grupo de especuladores – aliás, de uma figura emblemática de megaespeculador –, não o fragiliza, não tornará muito difícil, V. S^a não ficará muito condicionado, muito limitado, não ficará muito comprometida a sua gestão no Banco Central?

Segunda pergunta: V. S^a falou na quarentena e se manifestou favoravelmente a ela. V. S^a é favorável à quarentena naturalmente porque acha que ela é útil, necessária, e conseqüentemente porque acha impróprio alguém sair do Banco Central para uma instituição financeira. V. S^a disse que fez isso, mas não teve o escrúpulo de não atuar com títulos brasileiros. O problema não é esse, Dr. Fraga, não é de V. S^a não ter operado diretamente, pois V. S^a era detentor de informações privilegiadas, e, se achava impróprio, mesmo que a lei não proibisse, eu pergunta-

ria: V. S^a não cometeu um deslize ético ao fazer algo que julgava impróprio?

Ainda tenho tempo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – V. Ex^a já utilizou 7 minutos.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Qual o tempo que mediou entre o convite que lhe foi formulado e a comunicação que V. S^a fez ao grupo ao qual pertencia?

V. S^a esteve aqui numa reunião com o Presidente da República, com o Ministro da Fazenda e com o indicado Presidente do Banco Central, Francisco Lopes e ainda permaneceu ligado ao Grupo Soros. Mesmo que V. S^a diga que nada transmitiu ao Grupo Soros, obteve informações privilegiadas nessa reunião, claro; sabia o que o Governo iria fazer. Mesmo que V. S^a não tenha transmitido, o que acredito, como homem honrado que é, ao Grupo Soros, não lhe parece impróprio, após uma reunião de cúpula com o Presidente da República, ficar ainda vários dias ligado ao grupo de um megaespeculador?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Dr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Algumas das perguntas do Senador já respondi, mas volto brevemente a tocar nos assuntos.

O ramo de atividade que eu exercia antes de vir para o Brasil recentemente é um ramo como qualquer outro. Existem especuladores honestos e desonestos, isso não é privilégio do mercado financeiro; não listarei outros ramos, mas é uma afirmação óbvia.

Minha intenção no Banco Central é ser duro com o comportamento não-ético, com a desonestidade, com a propagação de falsos rumores, etc. Penso que isso é obrigação de quem assume essa função. O convite que recebi foi feito, como disse, no domingo, e eu, às 6h45 da manhã de segunda-feira, pedi demissão. Isso, parece-me, foi o limite. Quanto à minha visita, foi como várias que já fiz; não só ao Brasil, como a outros países, onde fui recebido por autoridades para conversar. Posso lhe garantir que as autoridades brasileiras, cientes de sua posição, não me puseram a par de qualquer informação que não fosse pública. Ao contrário, o objetivo da reunião era que eu e um outro economista apresentássemos aos nossos governantes um depoimento sobre a situação interna e externa, tal como nós a víamos naquele difícil momento.

Voltei para os Estados Unidos pensando que iria ficar lá mais seis meses – eu já havia anunciado a minha saída em junho. Mas, no fim de semana, re-

cebi o convite. Essa é a sequência e posso voltar a repeti-la quantas vezes forem necessárias.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Para a réplica, concedo a palavra...

O SR. JEFFERSON PÉRES – Perdão, mas V. S^a não me respondeu se acha ou não que, sendo a favor da quarentena, cometeu ou não algum deslize.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Desculpe-me. V. Ex^a tem razão.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Ressalto, Sr. Presidente, que ainda não usei os meus dois minutos. Ele apenas não respondeu. Não é a minha tréplica.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Sr. Armínio Fraga, V. S^a tem a palavra.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Obrigado.

Acho que V. Ex^a trocou o sentido da frase. Eu disse justamente o contrário: quanto ao único aspecto que me parecia, naquele momento, delicado, eu não operei. Foi justamente o oposto: não operei. Acho que isso é prova de que concordo com a idéia desde então.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Faço a minha réplica.

Eu não disse que V. S^a operou. V. S^a disse que teve o escrúpulo de não operar. Eu lhe disse que o importante não era ter operado ou não com títulos brasileiros. O importante é que V. S^a era detentor de informações privilegiadas como diretor do Banco Central. V. S^a por isso acha que pelo fato de um ex-diretor do Banco Central ser detentor de informações privilegiadas, não deve assumir funções numa instituição financeira privada antes de seis meses ou um ano após o seu afastamento. Apesar de pensar assim, V. S^a fez isso, apenas pelo fato de não ser proibido por lei.

Então, pergunto: se V. S^a era contra, por achar imprópria tal conduta, mas mesmo assim a adotou, isto é, passou para a instituição financeira, V. S^a não cometeu um deslize ético?

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Não, ao contrário. Eu obedeci aos princípios capitais da ética que norteiam a minha vida. No único ponto que me parecia relevante, eu saí da atuação. Inclusive, é interessante destacar que não fui trabalhar numa instituição financeira brasileira, fui trabalhar numa firma que faz investimentos internacionais. Portanto, não há, absolutamente, conflito exceto nesse ponto que acredito ter resolvido satisfatoriamente para mim.

Entendo que neste momento em que se aprimora a instituição do Banco Central, em que se busca, como acentuou muito bem V. Ex^a, um Banco Central comandado com responsabilidade, faz sentido introduzir esse aperfeiçoamento. E esse aperfeiçoamento responde não só à substância – essa cada um controla individualmente –, mas também à forma que, afinal de contas também, tem o seu papel.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Obrigado.

Concedo a palavra ao Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, Sr. Armínio Fraga, uma de minhas perguntas se refere a um episódio vivido em 1991, quando V. S^a era diretor da área internacional do Banco.

Recordo-me que nos anos 80, culminando em 1989 com a sua candidatura à Presidência da República, o Dr. Ulysses Guimarães reunia em sua casa os mais importantes e expressivos economistas de esquerda do País. A essas reuniões, eu, por um privilégio talvez de amizade e na condição de vice-presidente nacional do PMDB, tinha acesso. Todos os que participavam dessas reuniões eram rigorosamente unânimes em declarar que o Brasil só teria independência para gerir a sua política monetária, ou seja, para ter uma moeda estável, se o País possuísse reservas monetárias.

Quando o Plano Cruzado chegou ao fim, se não me engano, as reservas monetárias do País estavam em torno de US\$2 bilhões. Evidentemente, o fato de não possuir reservas monetárias razoavelmente suficientes dava ao Brasil uma impossibilidade autônoma de gerir a sua própria moeda e construir uma estabilidade duradoura.

Havia uma unanimidade naquele momento. Na casa do Dr. Ulysses, cansei de ouvir, em longas tertúlias com os economistas de esquerda – aliás, quase todos eles continuam numa linha política semelhante àquela que defendiam na época –, que o Brasil tinha que formar reservas monetárias. Recordo-me que V. S^a, na direção da área internacional, realizou uma série de mudanças regulamentares e tomou uma série de iniciativas, para mim, naquele momento, espantosas que fizeram com que, em seis ou sete meses, as reservas monetárias do Brasil passassem de algo em torno de US\$7 bilhões para cerca de US\$20 bilhões.

Naquele momento, quando houve essa mudança, o Ministro da Economia era o Dr. Marcílio Marques Moreira. Recordo-me que, no momento em que o Dr. Itamar Franco assumiu a Presidência da República, também houve declarações sucessivas desses

economistas de que se havia formado as condições para que o País pudesse realizar um verdadeiro plano de estabilização monetária.

A minha primeira pergunta é a seguinte: qual é a importância estratégica real da formação dessa base de reservas em dinheiro estrangeiro que o País deve ter? Adotar uma postura de centralização do câmbio, como a da Malásia, como recomendou um importante jornal do País, colabora para que haja a ampliação das reservas ou o seu esvaziamento? Isso colabora para que haja a autonomia ou a submissão do País perante as pressões internacionais?

A pergunta é feita, porque a posição adotada por todos os economistas chamados na época de estruturalistas, já que se opunham aos monetaristas, era a de que somente amplas e sólidas reservas monetárias dariam independência ou autonomia ao País para agir perante o processo de globalização e as pressões internacionais.

Sr. Presidente, para completar a minha indagação, a segunda parte da pergunta diz respeito ao conceito de especulação.

Numa sexta-feira trágica no Brasil, houve uma fortíssima manipulação de mercado. Realizou-se aqui aquilo que se chamava de "Operação Zé com Zé", uma expressão vulgar usada no mercado que se refere à compra e venda artificial de câmbio, de moeda. Realiza-se um Contrato de Compra e Venda, um contrato de câmbio, baseado num preço falso. A informação circula no mercado, e, mais tarde, essa operação é repetida na mão inversa. Tenho certeza de que foi a isso que se referiam muitas das autoridades brasileiras quando usaram expressões, como "chacais" e "morte aos especuladores". Havia uma indignação no País contra a manipulação de mercado.

Mas sempre que tenho ouvido, no meio acadêmico ou nos meios políticos e econômicos, a respeito do conceito de especulação, há uma nítida diferença, a meu ver, entre o conceito de especular e o conceito de manipular mercados, onde há realmente a prática criminosa.

Eu gostaria que o V. S^a pudesse nos dar uma visão do papel dos especuladores, o que eles representam para a formação das reservas monetárias de um país, que tipo de tratamento devem receber de um país que deseja ser soberano, autônomo e ter a capacidade de autogerir a sua política financeira externa e interna; e qual é, evidentemente, a postura que V. S^a vai adotar como Presidente do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Sr. Armínio Fraga.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Só um terceiro ponto...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – O tempo de V. Ex^a já se esgotou, mas peço que complete a pergunta.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Eu não ultrapassei dez minutos. Se eu já ultrapassei, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Não, ainda não.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Então, se eu não ultrapassei os dez minutos que foram estabelecidos...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Eu peço a V. Ex^a apenas que conclua.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Foi o parâmetro estabelecido pelo Senador Eduardo Suplicy e penso que todos os outros Senadores devem ter este mesmo parâmetro.

Eu diria, Sr. Presidente, que temos agora uma questão importante a examinar no Congresso Nacional, que é independência do Banco Central. Há aqui, como na Câmara dos Deputados, como em vários níveis políticos do País, muitas pessoas que se indignam com as mudanças sucessivas de Presidentes do Banco Central, mas, ao mesmo tempo, é ferreamente contrário à independência do Banco Central, quando, na verdade, essas mudanças sucessivas são resultado de uma subordinação. O Presidente do Banco Central, ao ser substituído, na situação em que nos encontramos no Brasil, não suscita uma questão institucional, ou seja, a mudança, mesmo que tenha sido de um dia para o outro, como a do Dr. Francisco Lopes, não foi uma questão institucional, foi uma política de Governo. Se errada, desastrosa, ruim, negativa, boa, má, positiva, inteligente, dinâmica, é uma outra questão, mas é uma política de Governo e isto não fere em nada a institucionalidade do Banco Central, porque não se tratava de um Presidente com mandato. Teríamos uma grave ofensa ao Senado, uma crise de institucionalidade do Banco, se tivéssemos aprovado aqui um Presidente com mandato definido, num Banco Central independente.

A questão que eu gostaria de colocar a V. S^a diz respeito ao significado da independência do Banco Central, nas experiências que se verificam no mundo inteiro, no interesse do País, no interesse da Pátria, no interesse da Nação; significa submissão maior aos capitais financeiros internacionais, ou significa mais poder nacional, mais força nacional no sentido de se impor perante às pressões e aos interesses externos?

Esta é a última pergunta que faço. Agradeço ao Presidente por ter comigo a tolerância que teve com os outros.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – V. Ex^a ultrapassou os dez minutos.

Concedo a palavra ao Dr. Armínio Fraga.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Então, abro mão da réplica.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Vou procurar ser sintético e cuidadoso para não deixar nada de fora.

De fato, o Senador José Fogaça lembrou aquela época de 91/92 em que muita coisa aconteceu na área externa e eu tive a honra de poder prestar uma colaboração. Eu fui aluno de muitos desses economistas que o Senador citou e a idéia era, de alguma forma, buscar acabar com a inflação, que era nosso grande veneno econômico. A visão que tínhamos na época, e tinham também aqueles que nos seguiram, era de que um programa de estabilização só poderia ter sucesso se contasse com uma base de reservas, de tal forma que a própria taxa de câmbio pudesse servir como âncora ou guia para a queda da inflação. Acho que a história seguiu essa trilha, e o sucesso foi esse que conhecemos.

V. Ex^a me perguntou se a centralização do câmbio ajuda ou atrapalha. Sou contra a centralização do câmbio porque acredito que, no fundo, esse é um sistema que não dá acesso ao País à poupança externa; portanto, não contribui para o crescimento, para o desenvolvimento.

Minha visão, passando um pouco ao papel da especulação e do capital em geral, é de que o Governo tem de jogar uma espécie de judô com o mercado, tentando se beneficiar da força do adversário, e que, portanto, as medidas e políticas adotadas têm de ser concebidas de forma a fazer com que isso gere o máximo benefício ao País.

A única restrição que existe do ponto de vista acadêmico, conceitual a uma visão mais livre da conta de capital do balanço de pagamentos, é aquela que discuti agora há pouco: a que diz respeito aos fluxos de curto prazo. Não vou me alongar, repito apenas que esses fluxos têm um papel importante, mas são perigosos na medida em que podem, com o correr do tempo, levar a um certo costume, a um hábito, a um vício que torna vulnerável a posição do País. Então, a minha postura nessa área é sempre ter uma atitude prudencial, tentando evitar ao máximo a dependência desses fluxos.

Nesse contexto, a especulação tem de ser vista como o que ela é e o que ela não é. Mencionei há

pouco que existe especulação e especulação. A especulação do exportador que demora a fechar o seu câmbio não é diferente da especulação do investidor que procura antecipar a compra de um material, de uma máquina importada, e não é diferente da empresa que procura proteger o seu patrimônio. A especulação que é diferente e que é intolerável é aquela que vem com a má-fé, com a propagação de falsos rumores, com a manipulação, conforme descreveu V. Ex^a de forma mais articulada do que a minha. Parece-me que essa, sim, deve ser o objeto constante da atuação não só do Banco Central, como também da CVM. Essa é uma orientação clara que pretendemos, se aprovados, dar ao Banco Central.

Finalmente, quanto à questão da independência, e remetendo um pouco também às palavras do Senador Jefferson Péres, acho que a experiência internacional favorece a prática da independência, da maneira como a descrevi em minha fala, ou seja, o Banco Central é independente para perseguir um objetivo específico. Deve prestar contas, deve explicar as suas políticas e corrigir o seu rumo. Esse é o conceito. É um conceito limitado e me parece ser muito razoável e, inclusive, foi apresentado pelo Presidente da República e pelo Ministro da Fazenda em comunicado recente como sendo algo que o Governo pretende desenvolver.

Não quero, contudo, parecer que faço lobby em benefício próprio. Acho que a decisão de um banco central independente é uma decisão de governo, e não cabe ao Banco Central se envolver nestas questões. Apresento aqui a minha visão como acadêmico, como alguém que tem uma certa prática de mercado e que já viu isso em outros países.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Se V. Ex^a deseja, Senador José Fogaça, a palavra lhe é dada para a réplica.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, abro mão da réplica em favor dos demais Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Com a palavra o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS – Sr. Presidente do Senado, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Dr. Armínio Fraga, mesmo aqueles que são contra a nomeação do Sr. Armínio Fraga, ou pelo menos se manifestam nessa direção, têm, repetidas vezes, elogiado o Banco Central Americano e, sobretudo, ressaltado a forma de atuação do Presidente daquela instituição, Sr. Alan Greenspan. No entanto, a origem do Sr. Alan Greenspan parece-me

que é semelhante à origem do Sr. Armínio Fraga. Ele é proveniente ou era dono de uma empresa de consultoria que atuava em Wall Street, o centro financeiro mundial. E mesmo o Secretário do Tesouro americano é também proveniente de um banco, não sei se como proprietário ou simplesmente como diretor, o Goldman Sachs.

Portanto, aquilo que se coloca como fator negativo para o Sr. Armínio Fraga se destaca como positivo para aquelas autoridades. Parece-me, pelo que tenho lido, que a economia americana está indo muito bem, tanto é assim que baterá novo recorde de superávit primário neste ano.

Considero, portanto, esta apenas uma questão de opinião. O fato de alguém conhecer o mercado e ser proveniente dele é muito positivo, e concordo que, quanto à quarentena, quando da saída da autoridade, ela é muito bem-vinda, mas não podemos dispensar aqueles que podem trazer para o poder público informações privilegiadas, se é que se pode dizer assim, do mercado financeiro, utilizando-as para o bem da sociedade.

Portanto, como essa é apenas uma introdução, eu gostaria de colaborar com aqueles que são contra, fazendo uma pergunta bastante objetiva: V. S^a disse que um dos trunfos para se manter a estabilidade da moeda é a credibilidade, e reconheceu inclusive que houve neste período perda de credibilidade, que, aliás, se perde com facilidade, mas que leva tempo para ser recuperada. Penso que aqueles que criticam a indicação do Sr. Armínio Fraga têm razão quando afirmam que os especuladores – principalmente aqueles escrevem artigos divulgados pela Internet ou pelas revistas internacionais especializadas em economia – têm grande responsabilidade pela escalada do dólar, e evidentemente pela desvalorização do real, bem como têm grande responsabilidade pela desvalorização dos títulos da dívida externa brasileira, principalmente quando economistas de renome utilizam-se do conceito internacional que detém para afirmarem que o Brasil irá "quebrar". Quando fazem isso, os títulos perdem o seu valor e imediatamente alguém ganha com isso.

Eu faria uma pergunta bem objetiva ao Sr. Armínio Fraga: V. S^a tem conhecimento – e eu sei que tem – de que essas entrevistas e afirmações agitam o mercado financeiro prejudicando seriamente o Brasil; elas poderiam ser neutralizadas caso houvesse credibilidade para isso? E se houvesse ocorrido em tempo essa neutralização, não estaríamos, evidentemente, nessa situação? Além disso, V. S^a aceitaria firmar um acordo com o governo americano no senti-

do de se investigar a quem e a que grupos financeiros as pessoas que fazem tais afirmações são ligadas e, de forma retroativa, nos últimos 3 anos investigar quem e quanto se ganhou com essas afirmativas que sacudiram o mercado financeiro internacional?

A segunda pergunta, cuja resposta levaria não mais que 30 segundos, é se V. S^a recomendaria ao Governo Fernando Henrique Cardoso rever a meta de exportar 100 bilhões de dólares até o ano 2.002. Já fiz essa pergunta ao Ministro Pedro Malan. Ele me disse que não, que metas são metas e que ele não participou da sua elaboração, mas participa do Governo, que assumiu, como compromisso com a sociedade, aumentar as exportações para 100 bilhões.

Evidentemente, eu gostaria de saber se V. S^a acredita que dá para compatibilizar essa política de câmbio, a política de juros, especialmente, e manter essa meta de 100 bilhões ou se V. S^a vai recomendar que o Presidente reveja essa meta. São essas duas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Com a palavra o Dr. Armínio Fraga Neto.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Só um breve esclarecimento. A meta é para quando mesmo?

O SR. OSMAR DIAS – 2002, final do Governo Fernando Henrique.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – O Senador Osmar Dias menciona assuntos muito interessantes, complexos e importantes que eu gostaria de abordar, começando com a questão da credibilidade.

Realmente, nos últimos 18 meses, a nossa credibilidade externa diminuiu. Eu diria não só por eventos, que não cabem repassar aqui, ligados à área fiscal, etc., mas também pela situação do mercado internacional, que, com os seus rumores, dá graus de credibilidade diferentes à mesma situação fundamental de um determinado país. O fato é que essa é a realidade, e o Brasil não pode ficar passivo diante dessa situação.

As entrevistas e relatórios que são publicados, normalmente, têm um viés até positivo. Na minha atividade como investidor, sempre me preocupei muito em tentar decodificar exatamente o que diz e o que se pensa em cada um desses relatórios.

A área que preocupa as autoridades financeiras internacionais é exatamente a que mencionou V. Ex^a, que é a do uso indevido, por parte das instituições, de informações que sairão em suas próprias publicações. Quer dizer, o assunto é alvo de atenção, de novo, tanto da CVM quanto dos bancos centrais do mundo. Parece-me que, hoje, a comunidade dos bancos centrais e das CVMs do mundo caminha

em procurar homogeneizar e integrar a sua atuação, o que acho que dará amparo à sua pergunta e ansiedade, que é minha também.

No que diz respeito a um acordo com o governo americano, parece-me razoável limitar a atuação, que já existe – o intercâmbio existe hoje não só com o governo americano como com outros governos –, aos casos que realmente tiverem indícios de alguma ação antiética ou criminosa. Nessa linha, tenho certeza que o trabalho que vem desenvolvendo tanto o Banco Central quanto a CVM deverá aprimorar-se, até porque isso é uma prioridade da comunidade internacional. São assuntos que vão das operações de manipulação, das operações com informação especial à lavagem de dinheiro, à evasão fiscal, etc., e o Banco Central está atento e pretende continuar aprimorando a sua atuação nessa área.

Quanto à meta de exportação para 2002 de 100 bilhões, de fato é uma bela meta. Não tenho condições de dar uma avaliação técnica na "lata", mas vejo a política cambial atual certamente contribuindo para que o Brasil exporte mais. Acho que isso é muito positivo e fico devendo uma resposta numérica ao Senador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Com a palavra o Senador Osmar Dias para réplica.

O SR. OSMAR DIAS – Sr. Presidente, apenas para fazer uma consideração.

O Deputado Delfim Netto, o economista Delfim Netto fez uma observação, se não me engano, ontem, no jornal, que rezava para que o Dr. Armínio Fraga tivesse um bom desempenho aqui hoje, porque todos nós, brasileiros, dependíamos desse bom desempenho – dizia ainda que não poderia ser um desempenho 98% bom, tinha de ser 100%. Acredito que até mesmo aqueles que, na Oposição, têm de exercer esse papel e, aparentemente, são contra a nomeação do Dr. Armínio Fraga, torcem para o seu bom desempenho, porque são brasileiros e, evidentemente, não querem um fato novo a provocar novas tormentas no mercado.

Faço a minha conclusão, Sr. Presidente. De minha parte, acho que, até agora, pelo menos, o Sr. Delfim Netto pode ficar tranquilo. Não foram apenas 98% das perguntas bem respondidas; o Dr. Armínio Fraga está respondendo, com bastante objetividade, 100% das perguntas.

De minha parte, estou satisfeito.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino Braga.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Cumprimento-os, Sr. Presidente da Comissão, Sr. Presidente do Senado, Srs. Senadores, Sr^{as}. Senadoras, senhoras e senhores presentes.

Dr. Armínio Fraga, V. S^a começou tratando dos assuntos pessoais e eu quero começar, neste particular, tratando da questão da ética.

Observo com muita preocupação uma tendência no nosso País, nos nossos dias, de desvalorizar-se a ética dos valores tradicionais em favor da eficácia. São numerosas manifestações que tendem a classificar como pessoas ultrapassadas aquelas que defendem uma posição ética de valores tradicionais. Acho que essa tendência é muito deletéria e estou convencido, absolutamente, de que essa tendência está na raiz do crescimento assustador dos fenômenos de injustiça, de violência, de corrupção e de descrença nas autoridades que todos observam no nosso País.

A designação de V. S^a para o Banco Central é um caso exemplar. Ela foi cercada de comentários que diziam mais ou menos o seguinte: é melhor ter do nosso lado o gênio do mal do que tê-lo no campo oposto, prejudicando o nosso País.

V. S^a, realmente, é o típico homem da eficácia. V. S^a é um ganhador de resultados, eventualmente até contra o Brasil. Por exemplo: na questão da desvalorização da moeda tailandesa, do ataque especulativo à Tailândia, a imprensa local disse que V. S^a foi o arquiteto principal dessa operação, que acabou desencadeando a crise asiática e que o próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso acha que prejudicou o Brasil enormemente.

V. S^a foi um ganhador, sim, levando conhecimentos adquiridos na Diretoria Internacional do Banco Central. Levar conhecimentos sem se impor o comportamento de não intervir em operações brasileiras não me parece uma posição respeitável sob o ponto de vista ético. V. S^a tinha informações que poucos detêm sobre a economia brasileira. Não é possível, Sr. Armínio Fraga, jogar um pôquer honesto conhecendo o jogo do adversário. Esse é um princípio que V. S^a mesmo reconhece, pois é a favor da quarentena – no entanto, não se impôs essa quarentena. Teria sido a melhor solução se tivesse sido evitada a sua contratação.

V. S^a, exatamente no Banco Central, abriu a porta à especulação internacional. Foi na sua gestão, no Governo Collor, que se eliminaram as exigências de permanência mínima dos capitais no País para favorecer as especulações. Tal fato, como disse o Senador José Fogaça, trouxe um aumento

das reservas que foi euforicamente comemorado. No entanto, aí está o resultado: o Brasil, hoje, é refém desses capitais de curto prazo.

V. S^a, depois de ter feito esse trabalho, um ou dois meses depois, foi vender esses serviços ao maior fundo de especulação do mundo, o fundo Soros.

Essa distinção entre especulação honesta e especulação desonesta parece-me uma elasticidade ética, que não consigo compreender muito bem; mas isso faz parte do caráter de V. S^a. Quero dizer que V. S^a é um caso típico do homem da eficácia sobre a ética, do homem dos resultados sobre os princípios tradicionais e dos valores relacionados ao que se tem como ética. V. S^a tem a reputação de um especulador, e não esconde isso. Lembro-me de ter lido uma matéria no **Correio Braziliense** em que V. S^a se considerava um especulador. E não me parece que a figura do especulador possa coadunar-se com a figura de Presidente do Banco Central deste País.

Feitas essas observações, gostaria de me alongar muito sobre elas, por julgar esse problema fundamental. Quero também entrar no campo da eficácia, porque, afinal de contas, o Presidente Fernando Henrique assumiu riscos muito graves de desgaste com a designação de V. S^a. Em primeiro lugar, por ter demitido uma figura respeitável como é a do Sr. Francisco Lopes, de uma maneira pela qual não se procede com uma pessoa digna e de uma forma inexplicável, arranhando inclusive a consideração pelo Senado, uma vez que a demissão ocorreu cinco dias após sua aprovação nesta Casa. Além disso, o Senhor Presidente assumiu o risco de desgaste diante da nomeação de uma pessoa com o perfil de V. S^a, o perfil de um especulador, reconhecido nacional e internacionalmente como tal.

Há razões, evidentemente, que o levaram a assumir esses riscos e a sustentá-los. Não as conheço e acredito que os Senadores aqui presentes também as desconheçam. São razões não reveladas, razões de Estado, assim chamadas. Acredito que talvez o Presidente Antonio Carlos Magalhães as conheça. Eu e a maioria dos Senadores não conhecemos, e nosso dever de representantes de Oposição e de cidadão é o de levantar desconfiças sobre as razões que presidiram a decisão do Presidente de designar V. S^a, o que foi uma afronta, porque a designação de V. S^a feriu a opinião pública. Claro que a imprensa colabora extremamente com o Presidente e procura minimizar e até apagar isso tudo, tendo comportamentos às vezes vergonhosos e que nos deixam numa indignação enorme; mas o fato é que há setores da opinião pública - entre as Lideranças, entre a

elite e entre os brasileiros mais conscientes - que não gostaram dessa designação. Por que o Presidente Fernando Henrique procedeu assim? Gostaria de uma opinião de V. S^a sobre isso.

Penso que o Governo Fernando Henrique foi longe demais na insensatez de acreditar nas promessas vãs da globalização, do liberalismo, do mercado financeiro, insensatez essa que começou no Governo Collor, do qual V. S^a participou como Diretor do Banco Central. Foi longe demais, a tal ponto que hoje não pode recuar, não tem mais reservas; aquelas gigantescas reservas do Senador José Fogaça volatilizaram-se; não tem mais capacidade contributiva do cidadão brasileiro para tomar e tentar um ajuste fiscal efetivo, real; não tem mais capacidade de exportação, meta que me parece muito fantasiosa. O Governo está sem condições de tomar decisões que não dependam de um apoio explícito do mercado internacional, comandado pelo Fundo Monetário Internacional. O Governo vai às últimas consequências. Não podendo recuar, ele vai em frente na insensatez; vai ao cúmulo da insensatez, da dolarização, sim, e da venda do que restou do patrimônio brasileiro: Petrobrás e Banco do Brasil. Vai levantar uma onda de indignação brutal, mas terá que fazer isso.

V. S^a, que se declarou a favor do sistema de câmbio flutuante, não disse que é contra o sistema de acordo de moedas, de câmbio fixo e de **currency board**. Li a sua intervenção naquele seminário de dezembro passado, do Fundo Monetário, em que V. S^a realmente disse que não queria falar sobre o Brasil, porque era brasileiro e a economia brasileira era grande, porém o México, se não tivesse uma moeda própria, talvez estivesse em melhores condições.

Isso é muito grave. O Presidente anterior, Sr. Francisco Lopes, jamais concordaria com essa posição, mas V. S^a é um homem pragmático, elástico, que pode servir à implantação de um sistema desse, que, a nosso ver, será uma calamidade, uma catástrofe para a economia brasileira.

Gostaria de ouvir comentários de V. S^a a esse respeito.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) - Com a palavra o Dr. Armínio Fraga Neto.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO - Eu queria, antes de mais nada, declarar a minha indignação com essas tentativas de me rotular como um especulador, um jogador, que são absolutamente injustas; não fazem justiça à minha carreira profissional.

Fui professor durante grande parte de minha vida, fiz doutorado em Economia, continuo escrevendo e fazendo pesquisa, tenho, de fato, conhecimento na área de finanças e pretendo pôr esse conhecimento à disposição do nosso País.

Gostaria também de discordar da afirmativa de V. Ex^a, que disse que sou um gênio do mau. Não sou um gênio, mas sou do bem.

Quanto à sua digressão sobre o México e sobre a aplicabilidade dessa idéia ao Brasil, já me manifestei no que diz respeito ao Brasil. Não faz sentido repeti-lo e cansar os ouvidos de V. Ex^{as}. Com relação ao México, minha opinião se baseou no fato de que aquele país tem uma relação de comércio e de investimento que passa dos 80% com os Estados Unidos, portanto me parece – isso não é uma proposta, pois não tenho o direito de falar sobre o México – que não seja impossível que, a longo prazo, o México acabe formando uma união monetária com os Estados Unidos. Isso é técnico e diferente do Brasil.

Se V. Ex^a está preocupado com a possível adoção desse modelo no Brasil, não perca o seu sono.

Era só isso o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – V. Ex^a, Senador Saturnino, tem dois minutos para a réplica.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Dr. Armínio Fraga, realmente tenho perdido o meu sono, porque estou muito preocupado. Isso tem acontecido porque vejo as declarações do Presidente Menem, cujo país não possui as mesmas relações com os Estados Unidos que o México tem, como V. S^a ressaltou. O Sr. Menem prega muito isso e convida o Brasil para tal.

O Sr. Paul Volker esteve aqui no dia 1^o deste mês e veio dar este recado ao País: "a tendência do mundo hoje é a de que as economias menores ou menos importantes adotem as moedas da economia principal do bloco a que pertencem." Esse recado foi bem explícito e publicado pela nossa imprensa.

A questão de ser V. S^a gênio do mau é uma interpretação que correu pela boca de todos os que comentaram a sua designação. Não foi uma iniciativa minha. Esse foi o comentário, por isso eu disse que a designação de V. S^a é exemplar. V. S^a terá muita dificuldade para obter o reconhecimento da autoridade que um presidente do Banco Central precisa.

Ademais, para concluir, quero dizer a V. S^a que não consigo acreditar na versão de que V. S^a, tendo conversado longamente com o Presidente da República e com Ministro da Fazenda, num jantar privado

de muitas horas, no dia seguinte tomado café da manhã com o Presidente do Senado, que é a entidade que deveria aprovar o seu nome para o Banco Central, não soubesse que seria convidado para a Presidência deste Banco. É uma coisa que deporia contra a sua inteligência. Não acredito, pois V. S^a é um homem muito inteligente e não deixaria de ter percebido. Agora, não quero entrar na discussão sobre se vazou informação ou não, se foi culpa de V. S^a ou não. Não estou absolutamente atribuindo-lhe isso, isso é coisa do Sr. Paul Krugman, que é um primo de idéias de V. S^a, mas que, com medo de um processo, recuou, cheio de ironias. Agora, apareceu um outro inglês. Não quero entrar nesse assunto. Quero me fixar no comportamento anterior de V. S^a e nas dificuldades que vai ter para gerir o Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Tem a palavra o Dr. Armínio Fraga, para a tréplica.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Gostaria apenas que o Senador Roberto Saturnino Braga acompanhasse o nosso trabalho, se aprovado o meu nome por esta Casa, e me desse a chance.

Recomendo também, humildemente, que V. Ex^a procure conversar com pessoas que me conhecem, porque não tenho a menor dúvida quanto ao aspecto do meu caráter, ética e do desejo que tenho de colocar isso a serviço de nosso País.

Quanto a essa semana a que V. Ex^a se referiu, quando fiz uma visita ao Presidente do Senado, devo dizer que tenho a honra de conhecê-lo há muitos anos, não tantos quantos a minha família e meus parentes que vivem na Bahia, mas há muitos anos, e fiz uma visita de cortesia que não foi a primeira e espero que não seja a última.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO – Sr. Presidente da Comissão, Senador Fernando Bezerra, honrado Presidente do Senado Federal, Senador Antonio Carlos Magalhães, nosso Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Bello Parga e ilustre Relator desta matéria, Senador Ney Suassuna:

Professor Armínio Fraga Neto, agora há pouco ouvi V. S^a ser chamado de gênio, de homem elástico e até já poderia, pela sua resposta anterior, dizer que V. S^a também poderá ser o nosso judoca, desde que consiga fazer com que o povo brasileiro tenha maior tranqüilidade e que o País possa, com a sua ajuda, voltar a acreditar na diminuição do desemprego, no aumento da renda da população e com isso

não só estabilizar a economia do País, mas também pensar seriamente o social, como há pouco foi dito, ficaria satisfeito e com certeza o nosso povo também com o seu retorno ao Brasil, trazendo sua família ao nosso convívio e sua participação na nossa equipe de Governo.

Considerando que as variações dos índices de inflação não ocorrem apenas em decorrência de variáveis objetivas, como vai agir V. S^a para evitar a influência de componentes psicossociais resultantes de boatos e outras fontes que venham a provocar a elevação dos índices de inflação bem como que essa variável, subjetiva logicamente, provoque especulações cambiais danosas à nossa economia?

Pediria que se V. S^a aprofundasse um pouco a sua resposta. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra o Sr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Agradeço a pergunta e tentarei aprofundar um pouco esses aspectos que são da maior importância.

De fato, grande parte da atuação de um Banco Central preocupado com a taxa de inflação é atingir as expectativas. A meu ver, como mencionei há pouco, isso tem a ver com credibilidade, e credibilidade é algo que se conquista no dia-a-dia, com a coerência, a persistência e a perseverança.

A intenção que tenho, se aprovado, é desenvolver um trabalho profissional no Banco Central, procurando esclarecer à sociedade como funciona o Banco Central, a sua política monetária, quais são as suas metas, como reage a desvios de metas e, com isso, ao longo do tempo, conseguir produzir expectativas mais estáveis, ou seja, conseguir que o mercado, por si só, já sabendo das metas e objetivos da autoridade monetária, comecem a corrigir antecipadamente quaisquer desvios que ocorram. Esse comportamento já se observa hoje nos Estados Unidos e em outros países que têm uma cultura antiga de Banco Central voltado para a inflação. E é interessante ver por que, na prática, uma pessoa como o Sr. Greenspan faz muito pouca coisa. Ele já tem a economia naquela trajetória e as correções são muito limitadas. Obviamente isso é uma situação estável. No presente, temos que buscar resolver as dificuldades do momento atual, mas é fundamental ter em mente que o objetivo final é esse que V. Ex^a colocou em sua pergunta, e é esse o objetivo do trabalho que gostaríamos de desenvolver.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – V. Ex^a tem a palavra para réplica, Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO – Professor Armínio Fraga, após algumas horas de arguição, sinto-me na condição de dizer que, além da sua formação acadêmica e profissional, a indicação do presidente Fernando Henrique confere o aval necessário para que possamos referendar o seu nome para Presidência do Banco Central. De minha parte, dou-me por satisfeito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Dr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Só posso agradecer a sua confiança e isso me dá um estímulo ainda maior para trabalhar muito pelo nosso País. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS – Sr. Armínio Fraga, não pretendo perder meu tempo com indagações a respeito de dupla cidadania. Do meu ponto de vista, V. S^a tem três cidadanias, não duas. Existe um provérbio que afirma: onde está o dinheiro, aí está a pátria, *ubi argentum, ibi patria*. A sua pátria é o dinheiro, é onde está o dinheiro. Não tenho dúvida alguma disto. Afinal de contas, o Sr. Soros, cujo livro o senhor prefacia na edição brasileira, afirma que a organização dele, que já moveu uma campanha, uma guerrilha contra a União Soviética para demonstrar na prática, que o Sr. Popper, de quem é adepto, é um filósofo mais acompanhável e mais "seguível" do que o Sr. Marx, que ele detesta.

Portanto, para resolver as questões teóricas, na prática, ele armou um exército, uma guerrilha particular, para desestabilizar o sistema vigente na União Soviética.

E ele disse que a sua agoniação é mais forte do que vários estados nacionais. E, se não fosse mais forte do que vários estados nacionais, como poderia esse fundo ter, por exemplo, conseguido fazer um ataque especulativo contra a libra esterlina, contra o baht, contra diversas moedas pelo mundo afora? E, diz ele de sua majestade, o Sr. Soros, que, além de megaespeculador, é megalomaniaco, como o seu livro prova. Diz ele que poupou a França dos seus ataques especulativos, porque ele é muito simpático à França.

De modo que, então, a respeito dessa questão, não perderei mais tempo. O que realmente vou fazer é algumas perguntas que me ocorreram, devido à

exposição agora de V. S^a e outras que farei, porque perdi vários dias com a leitura de trabalhos de V. S^a e do seu patrão, o Sr. George Soros.

Diz o Sr. George Soros a respeito da ética, da moral, a que o Sr. se referiu durante várias vezes. É óbvio que todos nós sabemos que também a n'a-drangheta e a máfia têm a sua ética, e é uma ética muito rigorosa. Cada organização tem a sua ética, de modo que, então, dentro da ética especulativa, penso que o senhor seja, realmente, impecável.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – São decorridos cinco minutos.

O SR. LAURO CAMPOS – Poxa, não comecei ainda. (Risos.)

"A crença no capitalismo *laissez-faire*", diz o Sr. Soros aqui na página 182, deste livro dele, "a crença no capitalismo *laissez-faire* converteu em princípio moral a ausência de valores sociais".

Vou repetir, porque não havia atenção suficiente para o que acabei de ler. Peço que se descontem 10 segundos do meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Já está descontado pelo tempo que V. Ex^a demorou a chegar.

O SR. LAURO CAMPOS – Então, não agradeço, retiro o meu agradecimento, pelo fato de o senhor ter me esperado. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Senador, não quis ofendê-lo, fiz apenas como uma delicadeza.

O SR. LAURO CAMPOS – "A crença no capitalismo *laissez-faire*", diz o Sr. Soros, "converteu em princípio moral a ausência de valores sociais", pg.129 do livro que o senhor prefaciou, não sei se leu.

V. S^a declarou, ou **A Gazeta Mercantil** cometeu um engano – eu queria saber isso – que o senhor é sócio do Fundo Quantum, já vendeu suas ações, ou ainda continua sócio do Fundo Quantum, a quem o senhor ajudou a amealhar 21,5 bilhões de dólares. Só a fortuna pessoal do senhor Soros. Isso aí não se ganha, comprando a máquina, especulando com a máquina. O exemplo do senhor foi, no mínimo, infeliz. Não é especulando na venda de um terno ou de uma máquina que se realiza uma especulação que destrói vidas humanas, que abala sociedades, que retira os alicerces de grande parte da sociedade humana. De modo que – como ele próprio confessa – o princípio moral constitui a ausência de valores sociais.

Como o meu tempo já está esgotado, não posso realizar as minhas perguntas e a minha exposi-

ção, que é um acompanhamento da ação do senhor na direção do Banco Central, desde o tempo de Collor, quando o senhor pavimentou, por meio de diversas articulações e diversos artigos legais, a abertura do Brasil para o capital especulativo de curto prazo, que veio, afinal de contas, constituir, de início, uma das âncoras que permitiram ao Brasil segurar a taxa de câmbio em aproximadamente um real por dólar. E, posteriormente, continuar com o financiamento desta abertura que destruiu, através da invasão de mercadorias subsidiadas pelo Governo, para manter e depois reeleger o Senhor Presidente da República, por meio do esvaziamento de nossas reservas – 50 bilhões de reais foram embora. Colocaram a taxa de juro a 50% ao ano, quando no Japão ela é de 0,15% ao ano. Um japonês paga, em 350 anos, aquilo que o brasileiro paga de juros em um ano.

De modo que essa é a ciência exata a que o senhor se refere e a que o senhor se dedica. E sei muito bem que, continuando este caminho, iremos realmente chegar lá. Chegar a um ponto em que as opiniões daqueles brasileiros, que eu conheço, se dividem em três correntes a respeito do nome de V. S^a: alguns consideram que será nomeado um vampiro para o banco de sangue; outros consideram que será colocada uma raposa para tomar conta do galinheiro e outros consideram que continuará sendo amarrado cachorro com lingüiça, porque realmente os interesses especuladores de bancos nacionais e internacionais é que são protegidos pela ação do Banco Central, o Proer inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Com a palavra o Dr. Armínio Fraga Neto.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Muito obrigado. Em respeito à Casa, limitarei minha resposta apenas à pergunta que fez o Senador Lauro Campos. Eu não era acionista do Fundo Quantum. Eu tinha investimentos que foram vendidos no dia da minha saída. Isso é o que posso dizer. Não tecerei comentários sobre a exposição do Senador, que tem o direito de ter as suas opiniões. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Embora V. Ex^a tenha ultrapassado os 10 minutos, V. Ex^a tem dois minutos para a réplica.

O SR. LAURO CAMPOS – Nesses espremidos dois minutos, eu gostaria de dizer que o que afirmei a respeito da sociedade do candidato a Presidente do Banco Central com o Soros Found Management do megaespeculador George Soros – ele, o George Soros, não tenho dúvida de que é megaespeculador, talvez os seus sócios e colaboradores não sejam sequer especuladores, é uma questão

apenas de nomenclatura – foi a **Gazeta Mercantil** – quero esclarecer isto: foi a **Gazeta Mercantil** de 03/02/99 que afirmou essa relação de sociedade entre V. S^a e o Fundo Soros.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Com a palavra o Dr. Armínio Fraga, se assim o desejar.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – O assunto já foi respondido. Desliguei-me das organizações e agora estou aqui para trabalhar pelo Brasil. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Com a palavra o Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente Antonio Carlos Magalhães, Sr. Presidente Fernando Bezerra, Sr. Vice-Presidente Bello Parga, Relator Ney Suassuna, Professor Fraga Neto, V. S^a, discorrendo sobre a sua apresentação, declarou que não gosta do rígido controle cambial, mas sim de prudência no controle de câmbio; ou seja, V. S^a adotará na presidência experiência de prudência e não experiência de aventura. V. S^a declarou até termo prudencial. É o primeiro registro que faço sobre a sua personalidade: prudência. V. S^a falou do convite de domingo, de seu desligamento logo na segunda-feira pela manhã, às 7:30h, e que aceitou como missão a chamada do seu País. Nova prudência. Claro que na hora que V. S^a, respondendo a uma das indagações, declarou, também, quando em um jantar com sua esposa, que estava na hora de voltar ao País, e inclusive destacou: "O que estamos fazendo aqui?", trata-se de nova demonstração de prudência, na hora de voltar depois de tanto tempo fora. E, em uma resposta, V. S^a declarou que – palavras textuais que anotei: "Nunca fiz nada que pudesse prejudicar o meu País". Com a ponderação de que o seu salário na empresa estrangeira, ao que se comenta, era bem maior do que o salário do Presidente do Banco Central, pergunto: se não houvesse esse objetivo de voltar ao País, ainda assim V. S^a deixaria esse propalado salário alto de uma empresa estrangeira por um salário menor? Por quê? Essa é a minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Com a palavra o Dr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Agradeço a pergunta de V. Ex^a. São questões de foro íntimo; o dinheiro serve para dar independência e para ajudar os amigos, a família, mas eu realmente não me considero um escravo do dinheiro. Um convite, como o que me foi feito pelo Presidente da República, é algo que representa muito mais do que dinheiro, e isso foi algo que nem sequer passou pela minha cabeça quando aceitei, com muita honra. Nós estávamos

programados para voltar em junho, ao final do ano escolar de nossos filhos e, realmente, a minha idéia era partir para uma atuação nova no Brasil, em negócio próprio. Naquele momento, parecia-me que a minha carreira havia chegado a um ponto em que essa alternativa era a mais correta e era coerente com o nosso desejo pessoal de voltar ao nosso solo. O convite veio e superou todas essas idéias. Fico muito feliz com isso e preparo-me agora para algo que não se mede em quantidades monetárias. Agradeço a sua pergunta. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Com a palavra o Senador Bernardo Cabral para a réplica.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, ainda ontem ouvi no noticiário de uma televisão professores ingleses que estavam indo para a África ganhar muito menos do que ganham na Inglaterra. E o noticiário era todo de elogios. Sr. Presidente, se S. S^a fosse um inglês que estivesse voltando para o seu país e desse essa resposta que acaba de dar, que está voltando pela Pátria e que o dinheiro não é tudo... Estou satisfeito com a sua resposta.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Dr. Armínio Fraga, não tive ainda a oportunidade de conhecê-lo. Está é a primeira vez que o vejo, mas fiquei impressionado com a sua humildade, o seu equilíbrio e a maneira respeitosa com que V. S^a tem-se dirigido a esta Comissão. São qualidades indispensáveis ao seu bom desempenho, caso aprovado por esta Comissão para o Banco Central. O seu currículo não deixa dúvidas quanto a sua competência.

V. S^a, ainda muito jovem, está tendo a oportunidade que pouquíssimos brasileiros têm de servir a sua Pátria, em um cargo importantíssimo, principalmente num momento de tal gravidade, como este por que passa a área econômica. Portanto, quero dizer a V. S^a que vou lhe dar esse voto de confiança. Espero que V. S^a ajude a amenizar o sofrimento e a angústia de 150 milhões de brasileiros atordoados. Espero que, com a sua competência, com a sua humildade, com a sua juventude, possa ajudar a encontrar caminhos que conduzam o nosso País e o nosso povo a dias melhores.

Tenho sete perguntas, as quais encaminharei a V. S^a. Ficarei imensamente grato se as respostas vierem antes da votação no plenário, até para colaborar com o nosso tempo. Farei apenas uma pergunta.

Sabemos da gravidade do momento econômico vivido pelo País: juros altíssimos, sufocando o setor produtivo; comerciantes e industriais demitindo todos os dias; agricultores sufocados em dívidas, inclusive deixando de plantar. O desemprego, portanto, aumentando na cidade e, o que é pior, no campo também. Penso que somente um choque de credibilidade possibilitará ao País sair dessa crise. Dentro desse raciocínio, o Governo não tem mais espaços para aumentar ou criar impostos. A taxa de juros não pode mais ser aumentada, sob pena de multiplicarmos ainda mais o montante da dívida pública e jogarmos por terra a confiança de que o Governo conseguirá arcar com seus compromissos. Então, pergunto, objetivamente: dentro desse cenário, como V. S^a vê a possibilidade do Brasil atender às instruções do FMI e atingir as metas fiscais estabelecidas sem aprofundar a recessão e o desemprego no País, levando ainda mais sofrimento e desespero ao povo brasileiro, principalmente ao povo mais pobre?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Com a palavra o Dr. Armínio Fraga Neto.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Agradeço ao Senador Maguito Vilela por sua pergunta. Comprometo-me, de antemão, a responder às seis perguntas restantes.

Início a minha breve resposta dizendo que o programa do Presidente Fernando Henrique Cardoso e do Ministro Pedro Malan é um programa nosso, adequado à nossa situação, reconhecidamente difícil nesse momento.

As negociações com o Fundo, as quais tive acesso agora na fase final como assessor do Ministro, caminham bem e nos darão algum espaço para um balanço de pagamentos mais administrável nos próximos meses. Isso me parece ser essencial justamente para reverter esse quadro de recessão. Sem o recurso do Fundo, temo que a situação seria ainda pior, infelizmente.

Concordo com V. Ex^a quanto à necessidade de se agir rápido, concordo com o senso de urgência da sua colocação. Posso apenas dizer que desejo juntar-me aos que já estão lutando contra essa situação difícil, movido por esse espírito, que é o da realidade brasileira, como V. Ex^a mencionou.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Consulto V. Ex^a se ...

O SR. MAGUITO VILELA – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Piva.

O SR. PEDRO PIVA – Sr. Presidente, Professor Armínio Fraga Neto, não queria voltar ao assunto em debate. Mas, pretendo sepultar, de vez, as insinuações de suas ligações com organismos internacionais.

Entendo, Srs. Membros da Mesa, Srs. Senadores, ser impossível a um candidato à Presidência do Banco Central não estar ligado, de alguma forma, à uma instituição financeira. É próprio do cargo, inclusive, faz parte do currículo. Como poderia um Presidente do Banco Central – por favor, Senador José Eduardo Dutra, ouvi V. Ex^a e peço-lhe para ser ouvido com respeito.

Posso continuar, Senador José Eduardo Dutra?

O currículo de V. S^a, Professor Armínio Fraga, é irretocável. Sua credibilidade e a de sua família, tanto no Brasil como no mundo, qualificam-no a ocupar esse cargo. Estão também qualificados os outros membros que aqui se submeterão à sabatina.

Foi citado que o Presidente do Banco Central americano, Alan Greenspan, e o Secretário do Tesouro americano, Robert Rubin, são ligados a instituições financeiras. Na Europa, os presidentes de bancos centrais são ou foram ligados a instituições financeiras. O Presidente do Banco Mundial, Sr. James Wolfenshon, possuía uma firma de consultoria. É impossível que V. S^a se submeta a uma sabatina, não sendo ligado a uma instituição financeira. Digo isso apenas para sepultar de vez as insinuações a respeito de sua honorabilidade, pessoa em relação a qual tenho o maior respeito.

Há duas perguntas que quero formular a V. S^a. Refere-se V. S^a, em sua exposição, na preservação da moeda como meta principal da sua atuação no Banco Central. Gostaria de saber se V. S^a já tem alguma idéia de como realizar tal meta. Qual é a sua idéia básica sobre como preservar a moeda, uma vez que tal preservação é condição indispensável ao progresso, ao desenvolvimento do País?

Preocupa-me também essa saída desenfreada, especulativa e infundável do dólar. Penso não ser crível a ocorrência de uma desvalorização em torno de 70%, nesses 30 dias, e o fato de que continuemos impassíveis ante essa fuga desenfreada. Não há contrapartida, Dr. Armínio Fraga, das aberturas de crédito para a exportação. As linhas de crédito para brasileiros estão fechadas. Esse é um fato que me preocupa muito. Penso que aí está o fulcro da questão: como V. S^a vai restabelecer essa linha de crédito, para termos a contrapartida de entrada de dóla-

res? O que é possível ser feito para que o dólar volte a um patamar compatível com o seu valor real?.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Sr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Agradeço os gentis comentários do Senador Pedro Piva a meu respeito. Espero apresentar um trabalho à altura do que foi muito gentilmente dirigido a mim.

V. Ex^a referiu-se a dois assuntos muito importantes, que gostaria de explorar brevemente mais algum detalhe.

A preservação do valor de nossa moeda é realmente o grande desafio do Banco Central, num momento de troca de âncora. A técnica antiga de condução de política de Banco Central rezava pelo controle direto da massa monetária, buscando indiretamente o controle da inflação. Observa-se hoje que a correlação entre o controle da massa monetária e a inflação oferece deslizos e riscos a longo prazo, e a forma mais direta e objetiva é assumir o Banco Central um compromisso direto com uma meta para a taxa de inflação. Essa meta será perseguida pelo Banco Central, com o auxílio de políticas fiscal, estrutural etc.

Esse é o mecanismo, o modelo que prevalece nos países que convivem com uma taxa de câmbio flutuante – o modelo adequado ao nosso País –, sem o flagelo da inflação.

A situação do nosso balanço de pagamentos, concordo com V. Ex^a, requer cuidados, e o Governo está tomando providências, ciente de que a situação dos exportadores merece atenção nesse contexto de saída de capitais. A fuga foi produto de uma série de circunstâncias, algumas de nosso controle e outras externas.

Parece-me que a solução está, em primeiro lugar, na apresentação de um programa claro de condução da nossa economia, de macroeconomia. Depois, deve-se apresentar esse programa à comunidade internacional.

Temos um balanço de pagamentos muito complexo. Esperamos já para o ano de 1999 um volume de investimentos direto superior ao nosso déficit em conta corrente, e o resto do balanço, com o financiamento do FMI e com o trabalho que vem sendo desenvolvido de maneira voluntária com o setor privado, terá uma solução. Essa solução, certamente, terá de contar com um bom programa e, mais do que isso, com uma melhoria na nossa comunicação com o exterior. É preciso mostrar ao mundo o que vem sendo feito no Brasil, os progressos, as soluções, as decisões do Congresso Nacional. Com isso, con-

seguiremos recuperar a confiança, que trará de volta investimentos para o Brasil.

Espero, nos próximos dias, o acordo com o Fundo, que depois será complementado com diversas frentes de atuação com o setor privado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – O Senador Pedro Piva deseja fazer a réplica?

O SR. PEDRO PIVA – Não, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Comunico aos Srs. Senadores que esta reunião já dura três horas e meia e que, dos 36 Senadores inscritos, apenas 12 usaram da palavra. Faltam, portanto, 24 Senadores.

Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, inicialmente, eu gostaria, fora do meu tempo, de fazer um registro, porque fiz um comentário, fora do microfone, ao Senador Pedro Piva, e S. Ex^a, ao microfone, pediu-me que eu respeitasse a sua intervenção. Não fiz qualquer comentário desrespeitoso. Quando S. Ex^a disse ser impossível que algum Presidente do Banco Central não tivesse vínculo com o sistema financeiro, simplesmente citei o nome de Gustavo Franco. Isso apenas para esclarecer, porque as pessoas que não me ouviram comentar ou falar fora do microfone podem pensar que fiz algum comentário desrespeitoso.

Dr. Armínio Fraga, minha primeira pergunta é levantar a bola para que o senhor chute. V. S^a foi indicado pelos seus conhecimentos do mercado financeiro. Há especulações no sentido de que o Dr. Francisco Lopes foi substituído porque, naquela sexta-feira fatídica, o Banco Central havia se comportado como uma "virgem". O que o Banco Central deveria ter feito naquele dia? Gostaria, inclusive, que o Dr. Armínio Fraga tivesse o tempo necessário para nos dar uma aula sobre sistema financeiro.

Imaginemos um país, qualquer país, que esteja com problemas. Numa quarta-feira, o presidente da República resolve convidar para uma conversa, juntamente com o seu ministro da Fazenda, com o presidente do Banco Central, um empregado de um fundo de investimentos. Essa conversa se dá na quarta-feira. Na quinta-feira de manhã, o presidente do Congresso desse País tem um almoço com esse cidadão, um café – é um país imaginário, Sr. Presidente. Após o café, um assessor da presidência diz: olha, temos que tomar cuidado com **inside information**; vamos seqüestrar esse cidadão para que ele não tenha possibilidade de comentar com ninguém que houve esse café e esse jantar. O cidadão foi se-

qüestrado. O patrão desse cidadão, na quinta-feira à tarde, fica preocupado com o desaparecimento dele e resolve procurá-lo. Vai no computador pessoal e vê a agenda desse cidadão. Vê que ele teve um encontro com o presidente desse país imaginário na quarta-feira, teve um encontro com esse presidente na quinta-feira e esse patrão começa a especular o que vai acontecer. Esse patrão resolve fazer uma aposta. Como esse cidadão é natural daquele país, é bem provável que ele seja convidado para presidência do Banco Central. Resolve, na sexta-feira, desferir um ataque especulativo contra a moeda desse país. Em função do ataque especulativo contra a moeda desse país, os títulos do exterior desse país caem. Esse mesmo fundo compra os títulos desse país, apostando – aposta que está dentro das regras de mercado – que, à medida que seja anunciada a indicação daquele seu empregado para a presidência do Banco Central daquele país, naturalmente o mercado vai reagir favoravelmente e ele poderá, na terça ou na segunda-feira, vender aqueles mesmos títulos com lucro de 10%.

Quero saber se essa fábula imaginária é possível dentro das leis de mercado: um fundo atacar uma moeda e, além de atacar, ter lucro com ela. Se isso for possível, gostaria de saber qual a sua opinião, como profundo conhecedor desse mercado financeiro, desse reino que V. S^a diz que tem que se agir como um lutador de judô. As autoridades desse país foram levianas? Ingênuas? Qual seria a análise que V. S^a faria das autoridades desse país?

Procurando transplantar agora esse país imaginário para o Brasil, é lógico que a situação foi um pouco diferente. V. S^a não foi seqüestrado, pôde conversar com outras pessoas. Não quero fazer nenhuma acusação. V. S^a já disse, inclusive, a partir de perguntas do Senador Suplicy e de outros, que não tem como apresentar relação de quais operações o Fundo Soros fez naquele período.

Como essa discussão não pode ser meramente de fé, eu acredito ou não em Armínio Fraga. Quero saber se V. S^a se compromete, a partir do momento que assumir o Banco Central, a apurar esse episódio? Sabemos que isso é difícil, até porque essas operações foram feitas **offshore**, mas com os instrumentos que o Banco Central tem, apurar esse episódio e se comprometer a, em uma sessão secreta do Senado Federal, apresentar os resultados dessa apuração.

Terceira pergunta. Já foi feita a referência a salário; segundo o jornal, vozes do mercado diriam que V. S^a estaria em uma posição muito cômoda, por-

que, se não der certo, V. S^a pode dizer que "a vaca tenha ido para o brejo", e se der certo, V. S^a se transformaria em um **top ten** do mercado internacional. Quero saber – acrescentando uma outra pergunta – se V. S^a avalia que, quando foi contratado pela primeira vez pelo Fundo Soros, depois de sair do Banco Central, o salário que V. S^a recebeu seria o mesmo se V. S^a não tivesse passado pelo Banco Central. E, dentro disso, quero saber se a opção de V. S^a realmente é uma opção patriótica ou se, dentro dos conhecimentos que V. S^a tem do mercado financeiro, não seria uma aplicação no mercado futuro.

A quarta e penúltima pergunta – a quinta é objetiva, é muito rápida. V. S^a ainda não é Presidente do Banco Central, mas, na condição de Assessor Especial do Ministro Pedro Malan, V. S^a deve ter tido acesso a informações sigilosas. Quero saber – logicamente não quero saber quais as informações – a natureza dessas informações. Objetivamente, V. S^a teve informações que estão cobertas por sigilo bancário? E qual é a natureza das informações sigilosas que V. S^a adquiriu nesse período da nomeação como Assessor de Ministro?

Última pergunta: quero saber onde é o domicílio fiscal de V. S^a? Se esse domicílio fiscal for no Brasil, V. S^a se dispõe – é lógico que, depois que for nomeado, obrigatoriamente por lei, tem que apresentar –, antes até da votação pelo Plenário, a tornar pública a sua declaração de Imposto de Renda no Brasil para os Senadores?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Com a palavra o Dr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Obrigado, Senador José Eduardo Dutra. Começando pela sexta-feira, parece-me que o que aconteceu naquele dia foi um momento de extrema dificuldade, e não sei o que dizer sem ter tido realmente a opção de viver por dentro as questões. Acredito que o Professor Francisco Lopes tenha tomado as providências cabíveis e, tendo sido aluno dele, não o invejo por ter vivido aquele dia difícil.

Quanto à sua fábula, não sei o que dizer, estou procurando me concentrar nos problemas reais.

V. Ex^a falou na apuração do episódio. Honestamente, pergunto: que episódio? É interessante, porque a cada momento no mercado existem pessoas que compram e vendem; sempre, com a oscilação de preços, há variações. No caso específico, relevante aqui para esta arguição, já disse e repito que, naquele momento, não teríamos, primeiro, acesso a informação e tampouco – aqui falo eu – qualquer ati-

tude prejudicial ao País. Isso é ponto de honra, volto a repetir e repetirei quantas vezes for necessário.

Em relação à apuração do episódio, portanto, se houver algum episódio a apurar, o Banco Central o fará. Essa é a posição clara que pretendo seguir. Rumores sempre existem. Lembro-me que, quando trabalhava lá, qualquer operação que desse prejuízo a alguém imediatamente se transformava na culpa de outro operador. Isso é a natureza do mercado.

Quanto à minha pessoa e à sua alusão a que eu estaria fazendo uma aplicação em um mercado futuro, eu disse aqui antes e repito: a minha intenção era seguir uma carreira agora independente, inclusive com o retorno à universidade no Rio de Janeiro. Com minha vinda para o Banco Central, confesso que a última coisa que passa pela minha cabeça neste momento – o que deve ser óbvio para todos – é pensar no que farei após minha saída. Isso é algo que pertence ao futuro. Mas, certamente, do ponto de vista financeiro, estarei perdendo, o que não é relevante na minha opinião, como já declarei aqui. Quanto a informações – o senhor mesmo qualificou a pergunta – gostaria de falar alguma coisa nesse sentido, porque creio que é importante dizer isso nesta Casa. Procurei no contexto de minha atuação como assessor do Ministro manter-me distante dos assuntos internos do Banco Central, o que fiz, sabendo que são assuntos de alto grau de confidencialidade e que, portanto, obrigatoriamente devem pertencer ao conjunto de pessoas que trabalham na instituição.

Então, respondendo à sua pergunta, as informações às quais tive acesso foram macroeconômicas, de conhecimento público, que hoje fazem parte da discussão do País. As reservas são divulgadas com 24 horas. O valor das contas públicas é divulgado quase que instantaneamente. Esse foi o teor das informações a que tive acesso. Com isso, esgotei suas perguntas. Muito obrigado.

Quando saí do Brasil, tomei o cuidado de fazer uma declaração chamada de "saída definitiva"; lá abri um domicílio fiscal, reabrindo-o agora aqui no Brasil, ao regressar ao País.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Consulte V. Ex^a se deseja usar o tempo de 2 minutos para réplica.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Serei extremamente breve. Como disse o Senador Jefferson Péres, essa é uma situação em que não basta ser honesto; é preciso parecer honesto. Indaguei se se comprometia a fazer a apuração com os instrumentos que o Banco Central teria, que – reconheço –

são poucos em relação ao Fundo Soros. Há, porém, um aspecto emblemático. O Senador Pedro Simon até disse que se tratava de uma resposta óbvia. Entendo que S. Ex^a quis dizer que o Dr. Armínio Fraga iria assumir esse compromisso aqui. Infelizmente, nem esse compromisso que teria esse cunho emblemático neste momento que estamos vivendo quer assumir.

Como já disse, essa não pode ser uma discussão meramente de fé. A questão não é acreditar ou não acreditar. No tocante à pergunta das informações sigilosas, Dr. Armínio Fraga, eu, sinceramente, não acredito. Não acredito que V. S^a, neste período, não tenha tido acesso às informações sigilosas. Com base nessa minha crença, entendo que o Senado Federal está em uma situação absurda. Um cidadão na condição de assessor especial do Ministro da Fazenda, na minha opinião ou baseado no raciocínio do bom senso, teve acesso a informações confidenciais. Imaginem uma situação – que não acredito que vá acontecer – em que o Senado Federal rejeitasse o nome desse cidadão. Mesmo existindo quarentena, estaria dela excluído, pois não assumiu a presidência do Banco Central. Teve um período com a possibilidade de ter acesso às informações, e estamos aqui – quero concluir – exatamente para falar da situação vexatória em que o Governo Federal coloca mais uma vez o Senado da República. Anuncio – e já de antemão peço o apoio dos Srs. Senadores – que eu, em dobradinha com o Deputado Aloízio Mercadante, – S. Ex^a na Câmara; eu, no Senado – vamos apresentar um projeto exatamente no sentido de que pessoas que vierem a ser indicadas para ocupar a diretoria do Banco Central antes de serem sabatinadas e aprovadas pelo Senado não possam ter acesso a nenhum tipo de informação que inclui a impossibilidade de serem nomeados, por exemplo, por esse artifício de assessores especiais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Tem a palavra o Dr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Quero dizer apenas que tive acesso, enquanto assessor do Ministro, às informações de cunho macroeconômico relevantes e ligadas à Fazenda. O que eu disse e repito é que não tive acesso às informações internas do Banco Central, em respeito ao processo que ora ocorre nesta Casa. Não tenho mais nada a declarar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Obrigado.

Com a palavra o Senador Sebastião Rocha.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA - Sr. Presidente da Comissão, Senador Fernando Bezerra, Presidente Antonio Carlos Magalhães, Dr. Armínio Fraga Neto, vou direto às perguntas em função do tempo, pois, embora numerosas, guardam relação entre si, facilitando, portanto, as respostas do Dr. Armínio Fraga.

Dr. Armínio Fraga, como compatibilizar política monetária restritiva com baixo custo social, como V.S^a, no seu depoimento inicial, fez questão de frisar? Ou seja, como recuperar, por exemplo, o valor de compra do salário mínimo, sem indexar os demais preços, considerando-se, inclusive, que, nos dias atuais, o valor do salário mínimo equivale aproximadamente a US\$65,00? Outro exemplo: como garantir atendimento médico-hospitalar adequado e a baixo custo, sem reajuste salarial, se muitos dos equipamentos, medicamentos e insumos são importados? V.S^a não teme, por exemplo, que, com o aprofundamento da recessão, que pode ser resultado dessa política monetária restritiva, legiões de brasileiros famintos sejam impulsionadas a invadir supermercados e lojas em geral, na busca de gêneros de primeira necessidade, até como forma de refutar essa tese da recessão exagerada?

Qual sua opinião sobre a privatização do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal?

O Presidente Fernando Henrique Cardoso tem assacado ataques e insultos aos especuladores. V.S^a trabalhou e preserva amizade com grandes especuladores. V.S^a está em condições de lutar contra os especuladores? Quais as armas que V.S^a utilizará na guerra contra os especuladores? E não é só o Presidente da República quem faz isso, mas o próprio Banco Central, como demonstra manchete do jornal **O Globo** de hoje: "Banco Central ameaça especuladores para tentar evitar que o dólar dispare". A sua relação de amizade com muitos especuladores e com o maior deles, George Soros, não o impedirá de lutar, de combater com veemência a especulação contra a moeda brasileira?

Outra pergunta: a estabilidade desejada deve ser duradoura e não circunstancial. O opinião pública consolidou a tese de que, embora V.S^a disponha de reconhecido e notório saber, o que selou a indicação de seu nome foi o relacionamento de grande proximidade com os operadores em mercados financeiros. O Brasil repele a idéia do "salvador da pátria", vide Collor de Mello. Será sua amizade com os especuladores que os impedirão de atacar o Brasil? E, complementando, V.S^a já imaginou se toda política de preservação do valor da moeda estiver centra-

da na figura da pessoa do Dr. Armínio Fraga, o caos que provocaria uma saída repentina sua da Presidência do Banco Central?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) - Fazendo soar a campainha.)

O SR. SEBASTIÃO ROCHA - Sr. Presidente, só tenho mais três perguntas a fazer. Gostaria de contar com a tolerância de V. Ex.^a, porque acho que ainda não extrapolei os cinco minutos e a prática nesta Comissão tem sido de conceder dez minutos, quando necessário. Gostaria de contar com a benevolência de V. Ex.^a.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) - Apenas adverti V. Ex.^a, porque já decorreram mais de cinco minutos. E faço o apelo em respeito aos outros vinte e tantos Senadores que ainda estão inscritos para falar.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA - Abdiquei das preliminares, para ir direto às perguntas, Sr. Presidente.

V.S^a conversou com diretores do FMI no período em que circunstanciou sua indicação?

V. S^a considera que as operações do Fundo Soros de Investimentos, que atingiram a libra esterlina e os países asiáticos, foram realizadas dentro dos limites da ética? Em sua opinião, essas operações que atingiram os países asiáticos agravaram ou não a situação do Brasil? No meu entendimento - gostaria de ouvir a sua opinião -, tais operações resultaram no agravamento da desvalorização da nossa moeda.

Teria perguntas de cunho mais técnico. Não sei se o Presidente me permitirá fazê-las.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) - Faria um apelo a V. Ex.^a, pois são tantas as perguntas, que tenho a impressão de que o Dr. Armínio Fraga poderá ficar confuso.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA - Não, Sr. Presidente, ele não ficará confuso, pois elas estão relacionadas entre si.

Gostaria apenas de saber qual a política que o Dr. Armínio Fraga pretende adotar à frente do Banco Central com relação à ampliação da abrangência das decisões, a exemplo do que ocorre nos Estados Unidos e na Alemanha, onde forças econômicas e políticas regionais também têm influência nas principais decisões do Banco Central. Se aprovado o seu nome, que política será adotada com relação aos bancos estrangeiros do nosso País?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) - Concedo a palavra ao Dr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Sr. Presidente, farei o possível para ser breve.

Senador Sebastião Rocha, V. Ex^a abordou, em primeiro lugar, a questão da política monetária e do custo social e falou sobre o salário mínimo. Tenho absoluta convicção de que a melhor maneira de proteger o pobre no Brasil é evitando a volta da inflação. Isso para mim é claríssimo, e é a resposta que tenho à sua importante pergunta.

V. Ex^a perguntou sobre a privatização do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. A privatização não é um assunto da área do Banco Central. Existe hoje um grupo de estudos formado sobre a questão da privatização de outras áreas. Inclusive, existe um grupo, o Comif, voltado para uma avaliação do papel do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. O Banco Central tem assento nesse grupo e participará da discussão. Acho que esse é um ponto importante. Veremos quais serão as conclusões desse trabalho.

Quanto à luta contra os especuladores, acho que já falei muito. Mas cabe um pequeno comentário. V. Ex^a mencionou que o que talvez tivesse selado o convite tenha sido a amizade com uns ou outros. Se houve alguma amizade que selou esse convite foi a amizade que tenho para com o Ministro da Fazenda, Pedro Malan, o qual conheço há mais de 20 anos. Fui seu aluno em 1978, na Pontifícia Universidade Católica, e, certamente, isso foi, do ponto de vista da amizade, o que mais pesou. Não tive quaisquer conversas com o FMI no fim de semana em que fui convidado.

V. Ex^a perguntou sobre as situações da libra esterlina e da Ásia e das implicações para o Brasil. Acho interessante o fato de que quase sempre se fala nas atuações do Grupo Soros nos casos em que supostamente houve ganho. Há outros casos, como o da Indonésia e do Japão, em que houve perda. Na realidade, o mercado é muito maior do que qualquer especulador, por mais mega que seja. Agora, as consequências para o Brasil, que não tem nada a ver com a atuação de um ou de outro, realmente existiram. O vínculo – é óbvio – é um vínculo do fluxo do capital, que vai e volta, examinando frequentemente as diversas situações. No caso específico da Ásia, a consequência foi essa. O que não aconteceu foi o vínculo que V. Ex^a fez com uma instituição qualquer.

Quanto à abrangência da atuação do Banco Central, o objetivo é realmente ter as melhores informações possíveis quanto à totalidade da economia que é objeto de atuação das autoridades. No caso

do FED americano, existem delegacias regionais. No Brasil, existe essa situação também, e V. Ex^a pode ter certeza de que a Presidência e a Diretoria do Banco Central, se aprovada a nossa indicação, darão toda a atenção aos desenvolvimentos do resto do País, até porque Brasília é apenas uma parte, uma parte importante do País, mas representa um percentual baixo deste País enorme, que é o Brasil.

Finalmente, V. Ex^a me dirigiu uma pergunta sobre bancos estrangeiros no Brasil, e a política do Banco Central com bancos estrangeiros tem sido a de tratá-los como uma instituição financeira qualquer, ou seja, eles têm que respeitar todas as exigências do nosso regime, do nosso sistema, e eu não vejo como ser diferente; não há por que privilegiar um banco estrangeiro, e a atuação do Banco Central sob nossa orientação, se aprovado, será de prosseguir nessa linha.

Muito obrigado.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Sr. Presidente, eu abro mão da réplica em função de ter extrapolado meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Os companheiros lhe agradecem.

Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO – Sr. Presidente, já são decorridas quatro horas desta reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, e eu observo que, muito mais do que indagações ao candidato à Presidência do Banco Central, questiona-se a ética da nomeação de S. S^a.

A pergunta é muito simples, a meu ver: o Sr. Armínio Fraga tem condições pessoais, por competência, honradez pessoal, para exercer o cargo? Sim ou não? O fato de ter exercido uma função numa entidade internacional, a meu ver, importa pouco, muito pouco. Fala-se muito em quarentena, e ouço dizer que o Governador Itamar Franco é o precursor de uma medida, que até agora não foi adotada, de uma quarentena para a nomeação dos diretores do Banco Central. Não foi S. Ex^a; eu, na verdade, modéstia à parte, fui o precursor disso. Antes de S. Ex^a, apresentei um projeto no Senado Federal, propondo que os Diretores do Banco Central observassem, guardassem uma quarentena correspondente ao dobro do tempo em que eles passaram na diretoria do Banco Central. E o que fez o Senado? Pura e simplesmente rejeitou o projeto, ou seja, isso não é relevante, ou não era relevante àquela época para o Senado da República.

Sr. Presidente, o Sr. George Soros é mais mencionado aqui do que o próprio Armínio Fraga.

Até há um livro, exibido por um eminente Senador da República, de autoria do Sr. George Soros, mas quero lembrar que há um artigo de ontem, publicado na imprensa internacional, em que ele manifesta muita preocupação com a economia mundial e propõe até a criação de um banco central internacional para socorrer os países em dificuldades, emprestando recursos a juros quase inexistentes, pelo tempo que for necessário, para socorrer as economias. E usa algumas expressões interessantes, pondo em dúvida a economia globalizada. Diz aqui: "O sistema capitalista global se desintegrará se não houver uma providência dessa maneira". E termina o seu artigo com uma advertência muito séria, propondo que todas as Nações, políticos, governantes, se juntem para a criação desse banco internacional, a fim de socorrer as economias em crise. Diz ele: "Para que uma reforma constitutiva ocorra, será preciso que governos, parlamentos e participantes do mercado reconheçam que todos eles têm interesse direto na sobrevivência do sistema e que esse interesse é muito mais valioso do que qualquer ganho de curto prazo que eles obteriam com a exploração de falhas do atual sistema desregulado". E conclui: "A questão é saber se esta mudança de mentalidade ocorrerá antes ou depois da derrocada do sistema capitalista." Portanto, o Sr. George Soros, de quem tanto se fala, tem também graves preocupações com o sistema capitalista.

Eu não desejo fazer perguntas, Sr. Presidente, até em homenagem ao tempo decorrido: são 13 horas, e não votamos sequer o primeiro nome dos seis que serão submetidos a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Carlos Bezerra.

O SR. CARLOS BEZERRA – Sr. Presidente, Sr. Armínio Fraga, levamos cerca de 70% do tempo discutindo o acessório, quando o principal, que é a questão do câmbio, dos juros, da dívida, deveria ser objeto da nossa principal preocupação. Achei muito tímida a ponderação do Sr. Armínio Fraga a respeito da questão dos juros, que é um dos flagelos do Brasil. Quando líder estudantil, na década de 60, participei de uma campanha das reformas de base, e uma das reformas era a questão dos juros, a reforma bancária. Naquela época, cobravam-se juros de 2% ao mês no Brasil; hoje, cobram-se 8% ou 10%, e o País, ao invés de melhorar sua situação, piora gradativamente.

V. S^a disse que pretende, no segundo semestre, retornar os juros aos patamares anteriores, quer

dizer, a quase 30% ao ano, o que considero ainda muito nocivo para o nosso País. Eu esperava uma atitude mais robusta de V. S^a com relação à questão dos juros. O Brasil não vai conseguir se desenvolver suficientemente enquanto estiver com taxas de juros no patamar anterior. Sobre isso eu gostaria de ouvir uma explicação mais ampliada a respeito da questão dos juros.

Outro ponto que pretendo levantar aqui rapidamente, Sr. Armínio Fraga Neto: sou membro da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional e já fui Relator-Geral do Orçamento da União. Em 1996, no ano que cheguei aqui, o Governo gastou R\$46 bilhões com o serviço da dívida. Em 1997, mais R\$46 bilhões. Em 1998, R\$69,4 bilhões. Este ano, estão previstos R\$70 bilhões para o serviço da dívida. O Senador Eduardo Suplicy colocou muito bem que esse valor supera a arrecadação do Imposto de Renda e do IPI – e realmente supera.

O Presidente do meu Partido, Senador Jader Barbalho, num discurso muito feliz na tribuna do Senado ontem, pede que seja estabelecido um novo perfil para esta dívida e que esta questão seja superada para o bem do País, que se encontre uma solução urgentemente. Eu até aparteei S. Ex^a, pedindo que liderasse os outros Partidos e, fora do Parlamento, outras entidades, para que façamos uma cruzada nacional com relação à questão da dívida interna, que nos sufoca, que tira qualquer possibilidade de o País fazer investimentos, principalmente na área social. Vemos diminuir os recursos da área social, da merenda escolar, da habitação, da cesta básica. Enquanto cortamos recursos dessas áreas fundamentais, os recursos para pagamento do serviço da dívida aumentam.

Gostaria de ouvir o Sr. Armínio Fraga sobre isso. Considero-me satisfeito; as explicações foram suficientes. Só uma informação ainda: ouvi de um Senador que o grupo a que V. S^a pertencia no exterior teve lucros, foi responsável pela situação da Tailândia; mas, se não me engano, eu li na imprensa que o grupo perdeu dinheiro naquele país. Eu gostaria que V. S^a confirmasse se ganhou ou se perdeu. Então, objetivamente, Sr. Armínio Fraga, gostaria que me respondesse estes dois pontos: a questão dos juros e a questão da nossa dívida interna.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Dr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Obrigado, Senador Carlos Bezerra.

Com relação à questão dos juros, eu não me recordo de ter dito que eles iriam retornar ao patamar anterior.

O SR. CARLOS BEZERRA – No segundo semestre, V. Ex^a afirmou.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Não. Em relação ao segundo semestre, eu disse que esperava já uma retomada, uma recuperação da economia. Mas afirmei sim – e gostaria então de tentar responder à pergunta de V. Ex^a – que, de fato, vejo espaço, hoje, para que a taxa de juros real caia no futuro. E vejo isso por duas razões muito simples – que são, a meu ver, a origem da taxa de juros elevada que tínhamos em um passado recente: em primeiro lugar, a situação do déficit público, que está sendo saneada e, em segundo, as pressões oriundas do balanço de pagamentos da taxa de câmbio, que faziam com que os investidores em geral, brasileiros e estrangeiros, incorporassem um prêmio de risco às taxas de juros no Brasil, oriundo (esse prêmio) do medo de uma desvalorização.

Esses dois fatores vão desaparecer, por um lado, com a produção de um superávit primário; a trajetória da nossa dívida deve começar a se reverter e a cair e, sem o medo de uma desvalorização, a necessidade de um prêmio de risco também desaparece.

A meu ver, essa é a solução para a situação da dívida interna, é tentar criar condições para que o País entre em um círculo virtuoso, e não vicioso, o que era, de fato, uma situação insustentável. Esse é o desafio, esse é o projeto. V. Ex^a colocou a questão com muita clareza, e dou, então, essa resposta.

V. Ex^a mencionou a Tailândia. Como eu disse antes, não posso comentar sobre coisas específicas; mas, no caso da Tailândia e da Indonésia, é público – o Sr. Soros tomou a decisão de falar – que houve, de fato, um ganho com relação à Tailândia e uma perda das suas operações no caso da Indonésia. Provavelmente, no contexto do balanço asiático, não houve ganho. A meu ver, isso é algo que não tem as implicações macroeconômicas que são, às vezes, atribuídas à atuação do grupo. Como eu disse há pouco, o mercado internacional é muito maior do que qualquer especulador individual ou qualquer grupo de especuladores ou investidores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Consulte o Senador...

O SR. CARLOS BEZERRA – Sr. Presidente, só um minuto. É em relação à dívida. Temo pelo prazo. Veja bem, em novembro, a dívida era de 378 bilhões. Para este trimestre, deve ficar em 423 bilhões.

São 45 bilhões a mais de novembro para este trimestre. Não sei se o Brasil, com essa política que V. S^a apontou, vai conseguir superar a dificuldade. Acho impossível, e gostaria que V. S^a me explicasse melhor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Tem a palavra V. S^a.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Vai superar sim, e a conta tem que ser feita na ponta do lápis.

A intenção que tenho, se aprovado por esta Casa, é justamente procurar apresentar esses dados, fazendo uma análise detalhada do tamanho da dívida, do custo da dívida, do superávit primário, etc.

Concordo com V. Ex^a, essa informação é crucial, e faz parte do projeto de reverter esse quadro, que hoje é dramático.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Tem a palavra o Senador Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE – Este momento que vive o Senado é uma das suas principais competências e atribuições.

Para algumas autoridades públicas deste País, existe o chamado espaço público. O mundo não é só mercado. Existem algumas autoridades que devem, para sua designação, preencher alguns requisitos. Não se tratam de pressupostos. Para o serviço público, um pressuposto é a honorabilidade, a honradez, o caráter pessoal. Alguns, aqui, confundem o processo de sabatina e o cumprimento desses requisitos constitucionais.

A recepção, que V. S^a conhece bem, da lei que criou o Banco Central determina que, para a sua direção, em todos os cargos, exija-se da pessoa indicada – e, portanto, não pode V. S^a ficar agastado por estarmos discutindo essa questão pessoal de reputação – uma reputação ilibada, que não se confunde com honradez ou honorabilidade. Estamos assistindo, aqui, exatamente à discussão da relação pública que V. S^a tem com especuladores e com quem participa desse mercado financeiro, tal como ele se realiza, o qual, na concepção e no conceito do próprio Presidente da República do Brasil, que o indica para o Banco Central, é uma atividade de cassino, de jogo, de especulação, e que agrediu a nossa moeda numa sexta-feira, 29 de janeiro. V. S^a, naquele exato momento, era funcionário de um fundo de investimento que, não se tem certeza – e V. S^a não assume compromisso com isso –, pode ter agido contra a moeda brasileira por meio dos títulos que são negociados nesse mercado.

Esta é uma discussão de reputação, não de honradez pessoal – até por que, se fosse assim, não

seria sabatina no Senado, mas uma discussão no campo da honestidade e honradez —, para se ter uma relação civilizada no cumprimento de uma competência constitucional. Portanto, não fique agastado por questões pessoais. Não se trata da pessoa Armínio Fraga, mas do investidor Armínio Fraga, indicado para a Presidência do Banco Central. Esta foi uma discussão que fiz no Plenário. Não foi reconhecido o conceito subjetivo, mas estamos vendo que é muito objetiva essa relação. Ela traz para o País a grave preocupação de uma promiscuidade que se instala no Banco Central de há muito, a qual os indicados por V. S^a, homens vindo do mercado, iriam aprofundar e enfatizar.

Existe setor público e V. S^a reconhece que alguns homens ligados ao setor público do mundo financeiro foram, inclusive, alunos no curso que deu na Universidade de Columbia. Existe o público, que tem conflitos com o privado, do contrário não precisaríamos estar aqui discutindo, chamaríamos qualquer banqueiro que conhecesse bem o assunto. Era esta a questão que queria colocar, para não restar dúvida do papel que estamos exercendo e para que alguns Senadores não se constranjam imaginando que aqui se tratam de agressões pessoais. Não, estamos exercendo uma função constitucional.

Não o considero com reputação ilibada para ser Presidente do Banco Central. Pode tê-la para exercer qualquer outra função pública, pois tem a honradez e pode ter até o conhecimento — não sei, porque é muito evasivo. Uma autoridade do Banco Central não pode se evadir da discussão sobre qual será o futuro do sistema financeiro público brasileiro. Não se trata, meramente, de uma decisão do Ministro, nem do Presidente da República, mas de toda uma equipe. O Banco Central tem que participar dessa discussão e V. S^a deve ter uma posição quanto a isso, da mesma forma que deve ter uma posição em relação à política de dolarização ou não. Não pode responder com um advérbio de tempo. Ainda não é o momento de se discutir isso, como declarou quando foi pela imprensa questionado sobre a posição do Sr. Francisco Gros, que foi Presidente do Banco Central quando V. S^a foi Diretor, durante o Governo Collor. Não pode haver evasiva em relação a isso. Não estamos aqui designando para uma questão menor. Trata-se do Banco Central deste País.

Gostaria apenas de lembrar que, quando se fala em especulação, na sexta-feira, dia 29 de janeiro, enquanto V. S^a estava nos Estados Unidos como funcionário de um fundo de investimento, aqui no

Brasil prendiam um carregador de mala ao comprar dólar, porque estava agredindo a nossa moeda.

Este é um Brasil muito triste. Quem especula num mercado internacional pode ser contemplado com uma indicação para o Banco Central. Quem compra dólar no saguão do aeroporto do Galeão vai para a cadeia. Isso é uma questão de reputação. Vejo, particularmente, com muita preocupação, a questão da perda desses valores no Brasil: de não se ter um interesse público prevalecendo sobre o privado, a instituição Estado tendo um papel regulador do mercado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) — Concedo a palavra ao Sr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO — V. Ex^a teceu comentários e não fez perguntas. No entanto, cabe, da minha parte, fazer também algum comentário.

V. Ex^a disse que fugi de algumas perguntas e realmente me senti ofendido por isso, porque até agora atendi a todas as perguntas que foram feitas. Responderei a pergunta sobre o futuro do sistema financeiro público no Brasil. Entretanto, o farei da maneira que penso ser correta, que é a maneira que aprendi em casa: a de não prejudicar. Vejo aqui uma certa tendência ao pré-julgamento, a partir de rótulos que me parecem ser contrários a qualquer noção de justiça. Enfim, tento responder da melhor maneira possível.

No caso do futuro do sistema financeiro público do Brasil, acabou de ser criado um grupo — e mencionei isso — onde terei assento. Não me sinto, portanto, no direito de ter uma opinião, quando, em breve, terei a chance de fazer um trabalho profundo sobre o assunto, que poderá chegar a uma conclusão embasada, ao contrário de um palpite. Logo, não considero isso uma resposta evasiva. É um grupo que será formado, do qual o Banco Central, o Ministério da Fazenda, o BNDES e outros participam.

Em um último comentário, ainda na linha do pré-julgamento e da condenação a partir de nem sei do quê, fiquei um pouco sentido não no que tem sido dito aqui a meu respeito, pois tenho tido a chance de responder, mas gostaria que V. Ex^a procurasse se informar a meu respeito. Acredito que V. Ex^a já tenha feito isso, tanto que tem-me dado um voto de honestidade. Entretanto, sentir-me-ia muito melhor — e respeito V. Ex^a de longa data — se realmente procurasse se aprofundar nisso, para ter a tranquilidade de que, de um jeito ou de outro, V. Ex^a está falando com uma pessoa de bem.

Fiquei um pouco triste, porque V. Ex^a se referiu aos Diretores que estão agora aqui indicados e pres-

tes a também passarem por uma arguição, na medida em que foi utilizada a palavra promiscuidade, que realmente ultrapassa os limites do razoável. Então, gostaria apenas de sair em defesa de cinco pessoas, que realmente tenho certeza de que darão ao País aquilo que merece: um trabalho competente e sério na Diretoria do Banco Central, num momento muito difícil. Apenas isso, e obrigado, em geral, pela abertura da colocação de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Senador Roberto Freire, tem V. Ex^a dois minutos para a réplica.

O SR. ROBERTO FREIRE – Muito rápido. Estamos aqui não para um julgamento judicial, mas para um exercício de uma competência, quando julgamos que V. S^a deve ser ou não Presidente do Banco Central. Vamos decidir isso. E aqui poderia haver – acredito que não é esse o posicionamento majoritário – um posicionamento majoritário, que não queira, na direção do Banco Central, alguém que defenda a posição de privatizar o Banco do Brasil ou a Caixa Econômica.

É muito justo que o Senado procure saber se essa é a sua posição. Que o grupo que foi criado possa até tomar outra posição diferente da que V. S^a tenha, isso evidentemente é o processo que vai indicar. No entanto, é fundamental para o Senado saber qual a sua posição. É engano de V. S^a achar que não pode falar. Isso não é um problema ético, é um problema político, e V. S^a está sendo indicado para um cargo político, que tem aspectos técnicos, mas de condução de uma política monetária, condução da nossa moeda.

A dolarização não é para se sair, com um adverbio de tempo, ou não se comprometer. Há um compromisso que V. S^a tem que assumir com o Senado e, para isso, tem que ter a abertura suficiente. E V. S^a tergiversou em várias delas, inclusive na discussão de como foi a sexta-feira, qual o prejuízo, se é possível o Banco Central indicar para o Senado.

Não pense que tem que haver limitações nisso. Não tem. Pode ter a limitação do secreto, mas é aqui, nesta Casa, que se tem que saber todas essas informações.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – (Faz soar a campainha.)

O SR. ROBERTO FREIRE – É nesse sentido que estou falando.

Confirmo que há uma promiscuidade, a ponto de toda a população brasileira, a sociedade, ter preocupações de saber se o Banco Central, nessas crises, concedeu informação privilegiada. Não quero

discutir isso. Não tenho nenhuma prova, até porque, se tivesse – já disse e repeti –, não estaria aqui na sabatina; seria um outro tipo de depoimento.

Isso é a reputação que estamos querendo discutir.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – (Faz soar a campainha.)

O SR. ROBERTO FREIRE – Essa íntima relação do setor privado no Banco Central; entra e sai. Entra sem ser e sai depois, para o mundo financeiro, com grandes credenciais de **top ten** e, rapidamente, afirmam-se no mercado. Evidentemente que essa relação... e não estou falando do ponto de vista pessoal, não citei nenhum nome, mas há um interesse público que tem que ser preservado. Essa é a nossa função.

Creio que, nessa direção do Banco Central, o que menos está valendo é o interesse público. Vale o interesse do mercado.

Quero dizer que a minha posição é contrária a essa.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Dr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Só para terminar, acredito que estamos discutindo assuntos políticos, assuntos de opinião, e gostaria de discordar de V. Ex^a, humildemente, no sentido de que o Banco Central não pode ter uma atuação política. O Banco Central precisa, para o bem da sociedade, ter uma atuação técnica. O Banco Central não é o Orçamento, onde se discute a alocação dos recursos públicos. O Banco Central tem que ser o guardião da moeda nacional. Basicamente, uma questão lógica.

Não sou político. Sinto-me numa posição acañhada diante da eloquência de V. Ex^a, mas tenho muita confiança nisso.

Quanto às perguntas feitas por V. Ex^a, volto a repetir o que disse antes: acredito, com toda a confiança de quem estuda esse assunto há muitos anos, que o sistema apropriado para o Brasil é um sistema de taxa de câmbio flutuante, com a manutenção do real. Já falei isso várias vezes e falo quantas vezes for necessário.

Quanto à questão do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, realmente, tomar uma decisão ou emitir uma opinião com base em palpites, intuições, não é um papel de um técnico. Respeito o grupo que está sendo formado e entro nesse grupo com a cabeça aberta, limpa, de quem quer avaliar a situação para tomar a decisão correta para o Brasil e não uma decisão ideológica baseada em princípios

A ou B. A posição é técnica, e V. Ex^a pode ter certeza de que essa será a direção em geral que assumirei, se aprovado por esta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Tem a palavra o Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Sr. Presidente do Senado Federal, Dr. Armínio Fraga, quero inicialmente referir-me à questão aqui levantada pelo Senador José Eduardo Dutra, do PT, de que não se trata realmente de uma questão de crer ou não crer.

Com relação à questão da reputação ilibada, da honradez de V. Ex^a, não se consegue, embora se combatam os especuladores, a não ser especular contra isso, porque nada de concreto é apresentado no sentido de diminuir o seu conceito.

Gostaria de fazer algumas perguntas a V. S^a. O jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 24 de fevereiro, à página 21, publicou que o Banco Central estaria supostamente negociando com o Fundo Monetário Internacional um sistema de intervenções no câmbio. O senhor teria conhecimento dessas negociações? Os acordos assinados recentemente com o Fundo Monetário Internacional limitam de alguma maneira as atuações do Banco Central no mercado de câmbio?

Há outra questão que eu gostaria de perguntar a V. S^a. As reservas internacionais brasileiras estão diminuindo desde o segundo semestre do ano passado. A persistir essa tendência, minha pergunta é a seguinte: para quando o Governo brasileiro espera uma reversão da tendência de queda das reservas internacionais?

Quero encerrar as minhas perguntas, baseando-me em duas afirmações feitas por V. S^a. Em uma delas, V. S^a disse que a queda dos juros está ligada à produção de um conjunto de medidas econômicas. Que medidas seriam essas? Que medidas estão faltando? E para quando essas medidas estão previstas? V. S^a disse também que a política cambial está contribuindo para o Brasil exportar mais. Mas é evidente que a política de juros está contribuindo para que o Brasil produza menos e, conseqüentemente, tenha dificuldade em exportar mais. Com relação à questão da recuperação da credibilidade, ligando-a com a política de juros altos, não é também uma sinalização para o mercado internacional de que quanto mais altos estiverem os juros em nosso País até nós mesmos estamos duvidando da nossa capacidade de recuperar tal credibilidade?

Essas seriam as perguntas que teria a fazer a V. S^a.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Com a palavra o Dr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Obrigado pelas perguntas.

Começando pela questão do Banco Central, sua atuação no mercado de câmbio e o uso de reservas, etc, devo dizer que o acordo com o Fundo e a política do Governo nessa área são assuntos que ainda não são públicos e, em parte, não estão ainda portanto, na linha do que me é permissível abordar aqui. Seria uma informação privilegiada que eu não posso dividir aqui com a platéia, até porque parte da questão ainda está sendo equacionada.

A pergunta de V. Ex^a fala também sobre queda das reservas e dos juros. A queda das reservas é um sinal da situação em que vivemos. Num período recente, a queda tem sido limitada, uma vez que se tem uma taxa de câmbio flutuante, e a intervenção do Banco Central tem sido de pequena monta. Acredito que esse quadro de reservas se reverterá, na medida em que o programa for implantado, não necessariamente através de um crescimento das reservas, mas, sim, através de outros sinais, na medida em que, de novo, com o câmbio flutuante, as reservas não oscilam tanto.

O que gostaríamos de ver num programa bem-sucedido é justamente o que V. Ex^a mencionou, que é a queda dos juros feita com o tom positivo de uma economia saudável, com sua situação fiscal saneada. Esse é o projeto, não necessariamente no regime de câmbio flutuante. A decodificação desse sucesso virá pelo aumento das reservas, mas, a meu ver, numa situação de sucesso, o mais importante é que se permita, de maneira responsável, a queda da taxa de juros, que evidentemente é algo desejado por todos. Isso já foi mencionado aqui, e estarei aberto à discussão, se essa resposta não for satisfatória.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Tem V. Ex^a dois minutos para a réplica, se assim o desejar.

O SR. ANTERO DE BARROS – Não, Sr. Presidente; abro mão da réplica e estou convencido da necessidade da aprovação do Presidente Armínio Fraga.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Muito obrigado.

Tem a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Sr. Presidente do Senado, Senador Antonio Carlos Magalhães; Sr. Presidente da Comissão, Senador Fernando Bezerra; Dr. Armínio Fraga, Sr^s e Srs. Senadores, para abreviar o andamento da reunião, procurarei ser objetivo.

Em primeiro lugar, quero elogiar o espírito democrático com que o Presidente desta Comissão está dirigindo os trabalhos. Conforme depoimento prestado nesta Comissão, no dia 26 de janeiro, pelo "ex-quase" Presidente do Banco Central, Sr. Francisco Lopes, os economistas dizem que há dois regimes cambiais, que podem ser sustentados permanentemente de ataques especulativos, de crises externas e de contágios financeiros. De um lado, a flutuação cambial, com inequívoca confirmação da sua sustentabilidade, segundo palavras do Sr. Francisco Lopes; de outro lado, o **currency board**, o qual – acredita-se – é sustentável, mas observa-se que se trata de um regime muito raro, com aplicação na Argentina e em Hong Kong. Na Argentina, por exemplo, adotou-se o chamado Plano Bonex, em 1989, que terminou no confisco dos depósitos bancários, assunto esse que volta a ser ventilado no Brasil, por insistentes comentários na imprensa especializada. Lógico que não esperamos que isso aconteça, mas pergunto a V. S^a: como no Brasil o imponderável sempre acontece, e tendo em vista que a Argentina, além de ser um país da América Latina, tem laços econômicos profundos com o Brasil, agora reforçados pelo Mercosul, e considerando as atuais condições do nosso País, há alguma possibilidade de os formuladores da política monetária e econômica virem a adotar, como solução interna e para o abrandamento da crise dos nossos vizinhos, o chamado **currency board**? Não sendo essa a diretriz preferencial, o regime de flutuação é irreversível, é "imexível"? Conforme divulgado pela imprensa, pensa-se em escolher aleatoriamente a chamada flutuação suja ou podre, ou ainda há possibilidade de se restabelecer o famigerado sistema de bandas?

Segundo: no ano passado, em abril de 1998, tínhamos reservas que somavam US\$74 bilhões. Os economistas especializados no assunto achavam que era o momento propício para a adoção de um novo regime no Brasil. O regime da flutuação cambial poderia ter sido aplicado naquela época. Em face disso, nós não teríamos perdido mais de US\$40 bilhões, como perdemos, com o recrudescimento da crise.

Então, faço uma pergunta a V. S^a, que, à época, estava do outro lado da banca, nos Estados Unidos, servindo à sua empresa, aliás, com muita com-

petência e desenvoltura. Como brasileiro e amigo do Ministro Malan, ocorreu-lhe, em algum momento, naquele período, sentimento de civismo nacional para avisar, sugerir ou aconselhar o Ministro Malan de que era a hora e a vez de tocar na política monetária e não deixar que os nossos dólares fossem subtraídos de um momento para o outro, como aconteceu?

E, afinal, a última pergunta, Dr. Armínio Fraga: o Sr. Jeffrey Sachs, em artigo publicado na **Folha de S.Paulo**, em 19 de janeiro do corrente ano, afirmou que "o histórico do FMI se conserva perfeito: cinco grandes pacotes de socorro desde meados de 1997 e cinco grandes fracassos. O último trem a descarregar foi o Brasil" – palavras do Sr. Jeffrey Sachs, conhecido de V. S^a.

O articulista sugere que tudo isso poderia ter sido evitado e disse que "os três engenheiros que conduziam a política econômica brasileira (o Governo Itamar, o FMI e as autoridades dos Estados Unidos) foram descuidados. Enquanto o FMI, em particular, não foi convocado a assumir a responsabilidade por seus erros, todo mundo corre o risco de sofrer choques financeiros."

O receituário do FMI produz um remédio amargo, onde predomina o desemprego...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Senador Antônio Carlos Valadares, permita-me interrompê-lo. Faltou-me a campainha, mas V. Ex^a já ultrapassou o tempo que lhe é destinado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Já estou no término da minha intervenção.

O receituário do FMI produz um remédio amargo, onde predomina o desemprego, a falência das empresas e, no caso do Brasil, o fantasma da inflação, agravando a pobreza, com restrições para as políticas sociais. Aqui, o Senador Carlos Bezerra citou o caso da cesta básica e da merenda escolar, que estão sendo subtraídas do nosso Orçamento graças à imposição do FMI.

Falar em moratória hoje, no Brasil, é um perigo, porque alguém pode ser considerado um traidor, um Joaquim Silvério dos Reis. Mas não vamos considerar que, por exemplo, um economista consagrado e de maior respeitabilidade como Celso Furtado não possa falar sobre moratória. Ele foi Ministro de dois Governos, de Goulart e de Sarney, e ele diz: "a fatura que o Brasil tem que pagar este ano é de US\$ 60 bilhões. O Brasil caminha para uma moratória, não tem de onde tirar esse dinheiro. O Brasil pode chegar a uma situação em que a moratória não seria o pior dos males..."

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Senador Antônio Carlos Valadares, peço a colaboração de V. Ex^a em relação...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Antes de mais nada, devo dizer que sou contra a moratória e que penso que o Brasil deve cumprir os seus compromissos internacionais. Mas podemos chegar ao ponto de não termos de onde tirar, pois já tirou dos aposentados e dos pensionistas e não há mais como sugar o sangue do povo. Se chegarmos a uma situação irreversível, V. S^a defenderia a moratória?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Com a palavra, o Dr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Obrigado por me dar a chance de responder a essa última pergunta. Desta vez, vou contrariar a minha regra e responder à última pergunta antes.

A resposta é "não". Não acredito em soluções mágicas. O Brasil, no passado, já tentou curas milagrosas: congelamentos, seqüestros e controles. Mas a solução não veio. O resultado foi uma **performance** medíocre. Portanto, é uma ilusão pensar que existe uma solução que caminhe por esse campo.

V. Ex^a falou mais uma vez da caixa de conversão, do **currency board**. Repito o que disse antes: acredito que, do ponto de vista técnico, não há dúvida de que a flutuação é um bom regime e – vou além – é um regime adequado para o Brasil.

Não tive a oportunidade de ler o artigo do Professor Sachs ao qual V. Ex^a se refere. Mencionei, há algumas horas, que, de fato, a discussão a respeito da atuação do FMI e de seu papel é muito rica. Tenho esperanças de que venham aprimoramentos que possam beneficiar países como o Brasil, mas não tive acesso à leitura. Posso dizer que o Professor Sachs tem sido um crítico implacável do FMI, e, portanto, alguém que já tem um histórico nessa área. Entretanto, sem a leitura do artigo não posso comentar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares por dois minutos. Queria dizer aos Srs. Senadores que agora chegamos à metade da lista dos inscritos e são decorridas quase quatro horas e meia de reunião.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Sobre a moratória, o Sr. Armínio Fraga foi taxativo. Ele é contra a moratória e esclareceu a sua posição. Quanto ao artigo escrito pelo Dr. Sachs, V. S^a foi evasivo e não respondeu à pergunta que fizemos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Mas ele não leu o artigo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Não leu? Mas li uma parte do artigo e lhe disse o principal: Ou V. S^a não está acreditando? Mandarei uma cópia desse artigo para informá-lo melhor da posição de seus colegas.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Agradeço.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – V. S^a não respondeu a pergunta que fiz.

Uma outra pergunta: como amigo do peito do Ministro Pedro Malan, V. S^a não teve nenhuma oportunidade, ao tomar um cafezinho nos Estados Unidos, de dizer-lhe para tomar uma providência imediata, senão o Brasil perde US\$ 74 bilhões? V. S^a não respondeu a essa pergunta. Nesse caso, não foi evasivo, e, sim, omissivo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – O tempo de V. Ex^a está esgotado. Peço-lhe a colaboração. Com a palavra o Sr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Não tive essa chance, até porque as condições foram esclarecendo-se em um período mais recente.

Há seis ou oito meses, assisti a uma apresentação do Governo brasileiro e percebi que a determinação das autoridades era de seguir com a política que parecia adequada no momento. A minha opinião ficou para mim mesmo naquela história.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Foi antes das eleições.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Tem a palavra a Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA – Sr. Presidente, Sr. Armínio Fraga, primeiro quero justificar o meu atrevimento em fazer perguntas sobre matéria notoriamente ligada aos assuntos da economia – não é essa a minha arena. No entanto, a lei que indica V. S^a para o cargo me dá essa possibilidade, e o Senador Roberto Freire me ajudou. Os questionamentos que estão aqui sendo feitos, do ponto de vista ético, fazem parte deste rito para indicação de V. S^a.

O art. 1º do Decreto nº 9.961, de 19 de novembro de 1985, trata da obrigatoriedade e diz que a arguição de V. S^a tem dois aspectos: o notório saber e a reputação ilibada. Quanto ao notório saber, parece-me que é notório o saber de V. S^a. Ainda bem que o segundo nos remete a um campo que vai questionar o saber: a ética. O saber em si não é bom, nem mau. O saber em si é uma dívida de Deus. Quando colocamos nosso saber à disposição de uma determinada atividade, é que nós o qualificamos. Aí vem a resposta ética. E é por isso que está

correta a lei em nos dar a possibilidade de fazer questionamentos éticos.

Vou economizar na pergunta, mas apelo ao Presidente da Mesa para que o meu tempo seja colocado para tréplica. Pergunto rapidamente a V. S^a, com base no aspecto da ética: o homem não é tipificado apenas como homem, ele tem vários adjetivos. Na história da humanidade, ele passou pelo conceito de **homo habilis**, evoluiu para **homo sapiens** e nós vivemos culturalmente o processo do **homo eticus**. É a V. S^a, um homem ético, que pergunto: o **homo eticus** tem duas éticas ou apenas uma ética?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Tem a palavra o Dr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Muito obrigado, Senadora Marina Silva, por me dar a chance de abordar um assunto da maior importância.

A ética é uma só. Não existem duas éticas. Não existem dois pesos. Não existem duas medidas. A ética, no meu modo de ver, só pode ser a ética da correção, aquela que se aprende em casa, cedo, nas menores coisas e que se aplica tanto à atividade do setor privado, quanto do setor público. Imagino que V. Ex^a já esperava essa resposta. Então, vamos à tréplica.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Tem a palavra a Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA – Espero ter meu tempo economizado.

V. S^a colocou que o homem tem apenas uma ética. É exatamente partindo desse ponto de vista que questiono a indicação de V. S^a para esse cargo. Se o homem tem apenas uma ética, existe a ética do interesse público e a ética do interesse privado.

Na instituição Banco Central, V. S^a submeterá suas ações à ética que referencia o mercado, que referencia as operações financeiras do antigo grupo ao qual V. S^a pertencia ou à ética do Banco Central, instituição pública? Se há apenas uma ética, apelairei, Dr. Armínio Fraga, para a Lei do Talião tanto quanto V. S^a. Apenas um peso, apenas uma medida. V. S^a usou de dois pesos e duas medidas quando o Senador Eduardo Suplicy lhe perguntou se V. S^a estaria disposto a trazer a público as operações que o Dr. Krugman afirmou que V. S^a teria feito de forma privilegiada. O Professor Krugman disse que até ele se disporia a trazer as informações a público para salvar a reputação de V. S^a, o Dr. Soros, aliás, o expatado de V. S^a. No entanto, V. S^a, respondendo ao Senador Eduardo Suplicy, disse que não faria isso porque não era da prática desse tipo de instituição trazer a público esse tipo de informação, em acordo

com o que disse o Sr. Soros na entrevista que concedeu, quando afirmou o seguinte – peço a alguém que leia porque tenho um problema visual e a letra não foi aumentada para que eu lesse. Eu pediria a alguém que enxergasse melhor as letras que estão aqui. O que ele disse? Disse algo que é muito semelhante ao que V. Ex^a respondeu.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Com a sua permissão, Sr. Presidente, disse George Soros, na entrevista ao jornal **O Estado**, ao responder à seguinte pergunta: "O senhor investiu em papéis brasileiros? Soros: Nós não divulgamos nossas atividades de investimento, porque há muitos rumores falsos. E esse foi um deles. Se respondêssemos com fatos a cada rumor, teríamos de divulgar nossa carteira de investimentos constantemente. Por isso, não divulgamos. Mas quero dizer que, se Krugman não tivesse retirado sua declaração, eu teria aberto uma exceção e autorizado Armínio a divulgar nossas operações nos dias que precederam sua nomeação, para remover qualquer sombra de suspeita".

A SRA. MARINA SILVA – Sr. Armínio Fraga, concluindo, reitero a minha afirmação, ou seja, do ponto de vista ético, V. S^a está sendo contraditório no que diz respeito à afirmação que me fez de que há apenas uma ética. Para que seja comprovada a afirmação feita pelo Sr. Treacher – ele é também um conhecedor das operações de mercado, não é apenas um operadorzinho, ele mesmo se diz um dos maiores operadores dos mercados europeus –, de que V. S^a tem apenas uma ética, como acaba de dizer, será preciso que sejam trazidas a público essas informações. Graças a Deus, o Sr. Soros concorda em trazê-las para salvar a reputação de V. S^a.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Com a palavra, para tréplica, o Dr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – V. Ex^a vai perdoar-me, mas discordo do que foi dito, pois a ética é uma só. As decisões são tomadas de acordo com a ética, quaisquer que sejam as circunstâncias. Esse é o comportamento que norteia a minha vida e continuará a ser, no caso. O resto é especulação. Como V. Ex^a está vendo, nem só no mercado financeiro se especula. Mas o fato é, o que estou aqui apresentando a V. Ex^a. Tenho absoluta convicção de que o futuro me dará razão. Isso me deixa com a consciência tranquila para, se aprovado por esta Casa, assumir o desafio que agora se apresenta à minha frente.

Um último comentário: não terei a menor dúvida, na Presidência do Banco Central, se aprovado

por esta Casa, em investigar quaisquer denúncias embaixadas que sejam apresentadas à nossa instituição. Quero deixar isso claro. Não importa quem esteja do outro lado. Se for uma denúncia embaixada, nós vamos correr atrás. Essa é uma promessa que posso fazer aqui, sem o menor constrangimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO – Sr. Presidente, Antonio Carlos Magalhães; Sr. Presidente, Fernando Bezerra; Sr. Presidente do Banco Central, no mês de junho do ano passado, o Governo brasileiro anunciou o plano de safra agrícola deste ano, estabelecendo valores para o crédito rural em torno de R\$10,5 bilhões. Todavia, lá pelo mês de agosto ou setembro, começou a fuga de capitais do Brasil. Estavam inseridos nestes R\$10,5 bilhões destinados ao custeio da agricultura R\$3 bilhões vindos de empréstimo externo através da Resolução 63 do Banco Central. Com a fuga de recursos estrangeiros do Brasil, nós ficamos sem a devida alocação de recursos para o crédito rural. Fomos buscar, conforme promessa do Governo, recursos de outras fontes. Esta Casa lutou muito por isso. Até mesmo o Presidente Antonio Carlos Magalhães entrou nesse trabalho, para que o Governo Federal tivesse condições de conseguir outra fonte de recursos para substituir aquela que se evadiu do Brasil.

Pois bem, Sr. Presidente do Banco Central, uma saída seria a elevação momentânea da exigibilidade bancária de 25%, conforme a obrigação de aplicação do crédito rural, para 30%. Esse dinheiro fica retido no Banco Central. Outro dinheiro representaria... e a agricultura estava exigindo R\$1 bilhão a mais. Com esse acréscimo, Sr. Presidente, a agricultura do Brasil seria muito mais irrigada com recurso, e aproveitaríamos essa safra, em que a natureza nos dá a possibilidade de correr tudo bem, produziríamos muito mais que 83 milhões de toneladas de grãos. A agricultura geraria mais emprego, mais renda e traria maior progresso para os municípios, para os estados e para a União.

Entretanto, Sr. Presidente, o Banco Central não concordou com o aumento da exigibilidade bancária, exatamente porque R\$1 bilhão prejudicariam a inflação no Brasil com a expansão monetária.

Sr. Presidente, eu gostaria de saber se V. S^a concorda com a idéia de que R\$1 bilhão poderiam ser multiplicados em produção, em emprego, em geração de renda. Não seria melhor aumentar a exigi-

bilidade bancária e conceder esse recurso para a agricultura brasileira?

Gostaria de fazer justiça, por intervenção do Congresso Nacional, sobretudo desta Casa, houve a alínea com um pouco mais de recurso, mas faltou dinheiro para a agricultura brasileira num momento muito interessante, quando exportaríamos mais, provocaríamos o desenvolvimento, sobretudo com ações sociais mais adequadas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Dr. Armínio Fraga, V. S^a tem a palavra.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Senador Jonas Pinheiro, agradeço a pergunta de V. Ex^a e aproveito para prestar a minha solidariedade a um setor tão importante para o nosso País e para o nosso balanço de pagamentos.

Não estou a par dos acontecimentos específicos a que V. Ex^a acaba de se reportar. Tenho certeza que a agricultura, no contexto de um orçamento e de uma política responsável, tem o seu lugar. Não tenho condições, neste momento, de dar uma resposta específica. Apenas digo que cabe ao Governo tomar uma decisão dentro das limitações que infelizmente hoje existem para o nosso País. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Consulto V. Ex^a, Senador Jonas Pinheiro, se deseja fazer réplica.

O SR. JONAS PINHEIRO – Sr. Presidente do Banco Central, levantei essa situação exatamente porque talvez tenhamos necessidade da compreensão de V. S^a nos anos agrícolas que se sucedem. Estamos trazendo essa situação exatamente porque foi devido à atitude do Banco Central que deixamos de plantar mais no Brasil. Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Estou aqui com o artigo do Professor Sachs e faço questão de encaminhá-lo ao Dr. Armínio, lamentando que S. S^a tenha deixado de responder uma pergunta porque o artigo fala mal do FMI. Isso não deixa o indicado pelo Presidente da República em boa situação, uma vez que quem vai votar não é o Dr. Sachs, sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Senador Antonio Carlos Valadares, isso não é uma questão de ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Estou no meu direito. S. S^a poderia ter tido a aten-

ção de ter respondido a minha pergunta e não ter se recusado porque o artigo fala mal do FMI.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – V. Ex^a poderá encaminhar por escrito sua questão de ordem à Mesa.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Sr. Presidente, encaminho à Mesa o artigo, em atenção à Casa.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Em seguida. Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, Sr. Armínio Fraga, confesso que respeito a coragem do Presidente Fernando Henrique. Todos estamos tranquilos com relação à aprovação do seu nome neste Senado. Jamais imaginei que o ilustre Presidente Fernando Henrique indicaria uma pessoa como V. Ex^a. Tenho as suas melhores referências. Não tenho nada contra V. S^a. Segundo a Bíblia, há lugar, momento e circunstância para tudo. V. Ex^a ocupa uma posição excepcional. O maior e mais competente grupo de especulação do mundo escolheu V. Ex^a como seu braço direito. Isso é motivo de orgulho para nós. É bastante significativo que o grupo mais respeitado do mundo tenha escolhido para seu representante e um dos seus maiores coordenadores um nome como o de V. S^a. É uma vitória fantástica a sua.

No entanto, propor V. S^a para a presidência do Banco Central é um gesto de coragem de Fernando Henrique Cardoso, nosso Presidente., e um gesto importante de V. S^a.

Eu já sabia por fonte fidedigna que V. S^a já estava decidido a vir para o Brasil em junho e que apenas antecipou sua vinda. Questionei, então, acerca dos motivos pelos quais um cidadão, talvez ganhando um altíssimo salário, viria receber um provento não tão baixo como o de um Senador, mas aproximado, para assumir o cargo de Presidente do Banco Central. Responderam-me que V. S^a cansou de ganhar dinheiro, e isso foi, de certa forma, confirmado aqui. Mas ainda podemos perguntar por quanto tempo, porque pode-se querer ganhar dinheiro de novo. Há pessoas que se cansam da ambição, mas que, depois, voltam a tê-la.

V. S^a cortou os laços com a equipe que trabalhava no exterior? V. S^a vem para o Banco Central com o intuito de promover mudanças? Inicialmente, V. S^a disse que nem sequer atuaria no setor econômico, mas que lecionaria na Universidade do Rio de

Janeiro. Entretanto, aceitou ser o Presidente do Banco Central.

Estamos falando de futuro, e V. S^a, um guri de 42 anos, faz um brilhante trabalho. Com essa mocidade, vem pela segunda vez a uma sabatina e já passou por um cargo muito importante no exterior e ocupará outro no Brasil. V. S^a se prepara para ocupar uma posição significativa, mas pode dar errado. E aí seria dito: Até com ele deu errado! Com o homem que era o melhor de todos não deu certo. Que coisa. O Brasil não tem solução!. Mas, se V. S^a resolver o impasse, será manchete internacional. V. S^a veio para uma grande tarefa. O desafio é do Presidente Fernando Henrique, que o convidou, e de V. S^a, que aceitou o convite.

Não há como deixar de reconhecer que houve um equívoco sério. Gostaria, inclusive, que o Senador Antonio Carlos Magalhães explicasse como entrou na história do café da manhã, porque, se ele o fez, não há o que se esconder, porque S. Ex^a é um homem competente, sério e merece respeito. Mas por que motivo um megaespeculador como V. S^a viria jantar com o Presidente da República e com outras autoridades, numa quarta-feira, em meio a uma enorme crise, quando um Presidente do Banco Central, nomeado, não havia ainda assumido o cargo? Na minha opinião, V. S^a foi convidado para ser o Presidente do Banco Central. Não fizeram isso? Foi irresponsabilidade. Terminada aquela reunião, deveriam ter perguntado se V. S^a aceitava ser o Presidente do Banco Central. Seria normal que houvesse essa pergunta e que saísse a indicação de V. S^a, que pediria demissão. V. S^a não tem culpa. Acredito na sua palavra. Não tenho por que duvidar. Mas foi incompetência recebê-lo em reunião antecipadamente. Pelo amor de Deus, numa época de crise em que está o Brasil, será que o Presidente da República, o Ministro da Fazenda e as autoridades econômicas ficaram discutindo com V. Ex^a coisas da sociedade americana, ou discutiram sobre a economia brasileira? Esse foi um equívoco sério.

Mas pergunto a V. Ex^a, primeiro: o seu rompimento com o mundo do lado de lá é definitivo? V. Ex^a está agora seguindo uma outra linha, assumindo o cargo de Presidente do Banco Central – se Deus quiser vai dar certo – ou vai entrar para uma nova realidade como Presidente do Banco Brasil, ou vai entrar na vida política como Senador pelo Rio de Janeiro? V. Ex^a pretende seguir essa outra linha? Ou, mais uma vez, acontecerá o fato: foi Diretor do Banco Central, voltou para a instituição como Presidente

e depois volta para lá? Isso é muito importante. V. Exª está praticando algo inédito.

Considero-me um homem de bem, que ganha uma quantia muito ruim como Senador. Não sei se estivesse ganhando o que V. Exª está ganhando em Nova Iorque – trezentos, quatrocentos, quinhentos mil dólares –, se eu largaria para vir ganhar cinco mil. Para ser sincero, eu não sei até onde chegaria o meu patriotismo. Não sei por que nunca ganhei, mas não sei, se eu ganhasse... E diria para o meu amigo Presidente Fernando Henrique que eu estaria ganhando quinhentos mil dólares. O que é isso? V. Exª está praticando um gesto muito importante.

V. Exª, que é um jovem, talvez no meio desta reunião, esteja marcando uma posição muito importante. Talvez, daqui a alguns anos, eu tenha que dizer que V. Exª foi um homem extraordinário, fantástico e que tenhamos que tirar o chapéu para a sua pessoa, porque realmente largou as amarras do lado de lá, e o Brasil deve-lhe muito. Ou, então, a verdade durou pouco. Não foi como Saulo, no caminho de Damasco, que cortou um lado e foi para outro.

É muito importante o que V. Exª está vivendo aqui. Nós estamos vivendo uma situação inédita. Não me lembro de um megaespeculador ser convidado para ser Presidente do Banco Central. Coragem do Fernando Henrique, e eu tenho o Presidente da República como um homem de bem. Penso que ele fez uma jogada de tudo ou nada, achando que vai dar certo. Pensou em pegar o mais competente do lado de lá e colocar do lado de cá. Ele conhece aquela gente. Mas isso pode ter consequências imprevisíveis.

Tenho aqui uma declaração, uma entrevista feita pelo seu ex-companheiro de empresa, onde ele diz o seguinte: "Sou uma pessoa que, durante um certo período, se envolve em atividades amorais; e, no resto do tempo, tenta ser moral. O que acontece no mercado não faz a menor diferença. Não sinto culpa, pois estou engajado numa atividade amoral, que não pode gerar sentimento de culpa." Isso ele disse na Globo News, no sábado e no domingo. Tenho a fita no meu gabinete. Então, V. Exª conviveu nesse período todo com um homem amoral, que reconhece que a sua atividade é amoral e não tem nenhuma preocupação com as consequências dessa atividade, e fora disso tenta ser moral.

V. Exª rompeu com esse homem? Posso dizer que V. Exª veio, efetivamente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – V. Exª já ultrapassa os dez minutos, Senador Pedro Simon.

V. Exª tem mais um minuto.

O SR. PEDRO SIMON – V. Exª concordaria – e vou ser sincero, falo como amigo – em pegar a sua Declaração de Bens, daqui e dos Estados Unidos, e publicar, mandar para nós, para fechar a boca de alguns, que não sou eu, mas que convém sejam fechadas.

Felicitó V. Sª. O próprio Presidente do Banco Central afirmou crer que a quarentena é importante. O apelo que faço ao Sr. Presidente Antonio Carlos Magalhães, através de seu prestígio, é de que consiga que se vote na Câmara dos Deputados, com a urgência necessária, para que possamos votar aqui a quarentena. O próprio Presidente afirmou que é favorável, todos afirmaram ser favoráveis, mas, no entanto, não foi votada até agora. Com toda a sinceridade, entendo que isso é da maior importância.

Felicitó V. Sª. No seu lugar não teria aceito o cargo, se fosse Presidente não o teria convidado. Trata-se de uma situação fantástica, de uma loteria em que o resultado pode ser de um ou um milhão. Podemos estar aqui diante de um fato histórico da vida brasileira. Se isso acontecer, V. Sª terá um caminho extraordinário. Na verdade, preocupo-me com o dia de amanhã, que está mais contra a economia brasileira do que contra a favor. De qualquer maneira, tenho convicção de que V. Sª possa levar adiante seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Com a palavra o Dr. Arminio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

Tenho, hoje, foco absoluto na tarefa que, espero, possa-me ser dada. Pretendo dedicar-me de corpo e alma a esta.

Como mencionei antes, estava realmente a caminho do Rio de Janeiro. Pretendia voltar e abrir um novo mundo para nossa família, que incluiria a volta à universidade e também, como disse aqui, a abertura de um negócio. Trata-se, agora, de um plano que ficou absolutamente esquecido em minha mente. Pretendo, sem dúvida, inclusive porque é uma obrigação, apresentar minha declaração de bens ao Banco Central, conforme o manda o regulamento. Declaração de bens, em minha opinião, só existe uma: é declaração de bens, nem fora, nem dentro, mas total. Assim o farei de acordo com a regra.

Enfim, obrigado pela parte positiva do discurso de V. Exª.

Não hesitei ao receber o convite do Presidente da República e o fiz um pouco por minha natureza otimista e idealista. Creio que o desafio é duro, como

comentou V. Ex^a, e que não temos tempo a perder. É preciso arregaçar as mangas e trabalhar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Agradeço ao Senador Pedro Simon por ter aberto mão da réplica.

Com a palavra o Senador José Roberto Arruda.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Sr. Presidente da Comissão, Sr. Presidente do Senado, Dr. Armínio Fraga, em primeiro lugar, gostaria de fazer três rápidas considerações a respeito dos últimos pronunciamentos que ouvi e, afinal, de todo o debate.

Em primeiro lugar, creio estar muito claro, e parece ser consensual, não só entre nós que fazemos vida pública, mas entre os estudiosos, que há uma só ética. É fundamental verificar-se, na análise de um nome que nos é submetido para o exercício de uma função pública, se houve um comportamento ético nas funções públicas ou privadas que exerceu. Não se trata aqui de analisar se um determinado cidadão brasileiro, vindo de uma atividade privada, pode ou não exercer uma atividade pública. Trata-se de analisar se seu comportamento sempre foi ético na atividade pública ou privada.

Sobre a questão de ganhos pessoais, que não está em discussão, é importante lembrar que há vários colegas, do Senado Federal e até presentes nesta sala, que abriram mão de altíssimos ganhos pessoais na direção de grandes grupos em função do desejo, do ideal que tinham de exercer um mandato público no Senado Federal, eventualmente, como disse o Senador Pedro Simon, num salário um pouco menor que aquele que se ganha no Banco Central.

Por último, quero aqui, se me permite meu caro amigo Senador Pedro Simon, com quem estou aprendendo muito, de quem procuro a amizade, mas às vezes fico receoso, pois a primeira vez em que se colocou como amigo foi no episódio do Luiz Carlos Mendonça de Barros. Claro que, naquele caso deu certo e espero que não aconteça outra vez.

Dr. Armínio Fraga, há uma questão que me parece fundamental na exposição de V. S^a em algumas respostas. V. S^a afirmou, em primeiro lugar, que é favorável à independência do Banco Central, que estaria ligada a metas preestabelecidas. No outro ponto V. S^a afirmou que se não fizer mais nada como Presidente do Banco Central, caso seja aprovada sua indicação, uma coisa lhe parece fundamental como objetivo de qualquer Banco Central, que é a defesa da moeda. No caso presente, em que não temos ainda uma legislação clara de independência do

Banco Central e, portanto, a Presidência do Banco Central, embora necessária a aprovação por esta Casa, está hierarquicamente vinculada às autoridades econômicas. V. S^a acredita que há no Banco Central o arsenal, o instrumental necessário para que um Presidente do Banco Central possa efetivamente cumprir sua missão de defesa da moeda, mesmo não tendo sob sua decisão outros instrumentos de política econômica, por exemplo, no que diz respeito ao ajuste fiscal? Para lembrar mais um exemplo de V. S^a. Nesse caso, como deverá ser seu comportamento se colocado frente a esse dilema? O que me parece mais importante. Todos estamos aqui, concordemos ou não com sua indicação, trabalhando para que este País não volte a ter inflação. Para que saíamos deste período de turbulência e voltemos a ter estabilidade econômica.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Dr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Muito obrigado, Senador José Roberto Arruda, pela chance de abordar uma pergunta da maior importância.

Tenho certeza que a postura do Presidente Fernando Henrique Cardoso e de seu Ministro da Fazenda, Pedro Malan, hoje é a postura correta de dar ao Banco Central objetivos claros e o espaço para trabalhar nessa direção.

Fiz, durante minha breve fala, a ressalva de que o Banco Central, para ter sucesso, precisa contar também com o apoio de outras políticas e agradeço ao Senador a chance de reforçar esse ponto. Acredito que a política do Banco Central será muito mais eficaz acompanhada da atual trajetória de política fiscal proposta pelo Governo. Esse é um ponto muito importante, na medida em que a política econômica é uma política complexa que envolve inúmeras variáveis. Tenho certeza de que essa é uma meta de Governo e, portanto, vou a ela com tranquilidade.

Quanto ao ponto da independência, a história de outros países mostra que a independência vem e assume um papel fundamental após a conquista prática dela. Não é muito diferente no caso da economia e da política. Mas que, uma vez que esses objetivos sejam atingidos, a independência funciona como uma forma de defender as conquistas. Então, nesse sentido, cabe essa pequena colocação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade, apelando a S. Ex^a para resumir o máximo possível seu tempo.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Srs. Presidentes, Dr. Armínio Fraga, eu gostaria de começar com uma concordância com V. S^a, quando disse que um dos seus objetivos é não permitir a volta da inflação.

Como V. S^a menospreza nossa inteligência e a inteligência do povo brasileiro ao negar que sabia que seria convidado para presidir o Banco Central, após um jantar com o Presidente da República e após um café com o Presidente do Congresso Nacional, eu me permito não acreditar em V. S^a. E não acredito por uma questão prática também. Duas outras razões me levam a votar no plenário do Senado contra a indicação de V. S^a – e queria chamar a atenção dos Srs. Senadores desta Casa, porque, mais uma vez, o Senado da República comete e acolhe um erro de uma decisão de política econômica adotada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

V. S^a disse duas coisas, durante a sua manifestação, que me fazem votar contra a sua indicação: disse que o viés restritivo deve ser mantido na política monetária. Em palavras claras, isso significa que V. S^a vai defender o controle monetário e, portanto, os juros altos. Parece-me engraçado, estranho que Senadores da base governista, que permanentemente estão aqui a condenar essa política – como, inclusive, o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos –, apesar de saberem que V. S^a e a equipe econômica do Presidente Fernando Henrique continuarão a adotar essa política, cedam à sua orientação.

Outra afirmação de V. S^a é a de que respeitará todos os compromissos e contratos feitos. Isso significa que V. S^a, na prática, irá defender, com unhas e dentes, o pagamento dos compromissos nacionais e internacionais da dívida pública interna e externa no nosso País.

A meu ver, era preciso repensar isso, porque temos de assumir os compromissos que fazemos na medida em que não prejudiquemos a nossa Nação e, conseqüentemente, a sua própria população.

A essas duas manifestações de V. S^a os Senadores precisavam prestar atenção para não acreditar mais uma vez na equipe econômica do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que dá uma demonstração clara de que não entende nada de economia, porque o rumo que estamos tomando nos levará de volta à inflação. Não há como evitar isso. V. S^a não fará nenhum milagre.

E aí vai a minha primeira pergunta: V. S^a não se sente culpado, como um representante ou como

um funcionário de um especulador internacional, pela situação que vivemos hoje?

Quando o Presidente Fernando Henrique assumiu o Governo, nossa dívida era de R\$60 bilhões; hoje, chega a R\$415 bilhões, numa economia que praticamente não teve inflação durante um período de 4 anos. A política econômica do Senhor Fernando Henrique e a do Ministro Malan foi a política de manter permanentemente esses juros altos, para captar recursos internacionais e manter aqui a sua reserva.

Então, como é que pode, Dr. Armínio Fraga?

Entendo que V. S^a é um pouco responsável, estando do outro lado do balcão, pela situação que o Brasil está vivendo hoje. No ano de 1999, vamos pagar a título de juros mais do que a nossa dívida em 1995, quando o Senhor Fernando Henrique assumiu o Governo. Questiono a competência desse Governo, e, se V. S^a vai fazer parte dessa equipe e está absolutamente entrosado com o Ministro Pedro Malan, questiono o interesse e a vontade política de V. S^a nesse processo.

Por último, creio que nem V. S^a, nem o Ministro Pedro Malan permanecerão muito tempo no cargo, porque a política que V. S^{as} estarão adotando não tem nenhuma diferença da adotada entre 82 e 90: é a política dos juros altos; é a política que pretende deter a inflação por contenção de consumo. V. S^{as} só terão sucesso no aumento das exportações, no superávit da nossa balança comercial – aí sim, creio que terão sucesso. É evidente que terão sucesso, mas o povo brasileiro sofrerá com isso, pois vai-se reduzir a importação; quem vende para o mercado interno passará a vender para o mercado externo, e, finalmente, os preços subirão, porque a demanda vai continuar, e numa situação muito pior do que a da década de 80, porque hoje o salário está achatado, as dificuldades são as maiores possíveis.

Por último, apelo à consciência de V. S^a para que tenha a coragem de explicitar, neste plenário, o seu pensamento. V. S^a tem um pensamento, tem uma análise, tem um posicionamento político e não pode esconder isso desta Comissão. Expresse a sua posição sobre a questão da privatização do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e acrescentaria ainda da Petrobrás, porque tudo o que o Brasil já vendeu rendeu R\$32 bilhões, e é menos do que vamos pagar de juros no ano de 1999.

Então, a política que está sendo adotada está fadada ao insucesso, à volta da inflação, ao absoluto sacrifício do povo brasileiro. Lamentavelmente, essa não é a saída. Como haverá muito questionamento

social em nosso País, acredito que em breve o Presidente Fernando Henrique Cardoso vai acordar e compreender um pouco mais de economia, deixando de acreditar no Ministro Pedro Malan e em pessoas como V. S^a.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Tem a palavra o Dr. Armínio Fraga Neto, se assim o desejar.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Senador Ademir Andrade, em vista do tempo escasso e do número de inscritos, gostaria de pedir que lesse uma cópia de minha fala, porque lá apresento as posições com relação à política macroeconômica, inclusive sobre essa política de taxa de juros e outras. Além disso, argumento que, sem prejuízo de uma política monetária responsável, que não permita a volta do imposto criminoso que é a inflação, chegue-se a uma taxa real de juros mais baixa, graças às outras variáveis que já discutimos, como o déficit público, taxa de câmbio e outras. Agora não me cabe repetir o que já disse. E sinto que realmente temos uma diferença fundamental. Espero que V. Ex^a esteja errado. Acredito que esteja, mas o futuro dirá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Tem a palavra o Senador Ademir Andrade, para a réplica.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Vou ler o que V. S^a afirmou aqui em plenário: "Isto significa que a política monetária terá que necessariamente se caracterizar por um viés restritivo, enquanto não desaparecerem os efeitos transitórios da desvalorização." Isso significa que V. S^a manterá uma política de juros altos. É a mesma política do passado. Nada muda. E insisto: V. S^a tem o dever de dar a sua opinião. V. S^a está se omitindo perante vários Senadores que lhe questionaram nesta Casa sobre a privatização do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e da Petrobrás. Insisto em que V. S^a devesse dar a sua manifestação a respeito dessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Tem a palavra o Dr. Armínio Fraga Neto.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Para terminar, se V. Ex^a puder ler o próximo parágrafo, nele abordo a questão da taxa de juros real, que é a mais importante para o setor produtivo. V. Ex^a está fazendo uma leitura parcial, que é um direito seu – entendo –, é uma coisa política. Eu não sou político, e vamos deixar assim.

Quanto ao Banco do Brasil, infelizmente vou repetir o que já disse, pois não sei mais o que fazer; penso que é correto repetir.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Dê a sua opinião.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – A minha opinião é que um assunto dessa importância merece o estudo que será feito.

O SR. ADEMIR ANDRADE – V. S^a é a favor da privatização.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Senador Ademir Andrade, a palavra está com o Dr. Armínio Fraga Neto.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Senador Jorge Bornhausen.

O SR. JORGE BORNHAUSEN – Sr. Presidente, Antonio Carlos Magalhães; Sr. Presidente desta Comissão, Senador Fernando Bezerra; Sr^s e Srs. Senadores, entendo que o Professor Armínio Fraga possui, inegavelmente, os três requisitos fundamentais para exercer a Presidência do Banco Central: reputação ilibada, profundo conhecimento sobre questões econômicas e conhecimento sobre as práticas da administração pública. Acrescento um outro importante atributo. Faço-o em função das discussões que aqui ocorreram. O ilustre economista estava nos Estados Unidos da América. Tinha, em função das suas qualidades profissionais; um posto privilegiado no mercado financeiro. Foi convocado pelo Presidente da República depois de graves momentos ocorridos no final de janeiro neste País, no auge de uma grande crise. Respondeu, de forma imediata, aceitando o desafio. Acrescento, portanto, ao ilustre economista o atributo fundamental de ter espírito público. Por isso mesmo, passo diretamente às duas perguntas que farei.

Na exposição inicial, V. S^a declarou sua posição a favor da manutenção do câmbio flutuante, admitindo intervenções para correções em casos especiais. Visando tranquilizar a incerteza que predomina na sociedade em face da alta desvalorização do Real, pergunto quais as ações excepcionais que V. S^a admite para conter os abusos do mercado na defesa do poder de compra da moeda nacional.

V. S^a pretende seguir valorizando as reuniões do Comitê de Política Monetária, Copom, na determinação das taxas de juros? Sobre essa questão, gostaria que esclarecesse ainda se prefere a colocação a papéis pré-fixados ou pós-fixados, já que uma estrutura de taxas pré-fixadas, lançadas em diferentes vencimentos, define a certeza e a segurança do mercado sobre o futuro.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Dr. Armínio Fraga Neto.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO— Muito obrigado, Senador Jorge Bornhausen. A sua pergunta é absolutamente pertinente.

Começando pelas ações excepcionais, temos de separar a resposta em duas partes. No que diz respeito aos movimentos de mercado, estes têm de ser objeto de resposta da política econômica, resposta esta que pretendo dar em moldes tradicionais, sem a falsa criatividade que, volta e meia, permeia a discussão sobre o assunto.

As ações desestabilizadoras de natureza criminosa terão o tratamento que merecem. Conto, nesse sentido, também com a ação da nossa Câmara de Valores Mobiliários, CVM.

A instituição do Copom foi uma boa idéia, por retirar da reunião de Diretoria do Banco Central um assunto que merece um destaque especial. A política monetária tem um impacto macroeconômico extraordinário e é, realmente, o ponto de maior importância da atuação do Banco Central.

Portanto, posso responder afirmativamente a sua pergunta, dizendo que manteremos o formato do Copom, a importância simbólica que vem desta reunião, que dá um traço muito especial à decisão de política monetária.

Quanto à colocação de papéis pré e pós, tenho de dar uma resposta um pouco genérica. Acredito que num momento como este, de turbulência, o Banco Central não pode abrir mão de um ou outro papel. Não tenho dúvida de que, a longo prazo, é correto ter uma gama de títulos no mercado com prazos diferentes e com, como disse V. Ex^a, a característica do pré, que é a definição de uma estrutura futura de taxa de juros.

O Banco Central, nesse sentido, tem a tradição de atuar nessa área, que foi relegada a segundo plano em função da crise. Acredito que seja uma boa tradição e pretendo voltar a ela, quando o momento de mercado assim o permitir, o que pode ocorrer com papéis de curto prazo num futuro próximo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) — Concedo a palavra ao Senador Jorge Bornhausen para a réplica.

O SR. JORGE BORNHAUSEN — Agradeço as respostas que foram efetivadas pelo Professor Armínio Fraga e declaro que, com convicção e com esperança, votarei a favor do indicado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) — Concedo a palavra ao Senador Luiz Estevão.

O SR. LUIZ ESTEVÃO — Sr. Presidente desta Comissão, Sr. Presidente do Congresso Nacional, Sr. Armínio Fraga, parece-me que nesse mercado especulativo especula-se com muita coisa. Especula-se com o dinheiro, com o caráter e com a honrabilidade das pessoas.

A propósito disso, recorde-me da entrevista dada pelo economista Simon Treacher, Diretor de Mercados Emergentes no Morgan Grenfell à revista **Carta Capital**, em que ele afirma que não há dúvida de que houve ganhos suspeitos dos **hedge funds** após a sua nomeação para o Banco Central.

Logo em seguida, ele é perguntado pela revista: "Pode-se afirmar que os fundos de Soros participaram dessas operações?" Responde o entrevistado: "Não tenho nenhum interesse em provar se o que estou dizendo é verdade ou mentira". Pergunta a revista: "Voltando à questão anterior, os fundos de Soros participaram ou não das operações?" Responde o entrevistado: "Não sei quais são os fundos envolvidos, o que dá para dizer é que fundos movem-se em bloco". Pergunta a revista: "Paul Krugman disse que Soros valeu-se de informação privilegiada". Responde o entrevistado: "Não sei se podemos dizer que foi o próprio Soros que se valeu de informação privilegiada". Vê-se, portanto, que é muito difícil dar crédito a informações que o próprio acusador não tem a coragem de sustentar.

Passo em seguida às minhas perguntas. Todos nós assistimos ao Brasil perder, nos últimos tempos, cerca de R\$40 bilhões de suas reservas cambiais. Diferentemente do que ocorreu na Indonésia, por exemplo, não vimos investidores ou especuladores se queixarem de quaisquer perdas que tenham tido no Brasil. Conclui-se, portanto, que saíram daqui satisfeitos com os seus ganhos. Parece-me, também, ser evidente e fartamente demonstrado o prejuízo e a desestruturação da economia provocada por essa fuga repentina de capitais. Pergunto: qual foi o benefício advindo para o Brasil da passagem, do passeio desses fundos especulativos pelo nosso País nos últimos três anos?

Há algum tempo, o Governo deixou de informar qual era o fluxo diário das nossas reservas cambiais. A última informação que obtivemos indicam estarem essas reservas em cerca de U\$35 bilhões. Pergunto se V. S^a confirma esse valor. Caso confirme, gostaria de saber qual o montante disponível — depósito à vista — e qual o volume de recebíveis, de curto e médio prazo? E, em terceiro lugar, pergunto-lhe qual é o percentual dessas reservas que poderia ainda ser

considerado como investimentos voláteis oriundos do capital especulativo?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Dr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO— Muito obrigado, Senador Luiz Estevão.

A sua primeira pergunta diz respeito ao benefício para o Brasil do dinheiro que pode ter entrado e saído. A resposta é de difícil confecção, na medida em que, claramente, os que saíram evitaram a perda da desvalorização. Se ganharam, não sei, não dá para dizer. Manifestei aqui a minha convicção de que a abertura é uma política que favorece ao País, porque nos traz poupança, tecnologia, etc. Manifestei também a minha preocupação com a administração do fluxo de capitais de curto prazo, assunto que, conforme mencionei, era objeto de minha pesquisa econômica com um colega professor em Harvard. A pergunta é complexa. O benefício para o Brasil veio num momento em que, talvez, ninguém mais se interessasse em investir aqui. O custo, a longo prazo, foi a saída que nos colocou na difícil posição atual.

Minha opinião é que, sendo possível, é melhor financiar o balanço de pagamentos com recursos mais longos, e que toda precaução é válida nesse sentido. Quanto às informações, eu diria que são informações internas do Banco Central. Não tive acesso à carteira de investimentos ou de colocações das reservas do Banco, tampouco a outra informação do fluxo. Se aprovado por esta Casa, terei essa informação, que é divulgada – as reservas são divulgadas com periodicidade quase instantânea, mas, no momento, não disponho de informações a respeito desses detalhes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Consulto V. Ex^a se quer fazer uso da palavra para a réplica.

O SR. JORGE BORNHAUSEN – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – V. Ex^a dispõe de dois minutos.

O SR. JORGE BORNHAUSEN – Da resposta dada pelo Dr. Armínio Fraga, parece-me evidente que é difícil identificar qual foi o ganho para o nosso País da permanência desses recursos nesse período. Parece-me, também, bastante claro que não houve perdas para os investidores. Ninguém se queixou de perdas até o momento. Parece-me cristalino que o Brasil perdeu muito com a saída e que toda essa desestruturação advém, em grande parte, dessa fuga maciça e concentrada de capitais num

primeiro momento. E a minha pergunta é a seguinte: considerando o risco de que, dentro do processo de recuperação econômica, o Brasil se torne, num futuro próximo, novamente um alvo atrativo para esses capitais especulativos, de que forma V. S^a pretende – já que resta quase provado que eles não trouxeram nenhum benefício ao País – evitar que essa arribação se repita aqui?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Dr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – É correto especular que os investidores que saíram não perderam, mas a realidade é que muita gente ficou, muita gente manteve seus investimentos. A maioria dos investimentos permaneceu no País e esses perderam muito. A nossa esperança é que eles, olhando para frente, vejam que poderão ter ganhos e que, portanto, permaneçam aqui ou até tragam mais recursos. O ponto que é muito interessante e que V. Ex^a coloca é, realmente, o da administração dos capitais de curto prazo. A experiência mostra que eles são os primeiros a voltar e os primeiros a sair. Então, trata-se de administrar isso. A minha postura é que capital de curto prazo em excesso é algo que merece alguma atenção, principalmente no que diz respeito aos aspectos prudenciais do retorno à circulação desse capital no sistema financeiro. E esse será o foco de nossa atuação, se aprovado por esta Casa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Antonio Carlos Magalhães, Sr. Presidente desta Comissão, Senador Fernando Bezerra, Sr^{as} e Srs. Senadores, Dr. Armínio Fraga, os negociadores de mercado atuam numa arena onde a disputa na defesa dos seus interesses é muito dura, é implacável; arena onde amadores, ingênuos e despreparados não prosperam. Ali se exige a atuação de especialistas e profissionais.

O perfil técnico de V. S^a, por sua formação acadêmica e larga experiência profissional, credencia-o a exercer a exigente função de Presidente do Banco Central. Não posso aprovar o nome de V. S^a nesta Comissão – não a integro –, mas assim farei em plenário. Cumprimento V. S^a pela coragem e espírito público de aceitar esse desafio em um momento de turbulência da economia nacional.

Gostaria, entretanto, de fazer duas breves indagações.

A primeira: o Congresso Nacional aprovou a maior parte das medidas propostas pelo Governo

para a concretização do ajuste fiscal. De sua parte, a equipe econômica optou pela manutenção da política de juros altos, política que se provou ineficaz no combate à fuga de capitais externos. Pergunto se o ganho financeiro do ajuste revela-se suficiente para alcançar o equilíbrio fiscal.

O segundo questionamento seria o seguinte. Diante do cenário de especulação da moeda, de dívida interna elevada, de juros exorbitantes, de atividade econômica constrangida, de taxa de desemprego elevada e com a perda da âncora cambial, como seria possível a curto e a médio prazo reverter esse quadro e manter o Plano Real e a inflação sob controle, valores que já eram consagrados como uma conquista da sociedade brasileira?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Com a palavra o Sr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Muito obrigado, Senador Leomar Quintanilha. V. Ex^a aborda pontos da maior importância e a resposta para eles virá com a sequência temporal desses eventos.

Tivemos recentemente duas mudanças importantes: o ajuste fiscal, a partir de novembro, e a mudança no regime cambial. Essas mudanças me dão a confiança de que será realmente possível um futuro mais promissor, com crescimento sem medo.

As mudanças são recentes e seus efeitos vêm com um pouco de tempo. A mudança cambial não tem um mês e por isso não estão claros os benefícios que virão, mas tenho realmente a certeza de que espaço há e, como falei, em um futuro que espero não estar muito distante será possível a queda dos juros reais e a volta ao crescimento. Esse é o caminho que vem a partir de novidades, quer dizer, não são políticas antigas, são políticas novas que foram, como mencionou V. Ex^a, apoiadas integralmente pelo Congresso, pelo Senado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Consulto V. Ex^a se quer fazer uso da palavra para a réplica.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – Dou-me por satisfeito, Sr. Presidente, com as respostas recebidas e, como há pouco tempo, abro mão da réplica.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Senador José Alencar.

O SR. JOSÉ ALENCAR – Sr. Presidente, desta Comissão, Sr. Presidente do Congresso, Srs. membros da Mesa, ilustre Sr. Armínio Fraga, não tenho a intenção de fazer perguntas, porque praticamente todas as perguntas já foram feitas. Gostaria, no entan-

to, de colocar aqui umas questões ligadas à ética, à honorabilidade etc.

Sou de uma família grande, de quinze filhos, e meu pai nos ensinava que, **a priori**, as pessoas são honestas. Não podemos, até que provem em contrário, julgar uma pessoa desonesta. Ele nos ensinava isso. E outra ponto: quando eu saí de casa aos 14 anos – sou de família pobre – ele me disse: "meu filho, o importante é poder voltar".

Então, compreendo que V. S^a possa ter, como todos tem, necessidades materiais e não-materiais e que veio para o Banco Central em busca, naturalmente, de atender a uma necessidade de auto-realização.

Portanto, desejo a V. S^a muito boa sorte, se aprovado – e tudo indica que o será –, na função de Presidente do Banco Central do Brasil e também que V. S^a possa sempre voltar a esta Casa para encarar a cada um de nós consciente de que cumpriu o seu dever de brasileiro e de que prestou um grande serviço ao País.

Gostaria de comentar com V. S^a que o Banco Central tem como principal atribuição a manutenção da moeda, e sabemos que a estabilidade monetária deve ser sempre encarada como meio para uma retomada do desenvolvimento e abertura de oportunidades de trabalho e de crescimento no campo social brasileiro.

Não sei se temos tido cultura para este "Brasil", grafado com "z", em que passamos a viver, depois que se começou a falar em modernidade no País. Cultura negocial, por exemplo, não temos tido. Recentemente, vendemos na Bolsa de Mercadorias e Futuros muitos dólares. Seria – esta é a pergunta que eu gostaria de fazer a V. S^a –, considerando a sua cultura técnica negocial, propósito de V. S^a continuar essa prática de venda de dólares na Bolsa de Mercadorias e Futuros?

Outra pergunta que eu gostaria de fazer a V. S^a é que, considerando que todos os monetaristas, a começar por Milton Friedman, recomendam política monetária restritiva por um curtíssimo prazo. Por quanto tempo V. S^a considerará que o Brasil pode continuar ainda a resistir a essa política monetária que, no nosso caso, tem tido justamente um efeito inverso, porque faz agravar o nosso déficit – não o primário, mas não posso adjectivar o déficit, tenho de falar nele como um todo?

E quanto ao nosso déficit que se preconiza para este ano, ainda que se tenha buscado o ajuste fiscal, com o sacrifício de Estados, Municípios e de pessoas, 28 bilhões e, agora, mais 8 bilhões, todos

esses recursos podem ser insuficientes para menos de 4 meses de juros que irão pesar por essa monumental e formidável dívida, construída com a essa política.

Estamos muito preocupados, porque o Brasil não pode continuar neste "Brasil" sem cultura negocial para administrá-lo. Então temos de voltar ao Brasil, com "s", que é a agricultura, pecuária, a indústria, o comércio e as produções nacionais que precisam ser vistas. Estamos muito embevecidos com questões financeiras e fiscais, nos esquecendo que o Brasil precisa de nós. Não podemos construir o futuro do País com as costas viradas para o Brasil, com "s", para o povo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Com a palavra o Sr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Muito obrigado, Senador José Alencar. Quanto ao tema política monetária restritiva, taxas de juros, trata-se de assunto que abordei em minha exposição. Repito, portanto, apenas a parte que me parece relevante, qual seja a necessidade de se atacar as causas das altas taxas de juros em suas verdadeiras raízes. Tenho certeza de que isso está sendo feito e de que, com o correr do tempo, as taxas reais cairão. Isso é o que vai dar esse necessário alívio à nossa economia.

O que não é possível, a meu ver, é uma política monetária isolada desse contexto. A política monetária fora desse contexto corre o risco de ser desestabilizadora. Concorro com V. Ex^a quanto à impossibilidade de se manter o País na trajetória dos últimos dezoito meses. Acredito, no entanto, que as medidas tomadas, incluindo as partes fiscal, cambial e estrutural, poderão restabelecer uma taxa de juros real normal no País, e espero que isso ocorra o mais rápido possível. Esse é um tempo que é difícil precisar.

Quanto à questão da venda de dólares na Bolsa, acredito que, com o regime de câmbio flutuante, a atuação do Banco Central nesses mercados certamente diminuirá, na medida em que o mercado agora determina a taxa de câmbio e o Banco Central não tem compromisso direto com qualquer nível de taxa. O compromisso é com a taxa de inflação. Essa é a minha resposta direta.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ ALENCAR – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Souto.

O SR. PAULO SOUTO – Sr. Presidente do Senado, Sr. Presidente da Comissão, Dr. Armínio Fraga, V. S^a não fez nenhum segredo, tanto durante a exposição como durante algumas respostas, de que

terá que necessariamente usar a política monetária para evitar o que seria o mal pior: a volta exacerbada da inflação.

Gostaria de perguntar a V. S^a, que tem uma larga experiência internacional, se foi possível, em países que já atravessaram uma situação semelhante à que, neste momento, atravessa o Brasil, adotar, sem prejuízo dessas metas, algumas políticas de natureza compensatória que aliviassem um pouco principalmente as condições da população mais carente do País.

Quero dizer que entendemos que essa política necessariamente vai gerar alguma redução da atividade econômica, mas que existe um certo espaço para medidas de natureza compensatória que possam, pelo menos, minorar as dificuldades por que certamente podem passar uma grande parte de nossa população.

Durante todo o transcurso do Plano Real, pelo menos para uma parte ponderável dos economistas, ficou mais ou menos claro – este já é um assunto praticamente ultrapassado – que havia uma valorização excessiva da nossa moeda. Mesmo aqueles mais exagerados sempre acreditaram que era algo da ordem de 20% a 25%.

Pergunto: por que, com a liberalização do câmbio, não aconteceu o que o mercado dizia? Aconteceu, realmente, uma desvalorização muito maior do que o esperado durante todo esse tempo. Essa foi uma questão meramente de especulação ou isso refletiu, naturalmente, as fragilidades dos nossos indicadores macroeconômicos?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Dr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Muito obrigado, Senador Paulo Souto.

A sua primeira pergunta diz respeito a políticas compensatórias, que me parece ser da maior importância. O assunto foi abordado em outros países, e, normalmente, como parte do financiamento externo concedido a esses países, surgia algo que viesse do Banco Mundial com esse objetivo. Creio que esse é um caminho possível.

O outro caminho, infelizmente, é realocar recursos, que são escassos, tendo esse objetivo em mente. E me parece que essa é uma idéia louvável. Quanto à taxa de câmbio, o que nós, hoje, vivemos no Brasil é um processo com certo exagero na desvalorização. A avaliação que a maioria dos economistas têm é esta, realmente, de que a taxa está desvalorizada demais, e que, com o tempo, esse fenômeno tende a se corrigir. O desafio para o Banco

Central é zelar para que isso ocorra sem aumento na taxa de inflação. Esse é o desafio, mas concordo com a avaliação de V. Ex^a quanto ao problema em geral, e é extensivo também ao padrão internacional para essas situações.

Finalmente, V. Ex^a perguntou se esse processo advém de fragilidades internas ou se é parte da especulação. Eu diria que é das duas coisas. Normalmente, uma não vem sem a outra, e acho que o nosso caso é este.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao nobre Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. GILBERTO MESTRINHO – Sr. Presidente do Congresso Nacional, Sr. Presidente da Comissão, Srs. Vice-Presidente e Relator, Professor Armínio Fraga, ouvi, com muito cuidado, a exposição que V. S^a fez aqui, no início dos trabalhos, dando a sua visão de como deve atuar o Banco Central, as políticas a serem adotadas, buscando a estabilidade da moeda, o controle da inflação. No decorrer dessa exposição, verificamos que a indicação de V. S^a, a submissão do seu nome a esta Casa e a ampla discussão que se fez foi uma medida correta. Pelas respostas dadas aos vários Srs. Senadores que questionaram a sua indicação, os que discutiram a problemática brasileira do momento, V. S^a fez com que várias das indagações que eu gostaria de fazer a V. S^a ficassem antecipadamente respondidas. Mesmo porque entendemos que a realidade brasileira exige de cada um de nós uma compreensão clara do que está acontecendo na economia e do papel de cada um e dos vários organismos na orientação da política econômica e da atividade econômica. Falamos muito na taxa de juros, que é elevada, mas temos que levar em conta que ela não depende da vontade de alguém. Ela é consequência de vários vetores, é consequência de variáveis que influem no processo e servem também como política para conter o crescimento ou para evitar a inflação. Daí o aconselhamento de que, quando a inflação começa a se manifestar, como está ocorrendo agora, o aconselhamento dos técnicos é a elevação das taxas. Só que o efeito é maléfico, porque o aumento da taxa de juros reduz a capacidade de produção; a redução da capacidade de produção leva à recessão; a recessão causa problemas sociais terríveis, e tudo isso junto, num quadro como o nosso, pode resultar no que é mais terrível: a estagflação.

Mas as colocações que V. S^a fez aqui dizem bem claro que é possível chegar a compatibilizar a

política monetária, humanizando-a, levando em conta a cidadania, levando em conta, como disse o nobre Senador José Alencar, que o País não é só moeda, o País são cidadãos; são 156 milhões de brasileiros, mal contados pelo IBGE, que precisam ser levados em conta também nesse processo, para que não cheguemos efetivamente à estagflação.

A moeda é importante, mas a produção é fundamental. Se não recuperarmos o crescimento, este País não sairá da dificuldade em que se encontra. E mais: terá agravado o problema social, e o problema social é um conselheiro terrível para a democracia. Acredito nisso porque não me baseei em jornais, em informações, em interesses vários que circulam no mundo inteiro e que discutem a sua nomeação. Fui procurar me informar com ex-alunos seus, com professores seus, e todos atestam a sua correção, a sua firmeza de caráter, a sua competência, que todos reconheceram aqui. Tenho certeza de que V. S^a será um grande Presidente do Banco Central.

Era o que tinha a dizer, dispensando-me de fazer perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Sr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Só posso agradecer. É uma honra ser alvo de comentários dessa natureza e que me dão um estímulo ainda maior para atacar esses problemas que hoje machucam o nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOISA HELENA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Dr. Armínio Fraga, é evidente que esse debate da ética, debate que moveu muitos discursos importantes na manhã de hoje, pudesse talvez ser esclarecido se buscássemos nos basear na velha e atual concepção de ética exposta por D. Pedro Casaldáliga, que dizia que "ética é vergonha na cara e amor no coração".

Sinceramente, Dr. Armínio Fraga, não consigo acreditar que uma estrutura, mesmo legal, que desmantela nações em função da mediocridade do lucro, que impõe fome, miséria, humilhação, desemprego e sofrimento a nações inteiras seja justa. Não consigo entender que essa seja uma atividade que pode estar sob qualquer ética, pelo menos do ponto de vista que entendo, que é o ponto de vista cristão. E como tanto V. S^a quanto outros Senadores falaram sobre algumas questões relacionadas a aprendizados domésticos, a influências da infância sobre a ética, é justamente em função da companhia de V. S^a,

durante tanto tempo, a uma figura – desculpe-me a expressão – sórdida, porque é alguém que, sendo judeu, se traveste, reveste-se de nazista para perseguir os seus próprios irmãos judeus; vai à opinião pública e se diz um amoral. Efetivamente, posso até, com o tempo, ter que declarar publicamente que me enganei a respeito de V. S^a, mas devo dizer também que, na humildade de minha infância, aprendi, para julgar as pessoas, uma velha frase que minha mãe sempre repetia: "Dize-me com quem andas e eu te direi quem és".

Em função disso, não entendo que esteja presente a reputação ilibada, necessária para se assumir esse cargo. Posso me enganar no futuro e terei a obrigação perante V. S^a e a opinião pública de dizer que estava enganada, mas hoje tenho essa impressão e certeza.

A outra questão que tem sido alardeada em todos os cantos deste País é no sentido de que justamente a competência de V. S^a em atuar no mercado é que vai ajudar a enfrentar esse mesmo mercado. Não consigo entender que justamente no momento em que precisaríamos saber detalhes importantes sobre as suas atividades, tanto que foram jogadas pela opinião pública, V. S^a sonegue essas informações em nome de uma ética profissional da atividade que desenvolvia anteriormente. Então, não entendo, a não ser que V. S^a fosse ferir a ética profissional, enquanto atividade de especulação, para entrar numa nova ética pública e, portanto, defender os interesses da Nação brasileira.

Do mesmo jeito, não entendo quando V. S^a diz que não tem informações suficientes para responder a várias questões que foram feitas aqui sobre privatização do Banco do Brasil. V. S^a, inclusive, na sua exposição inicial, disse que durante esses últimos anos tem estudado profundamente a situação dos países emergentes e do Brasil. Então, V. S^a se nega a dar essa informação porque antes tinha uma posição enquanto representante do grande capital especulativo, e, hoje, uma nova posição? É em função disso que há sonegação de informações a esta Casa?

Até entendo que nos cause uma certa angústia fazer este debate aqui, porque é meio como se já soubéssemos o resultado. Temos que fazer este exercício, porque é uma prerrogativa que a Constituição nos assegura e o povo nos assegurou estar aqui, mas sabemos já o que vai acontecer. Não é à toa que todos os jornais ontem já anunciavam, inclusive pelo próprio Presidente da Casa, que a Oposição atacaria e o Governo aprovaria. Mas, mesmo

assim, gostaria que V. S^a assumisse algumas questões que são importantes do ponto de vista da transparência.

Tenho que dizer isso, mesmo que não acredite profundamente que vá ser feito, mas que ao menos V. S^a possa assumir nesta Casa a questão relacionada ao vazamento de informações privilegiadas – acho que V. S^a deve ter visto na mídia as informações que foram apresentadas com os respectivos documentos pelo Deputado Federal Aloízio Mercadante, em que, através de transações às vésperas da maxidesvalorização do real, muitos bancos ganharam com isso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra. Faz soar a campainha.)

A SRA. HELOÍSA HELENA – São meus cinco minutos, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Perfeitamente.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Muito obrigada.

Portanto, gostaria que V. S^a assumisse, na manhã de hoje, que irá garantir todos os esforços e o máximo de transparência no sentido de que a sociedade possa saber efetivamente sobre o vazamento das informações, até porque no texto que cita na relação de textos produzidos, "A Lição Mexicana de Prevenção e Gerenciamento da Crise", V. S^a diz que a melhoria na disponibilidade estatística dos passivos do Governo e do setor financeiro poderia ser particularmente útil, uma vez que permitiria a elaboração de análises mais consistentes sobre o perfil de risco do Brasil.

Que isso não sirva só para o mercado, para o capital especulativo, mas que possa servir também para as forças democráticas que querem, efetivamente, construir uma Nação brasileira. Então, que V. S^a garanta a todos os Senadores que, em tempo real e a qualquer momento do dia, possam ter as informações sobre os níveis das reservas brasileiras, o fluxo de entrada e saída de capitais, o movimento de todos os itens do balanço de pagamento e outras informações que são relevantes. Hoje, o Senado, pelo menos os Senadores que conheço, que pertencem à Bancada de Oposição, não têm esse acesso.

Gostaria ainda que V. S^a trabalhasse um pouco dois temas, inclusive sobre o da dívida externa. Lógico que todos sabemos que o ciclo de endividamento externo do Brasil – não tenho certeza se é o sexto ou sétimo ocorrido no País neste século –, ao contrário dos anteriores, não deixa marcas palpáveis em obras ou realizações. Certamente as únicas obras que podemos ver devem ser nas quinquilharias da

abertura desviada do mercado ou então nas taxas de desemprego e insolvência.

Pergunto se V. S^a acredita que o caminho percorrido ao longo dos últimos anos foi o melhor para o nosso País. Gostaria também que V. S^a falasse um pouco sobre o atual montante da dívida externa pública. Qual o volume de recursos que o Brasil terá que desembolsar este ano para o pagamento da dívida externa? V. S^a, honesta e sinceramente, entende que o Brasil tem condições de arcar tanto com a sua dívida interna como externa, que não seja à custa de um preço social exagerado, sem causar mais prejuízos, mais dor e sofrimento à grande maioria da população brasileira?

E gostaria também de perguntar sobre a aplicação do seu próprio dinheiro. Como foi já referido aqui anteriormente, V. S^a ganhou muito dinheiro na atividade de especulação; pergunto se V. S^a trouxe para o Brasil e, se trouxe, em que aplicou? Era o que gostaria de saber. Muito obrigada por ter sido tolerante.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Dr. Armínio Fraga, V. S^a tem a palavra.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Agradeço o entusiasmo com que a Senadora Heloisa Helena transmite as suas opiniões. Temo que haja pouco do que foi dito que não abordei; de qualquer forma, seguirei a lista, sob pena de entediar os demais.

O assunto Banco do Brasil tem sido levantado com tanta frequência que estou começando a ficar curioso sobre o porquê. Realmente posso dizer à nobre Senadora que pretendo, com muito cuidado, me dedicar à análise dessa questão no âmbito do grupo formado pelo Governo. Realmente estou bastante curioso.

Quanto às denúncias do Deputado Mercadante, suponho que elas tenham sido encaminhadas ao Banco Central. Tendo meu nome aprovado, estarei lá para dar, como sei que sempre dá a Casa, o tratamento respeitoso às denúncias que, sem nenhuma restrição, serão investigadas, avaliadas como sempre o foram; e sempre o serão na minha administração, se aprovado.

V. Ex^a também levanta questões ligadas à dívida externa e quais são os volumes e montantes. Não tenho, de cabeça, os dados, mas eles são públicos, é só uma questão de avaliação.

Do lado filosófico, minha visão parece ser diametralmente oposta à sua. Sou a favor de honrar compromissos, porque penso que é uma postura vantajosa para nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – V. Ex^a tem dois minutos para a réplica.

A SRA. HELOISA HELENA – Primeiro, como já era de se esperar, quero acreditar que as respostas que não foram efetivamente dadas não o tenham sido para não perder votos da Bancada governista.

Volto a repetir que espero que possamos ter outras oportunidades para que muitas das questões levantadas por V. S^a, no dia de hoje, sejam trazidas novamente a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente do Congresso, Sr. Presidente desta Comissão, demais membros da Mesa, professor Armínio Fraga, serei breve ao apresentar duas preocupações que tenho. Caso alguma delas já tenha sido aqui abordada, peço que V. S^a releve esse fato, porque a reunião já dura mais de seis horas, e confesso que não estive presente todo esse tempo.

Professor Armínio Fraga, o Brasil, todos sabem, carece de credibilidade externa, principalmente no campo financeiro. Há um reconhecimento público em relação a isso. Como decorrência, os custos dos recursos são mais altos e observa-se uma pressão dos juros sobre a economia.

Como escapar dessa armadilha? Os juros elevados – e eles devem se manter por mais tempo no atual patamar –, com o tempo, não poderiam ameaçar inclusive os compromissos do Governo com relação à dívida interna?

—Professor Armínio Fraga, trago ainda uma segunda preocupação – decorrência de questionamentos que me são feitos por vários empresários e produtores do meu Estado, Santa Catarina –, que diz respeito à inflação. Há uma preocupação de segurar a inflação no Brasil, pois temos receio de voltar ao passado. Existe o medo de que voltemos à fase da grande especulação, da grande inflação.

Meu Estado produz frango, e já se argumentou que o preço desse produto não poderia aumentar em função do dólar, porque frangos não comem ração importada. Eu até concordo com esse argumento, mas as pessoas não podem esquecer que, se essas empresas não importam ração, importam – várias dessas empresas –, equipamentos.

Há empresários – não somente nesse setor – que assumiram compromissos em dólares para melhorar as suas indústrias, as suas fábricas. Algumas empresas dirigem seus produtos para o mercado interno e não apenas para o mercado externo. Quem compra em dólares e destina sua produção principal-

mente ao mercado externo está mais protegido, pois tem receitas em dólares. Há uma compensação. No entanto, há também empresas que produzem exclusivamente ou principalmente para o mercado interno, que estão permanentemente me questionando. Como responder a esses questionamentos? Se houve uma desvalorização da ordem de 60% e o produto é colocado no mercado interno, quem não puder transferir para o consumidor esses custos, quebra, não há a menor dúvida. Com a transferência, no entanto, provoca-se a volta da inflação, o que a todos atinge. Trago, então, essa preocupação.

Como vamos responder a essas questões que nos são feitas todos os dias?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Com a palavra o Sr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.

De fato, abordei a questão dos juros e da credibilidade, mas gostaria de dirigir mais algumas palavras sobre o assunto.

Partilho do seu diagnóstico de que a situação, como vinha, era difícil, não sustentável. Porém, gostaria de aqui manifestar a minha visão de otimismo e esperança na medida em que vejo, com a política fiscal adotada a partir de novembro e com o novo regime cambial, a chance concreta de realmente virmos a passar para um círculo virtuoso de taxa de juros e dívida, feito com a base necessária de uma política fiscal responsável e de uma política cambial mais flexível.

Entendo as preocupações de seu Estado, que conheço e admiro muito. Espero que o próprio mercado encontre uma solução. Os produtores de bens exportáveis e comerciáveis, provavelmente, vão, de alguma forma, se beneficiar, e o mercado é quem vai dar, ao longo do tempo, enfim, o alívio necessário aos produtores do Estado de Santa Catarina, que é muito produtivo e merece mais.

Muito obrigado.

O SR. CASILDO MALDANER – Não se trata, propriamente, de uma réplica, mas é claro, Professor Fraga, nas empresas cujo produto é para exportação, há compensação e equilíbrio. Existe preocupação com aquelas que têm compromissos com a moeda internacional, em dólar, e cujo produto é destinado ao mercado interno. Se transferirmos aos consumidores esses custos, vamos provocar a inflação. Aí, vem a questão do poder aquisitivo que tem que melhorar, o Primeiro de Maio, e seria levantar uma polêmica.

São questões que trago para a reflexão, para, em conjunto, meditarmos e formular votos para que possamos, em conjunto, encontrar esses caminhos.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Para encerrar com chave de ouro, concedo a palavra à Senadora Maria do Carmo Alves.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES – Srs. Presidentes do Senado e da Comissão de Assuntos Econômicos, demais componentes da Mesa, Professor Armínio Fraga, temos assistido, no Brasil, a várias correntes – inclusive com a participação dos ex-Ministros Delfim Netto e Roberto Campos – criticando o receituário do FMI, especialmente a política dos juros altos, pois entendem que, à medida que os juros brasileiros, que já são os maiores do mundo, à medida que vão aumentando, ao invés de atraírem investidores, afastam-nos, porque cresce o temor da insolvência do País, e, de maneira exponencial, a nossa dívida interna, sem falar na recessão brutal, que está levando as empresas brasileiras à falência, e do desemprego preocupante e crescente.

Hoje, não somente os economistas, mas uma quantidade enorme de financistas, inclusive americanos, concordam com a idéia de que a política dos juros altos, adotada pelo FMI, é suicida. Nessa mesma linha, o próprio Banco Mundial, pela voz do seu economista-chefe, condena a linha do FMI, que, segundo suas palavras, conduz o País à inviabilidade.

Os críticos são inúmeros: Jeffrey Sachs e Galbraith são unânimes em aconselhar que a política dos juros altos pregada pelo FMI é péssima para qualquer economia, e o próprio George Soros afirma que a principal preocupação do FMI é mais de proteger os investidores do que a economia que ele está ajudando. Finalmente, na semana passada, pudemos ler no **New York Times** um editorial contrapondo-se às soluções do FMI.

Então, a minha primeira pergunta – que as suas palavras já responderam mas para a qual eu gostaria que V. S^a desse maiores explicações – é: diante de tantas respeitáveis opiniões, V. S^a vai insistir nessa política de juros altos, levando as empresas brasileiras à falência, levando ao desemprego e ao aumento da nossa dívida interna?

A segunda questão é prática: acredito que V. S^a, como técnico competente, já tenha mecanismos para que o setor de fiscalização do Banco Central possa atuar com relação aos bancos nacionais e estrangeiros, sediados no Brasil, que estão especulando contra o real. Isso é o que eu gostaria de saber.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Tem a palavra o Dr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Muito obrigado, Senadora Maria do Carmo.

Partilho da ansiedade de V. Ex^a quanto à taxa de juros e acredito que o programa que está sendo posto em prática agora permitirá uma queda responsável das taxas de juros sem as ameaças do passado, as ameaças do confisco, da inflação, que realmente foram caminhos que não trouxeram bem-estar à nossa população e ao desenvolvimento do nosso País.

Vejo hoje o FMI como financiador de um programa que é nosso. Sem o FMI, teríamos que fazer um programa mais duro. Infelizmente, essa é a realidade. Porém, continuo achando que o programa que temos permitirá a retomada do crescimento e a queda dos juros – de novo insisto – de forma responsável.

Quanto à especulação contra o real, o Banco Central tem interesse em ter certeza de que as regras do mercado e da ética sejam obedecidas. Isso é uma prioridade e será feito. Disso a Senadora pode ter certeza.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Tem V. Ex^a dois minutos para réplica se assim o desejar.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES – Estou satisfeita.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Tem a palavra o Senador Jader Barbalho, Líder do PMDB.

O SR. JADER BARBALHO – Sr. Presidente, não tenho nenhuma pergunta a fazer ao Dr. Armínio Fraga.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Peço silêncio, por favor!

O SR. JADER BARBALHO – Eu gostaria de cumprimentar o Senado, na pessoa do nosso Presidente, e a Comissão, na pessoa de V. Ex^a. Estamos há mais de seis horas nesta reunião e não creio que foi demais ficar aqui esse tempo todo.

Neste momento, a sociedade brasileira está tendo a oportunidade de verificar que o Senado, pelas diversas representações partidárias, cumpriu o papel da representação parlamentar ao indagar, à exaustão, o indicado à Presidência do Banco Central sobre as mais diversas questões.

Portanto, quero, como Senador e como Líder do meu Partido, cumprimentar a Casa e, particular-

mente, os integrantes desta Comissão, assim como aqueles que, não o sendo, aqui compareceram.

O Senado precisava demonstrar, neste momento grave da vida brasileira, o seu interesse pela indicação do futuro Presidente do Banco Central e pelas questões que envolvem essa indicação.

Desejo cumprimentar o nosso sabatinado pelo equilíbrio com que se comportou. Efetivamente, o Dr. Armínio Fraga não é um político; e, por não ser um político, confessou essa sua posição. Efetivamente, é um técnico. Talvez um político, sabatinado da forma como ele foi, não tivesse condição de chegar ao final desta longa entrevista com a tranquilidade com que conseguiu se manter até o final.

A responsabilidade política da sua indicação é do Presidente da República, que deve ter feito a avaliação de que as suas condições técnicas...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Peço aos Srs. jornalistas silêncio, por favor.

O SR. JADER BARBALHO – ...valeriam a pena, pela sua contribuição à frente do Banco Central.

Não vou aliar-me, de forma alguma, às considerações, e não as recrimino porque a sociedade democrática tem que ser contraditória e pluralista. E aqui, efetivamente, se exerceu a democracia, mais uma vez, em relação às questões éticas.

Penso que V. S^a é um profissional como tantos outros. Se a pessoa para quem V. Ex^a trabalhou ganhou dinheiro, no Brasil, também os banqueiros também têm ganho dinheiro há muito tempo. Há muito tempo ganham dinheiro aqui dentro, como ganha o Sr. George Soros lá fora. É a ciranda financeira lá fora e aqui dentro.

Todos estamos na expectativa, Dr. Armínio, de que V. S^a, com a competência profissional – que o Presidente da República deve ter avaliado –, efetivamente dê conta do recado, até porque não precisamos apenas mudar de rumo. V. S^a é um economista e nós, que não somos economistas, precisamos continuar a ter, se possível, admiração pela sua classe.

Estamos todos muito confusos. Já houve um governo que colocou no Banco Central alguém que era do mercado, para dar conta do Banco Central. Veio do mercado para o Banco Central, porque era um craque do mercado; entretanto, não deu certo. V. S^a sabe disso. V. S^a foi apresentado dessa forma. Estamos apostando que as condições técnicas e o embasamento técnico de V. S^a efetivamente dêem segurança à condução da política do Banco Central.

Temos assistido a economistas que dão palpite todo dia, alguns dos quais deixaram a inflação a 88% ao mês neste País. Entretanto, como este é um País de pouca memória, quem deixa ao País 88% de inflação ao mês também pode falar sobre economia, dar lições e indicar diretrizes, sem problema algum, porque, de certa forma, perdemos a memória.

Um dos projetos polêmicos no Senado, na Legislatura passada, foi a taxação de juros colocada na Constituição. Considerando-se isso como algo ridículo – não sou economista; sou um bacharel de província e tenho uma dificuldade imensa em economia – o Senado aprovou-o e foi recriminado por isso. Confesso que fiquei em dúvida, se se devia colocar tabela de juros na Constituição. Muitas pessoas disseram que isso era ridículo, que era uma piada sob o aspecto econômico. O Senado aprovou e agora o projeto encontra-se na Câmara. Fomos censurados.

Domingo, abro o jornal e, lá, um economista de renome nacional, cujo nome permito-me não declinar – dirigente de um importante banco –, numa longa entrevista, dizia que devemos tabelar juros no Brasil e que o dispositivo constitucional deveria ser adotado. Confesso que, de certa forma, quanto mais leio o que os economistas, no Brasil, escrevem, mais em dúvida fico.

Quero, portanto, Dr. Armínio Fraga, dizer que a responsabilidade política da sua indicação é do Presidente da República. O meu Partido é solidário com o Presidente da República e quero-lhe desejar boa sorte. Que V. S^a use a competência que dizem – e que acredito – que V. S^a tem! É isso que nós e a sociedade brasileira esperamos.

Em nome do meu Partido, recomendo aos meus companheiros nesta Comissão que dêem este voto de confiança política à escolha do Sr. Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Muito obrigado, Senador Jader Barbalho.

Quero agradecer ao Dr. Armínio Fraga a maneira elegante, atenciosa, competente, equilibrada e paciente com que durante seis horas e meia respondeu perguntas de 37 Srs. Senadores. Peço a V. S^a que se retire da sala, para que iniciemos a votação, e aguarde o resultado na sala ao lado.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Pela ordem, com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Antes que o Dr. Armínio Fraga Neto se retire, ou por uma questão de ordem referente à arguição dos diretores do Banco Central, tendo ele convidado a equipe para se tornar, cada um, diretor do Banco Central, na medida em que a Mensagem Presidencial não indicou por que área cada um deles será responsável, avalio que seja importante, se puder o Sr. Armínio Fraga Neto, informar qual a respectiva área de cada um.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Senador Eduardo Suplicy, cada um dirá em qual área atuará e se submeterá às indagações de V. Ex^{as}.

O SR. EDUARDO SUPPLY – O próprio seria que o Presidente da República tivesse indicado a área.

De qualquer maneira, Sr. Presidente, cumprimento V. Ex^a pela maneira como conduziu os trabalhos, de forma a permitir que tivéssemos a completa arguição do Sr. Armínio Fraga Neto, com espírito de tolerância, permitindo que cada um dos Srs. Senadores pudesse argui-lo da melhor maneira possível.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Muito obrigado. Inclusive, às vezes concedi o dobro do tempo.

Vamos iniciar a votação pela chamada nominal, por escrutínio secreto, utilizando o sistema de cédula.

(Procede-se à votação.)

Passo a Presidência ao Senador Bello Parga, para que eu possa votar.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Sr. Presidente, pela ordem. Faltou o nome de um Senador do meu partido.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Chamarei ao final o primeiro suplente.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Muito bem. Agradeço.

(Continua o processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Encerrada a votação, convido como escrutinadores os Senadores José Eduardo Dutra e Osmar Dias. (Pausa.)

Proclamou o resultado: 21 votos "sim" e 6 votos "não".

Está aprovado, pela Comissão de Assuntos Econômicos, o nome do Sr. Armínio Fraga Neto. (Pausa.)

Vou interromper a reunião por um minuto.

(Interrompe-se a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Declaro reaberta a reunião.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Machado.

O SR. SÉRGIO MACHADO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, proponho que os cinco candidatos a diretores do Banco Central sejam sabatinados em conjunto e que, depois, façamos a votação de cada um separadamente. É essa a proposta que queria apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Submeto a proposta ao Plenário.

Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, possivelmente a batalha regimental que tivemos no início desta reunião teria sido evitada se houvesse, desde o início, a intenção de se estabelecer a negociação.

Desde ontem, propusemos não só a V. Ex^a, como o Senador Eduardo Suplicy propôs publicamente em aparte ao Senador Jader Barbalho, que se fizesse, primeiro, a sabatina do candidato a Presidente do Banco Central e, depois, dos onze candidatos a diretores. Infelizmente, o entendimento não foi feito, o que nos obrigou a utilizar o único instrumento que as minorias têm, que é exatamente o de cobrar a observância do Regimento.

Na medida em que V. Ex^a, democraticamente, acatou o encaminhamento e foi atendido aquilo que já havia sido, inclusive, objeto de uma proposta nossa, concordamos. E quero registrar, inclusive, que fizemos isso até em defesa do Senado, porque me preocupou uma matéria de **O Globo** ao relatar o procedimento:

"No momento em que passar a palavra ao Senador Suplicy, Fernando Bezerra vai anunciar que está aberto o processo de votação dos nomes de Armínio Fraga e dos cinco diretores. As urnas ficarão ao alcance dos Senadores durante todo o processo de sabatina. Desse modo, se algum deles quiser viajar, é só depositar o voto na urna e ir embora."

Somo-me, inclusive, às palavras do Senador Jader Barbalho a respeito da importância que teve

esta reunião, independentemente das posições políticas e do mérito, e acredito que isso só foi possível exatamente porque V. Ex^a acatou o cumprimento do Regimento e a sugestão que fizemos no dia de ontem.

Nesse sentido, concordamos com a proposta do Senador Sérgio Machado.

A SRA. MARINA SILVA – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Eu queria apenas salientar que eu iria fazer essa proposta ao Plenário, mesmo porque eu, já nesta Comissão, assisti a várias práticas dessa natureza, sem nenhuma contestação de V. Ex^a. Inclusive, abertas as votações, os Senadores podiam votar e sair. E foi nesse sentido que, no momento em que V. Ex^a recorreu ao Regimento, imediatamente acatei sua proposição.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – É óbvio, Sr. Presidente. Não houve contestação antes porque não tivemos situações de tal gravidade. O Regimento é exatamente para garantir...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Eu quis dar um sentido prático, mas compreendo perfeitamente a posição de V. Ex^a.

A SRA. MARINA SILVA – Eu queria fazer uma justificativa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Senadora, desculpe, eu não a havia visto. V. Ex^a tem a palavra.

A SRA. MARINA SILVA – São 15h49min e, neste momento, os únicos que têm "reservas cambiais" a queimar aqui são os Senadores Antonio Carlos Magalhães, José Eduardo Dutra e Hugo Napoleão. Eu e o Senador Edison Lobão já estamos no limite das nossas reservas; então, faço um apelo no sentido de que se faça a sabatina em bloco dos demais candidatos a membros da Diretoria do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – É exatamente o que faremos, nobre Senadora.

O SR. EDUARDO SUP LICY – Sr. Presidente, quero fazer uma sugestão ainda.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY – Permita fazer uma sugestão que acredito V. Ex^a considerará de bom senso. Para que não haja uma outra lista de inscrição, e como, inclusive, tive a oportunidade de ser o primeiro, proponho que a lista de inscrição seja

a mesma, mas invertida. Tendo sido o primeiro, não terei qualquer problema, agora, em ser o último. Então, penso que seria justo até para os que não puderam inscrever-se tão rapidamente quanto nós o fizemos. Não me importaria de estar ao final, apenas para facilitar o prosseguimento.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Senador Eduardo Suplicy, agradeço a forma democrática com que V. Exª se coloca. Creio que, com a essência das questões abordadas, cada Senador que quiser interpelar os indicados que peça a palavra, a fim de que anotemos aqui, na ordem em que for pedida, se V. Exª concordar.

Pergunto a V. Exª, Senador José Eduardo Dutra, se podemos também – e essa prática já foi adotada aqui –, na medida em que fizemos a arguição, abrir a votação. Agradeço a V. Exª. Vamos determinar que se faça dessa maneira. Peço também aos Srs. Líderes que convidem para entrar na sala o Sr. Diretor do Banco Central.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y – Haverá cinco urnas então, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Não, a proposta é que teremos uma cédula com cinco nomes. Nessa cédula, vota-se "sim" ou "não". Obviamente, deixando em branco, é porque se absteve ou votou em branco.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, sugiro que se distribua a cédula agora.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Relator, Senador Ney Suassuna.

SR. NEY SUASSUNA – Sr. Presidente do Senado; Sr. Presidente da Comissão; Srªs e Srs. Senadores; Srs. Indicados:

O Presidente da República indicou para serem diretores do Banco Central do Brasil os Srs. Daniel Luiz Gleizer, Edison Bernardes dos Santos, Luiz Carlos Alvarez, Luiz Fernando Figueiredo e Sérgio Ribeiro da Costa Werlang. Os currículos foram por mim analisados, e todos os Senadores dispõem dos currículos sobre suas bancadas. Analisaram-se também as três condições de conhecimento, idoneidade e experiência.

O meu parecer, Sr. Presidente, é favorável aos cinco nomes. Pelo adiantado da hora, creio que não preciso ler o currículo de cada um e dizer as razões do meu parecer. Os currículos foram analisados, todos os Srs. Senadores tiveram acesso a eles e, por essa razão, creio que meu voto poderá ser simplifi-

cado, sendo emitido em conjunto e favorável aos cinco indicados.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y – V. Exª me permite um aparte para esclarecimento, Senador Ney Suassuna?

O SR. NEY SUASSUNA – Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y – Gostaria de saber se V. Exª recebeu da Presidência da República ou do Ministério da Fazenda comunicação sobre as áreas para as quais os diretores designados foram apontados, até para que, como Relator, V. Exª pudesse examinar se os indicados tinham currículo, experiência e notório saber nas áreas para as quais estão sendo designados. É a pergunta que formulo a V. Exª.

O SR. NEY SUASSUNA – Perfeitamente, Senador Eduardo Suplicy. Tenho alguns dados, não por indicação da Presidência, mas porque procurei me informar. Por exemplo, o Dr. Sérgio Ribeiro da Costa Werlang foi indicado para a Diretoria de Política Monetária.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y – A informação que tenho pelo boletim eletrônico do Ministério da Fazenda, que infelizmente o Senado não recebeu,...

O SR. NEY SUASSUNA – Desculpe, Senador, eu me equivoquei.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y – ...é que o indicado para Diretoria de Política Monetária seria Luiz Fernando Figueiredo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Senador Eduardo Suplicy, permita-me interrompê-lo. Concederei a palavra a cada um dos indicados, e poderão dizer a área em que vão atuar e a forma como atuarão. Acredito que ficará nítido e claro para nosso entendimento.

O SR. NEY SUASSUNA – Obtive as informações para cada área. Equivoquei-me ao responder ao Senador Eduardo Suplicy: trata-se do Sr. Luiz Fernando Figueiredo o indicado para a Diretoria de Política Monetária. Cada um, ao ser interpelado, dirá qual sua área de atuação. Dessa forma, não teremos nenhuma dúvida. Creio que, com isso, encerra-se meu relatório, uma vez que teremos oportunidade de inquiri-los à exaustão, se preciso for. Encerro, portanto, meu voto, sendo favorável aos cinco indicados, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Sr. Daniel Luiz Gleizer.

O SR. DANIEL LUIZ GLEIZER – Fui designado para a Diretoria de Assuntos Internacionais.

Exmº Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Antonio Carlos Magalhães, Exmº Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Fernando Bezerra, Exmº Sr. Senador Bello Parga, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Exmº Sr. Relator, Senador Ney Suassuna, demais Senadores, Senadoras, Senhoras e Senhores, gostaria de começar ressaltando a honra de submeter-me a este procedimento de arguição pública, na qualidade de indicado a integrante da Diretoria do Banco Central do Brasil. Serei breve nesta apresentação, para que passemos ao processo de arguição, que é o objetivo maior deste nosso encontro.

Vivemos um momento de intensa reflexão sobre a condução da política econômica no País. A turbulência financeira internacional que se iniciou na Ásia em meados de 1997 e propagou-se pelo mundo nos meses subseqüentes, somada às dificuldades de transformação definitiva do regime fiscal do País, inviabilizou a opção gradualista que pautava a condução da política econômica, culminando na flutuação do câmbio em 15 de janeiro do corrente ano. Essa importante alteração no regime monetário e cambial do País gera novas oportunidades e desafios para a formulação da política econômica, em particular, para atuação do Banco Central.

Conforme mencionado pelo Dr. Armínio Fraga, considerações históricas e analíticas demonstram que o foco primordial de um Banco Central é a manutenção da estabilidade de preços. Um fator fundamental para atingir essa meta é o estabelecimento de um regime formal que norteie a condução da política monetária. Esse regime consiste em um enunciado claro dos objetivos da autoridade monetária e dos elos entre esses objetivos e a condução da política monetária no dia-a-dia.

A transparência em relação às prioridades da política, a coerência entre os instrumentos e as metas e a clareza dos procedimentos operacionais são elementos essenciais do regime que contribuem para a credibilidade das políticas e para a reputação do Banco Central.

Enquanto vigorava o sistema de bandas cambiais, o regime monetário brasileiro era claro e simples. A taxa de câmbio proporcionava meta intermediária e a política monetária se pautava na manutenção da taxa de câmbio dentro de sua banda de flutuação. A combinação das taxas de juros e câmbio daí resultante era compatível com a meta

de controle da inflação. A opção pelo sistema de flutuação cambial impõe a adoção de um novo regime de condução da política monetária. Conforme mencionado pelo Dr. Armínio Fraga, um sistema de metas inflacionárias constitui-se na melhor alternativa.

Desse regime o Banco Central estabelece, de forma categórica, que sua meta primordial é manter a estabilidade de preços. Ao invés de ter como meta uma variável intermediária, tal como a taxa de câmbio ou os agregados monetários, que por sua vez afetam a taxa de inflação, o Banco Central impõe uma meta para a própria taxa de inflação. Em seguida, comparam-se previsões de inflação baseadas em um amplo leque de indicadores com a inflação desejada. As diferenças entre a previsão e a meta determinam o grau de ajuste da política monetária. Os efeitos imediatos da exagerada desvalorização cambial que se seguiu à adoção do regime de flutuação cambial determinam a necessidade de uma política monetária austera, para que reajustes de preços relativos e impactos transitórios não se propaguem pela economia.

A política monetária brasileira tem à sua frente a tarefa urgente de reconquistar a credibilidade, sem o apoio de uma meta cambial e diante de um exagerado ceticismo sobre as perspectivas da economia que se manifestem em uma escassez de recursos externos e uma taxa de câmbio excessivamente desvalorizada. Ceticismo exagerado, pois baseia-se em analogias internacionais inapropriadas, ignora características institucionais relevantes, tal como a estabilidade e solidez do nosso sistema político, e abstrai aspectos econômicos distintos da economia brasileira, tal como a complexidade e sofisticação do seu sistema produtivo. Câmbio real excessivamente desvalorizado, pois não representa uma situação de equilíbrio sob qualquer critério, dados os fundamentos que se delineiam para a economia brasileira.

A reconquista da credibilidade e a superação desse ceticismo requerem um esforço multifacetado. Precisamos não apenas da adoção de um novo regime monetário, mas da execução de uma política fiscal com ele compatível. Precisamos adicionalmente esclarecer à opinião pública sobre as reais perspectivas da economia brasileira, salientando os avanços já obtidos e os planos para superação das dificuldades remanescentes.

À Diretoria de Assuntos Internacionais do Banco Central cabe um esforço coordenado e de longo alcance, que vise a aprofundar esse processo de es-

clarecimento, estendendo a investidores e autoridades estrangeiras, contribuindo para a reconquista da confiança no País. Paralelamente devemos trabalhar na elaboração de estruturas que viabilizem novas captações de recursos externos a custos, prazos e condições adequadas ao financiamento do País. No âmbito fiscal, o Executivo, com o apoio do Congresso Nacional, caminha hoje para a geração de superávits primários superiores a 3% do Produto nos próximos anos.

Essa combinação de políticas deverá ser capaz de gerar, a médio prazo, taxas de juros reais compatíveis com a retomada do crescimento econômico em bases sustentadas, elevando a renda nacional e gerando novos empregos em um cenário de estabilidade de preços. Esses elementos são os reais pilares do processo de melhora das condições de vida da população, que representa, em última instância, o objetivo maior da política econômica. É para o sucesso desse processo que gostaria de contribuir, se for aprovado nesta Casa, a partir da Diretoria do Banco Central do Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. E coloco-me à disposição dos ilustres Senadores. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Muito obrigado. Concedo a palavra ao Sr. Edison Bernardes dos Santos.

SR. EDISON BERNARDES DOS SANTOS – Diretoria de Administração. Excelentíssimo Sr. Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal; Exm^o Sr. Senador Fernando Bezerra, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; Exm^o Sr. Senador Bello Parga, vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; Exm^o Sr. Senador Ney Suassuna; Exm^{os} Srs. Senadores; demais autoridades; senhoras e senhores:

Eu gostaria inicialmente de registrar meus agradecimentos ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Dr. Fernando Henrique Cardoso; ao Exm^o Sr. Ministro da Fazenda, Dr. Pedro Malan; e ao Dr. Armínio Fraga, pela confiança em mim depositada, e dizer do orgulho de estar nesta Comissão, cumprindo um preceito constitucional.

Convidado pelo Dr. Armínio Fraga para integrar a nova equipe à frente do Banco Central, não hesitei em aceitar o honroso convite, a despeito das profundas modificações estruturais com que se tem deparado a Instituição nos últimos anos. Todos sabemos que, no mundo inteiro, as organizações passam por grandes transformações. As empresas privadas na-

cionais avançaram muito em suas estratégias na busca da competitividade em um ambiente globalizado. O Estado brasileiro, por sua vez, vem se redimensionando e adequando suas funções à realidade da Nação. Ao setor público se impõe atender melhor às necessidades e exigências do cidadão, seu principal cliente. São transformações que têm alterado substancialmente a maneira de gerir as organizações e as instituições no Brasil e em qualquer parte do mundo.

Bancos centrais de todos os países enfrentam desafios semelhantes, direcionando suas ações para manter a estabilidade de preços e zelar pela solidez dos mercados financeiros. Como responsáveis pela execução de políticas econômicas consistentes, com esses objetivos, suas ações afetam diretamente a vida do cidadão. E é exatamente por meio dos resultados dessas ações que se mede a responsabilidade que os seus administradores têm para com a sociedade. Entendo ser essa a principal razão da arguição pública por parte de V. Ex^{as}, legítimos representantes dessa sociedade.

Ao longo de meus quase trinta anos de carreira no Banco Central, pude acompanhar-lhe o crescimento e participar de sua institucionalização como um dos órgãos mais importantes e significativos na vida dos brasileiros. Mas, certamente, os modelos de gestão que hoje precisamos empregar não são mais os mesmos de pouco tempo atrás. Até porque é imperioso que o Banco Central acompanhe a enorme velocidade com que ocorrem as mudanças em todos os campos da atividade econômica e humana.

Estão afetas à área de administração as atividades do meio circulante, da área de tecnologia da informação e o serviço de suporte, que mantêm o funcionamento de sua estrutura.

A primeira diz respeito à função básica de satisfazer a demanda de moeda, atividade econômico-financeira do País, mantendo numerário em circulação na quantidade necessária em boas e seguras condições de uso pela população, racionalizando custos e desenvolvendo melhores processos de fabricação do dinheiro.

A segunda atribuição envolve, além das atividades de informatização dos serviços rotineiros, o desenvolvimento de estruturas de transmissão de dados e informações entre o Banco Central e as demais instituições do sistema financeiro e órgãos públicos. Os sistemas informatizados e o parque computacional são pilares fundamentais para o harmôni-

co e seguro funcionamento das operações que transcendem em muito o sistema bancário.

Para o terceiro grupamento de atividades administrativas, existem unidades que se encarregam da seleção, do treinamento, qualificação de recursos humanos, da administração orçamentária e orçamento contábil e da administração dos recursos materiais e gestão do planejamento.

O desempenho dessas atribuições envolve complexidades e desafios. A recente edição da Lei n.º 9.650, por exemplo, trouxe profundas modificações na relação de trabalho do Banco Central. Contudo, a instituição tem conseguido adequar-se aos preceitos organizacionais de um novo Estado, mas muito ainda precisa ser feito.

Há que se repor tempestivamente pessoal experiente que se aposentou em grande número. Portanto suprimento de recursos humanos, bem como um programa consistente e permanente de qualificação são metas que precisam ser perseguidas para responder de pronto a um mercado tecnicamente sofisticado e em constante mutação.

Garantir recursos, meios, para a fabricação de numeração, assim como instalações seguras e automatizadas para a movimentação da moeda são condições essenciais para o cumprimento da responsabilidade que se refere à administração do meio circulante.

O Sistema de Informações do Banco Central, conhecido por Sisbancen, sustenta nas vinte e quatro horas do dia, direta ou indiretamente, todas as atividades financeiras do País. Mantê-lo, pois, tecnologicamente atualizado é um dos pontos que requer atenção especial da administração do banco, procurando-se afastar quaisquer possibilidades de risco ou interrupção.

Se o Sisbancen promove a integração virtual do Banco Central com a sociedade, as representações regionais são a nossa presença física nas principais praças do País. Por meio delas se executa função de saneamento do meio circulante, desenvolvem-se atividades nas áreas de organização e fiscalização de instituições financeiras e nas áreas de câmbio e registro de capitais estrangeiros, dentre outras.

Maior consciência dos indivíduos como cidadãos e consumidores levou os brasileiros a tornarem-se mais críticos e exigentes, cobrando do Governo e de suas instituições medidas de proteção e resguardo de direitos. Como resultado, aumentou a cobrança social da ação mais efetiva do Banco Central. Cresceu a necessidade da adoção de medidas para

torná-lo mais transparente. Por essa razão, tem-se procurado estabelecer um contato mais estreito com a sociedade, em todas as regiões do País. Diversas iniciativas já foram adotadas, mas muito ainda precisa ser feito. É preciso ampliar os canais de informação direta com o cidadão. Esses contatos podem aliás funcionar como um canal de mão dupla, servindo também para a obtenção de informações valiosas junto aos usuários dos serviços financeiros. Isso pode indicar eventualmente mudança, inclusive na edição de normas de fiscalização, assim como para empreender campanhas de esclarecimento ao público. Ainda neste contexto, sem dúvida, o banco precisa se fazer entender melhor, se comunicar melhor com os diversos segmentos sociais; e nessa linha se reveste da maior importância o fortalecimento da parceria com o Congresso Nacional, em especial com esta Casa.

Para dar cumprimento a todas essas atribuições, mantendo-se indispensável austeridade nos gastos públicos e à vista das restrições orçamentárias, impostas pelos necessários ajustes por que passa o País, temos um grande desafio: as ações deverão ser priorizadas, de forma a garantir ao banco o seu funcionamento e o alcance de sua meta. Consciente da grande responsabilidade do Banco Central como mantenedor da estrutura econômico-financeira do País, compreendo o objetivo que se impõe às organizações públicas de se fazer mais com menos e paradoxalmente com exigências de eficácia cada vez maior.

O sucesso de cada uma das atribuições do Banco Central dependerá da maneira pela qual a área de administração difunda o emprego de práticas de gestão atualizadas e condizentes com a realidade presente.

Muito obrigado. Estou à disposição de V. Ex.^a

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Sr. Luiz Carlos Alvarez, indicado para Diretor de Política Monetária.

O SR. LUIZ CARLOS ALVAREZ – Ex.^{mo} Sr. Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal; Ex.^{mo} Sr. Fernando Bezerra, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; Ex.^{mo} Sr. Senador Bello Parga, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; Ex.^{mo} Sr. Senador Ney Suassuna, Ex.^{os} Srs. Senadores e Senadoras, senhoras e senhores, não poderia começar esta apresentação sem fazer três registros que considero de máxima importância. O primeiro é consignar meus agradecimentos ao Dr. Armínio Fraga Neto; ao

Ex.^{mo} Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Pedro Malan; ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso; pela confiança depositada ao proporem a minha indicação para exercer o elevado cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, responsável pelos assuntos da área de fiscalização.

O segundo é ressaltar a satisfação e o orgulho de comparecer a esta Casa para cumprir um preceito constitucional que considero de extrema relevância e que fortalece a harmonia entre os Poderes Executivo e Legislativo de nosso País.

O terceiro é assinalar que a minha indicação, caso venha a ser aprovado por esta Casa, significará o coroamento de uma carreira iniciada no Banco Central do Brasil há 25 anos, sempre na área de supervisão bancária, e exercida com dedicação e preocupação de bem servir ao País.

O sistema financeiro, e em especial o sistema bancário, possui, sem dúvida, um papel de extrema relevância do desenvolvimento econômico das nações. A percepção do grau dessa relevância, entretanto, vem crescendo acentuadamente em nível mundial, não só pelo avanço do processo de globalização e pelo aumento do volume das transações financeiras realizadas, mas pela constatação de que sistemas bancários fragilizados dão origem a crises econômicas ou potencializam problemas de qualquer natureza enfrentados pelo lado real da economia.

Assim, na atualidade, não basta uma nação ter fundamentos macroeconômicos sólidos para assegurar um desenvolvimento econômico sustentável. É necessário também possuir um sistema financeiro sólido, eficiente e sobretudo confiável.

As contundentes evidências hoje presentes no cenário mundial não deixam dúvidas sobre o elevado custo imposto aos países que permitiram a ocorrência de crises bancárias. Nesse sentido, a existência de uma adequada regulação e supervisão do sistema financeiro é absolutamente fundamental.

O sistema financeiro brasileiro passou por profundas transformações ao longo desta década. A abertura da economia brasileira, a redefinição do papel do Estado e a estabilidade monetária alcançada com o advento do Plano Real produziram impactos significativos sobre o nosso sistema. Só o estancamento do processo inflacionário acarretou uma perda estimada em torno de R\$9 bilhões por ano de receitas para o sistema bancário, com a quase eliminação do ganho oriundo do chamado **float**.

Como consequência dessas profundas transformações, foram implantadas medidas de ordem

conjuntural de grande importância e repercussão, tanto de ordem conjuntural para resolver a crise que se aproximava, como de ordem estrutural estabelecendo as bases para uma supervisão adequada e para a existência de um sistema bancário sólido e eficiente.

As principais medidas de ordem estrutural foram:

a) o aprimoramento do escopo legal de atuação do Banco Central na área de supervisão, substanciado na Lei nº 9.447/97, elaborado com a grande contribuição dos Srs. Deputados e Senadores, permitindo a esse órgão dispor de instrumentos para atuação de ordem preventiva;

b) a criação do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, instrumento privado de seguros de depósitos cobrindo até R\$20 mil por depositante;

c) a criação da Central de Risco de Crédito, sistema informatizado onde ficam registradas todas as operações de crédito, a partir de R\$50 mil por cliente, permitindo ao sistema bancário melhor análise de sua política de crédito e ao Banco Central atuação mais tempestiva na identificação de riscos de perdas em operações de crédito e de uma visão completa do grau de endividamento dos bancos;

d) a elevação do nível de capital mínimo requerido para as instituições com base nos artigos ponderados pelo risco em níveis inclusive superiores aos estabelecidos pelo Comitê da Basileia;

e) a exigência ao sistema financeiro do estabelecimento e manutenção de controles internos eficientes e adequados;

f) a introdução de aperfeiçoamentos relevantes nos procedimentos de fiscalização e supervisão, principalmente com a adoção da inspeção global consolidada cujo objetivo é o de obter total conhecimento do conglomerado econômico-financeiro com uma avaliação global de todas as áreas e aspectos que possam representar quaisquer tipos de risco, permitindo, assim, uma atuação eficaz e preventiva do Banco Central;

Tenho condições de afirmar que o sistema financeiro hoje está muito mais sólido do que estava em 1994. De fato, os últimos meses têm demonstrado a solidez do sistema que, diferentemente do que ocorreu em outros países recentemente, tem funcionado como amortecedor às turbulências observadas na economia. Igualmente, dada a saúde do sistema, em nenhum momento esse tem constrangido a implementação das políticas macroeconômicas.

Ao mesmo tempo em que tenho convicção de que muito já se avançou em matéria de reestrutura-

ção do sistema, a supervisão deve estar sempre atenta buscando aperfeiçoar-se cada vez mais e adotar sempre uma postura pró-ativa antecipando problemas e fornecendo soluções adequadas no momento certo. Certamente muito há que se fazer no sentido de continuar avançando na área de supervisão. Cabe acrescentar a esse respeito que uma supervisão bancária eficiente e eficaz, reconhecida nacional e internacionalmente, por si só constitui fator de grande importância para a credibilidade do sistema financeiro, contribuindo para a realização de transações e redução de seus custos.

Outra área de grande prioridade para a supervisão bancária refere-se à questão da mudança de data após 31 de dezembro de 1999 e suas repercussões sobre sistemas computadorizados, o conhecido problema do **bug** do milênio. A supervisão bancária tem atuado de forma muito próxima junto a instituições financeiras que estão bastante avançadas na correção de seus sistemas. Vem promovendo também, em coordenação com entidades de classes, testes integrados, câmaras de compensação, bolsas etc. que permitem detectar de forma antecipada qualquer área de vulnerabilidade. Essa área certamente continuará sendo prioridade ao longo de 1999.

Outra área de trabalho futuro diz respeito à questão da lavagem de dinheiro. Com a recém-aprovada Lei nº 9.613, de 1998, que tipifica como crime autônomo a lavagem de dinheiro, o Banco Central, em seu âmbito, vem estruturando um conjunto de medidas e procedimentos que permitirá uma efetiva implantação dos conceitos da política que conheça o seu cliente. Com isso, buscar-se-á minimizar a utilização do sistema financeiro como canal para a prática de lavagem de recursos.

Por fim, gostaria de enfatizar a importância, como foi dito anteriormente, da solidez do sistema financeiro como condição essencial para se alcançar a estabilidade e o desenvolvimento econômico. Por conseguinte, adequada supervisão bancária que promova o fortalecimento do sistema financeiro deve ser, antes de tudo, objetivo da Nação. Na execução desse objetivo, tenho certeza, não só o Executivo, por meio do Banco Central, mas também o Legislativo e o Judiciário têm papel importante a desempenhar.

Coloco-me à disposição de V. Exª para quaisquer esclarecimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Muito obrigado, Dr. Alvarez.

Peço-lhe desculpas por haver trocado as atribuições de V. Sª, que é da área de fiscalização e não de política monetária, como eu havia dito.

Concedo a palavra ao Sr. Luiz Fernando Figueiredo, indicado para o cargo de Diretor da Área de Política Monetária.

O SR. LUIZ FERNANDO FIGUEIREDO – Exmº Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado, Exmº Sr. Fernando Bezerra, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Exmº Sr. Bello Parga, Vice-Presidente desta Comissão, Exmº Sr. Senador Ney Suassuna, Exmºs Srs. Senadores e Senadoras membros da Comissão, minhas senhoras e meus senhores, é com grande prazer e muita honra que venho aqui apresentar-me a V. Exªs, encarregados de arguir indicados à Diretoria do Banco Central.

De início, gostaria de lhes falar um pouco sobre como vejo o momento no qual estamos vivendo. Saímos de um câmbio praticamente fixo para um câmbio flutuante e estamos em pleno processo de transição, onde passamos de um sistema de âncora cambial para um novo sistema de ancoragem, de expectativas e preços. A transição altera substancialmente a forma de lidar com um preço extremamente relevante da nossa economia, que é a taxa de câmbio.

A mudança do regime cambial e seus impactos sobre a economia implicam um período de adequação no qual a política monetária, assim como a fiscal, têm um papel decisivo para minimizar os efeitos colaterais dessa transição. Esses efeitos se traduzem, em grande parte, em um realinhamento de preços. Cabe ao Banco Central trabalhar de forma a que tenhamos simplesmente uma acomodação de preços e não permitir, em hipótese alguma, a volta da famigerada inflação.

Uma vez superada essa primeira etapa, passaremos, gradualmente, a um ambiente econômico livre da antiga armadilha de um pequeno crescimento, armadilha essa gerada pelas sucessivas crises externas por nós vivenciadas nos últimos dezoito meses. A partir daí, sim, poderemos, então, crescer a taxas adequadas a um país forte e dinâmico como o Brasil, tendo taxas de juros dentro de padrões aceitáveis e um expressivo aumento da oferta de emprego.

A função do Banco Central será a de administrar e operacionalizar a política monetária dentro de um novo regime cambial, de maneira a alcançarmos, com maior brevidade possível, essa fase que se segue. As metas de taxas de juros e de câmbio deverão passar a operar de maneira conjunta, dentro da

Diretoria de Política Monetária, permitindo um avanço na eficiência da administração desses importantes mercados que formam dois dos mais relevantes preços da economia. Além disso, diante da dinâmica hoje existente no mercado financeiro, precisamos acelerar e ampliar os processos de desregulamentação, tais como o mercado de câmbio, o excessivo volume de cunhas, compulsórios e outros entraves que acabam tornando a intermediação financeira um custo adicional para toda a nossa economia.

Finalmente, devemos manter, de forma inequívoca, as regras de atuação e negociação dos mercados de contratos existentes, ampliando sempre o nosso compromisso com a transparência, pré-requisito básico para nossa credibilidade e confiabilidade.

Não mais me alongarei em meus comentários, aguardando firmemente eventuais questões que V. Ex^{as} acharem relevantes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Sr. Sérgio Ribeiro da Costa Werlang, indicado para exercer o cargo de Diretor de Política Econômica do Banco Central.

O SR. SÉRGIO RIBEIRO DA COSTA WERLANG

– Exm^o Sr. Presidente do Senado, Senador Antonio Carlos Magalhães, Exm^o Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Fernando Bezerra, Exm^o Sr. Vice-Presidente da Comissão, Senador Bello Parga, Exm^o Sr. Senador Ney Suassuna, Exm^{as} Sr^{as} Senadoras, Exm^{os} Srs. Senadores, senhoras e senhores, nosso País vê-se em face de uma nova realidade: conviver com um regime de câmbio flutuante.

Quando se considera a experiência internacional, nota-se que, à exceção do caso ainda muito recente do euro, que é a moeda da União Européia, a opção pelo câmbio flutuante, sem dúvida, representa a melhor alternativa para um país como o nosso, de dimensões continentais, de população e de economia importantes no contexto mundial.

O sistema cambial flutuante significa que o poder de compra do Real não está atrelado a nenhuma outra moeda. Por sua vez, isso faz com que seja necessária uma mudança de prioridades na agenda brasileira. A política fiscal passa a ser o principal determinante da estabilidade e dos juros reais da economia. Mas, para que essa estabilidade se reflita nos preços de forma sustentada e permanente, torna-se imprescindível que seja introduzido num horizonte não muito distante um novo regime monetário que complementará a austeridade fiscal.

Como o Dr. Armínio Fraga mencionou, o objetivo dessa política será o de perseguir metas inflacionárias específicas de longo prazo. Metas inflacionárias são o substituto moderno das metas monetárias. Ao longo das décadas de 70 e 80, observou-se que a ligação entre moeda e preços existe, mas sofre de dois inconvenientes: primeiro, uma intervenção nos instrumentos monetários leva muito tempo para agir nos preços, fato que já era de conhecimento de Milton Friedman. Fazendo uso de dados da economia norte-americana, Friedman calculou que o impacto da política monetária nos preços verifica-se em média em nove meses.

Segundo, a amplitude desse efeito é muito variável, uma vez que há inovações financeiras que tornam a moeda manual cada vez mais desnecessária. As inovações financeiras eram relativamente sem importância no início do século. Mas, a intensidade e velocidade com que essas têm ocorrido atualmente fazem com que o impacto da política monetária tradicional na inflação seja mais lenta, seja mais e mais de difícil previsão.

Dessa forma, embora metas monetárias continuem sendo úteis, tornou-se evidente que um controle de uma gama mais ampla de variáveis macroeconômicas teria que ser utilizado para atingir resultados diretos mais eficazes na taxa de inflação.

Por esse motivo, vários países na década de 90, resolveram passar ao sistema de metas inflacionárias. Nova Zelândia e Chile foram os precursores em 1990, seguidos de Israel, Canadá, Inglaterra, Suécia, Finlândia, Austrália e Espanha. A adoção de metas inflacionárias em substituição as tradicionais metas monetárias está sendo discutida em vários países, inclusive nos Estados Unidos. Menciono isso em particular porque é lá o berço da teoria usual, tradicional do controle monetário.

Esse é o sistema que será adotado no futuro no Brasil, e é aí que pretendo concentrar boa parte de meus esforços, ajudando na implantação desse novo regime de política monetária, aliada à fundamental tarefa de elaborar monetários, de balanços de pagamentos e fiscais e de analisá-los, é importante que seja mencionado o papel da pesquisa. Para a introdução do sistema de metas inflacionárias, é preciso que o Banco Central do Brasil tenha capacidade autônoma de pesquisa, isso porque esse regime monetário requererá a construção de modelos macroeconômicos complexos que necessitarão ser estimados e avaliados continuamente.

Além disso, os técnicos envolvidos terão que interagir com instituições acadêmicas e com depar-

tamentos de pesquisa de outros bancos centrais para que se mantenham atualizados. Dessa maneira, será indispensável a estruturação e formação de um grupo do Banco Central para atender a essas novas exigências.

Essas são as considerações iniciais que tinha a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Muito obrigado.

Srs. Senadores, de acordo com o que foi aprovado pelo Plenário, a palavra será facultada a cada um dos Senadores que a pedirem pela ordem.

O processo de votação já está liberado. Os Srs. Senadores devem dirigir-se ao Senador Bello Parga, de quem receberão a cédula, e à cabine de votação.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA – Pergunto, inicialmente, ao Sr. Luiz Fernando Figueiredo, responsável pela política monetária o seguinte: a que S. S^a atribui a atual instabilidade do mercado cambial no Brasil? Qual a relevância do mercado paralelo nesse mercado?

A segunda pergunta será para o Sr. Sérgio Ribeiro da Costa Werlang, responsável pela política econômica. A insustentável política de juros elevados no longo prazo imporá uma redução brusca das taxas de juros em algum momento deste ano. Quais os pré-requisitos necessários para a baixa de taxa de juros no Brasil? Como S. S^a como avalia a possibilidade da volta da inflação por falta de capacidade fiscal de rolagem de dívida interna?

Pergunto para o Sr. Daniel Luiz Gleizer, da área internacional: como S. S^a avalia as possibilidades da conta de transações correntes do balanço de pagamento após o ajuste da taxa de câmbio?

Gostaria de saber do Sr. Luiz Carlos Alvarez, responsável pela área de fiscalização, como S. S^a avalia a importância da fiscalização preventiva para a estabilidade do sistema bancário? Quais os recursos de pessoal de que o banco dispõe para fazer essa fiscalização? Esses recursos são suficientes? Existe um planejamento estratégico para a fiscalização bancária?

Finalmente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pergunto ao Sr. Edison Bernardes o seguinte: o Banco Central tem desenvolvido programa de renovação institucional e de informática visando adequar-se às complexas missões que lhe são imputadas?

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Concedo a palavra ao primeiro inquirido, Sr. Luiz Fernando Figueiredo.

O SR. LUIZ FERNANDO FIGUEIREDO – Muito obrigado, Senador Ney Suassuna.

Com relação à atual instabilidade no mercado de câmbio, tenho a dizer que estamos num processo de transição de um regime de câmbio fixo, o sistema de bandas, para um sistema de câmbio flutuante. É normal que aconteça um processo como esse numa primeira etapa de acomodação do sistema a essa nova realidade. Por intermédio de todas as políticas implementadas pelo Banco Central e pelo Governo como um todo, com uma ajuda muito relevante desta Casa e de todo o Congresso, a tendência é que, no curto prazo, esses preços venham a estabilizar-se e acomodar-se.

Até o ano de 1988/89, o mercado paralelo tinha algum destaque, alguma relevância. A partir de 1989, vimos passando por um processo de grandes mudanças e de liberação do nosso regime cambial, dos nossos controles de câmbio, etc, culminando com a criação do mercado flutuante. Desde então, uma série de operações realizadas no mercado paralelo foram entrando na economia formal, transformando o mercado paralelo num mercado praticamente sem nenhuma relevância.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Concedo a palavra ao Sr. Sérgio Ribeiro da Costa Werlang, Diretor do Banco Central inquirido pelo Senador Ney Suassuna.

O SR. SÉRGIO RIBEIRO DA COSTA WERLANG – Obrigado pelas perguntas, Senador Ney Suassuna. Elas ajudam muito no esclarecimento de questões. Os juros elevados, no longo prazo, realmente estavam numa trajetória insustentável nesses últimos 18 meses pelo menos. Havia duas razões principais para isso. A primeira era que a austeridade fiscal acabou não vindo no passado. Em segundo lugar, havia a necessidade de se manter uma taxa de câmbio quase fixa ou com a desvalorização pré-fixada. A partir de novembro, houve uma mudança substancial desse quadro, em primeiro lugar com grande apoio do Congresso, aprovando uma austeridade fiscal bastante importante que deverá produzir superávits, como mencionou o Dr. Armínio Fraga, superiores a 3% do Produto Interno Bruto na área primária. Esse é o primeiro ponto importante que garantirá que os juros terão que ser mais baixos, porque haverá menos necessidade de o Governo pegar dinheiro emprestado para pagar.

Em segundo lugar, a simples mudança da política de câmbio fixo para a de câmbio flutuante, já em si mesma, traz uma grande alteração e uma diminuição da taxa de juros reais. Isso ocorre por um motivo muito simples: agora não há mais necessidade de se impedir que o capital saia na marra. Não é preciso haver o risco da desvalorização cambial e não é preciso pagar por esse risco, como, aliás, já foi mencionado também na primeira sabbatina de hoje. Esses dois fatos por si sós são os que garantirão os juros mais baixos.

Mais ainda: estamos, como mencionei, tencionando modificar procedimentos de política monetária. O procedimento de política monetária atual, que ainda será utilizado por algum período de transição, que não deverá ser muito longo, é o procedimento tradicional de controle de juros e agregados monetários. Como eu disse, esse procedimento acaba funcionando, mas é ineficiente, já que, na verdade, exige juros reais mais elevados do que os necessários para controlar a taxa de inflação. A mudança do regime monetário para metas inflacionárias também permitirá a diminuição da taxa de juros real.

Por fim, há necessidade de volta da inflação por falta de capacidade fiscal de rolagem da dívida? A nossa dívida pública com percentagem do PIB não é tão grande assim para padrões internacionais; mesmo depois da desvalorização, se se fizer uma contabilidade muito conservadora, essa dívida está na faixa de 45% do PIB. Mesmo durante os períodos mais graves do Brasil, quando da hiperinflação de 1989, não houve problema com a rolagem da dívida. Esse ponto é muito importante e deve ficar claro. É claro que, a longo prazo, quando se analisa a relação entre dívida pública e o Produto Interno Bruto, pode-se perguntar se essa relação aumentará ou não. Claramente, com o Programa de Austeridade Fiscal acoplado ao sistema de câmbio flutuante e com a implantação da nova política monetária, haverá uma estabilização da relação dívida/PIB em valores não muito superiores ao que mencionei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Concedo a palavra ao terceiro Diretor do Banco Central a ser inquirido.

O SR. LUIZ CARLOS ALVAREZ – Senador Ney Suassuna, obrigado pela importante pergunta.

Tem havido bastante apreensão com relação à trajetória do nosso déficit em transações correntes, e o impacto da mudança de regime cambial sobre essa variável é da maior importância. A alteração do regime cambial promove um realinhamento impor-

tante na taxa de câmbio real, que promove a competitividade das exportações brasileiras, tende a reduzir as importações e afeta os demais componentes da conta de transações correntes.

É possível trabalhar com a hipótese de que a conta comercial melhorará bastante nos próximos meses, e o mesmo deve acontecer com os demais componentes da balança de transações correntes, tais como a conta de viagens internacionais e a conta de turismo, que vêm se comportando bastante adversamente e com o respaldo de uma política fiscal consistente e responsável, uma política monetária apropriada e a volta da confiança no País, outras contas, tais como, por exemplo, a conta de remessa de lucros e dividendos, que se comportou de forma bastante adversa no segundo semestre do ano passado, devem apresentar melhoras significativas.

É, portanto, possível vislumbrar uma situação na qual o déficit entre ações correntes se reduza para patamares compatíveis com o fluxo de investimentos diretos no País, condição salutar de sustentabilidade das contas externas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Dr. Edison Bernardes.

O SR. EDISON BERNARDES DOS SANTOS

– A pergunta que me coube foi sobre o Programa de Renovação Institucional e de Informática para atender à realidade atual. O Banco Central tem de fato adotado, em especial na última década, renovação em todas as suas formas de atuar. Desde os idos de 1990, a Diretoria do Banco Central passou a atuar em colegiado. O Programa de Modernização está sendo implantado no Banco Central; o planejamento estratégico foi feito e está em cumprimento, atendendo às reais necessidades de todas as áreas da instituição, desde as áreas de manutenção da sua estrutura e funcionamento, de seus sistemas de informática, a parte de fiscalização, a parte de normalização. O parque computacional do Banco é um dos mais atualizados ultimamente. Apesar de eventuais dificuldades orçamentárias, o Banco Central tem procurado se manter tecnologicamente atualizado a fim de atender a demanda de um sistema financeiro cada vez mais complexo e que requer decisões mais rápidas.

Em minha fala, mencionei que essa é uma das maiores preocupações desta administração e, caso aprovado, estando à frente da Diretoria de Administração, estarei envidando esforços voltados exatamente para a parte da atualização institucional, principalmente em áreas que dão suporte a outras áreas

fins do Banco Central, ou seja, a parte de informática e a parte de funcionamento de toda essa estrutura, as quais nossos colegas aqui apresentaram.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Muito obrigado. Com a palavra o Senador José Eduardo Dutra, em seguida o Senador Jefferson Péres e o Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, a exemplo do que fez a Senadora Marina Silva na sabatina do Dr. Arminio Fraga, farei perguntas objetivas, com dois minutos no máximo, e depois peço mais tempo para a réplica.

Pergunta ao Sr. Edison Bernardes. Diz respeito à totalidade de funcionários do Banco Central em áreas que não são suas áreas fins, particularmente fiscalização, supervisão bancária, administração de reservas etc. A Secretaria Executiva do Banco Central, por exemplo, que até há pouco era dirigida por V. S^a, segundo consta, possui um contingente de aproximadamente 200 funcionários, sendo a maior unidade do Banco Central, em detrimento da área de supervisão. Gostaria de saber se V. S^a tem alguma posição a respeito de mudança desse quadro.

Pergunta dirigida ao Sr. Luiz Carlos Alvarez. Atualmente, a estrutura organizacional do Banco Central atribui a função de supervisão bancária ao Departamento de Fiscalização e a função de fiscalização das operações cambiais ao Departamento de Câmbio; portanto, subordinados a duas diretorias distintas e, portanto, sob a orientação de duas chefias de departamentos distintos. Além disso, a expedição de normas que devem regulamentar o sistema financeiro encontra-se subordinada à Diretoria de Normas, descolada, assim, da experiência prática que a atividade de supervisão propicia. V. S^a acredita que esse é o **layout** adequado para o Banco Central? Não seria melhor unificar essas funções em diretorias, para que garantissem maior eficiência à fiscalização?

Agora, a mesma pergunta ao Sr. Daniel e ao Sr. Sérgio: o Deputado Aloízio Mercadante fez um pronunciamento na Câmara a respeito de uma inversão da posição do total dos bancos no mercado de câmbio, às vésperas da mudança cambial. Segundo ele, no dia 11 de janeiro, a situação do mercado era vendida em um total de 800 milhões, e no dia 12 – portanto véspera da desvalorização cambial – passou a ser comprada em 200 milhões, uma inversão global de 1 bilhão em um dia.

Entre os bancos relacionados pelo Deputado Aloízio Mercadante estão o Garantia e o BBN, bancos de que V. S^as são egressos. Gostaria de saber

se os senhores podem dizer, perante a Comissão, se a posição do Garantia e do BBN, respectivamente, correspondem ou não a essa informação do Deputado Aloízio Mercadante, nos dias 11 e 12. E caso V. S^as adotem – o que julgo mais provável – a mesma estratégia do Dr. Arminio Fraga, de invocar a ética profissional, quero saber se V. S^as, na condição de diretores do Banco Central, estão dispostos a estabelecer um processo de fiscalização sobre esses dois bancos particularmente, para ver se o comportamento deles foi ou não suspeito nesse período.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Na ordem em que foram feitas as perguntas pelo Senador José Eduardo Dutra, faculto a palavra aos Srs. Diretores para suas respostas.

O SR. EDISON BERNARDES DOS SANTOS

– Muito obrigado.

Sr. Senador José Eduardo Dutra, de fato, a Secretaria Executiva do Banco Central, sob a minha gestão, transformou-se numa das maiores unidades em número de funcionários, pela seguinte razão: a Secretaria Executiva, quando criada, juntou, num só componente, todas as atividades que davam suporte aos diversos diretores e seus gabinetes. Racionalizamos toda a área meio, a parte de secretaria, de apoio de material, e tivemos que criar subsecretarias institucionais, voltadas para o atendimento dos diversos assuntos da responsabilidade da Secretaria Executiva, como por exemplo a Secretaria do Conselho Monetário. Ela é um componente, uma subsecretaria que cuida especificamente da Secretaria de Apoio ao Conselho Monetário, que é, por força de lei, responsabilidade do Banco Central. E a própria diretoria, além de outras comissões, tipo Comorc etc. Uma pequena Secretaria de Administração foi criada para dar suporte a todos esses componentes até então dispersos.

Posteriormente, pela necessidade de maior relacionamento com a sociedade, foram criadas duas outras subsecretarias: uma voltada para o Congresso, que foi a Secretaria Parlamentar; até então uma pequena assessoria, que entendíamos, à época, que não conseguia cumprir sua finalidade; então criamos uma subsecretaria voltada especificamente para esse fim; e uma outra Secretaria de Relações Institucionais, porque o Banco também carecia disso. Tínhamos uma assessoria voltada para a área de imprensa, mas faltava ainda uma parte de interação com organismos, mesmo públicos, internacionais inclusive. E essa Secretaria de Relações Institucionais foi criada voltada para isso. Dentro da Secre-

taria de Relações Institucionais, foram criados os programas de contato com o público, com a sociedade, vamos dizer assim, e ela hoje é responsável por isso.

Então, pode parecer que de fato é uma secretaria grande, no seu volume de funcionários, frente a outros departamentos do Banco Central. Temos, no Banco Central, por exemplo, departamentos com dezessete funcionários que respondem por atividades específicas e precisam de poucos funcionários – funcionários altamente qualificados para tratar especificamente daqueles assuntos.

A Secretaria Executiva toma conta de uma gama enorme de atividades, voltadas tanto para a Diretoria quanto, eventualmente, para o Conselho Monetário, como citei, e voltadas, agora, para o atendimento ao cidadão, que é a parte de relações internacionais com as nossas centrais de atendimento por todo o Brasil. Essa é a razão de a Secretaria ter uma quantidade de funcionários maior do que alguns departamentos da área de fiscalização. Entendemos que as áreas-fim do Banco são as que precisam ter, realmente, um número adequado – não necessariamente a maior quantidade – de funcionários tecnicamente qualificados para aquelas funções.

Perdemos, sim, ao longo dos últimos anos, muitos funcionários, em especial nessas áreas em que há necessidade de alta qualificação. E digo mais: a partir de agora, iremos implementar um programa voltado – isso já vinha sendo implementado, mas vamos intensificar esse programa – para racionalizar a área-meio, de forma que as pessoas que têm qualificação ou que possam ser treinadas atendam melhor as áreas-fim do Banco, como, por exemplo, a fiscalização.

Essa é a razão de uma Secretaria Executiva, que, na verdade, era um gabinete, passar a ter várias outras funções e, com isso, ter um quadro de funcionários aumentado – um número realmente bastante elevado frente a outros departamentos.

Muito obrigado.

O SR. DANIEL LUIZ GLEIZER – Exmº Senador José Eduardo Dutra, as suas questões foram bem colocadas.

Esclareço que, no que tange àquilo que é mais importante, que é a questão de risco e de prevenção, as operações de câmbio são fiscalizadas pelo Departamento de Fiscalização. O Departamento de Câmbio tem um trabalho muito mais voltado para o aspecto formal de algumas questões específicas,

que têm diminuído ao longo do tempo, até pela própria desregulamentação.

Com relação à área normativa, para a efetividade da supervisão é muito importante que as áreas trabalhem integradas. Não é tão importante saber se é uma ou se são duas áreas; importante é que elas trabalhem integradas.

O Banco Central, na área de normas, tem uma demanda muito grande em razão da excessiva regulamentação existente para áreas como crédito rural, consórcio, aplicações de fundações e uma série de outras. Essas atividades não têm um vínculo muito estreito com a supervisão. O que não pode ocorrer é separação da regulamentação que chamamos prudencial, ou seja, a regulamentação que quer prevenir crises, dar poderes à supervisão, controlar o funcionamento do sistema. Essa não pode ser desassociada.

Pessoalmente, defendo a unificação da melhor forma que for possível. Quanto mais unificado, melhores serão as condições de assumir a responsabilidade de zelar pelo sistema.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Com a palavra,...

O SR. DANIEL LUIZ GLEIZER – Gostaria de responder a indagação do nobre Senador José Eduardo Dutra.

Primeiro, gostaria de esclarecer que a minha atribuição no Credit Swiss First Boston/Garantia era dirigir o Departamento de Pesquisa Macroeconômica da Instituição para a América Latina. Nunca estive envolvido com a tomada de decisões relativas a operações e não tenho conhecimento de fatos relativos às operações que foram efetuadas naquele dia ou em qualquer outro dia.

No que diz respeito à forma como denúncias desse tipo devem ser apuradas, como já foi mencionado, a Diretoria de Fiscalização está empenhada em esclarecer essas e quaisquer outras denúncias procedentes com relação à forma como as instituições financeiras brasileiras se comportam no mercado. Respondo de forma categórica com relação à minha disposição de empreender a fiscalização do Credit Swiss ou de qualquer outra instituição, caso essas denúncias venham a ser apresentadas.

Obrigado.

O SR. SÉRGIO RIBEIRO DA COSTA WERLANG – A sua pergunta, Senador José Eduardo Dutra, foi boa, inclusive, para esclarecer esse ponto. Fiz minha carreira toda praticamente acadêmica, até que em janeiro de 1994 passei a ser Diretor da Escola de

Pós-Graduação em Economia, substituindo o Professor Mário Henrique Simonsen, quando ele saiu da direção.

Em agosto de 1994, com a aquiescência do meu então chefe, Mário Henrique Simonsen, recebi um convite e acabei indo para o mercado financeiro. Nunca deixei de dar aula na escola, em momento algum. Continuei dando aula, mesmo de graça – cheguei a dar aula por dois anos, de graça, ganhando zero.

Na primeira semana de dezembro, comuniquei ao Presidente do Banco minha intenção de sair. Não havia necessidade de eu sair do Banco às pressas, para voltar à vida acadêmica, à Escola de Pós-Graduação em Economia na Fundação Getúlio Vargas, ou seja, no dia 31 de dezembro, larguei a diretoria executiva do Banco, responsável pelas áreas de pesquisa e gerenciamento de risco, que não são áreas operacionais, e passei um mês em transição, num trabalho em que se mantêm relações muito importantes, apresentando os contatos pessoais que eu tinha às pessoas do Banco e montando meu escritório, de volta, na Fundação Getúlio Vargas. No dia 1º de fevereiro eu estava na Fundação Getúlio Vargas como professor pesquisador titular, como está no meu currículo, de modo que eu já não era mais diretor executivo do Banco e não tinha conhecimento algum das operações que estavam sendo feitas. Essa é a primeira coisa que quero deixar bem clara.

Em segundo lugar, faço minhas as palavras de Daniel Gleizer e do Dr. Armínio Fraga, pois de modo algum uma instituição ou outra será protegida. Se as denúncias forem apresentadas, serão apuradas com rigor idêntico ao de todas as outras que são apresentadas ao Banco Central.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Senador José Eduardo Dutra, V. Exª tem a palavra para a réplica. São dois minutos por cada um dos cinco diretores. Pediria a V. Exª que reduzisse 50% do tempo.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Na verdade, o perfil majoritário do conjunto de Diretores está relacionado com o tema da discussão quando da sabatina do Dr. Armínio Fraga, e diz respeito a essa profunda relação, quase que simbiótica, entre o Banco Central e o sistema financeiro privado nacional e internacional.

Dos seis Diretores, incluindo o Presidente, que estão sendo sabatinados, quatro são oriundos dire-

tamente do mercado financeiro: o Dr. Armínio Fraga; um, do Garantia; um, do BBM; e um, do BBA. Não há suspeita sobre a honestidade dos mesmos, como já foi dito na sabatina anterior, mas volto a insistir na questão da mulher de César, com base em fatos muito objetivos.

O Deputado Aloizio Mercadante fez um pronunciamento, na Câmara dos Deputados, a respeito da posição do mercado de câmbio à vista, uma inversão muito grande, exatamente na véspera da mudança cambial, e cita uma série de bancos. Os Srs. Senadores que tiverem a curiosidade de pegar os jornais de abril de 1995 verão o noticiário a respeito de uma informação semelhante que prestei, naquela ocasião, a partir de posturas suspeitas por parte de alguns bancos com relação ao mercado à vista.

Também naquela ocasião, eu, assim como o Deputado Aloizio Mercadante fizemos questão de dizer que essas informações eram relativas ao mercado à vista. Assim como o Deputado Aloizio Mercadante está pedindo informações, naquela ocasião eu solicitei que o Banco Central fizesse auditoria nesses bancos, tanto com relação ao mercado futuro, quanto às operações de **swap** indexadas à variação cambial.

Se os Srs. Senadores tiverem a curiosidade de pesquisar, verão que, na lista de 95, pelo menos quatro bancos são coincidentes: o ING, o Pactual, o Matrix e um outro de que não me lembro agora. Na ocasião, para rebater uma ação claramente de defesa do interesse público, para que o Banco Central apurasse – também naquela época não estava sendo feita acusação alguma –, o Presidente da República colocou em questão o meu caráter e o Dr. Pêrsio Arida, a minha capacidade.

O Dr. Pêrsio Arida, anteriormente a sua vinda a esta Comissão, disse que, em uma reunião secreta do Senado Federal, ele exporia os estudos que o Banco Central havia feito. A reunião secreta foi feita, no entanto, o Dr. Pêrsio Arida não expôs os dados, o que propiciou um comentário do então Senador Esperidião Amin: "Ele nada esclareceu, mas acredito nele." A velha discussão de fé.

A partir daí fiz um requerimento oficial ao Banco Central para que me fornecesse aquela investigação que havia sido feita. Sugeriu que se retirassem os nomes das instituições, que se colocassem bancos A, B, C, D ou E, para tentar receber as informações e não a resposta de que não poderia responder porque o sigilo bancário não permitia. Mesmo assim o Dr. Pêrsio Arida respondeu, dizendo que não podia

mandar as informações porque o sigilo bancário não permitia.

A respeito de um desses bancos, o Matrix, é interessante estabelecermos uma certa, também, lembrança. Na ocasião, o Dr. Pêrsio Arida era Presidente do Banco Central e os donos do Matrix eram os Srs. André Lara Resende e Luiz Carlos Mendonça de Barros. Decorridos três anos, surge um outro fato ainda também não devidamente esclarecido: o possível favorecimento ao Banco Opportunity no processo de privatização das teles. O dono do Opportunity era o Dr. Pêrsio Arida. O Ministro das Comunicações era o Dr. Luiz Carlos Mendonça de Barros, então Presidente do Matrix em 95. O Presidente do BNDES era o Dr. André Lara Resende, também dono do Matrix em 95. Podem dizer que são ilações, coisa da Oposição. Mas o fato é que há uma troca de figurinhas: num dia, um vai para um lado do balcão; no outro dia, pula o balcão e está do outro lado. Sempre a alegação do Governo e do Banco Central para impedir a investigação é: "Não, são denúncias sem fundamento, não devem ser apuradas, não têm sentido, não têm qualquer credibilidade." E nós continuamos nessa relação, insisto, promiscua entre o Banco Central e instituições financeiras privadas.

O BBA emplaca mais um diretor. Aliás, o BBA, em matéria de bolsa de apostas para indicar diretor do Banco Central, é pule de dez. O BBA: B de Bracher, B de Bacha, A de Arida. Todos três anteriormente diretores ou presidente do Banco Central.

Infelizmente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós continuamos numa situação em que essa relação Banco Central e Banco Privado me lembra aquela brincadeirinha de criança, os escravos de Jó: vão se trocando as pedras. "Escravos de Jó jogavam caxangá, banqueiros com banqueiros fazem zig-zigue-zá. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) - Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, Srs. Senadores, em primeiro lugar, peço desculpas aos colegas da Comissão, pois a hora já vai adiantada. Não compareci a esta Comissão apenas com o intuito de fazer um questionamento mais duro ao Dr. Armínio Fraga. Tenho algumas preocupações também com questões de ordem técnicas e que gostaria de levantar. É claro que essas questões seriam muitas, mas só vou fazer três pequenas. Duas aos Dr. Sérgio Werlang e uma ao Dr. Luiz Fernando Figueiredo.

Dr. Werlang, ao que tudo indica, o Banco Central optou pela política cambial de flutuação suja: vai evitar intervir no mercado, mas quando houver sinais de histeria, de pânico, ele intervirá. Parece-me que a política será essa. No entanto, parece-me que isso tem um limite, a não ser que as condições mudem. As nossas reservas cambiais estão hoje em torno de US\$25 ou 26 bilhões, não computados os US\$9,5 bilhões de repasse do FMI e que não podem ser aplicados no início. Pelo acordo feito com o FMI, se as nossas reservas caírem para algo abaixo de US\$20 bilhões, nós estaremos em moratória técnica. Isso vai-nos criar um problema. O Banco Central pode intervir até certo ponto. Mas a minha preocupação é que a capacidade de intervenção do Banco no mercado vai até o ponto em que as reservas se aproximarem, perigosamente, dos US\$20 bilhões, quando o sinal vermelho será aceso. Qual seria a política do banco a partir daí? Deixaria flutuar livremente ou continuaria queimando as reservas?

Essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta, ainda para V. S^a, é sobre a dívida pública. V. S^a poderia respondê-la? Eu concordo inteiramente com V. S^a. Aliás, trata-se do óbvio e ululante. O nível da dívida pública em termos do percentual do PIB é relativamente baixo, no Brasil - menos de 50% do PIB. O problema é o perfil da dívida. Trata-se de uma dívida de curtíssimo prazo. Isso é insustentável. O País tem que fazer o alongamento dessa dívida, mas isso acarreta um problema muito sério, com V. S^a sabe. O problema conjuntural é a rejeição do mercado a títulos de prazo mais longo. Segundo, isso não pode ser imposto ao mercado porque criaria um problema muito sério para os bancos - o descasamento entre as duas pontas: a captação e a aplicação. Os bancos não poderiam aceitar porque isso poderia quebrá-los.

Pergunto a V. S^a: quais as ações que o Banco Central pensa desenvolver no sentido de apressar esse processo de alongamento da dívida?

Dr. Luiz Fernando Figueiredo, há muito tempo, devido às condições internas brasileiras - dívidas, inflação desvairada, natureza dos títulos públicos -, o Banco Central deixou de usar um importante instrumento de política monetária, as operações de **open market**. Pergunto a V. S^a se há condições ou se haverá a curto prazo ou se o banco procurará criar condições para que essa importantíssima ferra-

menta que determina o nível de liquidez da economia poderá ser usada novamente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Dr. Sérgio Werlang.

O SR. SÉRGIO RIBEIRO DA COSTA WERLANG – Senador Jefferson Péres, suas perguntas são realmente muito boas e nos permitem esclarecer vários pontos.

Em primeiro lugar, a política cambial de flutuação suja, na verdade, quer dizer o seguinte: essencialmente o câmbio é flutuante. V. Ex.^a tem que entender um problema muito grave que havia. Toda a nossa legislação cambial foi preparada, durante anos e anos, para conviver com o câmbio fixo. O que acontece é que hoje o mercado está muito longe de ter aquele grau de liquidez e transparência que gostaríamos num país que tem câmbio livre. Logo, uma das tarefas dessa diretoria que está vindo aqui com o Dr. Armínio é justamente preparar o nosso Banco Central para viver com o câmbio flutuante. O senhor tem toda razão quando fala dos problemas da flutuação. Então, pode ser necessária uma ou outra intervenção curta quando há problemas de liquidez aqui e ali que exacerbam o preço.

Em relação especificamente às reservas, veja bem: o programa do FMI está no momento sob revisão. Ocorre que eu, particularmente, não sei como está isso. Diferentemente do Dr. Armínio, não fui contratado como assessor do Ministério da Fazenda e, portanto, não sei desses detalhes. Propositadamente, não quis tomar conhecimento do que está acontecendo. Mas, pelo comunicado que foi lançado no dia 4 de fevereiro, o FMI está ciente de que tudo isso tem que ser amarrado num acordo. Basta ler o comunicado de 4 de fevereiro, conjunto entre o Ministro Malan e o FMI. De modo que é justamente o programa do Fundo que vai determinar de forma objetiva a revisão do programa do Fundo, que vai permitir o que se pode e o não se pode fazer e até que grau.

Eu, na verdade, não tenho idéia de como está o andamento e não sei dizer-lhe. O Dr. Armínio poderia dar explicações um pouco mais detalhadas, mas eu não posso.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Essa pergunta eu ia fazer a ele, mas não houve tempo.

O SR. SÉRGIO RIBEIRO DA COSTA WERLANG – Perfeito. Há um outro ponto que o senhor tem que levar em consideração. Houve uma grande alteração do preço da moeda. De modo que fica hoje muito mais simples financiar o balanço de paga-

mentos. Hoje, provavelmente, financiaremos o balanço de pagamentos quase que exclusivamente com investimentos diretos, como Daniel Gleizer mencionou há algum tempo, porque as importações caíram muito, aumentarão muito as exportações, as viagens internacionais foram reduzidas, etc. Então, diminui também o problema de financiamento substancialmente simplesmente pela alteração do câmbio.

Quanto à dívida pública, quanto ao termo "dívida pública", V. Ex. fez uma excelente pergunta. É sempre bom deixar esse ponto muito claro. De fato, o endividamento é relativamente baixo, e o perfil é um pouco de curto prazo. Por isso, quando da pergunta do Senador Ney Suassuna, fui tão específico em mencionar que problemas de rolagem não tivemos nem durante o período da hiperinflação.

O problema não é a rolagem. O problema é as pessoas olharem e acreditarem que aquilo tem um horizonte sustentável a longo prazo e é justamente a mudança para câmbio flutuante, a austeridade fiscal, a nova meta de política monetária e, é claro, o acordo com o FMI que vão permitir que tenhamos sustentabilidade. O alongamento será voluntário. Serão oferecidos diferentes títulos. O Dr. Luís Fernando Figueiredo até poderá falar um pouco mais, mas certamente aumentar-se-á a gama de produtos que poderão ser oferecidos ao mercado para que eles possam ter dívidas públicas em diversas outras modalidades. É isso o que eu teria a dizer.

O SR. LUIZ FERNANDO FIGUEIREDO – Exmo. Senador Jefferson Péres, quanto a sua questão para mim com relação ao mercado de **open market**. Na verdade, o mercado de **open market** interbancário existe, porque os bancos têm um fluxo de caixa diário e eles precisam esse tipo de mercado. O objetivo de ter acabado o mercado de **open market** foi porque passamos um processo de inflação, em que os fluxos financeiros eram de curtíssimo prazo, para um processo em que praticamente não havia inflação. O objetivo foi alongar os prazos, ou seja, o ciclo econômico da economia, de modo que as empresas pudessem tomar capital num prazo mais longo, na verdade, incentivar, por intermédio de vários instrumentos, que a economia fosse gradualmente alongando os seus prazos, o que é muito importante.

Há dois problemas muito sérios para as empresas no Brasil: um deles é o custo da taxa de juros; o outro é o perfil da dívida que elas fazem. Quer dizer,

não é só o custo. Num período de instabilidade, elas não são capazes de tomar dinheiro por um prazo muito longo, o que seria compatível com o investimento das empresas.

Muito bem. Hoje, o que temos, do ponto de vista de empresas e de clientes em geral, é uma carência para CDBs de 30 dias e para fundos de renda fixa de 60 dias. Espera-se que, no futuro – quando tivermos uma situação estabilizada e depois desse incentivo –, os fluxos financeiros se alonguem, e que se possa permitir novamente que essa modalidade de operação ocorra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Muito obrigado.

Tem a palavra o Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Sr. Presidente Fernando Bezerra; Sr. Vice-Presidente Bello Parga; Sr. Relator Ney Suassuna; meus nobres pares, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de cumprimentar toda a diretoria, já em fase de aprovação, e desejar êxito, uma vez que acredito na aprovação de seus nomes; acredito ainda no espírito público ao aceitarem tamanho desafio.

Vou fazer uma única indagação e deixarei a cargo dos próprios diretores indicarem qual seria o mais adequado para responder à minha indagação.

Agora que o País vai trabalhar com uma taxa flutuante, eu gostaria de saber se este não seria o momento adequado para que fosse liberada à rede bancária a aceitação de depósito de moeda estrangeira. Não é a dolarização, mas a simples aceitação de depósito em moedas estrangeiras. Gostaria de saber se isso não favoreceria o fim do famoso depósito de colchão, se não favoreceria o ingresso de moeda, o repatriamento de milhares de dólares ao nosso País e se isso não se transformaria num mecanismo de fortalecimento dos nossos depósitos bancários. Eu gostaria de saber, na visão da diretoria, quais seriam as consequências da adoção dessa medida e qual o posicionamento dos diretores acerca desse assunto. Seria somente essa a pergunta.

Muito obrigado.

O SR. DANIEL LUIZ GLEIZER – Senador Eduardo Siqueira Campos, na verdade, isso pode, no futuro, ter sentido. Ocorre que, hoje, na prática, as pessoas têm acesso a títulos com cláusula de variação cambial. Portanto, não há necessidade, dada a necessidade de as empresas fazerem **hedge** ou

de as pessoas, ao se sentirem, em algum momento, confortáveis por ter ativos em dólares, de abrir uma conta em dólar. Quer dizer, atualmente, qualquer cidadão, qualquer empresa, possui facilidade absoluta para ter seus ativos dolarizados. Há fundos cambiais, títulos públicos cambiais, instrumentos financeiros de derivativos, etc., que cumprem muito bem esse papel.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

Já são decorridas oito horas e vinte e um minutos de reunião da Comissão. Peço a V. Ex^a que seja o mais objetivo possível.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Procurarei atender à solicitação de V. Ex^a, Sr. Presidente.

Pergunta ao Sr. Luiz Fernando Figueiredo, indicado para Diretor da área de política monetária.

Em virtude de ter o mesmo sido Diretor do Banco Nacional, gostaria de saber se ele pode nos explicar, ao tempo em que participou da direção como Diretor-Adjunto do Banco Nacional, qual a natureza dos problemas ocorridos que levaram o Banco Nacional a sua absorção, por meio do Proer, pelo Unibanco?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Senador Suplicy, creio que a pergunta de V. Ex^a foge aos objetivos. Não estamos aqui para investigar por que o Banco Nacional fechou. Mas para avaliar a capacidade técnica, moral ou ética dos candidatos a diretores do Banco. Pediria a V. Ex^a, porque é regimental, que se ativesse às questões pertinentes ao objetivo da nossa reunião.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, na medida em que os diretores do Banco Central serão responsáveis pela aplicação do Proer, se há um candidato que foi, inclusive, diretor do Banco Nacional, de fevereiro de 1992 a maio de 1993, de um banco que foi absorvido pelo Unibanco, através do Proer, gostaria que S. S^a explicasse – e penso que é perfeitamente adequado e pertinente a pergunta que faço –, porque quero que S. S^a, como também o diretor indicado para a área de fiscalização, faça uma avaliação dos efeitos do Proer. A avaliação que tenho, Sr. Presidente, é que precisamos estar examinando quais são os efeitos de alguns instrumentos de política econômica adotados pelo Governo Fernando Henrique, nesses últimos quatro anos e dois meses. Um é o Proer e o outro é o próprio processo de privatização.

O que gostaria de solicitar do Sr. Luiz Fernando Figueiredo, bem como do Sr. Luiz Carlos Alvarez – que será o responsável pela fiscalização e pelas questões do Proer, até porque foi também o Sr. Alvarez o diretor do conselho que elaborou o regime de administração especial no Banco Nacional, e depois interventor no Banco Bamerindus, portanto conhece muito bem esse mecanismo – que examinasse à luz dos efeitos sobre o processo de concentração da renda e da riqueza.

Sr. Presidente, V. Ex^a faz um protesto só por causa da qualidade da minha pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Não, dirigi-me ao Senador Sérgio Machado.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Senador Sérgio Machado, V. Ex^a está protestando contra a minha pergunta juntamente com o Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Senador Supply, não houve nenhum comentário que partisse de algum Senador em relação a V. Ex^a. Eu apenas na pergunta inicial, e dei razões claras por que intervim, e V. Ex^a tem toda liberdade para fazer a pergunta que quiser.

O SR. EDUARDO SUPPLY – A minha preocupação, Sr. Presidente, é que dezenas de bilhões de reais têm sido canalizados pelo Banco Central para instituições financeiras, consideradas como saudáveis, a fim de absorver os ativos de instituições financeiras que, por problemas tais – imagino que o Sr. Luiz Fernando Figueiredo conheça bem – levaram instituições a serem fechadas, a situações de insolvência.

Então, o que aconteceu? O Governo brasileiro instituiu o Proer. Por meio do Proer, o Banco Central canaliza recursos a taxas de juros bem menores do que de mercado, provendo empréstimos para os proprietários de instituições financeiras, em princípio saudáveis, absorverem aqueles ativos e, inclusive, podendo abater pelo menos 30% do prejuízo demonstrado pelas instituições que foram fechadas, mas absorvidas pelas outras, do Imposto de Renda a pagar. Trata-se, portanto, na avaliação que faço, de um processo que contribui para a concentração de renda e de riqueza em uma nação que já tem índices recordes de desigualdade. Peço aos dois Diretores a quem perguntei que façam uma avaliação dos efeitos do Proer no que diz respeito aos aspectos de concentração de renda e riqueza.

Ao Sr. Daniel Luiz Gleizer, que cuidará da área internacional, pediria que fizesse uma avaliação dos efeitos da desvalorização havida desde o início de

janeiro, quando o dólar estava cotado em US\$1,21, até presente instante, em que o dólar está cotado em torno de US\$2,07. Registrou-se, portanto, uma desvalorização, nesse período, da ordem de 71%. Em consequência dessa desvalorização muito acima do que esperavam, segundo as autoridades econômicas do Governo, quais são os instrumentos recomendáveis de controle do fluxo de capitais de curto prazo ou quaisquer outros de controle cambial que possam, inclusive, ser compatibilizados com a taxa flutuante de câmbio? Assinalo que Francisco Lopes, quando estava para ser indicado para a Presidência do Banco Central, fez-me uma visita, na véspera de sua arguição, ocasião em que me explicou que havia estado na África do Sul em julho do ano passado e, ali, observou o sistema de taxa flutuante de câmbio. Tive o cuidado de pedir ao nosso Embaixador Oto Agripino Maia que enviasse as informações sobre os sistemas de controle cambial na África do Sul e sobre o regime cambial lá existente. De fato, na África do Sul há o sistema de taxa flutuante, mas com inúmeros controles. Os residentes na África do Sul ou cidadãos sul-africanos residentes no exterior estão sujeitos aos controles cambiais, só podem transferências para fora do país dentro dos limites previstos e mediante autorização específica do Reserve Bank. E há uma série de detalhamentos.

Gostaria de saber em que medida V. S^a está estudando regimes, inclusive de taxas cambiantes, que têm formas de controle cambial como os adotados pelo Governo Nelson Mandela? Se conhece tais sistemáticas ou se está considerando em virtude da desvalorização que está acima daquela que o Governo imaginava?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Senador Eduardo Supply, apelo a V. Ex^a que seja breve. Decorrem onze minutos que V. Ex^a está com a palavra.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Sr. Presidente, farei ainda uma pergunta ao Sr. Edison Bernardes dos Santos, tendo em vista que ele é o Presidente da Centrus, que é o fundo de pensão dos funcionários do Banco Central.

Gostaria de saber se V. S^a pode nos descrever a maneira como os fundos de pensão têm interagido para adquirir o controle parcial das empresas estatais e como é que V. S^a avalia o processo de concentração de renda e de riqueza que, pelo mecanismo de privatização, está sendo instituído pelo Governo Fernando Henrique Cardoso? Por que razão?

Tem sido utilizado para todo o processo de privatização um mecanismo bastante complexo. O BNDES financia grupos financeiros privados para adquirir as ações dessas empresas. Ademais, o Banco do Brasil, por exemplo, avaliza empréstimos dos grupos que adquirem ações de empresas estatais. Além disso, há indicações de que o Governo Federal coordena as decisões de fundos de pensão que também participam de inúmeras aquisições de empresas estatais.

O que se nota é que há um apoio do Governo Federal, propiciando a certos grupos, e, por vezes, até repetindo os grupos, para aquisição da empresa a, b, c, ou d, e assim por diante, diversas empresas estatais, facilitando o processo de controle de tais empresas.

Eu gostaria que, sendo o Presidente da Centrus, explicasse-nos a sua avaliação se considera que está havendo um processo de concentração que precisaria ser mais bem estudado, e se recomenda ao Presidente Fernando Henrique e à equipe econômica cuidado com esse processo de concentração de renda e de riqueza, e se há procedimentos que recomenda num sentido diferente.

E ao Sr. Sérgio Werlang, que tem aqui a maior experiência acadêmica, inclusive com muitas contribuições, em termos de publicações, eu gostaria que fizesse uma avaliação de procedimento com respeito às metas de política econômica.

V. S^a mencionou as metas de inflação. Então, como responsável pela política econômica, na medida em que estará interagindo com os demais responsáveis pela elaboração da política econômica, porque a política monetária e a política de taxas de juros têm enorme influência sobre recessão, desemprego, distribuição da renda e da riqueza, eu gostaria que dissesse que proposições irá formular a equipe econômica ao Ministro da Fazenda, ao Ministro do Planejamento, para que o Brasil deixe de ser um dos campeões mundiais da desigualdade sócio-econômica.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra). – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a despendeu 16 minutos na sua questão.

Pela ordem das questões, peço aos Srs. Diretores do Banco Central que respondam ao Senador Eduardo Suplicy. Em seguida, a palavra será concedida ao Senador José Fogaça.

O SR. SÉRGIO RIBEIRO DA COSTA WERLANG – Com relação à questão do Banco Nacional, há duas coisas que eu gostaria de comentar.

O meu cargo na Instituição era de Diretor-Adjunto da área de câmbio, portanto, a minha atividade era restrita à área de câmbio especificamente. Portanto, não tinha acesso à informação dos ativos do Banco, etc.

A outra questão é que eu estive lá um ano e dois meses somente. Entrei em fevereiro de 1992 e saí em maio de 1993, muito antes de qualquer coisa a respeito do Banco Nacional, que aconteceu, se não me engano, entre agosto e setembro de 1994.

Com relação ao Proer, o Proer teve vários objetivos muito importantes. O objetivo básico e prioritário do Proer, que foi sem dúvida alguma alcançado, foi proteger o cidadão e não o banqueiro. O banqueiro foi processado, mas foi a fórmula legal de, não protegendo o banqueiro, proteger o cidadão. O Proer possibilitou a passagem do Brasil pelas crises que nós vivemos, sem nenhum problema, em termos razoáveis no sistema financeiro. Na verdade, foi um ponto de não fragilidade do país nessas situações que vivemos há dezoito meses. E a terceira questão é que todos os países que não fizeram o mesmo, ou seja, que não protegeram seu sistema financeiro sofreram muito mais do que os países que tomaram essa atitude.

Não tenho dados sobre os custos. O que sei é que o nível de custo do Proer brasileiro foi muitíssimo menor do que a maioria dos países que tiveram que tomar a mesma atitude. É isso. Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO RIBEIRO DA COSTA WERLANG

– Senador Eduardo Suplicy, as perguntas foram muito bem colocadas; a preocupação de V. Ex^a é pertinente. Numa democracia, realmente deve-se tomar muito cuidado com a alocação de recursos.

Mas queria deixar V. Ex^a tranqüilo; porque a dedução de imposto de renda do Proer se aplicava apenas a uma situação, qual seja, a incorporação. Essa dedução já estava prevista na legislação de imposto de renda; ela apenas foi aperfeiçoada. E não ocorreu em caso prático algum; não houve ocorrência alguma da espécie. A legislação foi preparada para uma situação que pudesse ocorrer; e ela não ocorreu em caso algum. O Unibanco não incorporou o Nacional, o Excel não incorporou o Econômico, o HSBC não incorporou o Bamerindus – ele levou ativos e passivos. Então não houve dedução fiscal alguma. O prejuízo ficou com o Nacional. Como o Nacional já tinha recolhido imposto sobre lucros inexistentes, na realidade ele recolheu mais imposto do que seria devido.

A segunda questão é um esclarecimento: os empréstimos não foram dados aos compradores. O Unibanco não tomou empréstimo no Proer; foi dado empréstimo à própria instituição. Com relação...

O SR. EDUARDO SUPPLY – Isso eu havia dito.

O SR. SÉRGIO RIBEIRO DA COSTA WERLANG
– Não a instituição Unibanco.

O SR. EDUARDO SUPPLY – O Unibanco, sim, recebeu recursos...

O SR. SÉRGIO RIBEIRO DA COSTA WERLANG
– Não, mas ele não recebeu empréstimo, ele não ficou devendo. Ele recebeu recursos para contrabalançar os depósitos que recebeu e tinha que pagar para a clientela; apenas isso.

O SR. EDUARDO SUPPLY – A taxas bem menores do que as de mercado.

O SR. SÉRGIO RIBEIRO DA COSTA WERLANG
– Não, o Unibanco não tomou emprestado; ele recebeu recursos sem taxa alguma. Para assumir um depósito para pagar, precisa receber um ativo. Então, ele recebeu recursos, imóveis, empréstimos, tudo, para equilibrar apenas a conta, para não tomar prejuízo.

Com relação ao que o Dr. Luiz Fernando Figueiredo falou, tenho dados aqui que permitem dar uma visão de como o Proer foi interessante. Os dados são do World Economic Outlook do Fundo Monetário Internacional de maio de 1998:

Alguns custos, em porcentagem do PIB de alguns países que sofreram crise bancária: a Argentina, 13%; Chile 19%; Finlândia, 8%; México, 12%; Espanha, 15%; Noruega, 4%; Suécia, 4%; Estados Unidos, 5%; Uruguai, 31%; Venezuela, 17%.

No caso do Brasil, os volumes de recursos emprestados ao Proer foram 20 bilhões – esse número não está atualizado –, 20 bilhões, dos quais 30% foram empréstimos à Caixa Econômica Federal, que não tem dúvida alguma do retorno. Do restante, 30% já foram pagos; e do montante que falta, todos eles têm garantia em títulos do governo. Ainda que todos os empréstimos não fossem pagos, o custo seria muito mais baixo do que qualquer outro país do mundo. A propósito, temos sido alvo de visitas de Fundo Monetário Internacional, Bird, para saber como conseguimos fazer um processo com um custo tão baixo. Evidentemente, o custo final terá que ser apurado no processo final das liquidações, mas não tenho a menor dúvida de que foi um dos programas mais inteligentes do mundo no processo de enfrentar a crise bancária.

O importante, a meu ver, é mais do que isso: é aprender a lição de que é necessária uma supervisão bancária eficiente, prudente, proativa para que não ocorra a crise. Ocorrendo a crise, o problema torna-se seriíssimo, pode quebrar um país. E é isso que essencialmente deve-se tentar evitar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Dr. Edison.

O SR. EDISON BERNARDES DOS SANTOS
– Muito obrigado. Sr. Senador Eduardo Supply, vou me ater à questão da Centrus, fundo do qual participo como membro do Conselho de Curadores.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Presidente do Conselho, membro que é presidente é especial.

O SR. EDISON BERNARDES DOS SANTOS
– Na verdade os fundos de pensão hoje talvez sejam um dos poucos instrumentos de poupança, a longo prazo, que a sociedade brasileira dispõe. Não acredito que haja um processo – vamos dizer assim – de concentração de riquezas. Pelo contrário, acho que há até uma democratização de riquezas quando os participantes de um fundo podem, através desse fundo, participar de diversas empresas.

No caso da Fundação Banco Central, a pergunta que V. Ex^a colocou – o controle parcial de empresas estatais –, a nossa Fundação tem, no início de todos os anos, um plano de aplicações aprovado para o ano. Temos uma filosofia de aplicações, onde são traçados os objetivos da Fundação, e em seguida aprovamos um plano onde a Fundação irá colocar os seus recursos com vista ao seu objetivo maior, que é atender a questão previdenciária de seus participantes. Acontece dessa forma na Fundação. Existe uma filosofia de investimentos, aprovada pelo Conselho, e um plano de investimentos para cada ano, o qual, obviamente, é feito como uma meta a ser atingida durante aquele exercício.

De um modo geral, a participação em empresas, como a questão da privatização de empresas, fica a critério de cada fundo, dentro da sua filosofia de investimentos, participar ou não da privatização de empresas. Obviamente, quando há interesse de sua diretoria e de seus membros do conselho, propõe-se a participação de empresas estatais ou de empresas privadas mesmo. Essa é a filosofia do nosso caso.

Recomendar que se tenha no País fundos de pensão seria um dos pontos principais – vamos dizer assim – da atual política de Governo. Acho que o Governo mesmo está preocupado em criar fundos de pensão, oferecer aos seus servidores. A Reforma

da Previdência vem nesse sentido, exatamente como uma das formas de se buscar a poupança de longo prazo para o cumprimento de objetivos previdenciários ao final da carreira desses funcionários. Acredito que esse é um dos passos importantes na condução, daqui para a frente, da criação de fundos de pensão, voltados inclusive para o setor público.

Essa é a minha previsão a respeito dos fundos de pensão.

Muito obrigado.

O SR. DANIEL LUIZ GLEIZER – Agradeço ao ilustre Senador a pergunta formulada. Conforme mencionei na minha breve apresentação, acredito que a taxa de câmbio se encontra nesse momento excessivamente desvalorizada, qualquer que seja o critério de avaliação utilizado para fazer essa estimativa.

Parece-me, entretanto, que a forma de colaborar, de produzir uma reversão desse processo é através da implementação de um conjunto de políticas macroeconômicas consistentes, conforme mencionei, com o apoio da política fiscal ora sendo implementada. Essa taxa de câmbio deve voltar para um patamar bastante mais razoável. E conforme mencionou também o Dr. Sérgio Werlang, em resposta a uma das perguntas, a regulamentação do mercado de câmbio deve ser alterado de forma propícia, adequando-o a um sistema de câmbio flutuante.

Devo reconhecer que não conheço as especificidades da experiência sul-africana. Reitero, porém, a nossa determinação em utilizar a experiência internacional, qualquer que ela seja, de forma a aprimorar a política econômica brasileira.

Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO RIBEIRO DA COSTA WERLANG – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Foi uma pergunta bastante boa.

O objetivo da política econômica é o crescimento a longo prazo, com proteção ao menos favorecido. Isso é o que eu, particularmente, penso.

Hoje em dia, temos que conseguir chegar a uma situação em que consigamos viver com uma estabilidade de preços sem sobressaltos, neste mundo em que vivemos, que quer queiramos quer não tem mais competição internacional.

Por isso, tendo em vista a situação de austeridade fiscal que o Congresso contribuiu muito para aprovar, tem contribuído consistentemente, temos que diminuir a ineficiência de carga tributária, etc. Tudo isso já sabemos que temos de fazer,

pois já houve ampla discussão do assunto pelo Congresso.

No entanto, uma vez que temos uma moeda própria que não se ancora em outra para determinar o seu valor, devemos ter um Banco Central moderno, preparado para conviver com isso. É importante deixar claro o papel do Banco nesse contexto.

O Dr. Armínio há pouco se referiu ao papel do Banco Central: assegurar a moeda estável ao menor custo possível. Como eu disse, há a possibilidade de manter sempre a nossa moeda estável – ela ficou estável durante muito tempo, mas a um custo de juros muito grande.

O Banco Central tem de fazer a ponte para a estabilidade. Temos de aprender a conviver com o câmbio flutuante. Há necessidade de modificação de metas monetárias tradicionais para aquelas que sejam inflacionárias, diretamente. É muito importante que a estrutura do Banco Central faça isso de forma autônoma, sem a necessidade de buscar alguém da área acadêmica. Meu maior desafio será montar uma estrutura de pesquisa autônoma, capaz de, por conta própria, se manter nessa instituição. Esse é o desafio que vou enfrentar com muita disposição.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Senador Eduardo Suplicy, pretende fazer a réplica?

O SR. EDUARDO SUP LICY – Se for possível, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Certamente, Sr. Senador. Concedo-lhe a palavra, solicitando-lhe apenas que, na medida do possível, procure limitar-se ao tempo que lhe foi destinado.

O SR. EDUARDO SUP LICY – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma recomendação, tanto ao Presidente Armínio Fraga quanto aos cinco diretores que constituirão a nova equipe do Banco Central.

Peço-lhes que, além de terem por preocupação – e esta é a sua principal responsabilidade – sustentar o valor da moeda, serem os guardiães da moeda brasileira, tenham em perspectiva a importância de construirmos uma Nação justa. Não percebi claramente nas palavras hoje formuladas, nos trabalhos publicados por todos os diretores preocupações que considero importantes.

Refiro-me a preocupações que alguns economistas têm, como, por exemplo, o ganhador do Prêmio Nobel de Economia, Amartya Sen. Ele dedicou quase toda a sua vida a estudos sobre a erradicação da pobreza e sobre como superar os problemas da desigualdade. Um dos maiores economistas e estudiosos da área monetária, Sr. James Tobin, também

Prêmio Nobel em Economia, muito se preocupou com a erradicação da pobreza e da desigualdade. James Tobin, juntamente com outro monetarista aqui citado hoje, propõem a criação de um imposto de renda negativo. Outro ganhador do Prêmio Nobel de Economia, James Edward Meade, propôs que se criassem instrumentos para assegurar que não haja inflação, mas pleno emprego e formas de assegurar a todos um mínimo necessário a sua sobrevivência.

Com respeito à questão da política de controle cambial e monetário, encaminho a experiência da África do Sul ao Diretor da Área Internacional – trabalho que me foi enviado pelo Embaixador Oto Agripino Maia, que me parece uma experiência relevante.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Eu é que agradeço, Senador Eduardo Suplicy.

Concedo a palavra ao Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo porque são quase 18 horas e V. Ex^a manteve um desempenho extraordinário. V. Ex^a foi equilibrado, justo na distribuição do tempo e soube não ser discriminatório em relação a nenhum dos Parlamentares que fizeram indagações.

Sr. Presidente, tenho uma única pergunta dirigida especificamente ao Dr. Sérgio Werlang, porque S. S^a trouxe à discussão tema que me parece interessante e momentoso: o das chamadas metas inflacionárias, o que os economistas, em nível internacional, chamam de **inflation targets**. É um sistema muito adotado em países europeus, como a Suécia e outros. De fato, o Brasil, acredito, é um país de experiência única na questão inflacionária.

O que vou dizer para suscitar as suas observações está muito mais baseado numa visão pessoal e empírica do que propriamente no rigor científico de análise.

Quando se encerrou o Governo José Sarney, tínhamos uma inflação de mais de 80% no País, juros nominais elevadíssimos – não sei se os juros reais eram tão altos como agora –, e uma taxa histórica de 4% e 5% de desemprego. Quando veio o Governo Collor, houve aquele enxugamento brutal de ativos financeiros, que gerou uma escassez de crédito impactante, evidentemente com uma redução brusca de investimentos no País. Essa escassez de crédito também determinou um baixíssimo crescimento, uma estagnação da economia. No entanto, mesmo com essa escassez, havia taxas de desemprego muito baixas.

Analiso isso muito mais como uma impressão pessoal, como uma conclusão empírica de que a inflação no Brasil tem uma instrumentalidade extremamente perversa e uma destinação específica. A inflação é utilizada no Brasil para garantir redução dos salários, portanto, o resultado é sempre o aumento da taxa de emprego. Mas esse aumento da taxa de emprego, conhecido historicamente no Brasil, é, sem dúvida alguma, irmão gêmeo da depressão e do arrocho dos salários.

A experiência recente que vivemos – uma pequena fase da vida brasileira sem inflação e, talvez, a mais longa que a minha geração conheceu – trouxe-nos duas coisas bastante claras – também é uma visão empírica e pessoal: a ausência do instrumento inflacionário gera a estabilidade dos preços e dos salários, além do avanço, evidentemente, da massa salarial. Ou seja, como não há um instrumento para deprimir, reduzir e arrochar os salários dos trabalhadores, reduz-se o poder de negociação dos empregados e há desemprego, ou pelo menos as taxas de desemprego tendem a crescer.

Evidentemente, esse é um processo mascarado. E ele não é um processo em que haja, por exemplo, uma iniciativa consciente ou de má-fé do empresariado brasileiro. Quer dizer, o empresariado brasileiro não adere deliberadamente a uma vida inflacionária como forma de exploração. É evidente; nunca ouvi um empresário defender inflação. No entanto, já vi políticos defenderem inflação, supondo que, ao fazê-lo, estão defendendo suposto crescimento econômico e expansão do emprego. Porém, pela experiência que se tem no Brasil, essa expansão do emprego se dá, evidentemente, com depressão dos salários. Gostaria de saber de V. S^a são quais as observações que tem a fazer como gestor de política econômica dentro do Banco Central. Como se pode ter estabilidade da moeda sem financiamento externo abundante como vinha ocorrendo – pelo menos teremos um período sem investimentos externos no montante que vinha ocorrendo – para que se possa atingir taxas mais reduzidas de desemprego? Ou seja, é possível que este País possa pensar nisso, possa almejar isso num breve período de tempo?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Sr. Sérgio Werlang.

O SR. SÉRGIO RIBEIRO DA COSTA WERLANG – Obrigado Senador José Fogaça. V. Ex^a fez uma pergunta muito interessante. A austeridade fiscal é a chave disso. Antigamente, a inflação no Brasil vinha a corrigir o problema, porque tínhamos um disparate

entre o gasto nominal e a receita nominal. A única maneira de se resolver era dar mais inflação, que corroía o gasto nominal – o gasto do Orçamento é todo nominal – e, no fundo, era isso que ocorria: a inflação resolvia esse problema. Ora, de fato, aparece uma taxa de desemprego muito baixa, mas não somente os salários ficam baixos. Há um outro fato muito mais negativo ainda: justamente as classes D e E não têm acesso ao sistema financeiro, porém, tudo aquilo que se chama imposto inflacionário, na verdade, é pago por essas classes, que são as mais prejudicadas.

Então, a chave para tudo isso está na austeridade fiscal e as instituições trabalhando para se modernizarem. Sei que meu papel e o do da diretoria do Banco Central, do Presidente Arminio Fraga é pequeno. Faremos o papel de preparar um pedaço, uma pequena instituição para viver num regime novo. Vamos tentar fazer o melhor possível, mas a saída é essa, a diferença é que temos de ter real austeridade fiscal. Sem isso, não será possível termos inflação baixa sem que haja juros escorchantes como vimos no passado.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, vou me valer da réplica apenas para dizer que o Senador Eduardo Suplicy lembrou o nome do mais recente Nobel de Economia, o economista paquistanês Amartya Sen, cujo livro que mereceu o prêmio nunca foi publicado no Brasil, e só foi possível lê-lo através da Internet, mas eu li esse livro. O autor diz, entre outras coisas, que há dois tipos de situação pela qual os setores mais carentes da sociedade podem obter um atendimento. Citou o exemplo do Sri Lanka e de um outro país completamente inverso. O Sri Lanka fez investimentos maciços em políticas públicas de distribuição de alimentos de setores mais carentes. Mas disse que exatamente o mesmo nível de distribuição de renda, de igualdade social, de extinção da fome se deu em outro país através de outras políticas, baseadas na austeridade fiscal. E citou a Coréia do Sul como exemplo. Esta, uma citação feita em uma análise de aproximadamente sete páginas do livro do economista Amartya Sen.

O Brasil conhece, durante toda esta vida republicana, dois tipos de discurso: um que diz que o Estado deve – mesmo a custo da inflação – fabricar dinheiro para poder atender aos desprotegidos e desfavorecidos da sociedade. Isso se tem repetido ao longo dos anos e parece ter sido essa uma política de boas intenções e de conseqüências

fracassadas. Creio que, pela primeira vez, na História do Brasil, estamos atingindo estes objetivos: o de proteger os desfavorecidos, de melhorar a vida daqueles que mais sofrem, dos mais pobres, através de algo chamado "austeridade fiscal". Por isso, pareceu-me extremamente interessante a resposta que me foi dada pelo Dr. Sérgio Werlang, a qual me satisfez inteiramente.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Muito obrigado, Senador José Fogaça. Agradeço, ainda, a deferência que V. Ex^a teve para comigo em razão da condução dos trabalhos desta reunião.

Foram colhidos os votos de todos os Srs. Senadores, membros efetivos ou suplentes da Comissão de Assuntos Econômicos. Assim, designo os Senadores Bello Parga e o Senador José Fogaça para que procedam à apuração dos votos.

Solicito aos senhores candidatos aos cargos de Diretores do Banco Central, com os meus agradecimentos, que se retirem do recinto enquanto são apurados os votos.

Srs. Senadores, vamos proclamar o resultado.

Sr. Daniel Luiz Gleizer: votaram SIM 24 Srs. Senadores; e NÃO 3.

Não houve abstenção.

Total: 27 votos.

Sr. Edison Bernardes dos Santos: votaram SIM 24 Srs. Senadores; e NÃO 2.

Houve uma abstenção.

Total: 27 votos.

Sr. Luiz Carlos Alvarez: votaram SIM 25 Srs. Senadores; e NÃO 1.

Houve uma abstenção.

Total: 27 votos.

Sr. Luiz Fernando Figueiredo: votaram SIM 24 Srs. Senadores; e NÃO 3.

Total: 27 votos.

Sr. Sérgio Ribeiro da Costa Werlang: votaram SIM 23 Srs. Senadores; e NÃO 3.

Houve uma abstenção.

Total: 27 votos.

Proclamado o resultado, estão aprovados os nomes indicados pelo Senhor Presidente da República para o cargo de Diretor do Banco Central.

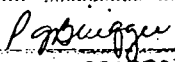
Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h5min.)

ATOS DO PRESIDENTE

PUBLIQUE-SE

Em 26, 02, 99



Patricia Grubel Brügger
Chefe-Gabinete
Diretoria Geral

**ATO DO PRESIDENTE
Nº 39, DE 1999**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 009, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 003160/99-8,

RESOLVE designar o servidor GUSTAVO ANTONIO MENDONÇA DE FREITAS, matrícula 4287, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do Gabinete do Senador Lauro Campos, com efeitos financeiros a partir de 08 de fevereiro de 1999.

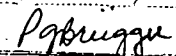
Senado Federal, 26 de fevereiro de 1999.



Senador **ANTONIO CARLOS MAGALHÃES**
Presidente do Senado Federal

PUBLIQUE-SE

m 26 / 02 / 99

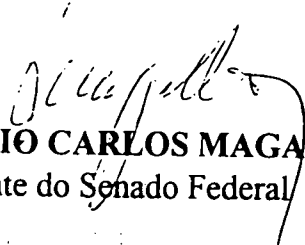

Patricia Grubel Brügger
Chefe-Gabinete
Diretoria Geral

ATO DO PRESIDENTE
Nº 40, DE 1999

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 009, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 002163/99-3,

RESOLVE designar o servidor HAROLDO RABELLO DE LUCENA, matrícula 2463, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do Gabinete do Senador Sérgio Machado, com efeitos financeiros a partir de 01 de fevereiro de 1999.

Senado Federal, 26 de fevereiro de 1999.


Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente do Senado Federal

Publique-se em 01/03/99

Alvaro Marinho

Joel Paulo Botelho Cobucci

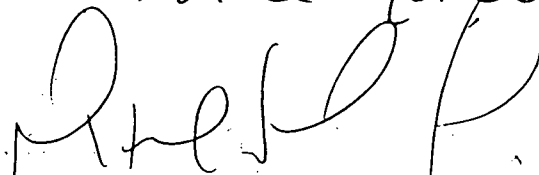
p/ Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATOS DO DIRETOR-GERAL**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 872, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 003329/99-2,

RESOLVE designar o servidor MANOEL REIS DA SILVA, matrícula 2337, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Artesanato, para exercer a Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-4, da Subsecretaria de Administração de Pessoal, com efeitos financeiros a partir de 01 de fevereiro de 1999.

Senado Federal, 01 de março de 1999

**AGACIEL DA SILVA MAIA****Diretor-Geral**

Publique-se em 01/03/99

Alvaro Martins

José Paulo Botelho Cobucci

p/ Chefe de Serviço de Apoio Técnico - SSAPEB

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 873, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 003330/99-0,

RESOLVE designar o servidor MIGUEL JOSÉ DA SILVA, matrícula 2084, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Artesanato, para exercer a Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-4, da Subsecretaria de Administração de Pessoal, com efeitos financeiros a partir de 01 de fevereiro de 1999.

Senado Federal, 01 de março de 1999



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

Publique-se em 01/03/99

Alvaro Martins

José Paulo Botelho Cobucci

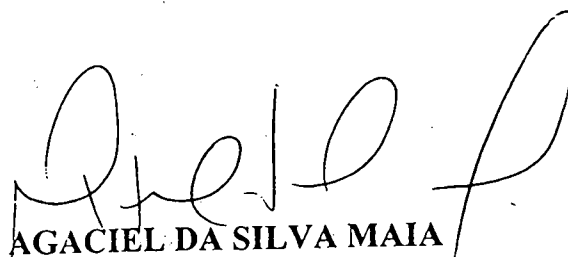
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 874, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 003325/99-7,

RESOLVE dispensar a servidora **VALÉRIA RODRIGUES MOTTA**, matrícula 4647, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Lauro Campos, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Luiz Otávio, com efeitos financeiros a partir de 22 de fevereiro de 1999.

Senado Federal, 1º de março de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 01/03/99

Alvaro Wartin

José Paulo Botelho Cobucci

Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 875, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 001996/99-1,

RESOLVE dispensar o servidor **ROBERTO LUIZ LEITE OLIVEIRA**, matrícula 2104, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Editorial Gráfico, Símbolo FC-06, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-06, da Diretoria-Geral, com efeitos financeiros a partir de 01 de fevereiro de 1999.

Senado Federal, 1º de março de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 01/03/99
Alvaro Martins

José Paulo Botelho Cobucci
f/ Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 876, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 003333/99-0,

RESOLVE designar o servidor PAULO MARIA CAMPOS, matrícula 2601, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Artesanato, para exercer a Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-4, da Subsecretaria de Administração de Pessoal, com efeitos financeiros a partir de 01 de fevereiro de 1999.

Senado Federal, 01 de março de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 01/02/99

Alvaro Martins

José Paulo Botelho Cobucci

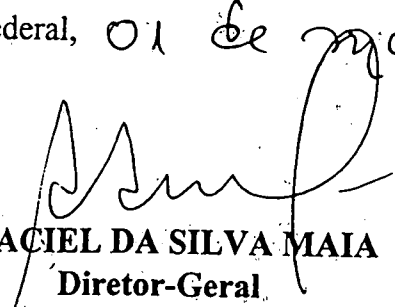
p/ Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 877, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 002674/99-8,

RESOLVE designar o servidor RAIMUNDO BEZERRA ASSUNÇÃO COSTA, matrícula 2489, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Motorista, Símbolo FC-3, do Gabinete da Terceira Secretaria, com efeitos financeiros a partir de 08 de fevereiro de 1999.

Senado Federal, 01 de março de 1999


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 01/03/99

Alvaro W. Martins

José Daulo Botelho Cobucci

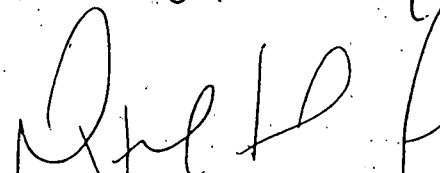
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 878, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 003328/99-6,

RESOLVE designar o servidor **ANTÔNIO TORRES DE SOUZA**, matrícula 2146, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Artesanato, para exercer a Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-4, da Subsecretaria de Administração de Pessoal, com efeitos financeiros a partir de 01 de fevereiro de 1999.

Senado Federal, 01 de março de 1999


AGACIEL DA SILVA MAIA**Diretor-Geral**

Publique-se em 01/03/99

Alvaro Martins

José Paulo Botelho Cobucci

Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 879, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 003332/99-3,

RESOLVE designar o servidor JOSÉ MARTINS GONÇALVES, matrícula 2606, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Artesanato, para exercer a Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-4, da Subsecretaria de Administração de Pessoal, com efeitos financeiros a partir de 01 de fevereiro de 1999.

Senado Federal,

01 de março de 1999

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

Publique-se em 01/03/99

Alvaro Martins

José Paulo Botelho Cobucci

p/ Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPE

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 880, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 003331/99-7,

RESOLVE designar o servidor JOSÉ AVELINO DA SILVA, matrícula 1310, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Artesanato, para exercer a Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-4, da Subsecretaria de Administração de Pessoal, com efeitos financeiros a partir de 01 de fevereiro de 1999.

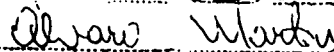
Senado Federal, 01 de março de 1999

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

Publique-se em

01/03/99



José Paulo Botelho Cobucci

p. Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 881, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1.997, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 003638/99-5,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSÉ ACÁCIO DE CASTRO JÚNIOR**, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Carlos Bezerra.

Senado Federal, em 01 de março de 1999

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

Diretor-Geral

Publique-se em

01/03/99

Alvaro Martins

José Paulo Botelho Cobucci

Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

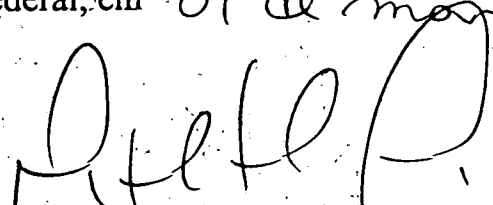
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 882, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1.997, e tendo em vista o que consta no Processo nº 003731/99-5,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, **TERESA CRISTINA RIBEIRO**, matrícula 30541, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Mauro Miranda, a partir de 1º de março de 1999.

Senado Federal, em

01 de março de 1999


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

Publique-se em 01/03/99

Alvaro Montenegro

José Paulo Botelho Cobucci

1/ Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 883, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1.997, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 003647/99-4,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, **MARCÍLIO DOMINGUES DA SILVA**, matrícula 30900, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Roberto Freire, a partir de 24 de fevereiro de 1999.

Senado Federal, em 01 de março de 1999

Agaciel da Silva Maia
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 01/03/99

Alvaro Martins

José Paulo Botelho Cobucci

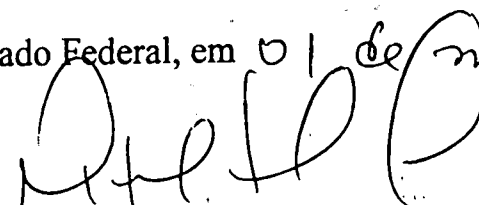
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPE

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 884, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1.997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003763/99-4,

R E S O L V E exonerar **CARLA SPEGIORIN SILVEIRA**, matrícula 30179, do cargo de Secretário Parlamentar e nomeá-la, na forma do disposto no artigo 9º da Lei 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Carlos Patrocínio.

Senado Federal, em 01 de março de 1999


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

Publique-se em 01/03/99

Alvaro Martins

José Paulo Botelho Cobucci

7/ Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 885, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1.997, e tendo em vista o que consta no Processo nº 003692/99-0,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, **SÂMIA PEREIRA RIBEIRO**, matrícula 30730, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete Senador Romeu Tuma.

Senado Federal, em 01 de março de 1999

Agaciel da Silva Maia

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

Publique-se em 01/03/99

Alvaro Morim

José Paulo Botelho Cebucci

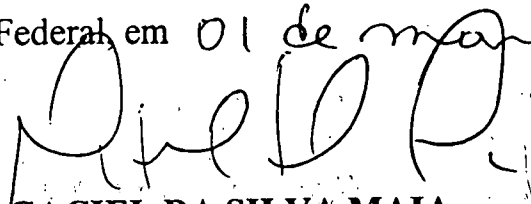
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 886, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003692/99-0,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARCO ANTÔNIO MENDES CAVALEIRO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Romeu Tuma.

Senado Federal, em 01 de março de 1999


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 02/03/99

Alvaro Martins
José Paulo Botelho Cobucci

Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 887, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1.997, e tendo em vista o que consta no Processo nº 003556/99-9,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, **MÔNICA MANESCHY PERES TEIXEIRA**, matrícula 30952, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, Gabinete do Senador Geraldo Cândido.

Senado Federal, em 01 de março de 1999


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 01/03/99

Olavo Martins

José Paulo Botelho Cebucci

Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

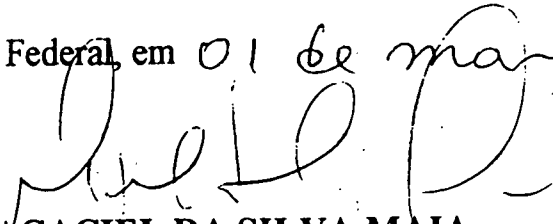
**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 888, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003556/99-9,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **PRISCILA COELHO VAZ** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Geraldo Cândido.

Senado Federal, em

01 de março de 1999


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 01/03/99

Alvaro Martins

José Paulo Betelhu Cobucci

Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

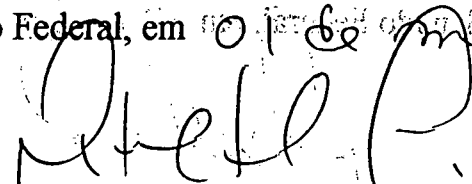
**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 889, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003694/99-2,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, **CELSO LUIZ RAMOS DE MEDEIROS** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador José Alencar.

Senado Federal, em

01 de Março de 1999


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

Publicou-se em 01/03/99

Alvaro Martins

José Paulo Penello Sobrinho

Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 890, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 003761/99-1

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **KARINA DE MORAIS BORBA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal; com lotação e exercício no Gabinete do Senador José Jorge.

Senado Federal, em 01 de março de 1999


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 01/03/99

Alvaro Martins

José Paulo Botelho Cobucci

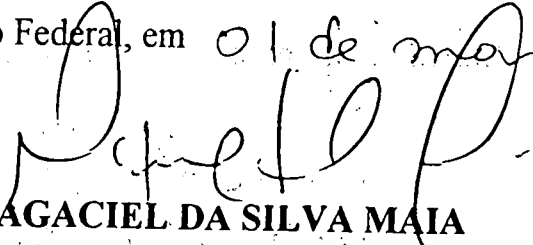
p. Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 891, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003723/99-2,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, **PAULO SÉRGIO CUNHA** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Quarta-Secretaria.

Senado Federal, em 01 de março de 1999


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 01/03/99

Alvaro Martins

José Paulo Botelho Cobucci

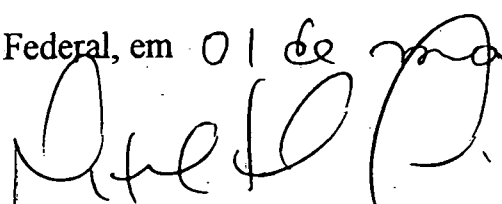
P/ Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 892, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003639/99-1,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSÉ ACÁCIO DE CASTRO JÚNIOR** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Quarta-Secretaria.

Senado Federal, em 01 de março de 1999


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em

01/03/99

Alvaro Martins

José Paulo Botelho Cobucci

Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 893, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 003701/99-9,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARCELO RAFAEL RECH** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Quarta-Secretaria.

Senado Federal, em

01 de março de 1999

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

Publique-se em 01/03/99

Alvaro Martins

José Paulo Botelho Cabacci

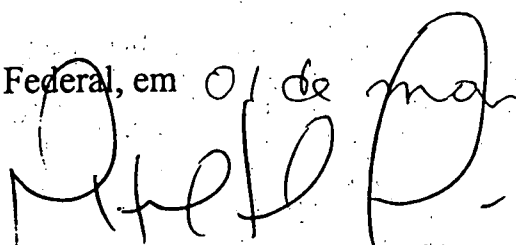
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 894, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003771/99-7,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, **LUIZ CARLOS MOURA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Luiz Pontes.

Senado Federal, em 01 de março de 1999


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

Publique-se em 01/03/99

José Paulo Botelho Cobucci

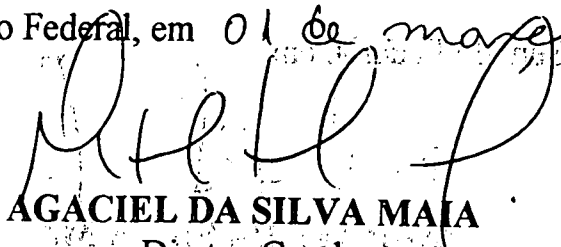
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPEB

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 895, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 003788/99-7,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SELMA MESSIAS PINTO RODRIGUES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Roberto Freire.

Senado Federal, em 01 de março de 1999


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19-4-95)

Presidente : Casildo Maldaner - PMDB - SC

Vice-Presidente: (Vago)

(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

Suplentes

PFL

1. (Vago)
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas (1)
4. (Vago)

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. (Vago)
4. (Vago)

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. (Vago)
2. Gerson Camata
3. (Vago)
4. (Vago)

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (Vago)

1. Jefferson Peres
2. (Vago)

PPB (Ex- PPR + Ex-PP)

1. (Vago)
2. Osmar Dias

1. (Vago)

PTB

1. Emilia Fernandes

1. Arlindo Porto

PP

1. Osmar Dias

1. Antônio Carlos Valadares

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. (Vago)

1. Sebastião Rocha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

(Atualizado em 26.2.99)

(1) Posse como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social

**SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)
CRISTINA JUDITE VICINO (Ramal 4251)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS (Ramal 3623)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 4526)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: CAE - DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)

CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
- PAULO ANTONIO FIGUEIREDO AZEVEDO (Ramal 3498)

CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)

CAS - JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ (Ramal: 4608)
- ELISABETH GIL BARBOSA VIANNA (Ramal: 3515)

CCJ - VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)
- VALDELICE DE ALMEIDA PEREIRA (Ramal 3972)

CRE - MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
- MARCOS ANTONIO MORAES PINTO (Ramal 3529)

CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
- AIRTON DANTAS DE SOUSA (Ramal 3519)

COMISSÕES PERMANENTES

(ARTº 72 - RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: FERNANDO BEZERRA

VICE-PRESIDENTE: BELLO PARGA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES

SUPLENTE

PMDB

FERNANDO BEZERRA	RN - 2461/2467	1- GERSON CAMATA	ES - 3203/3204
JOSÉ FOGAÇA	RS - 1207/1607	2- PEDRO SIMON	RS - 3230/3232
JOSÉ ALENCAR	MG - 4018/4621	3- ROBERTO REQUIÃO	PR - 2401/2407
LUIZ ESTEVÃO	DF - 4064/4065	4- ALBERTO SILVA	PI - 3055/3057
MAGUITO VILELA	GO - 3149/3150	5- MARLUCE PINTO	RR - 1301/4062
GILBERTO MESTRINHO	AM - 3104/3106	6- MAURO MIRANDA	GO - 2091/2097
RAMEZ TEBET	MS - 2221/2227	7- WELLINGTON ROBERTO	PB - 3194/3195
NEY SUASSUNA	PB - 4345/4346	8- AMIR LANDO	RO - 3130/3132
CARLOS BEZERRA	MT - 2291/2297	9- JOÃO ALBERTO SOUZA	MA - 4073/4074

PFL

JORGE BORNHAUSEN	SC - 4200/4206	1- JOSÉ AGRIPINO	RN - 2361/2367
FRANCELINO PEREIRA	MG - 2411/2417	2- JOSÉ JORGE	PE - 3245/3246
EDISON LOBÃO	MA - 2311/2317	3- ROMEU TUMA	SP - 2051/2057
BELLO PARGA	MA - 3069/3072	4- BERNARDO CABRAL	AM - 2081/2087
JONAS PINHEIRO	MT - 2271/2272	5- EDUARDO SIQUEIRA	TO - 4070/4072
		CAMPOS	
FREITAS NETO	PI - 2131/2137	6- GERALDO ALTHOFF	SC - 2041/2047
PAULO SOUTO	BA - 3173/3175	7- MOZARILDO CAVALCANTI	RR - 1160/1163

PSDB

JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF - 2011/17	1- PAULO HARTUNG	ES - 1129/7020
PEDRO PIVA	SP - 2351/2355	2- ÁLVARO DIAS	PR - 3206/3207
SÉRGIO MACHADO	CE - 2281/2287	3- LUIZ PONTES	CE - 3242/3243
OSMAR DIAS	PR - 2121/2125	4- ROMERO JUCA	RR - 2111/2117
ANTERO PAES DE BARROS	MT - 1248/1348	5- VAGO	

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

EDUARDO SUPLICY - PT	SP - 3213/3215	1- ANTONIO CARLOS	SE - 2201/2207
		VALADARES - PSB	
LAURO CAMPOS - PT	DF - 2341/2347	2- SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP - 2241/2247
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE - 2391/2397	3- ROBERTO FREIRE	PE - 2161/2164
ROBERTO SATURNINO	RJ - 4229/4230	4- MARINA SILVA	AC - 2181/2187
JEFFERSON PERES	AM - 2061/2067	5- HELOISA HELENA	AL - 3197/3199

PPB

LUIZ OTÁVIO	PA - 3050/4393	1- ERNANDES AMORIM	RO - 2255/2257
-------------	----------------	--------------------	----------------

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SALA Nº 19-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

FAX: 311-4344

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 3ªs feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 23/02/99.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

(29 TITULARES E 29 SUPLENTEs)

TITULARES

SUPLENTEs

PFL

PMDB

PSDB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

GERALDO CÂNDIDO
MARINA SILVA - PT
EMILIA FERNANDES
HELOISA HELENA
TIÃO VIANA

RJ-2171/72
AC-2181/87
RS

1-SEBASTIÃO ROCHA
2-LAURO CAMPOS - PT
3- ROBERTO FREIRE
JOSÉ EDUARDO DUTRA
4- JEFFERSON PERES

DF-2341/47

PPB

PTB

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4608/3515

SALA Nº 09-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359

FAX: 311-3652

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
Horário regimental: 4ªs feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 23/02/99

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

PMDB

PSDB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE-2201/04	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67	2-MARINA SILVA - PT	AC- 2181/87
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97	3-HELOISA HELENA	
JEFFERSON PERES		4- EDUARDO SUPPLY	

PPB

PTB

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS
SECRETÁRIO: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311-4315

Atualizada em: 23/02/99

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

PMDB

PSDB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

**SEBASTIÃO ROCHA
HELOISA HELENA**

**EMILIA FERNANDES - PDT
ROBERTO SATURNINO
MARINA SILVA**

RS-2331/37

**1- GERALDO CÂNDIDO
2- ANTONIO CARLOS
VALADARES
3- LAURO CAMPOS
4- TIÃO VIANA
JEFFERSON PERES**

PPB

PTB

**REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604**

**SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
FAX: 311-3121**

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
Horário regimental: 5ªs feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 23/02/99

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

PMDB

PSDB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

**LAURO CAMPOS
SEBASTIÃO ROCHA
TIÃO VIANA**

**1-EDUARDO SUPPLY - PT
2- ROBERTO SATURNINO
3- EMILIA FERNANDES**

SP-3215/16

PPB

PTB

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SECRETÁRIO: MARCOS SANTOS PARENTE FILHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367

FAX: 311-3546

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 5ªs feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 23/02/99

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE FRA-ESTRUTURA - CI

PRÉSIDENTE:

VICE-PRÉSIDENTE:

(23 TITULARES E 2º SUPLENTE)

TITULARES

SUPLENTE

PFL

PMDB

PSDB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

ANTONIO C. VALADARES

SE-2201/07

1-EMÍLIA FERNANDES

RS-2331/37

EDUARDO SUPLICY

SP

2- TIÃO VIANA

GERALDO CÂNDIDO

3- JOSÉ EDUARDO DUTRA

ROBERTO FREIRE

4- ROBERTO SATURNINO

PPB

PTB

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*) : SALA Nº 13-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3292 (FAX)

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/4607

FAX: 311-3286

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 3ª feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 23/02/99

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

(Resolução nº 46, de 1993)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

(17 TITULARES E 09 SUPLENTEs)

TITULARES

SUPLENTEs

PFL

PMDB

PSDB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

EDUARDO SUPPLY - PT

SP-3215/16

1-GERALDO CÂNDIDO

RJ-2171/72

JOSÉ EDUARDO DUTRA

2- ROBERTO SATURNINO

JEFFERSON PERES

PPB

PTB

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 17:00 HS (*) SALA Nº 06-ALA SEN. NILO COELHO

SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 FAX: 311-1060

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Atualizada em: 23/02/99

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

Presidente de honra: Senador José Sarney

PRESIDENTE: SENADOR LÚDIO COELHO
VICE-PRESIDENTE: DEPUTADO JÚLIO REDECKER
SECRETÁRIO-GERAL: DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO: DEPUTADO GERMANO RIGOTTO
(16 TITULARES E 16 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
SENADORES	
PMDB	
JOSÉ FOGAÇA	1 - PEDRO SIMON
CASILDO MALDANER	2 - ROBERTO REQUIÃO
PFL	
DJALMA BESSA	1 - VAGO
	2 - VAGO
PSDB	
LÚDIO COELHO	
PPB	
VAGO	
PTB	
JOSÉ EDUARDO	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PSB,PDT,PPS)	
GERALDO CÂNDIDO	1 - EMÍLIA FERNANDES

TITULARES	SUPLENTES
DEPUTADOS	
PFL/PTB	
JOSÉ CARLOS ALELUIA	BENITO GAMA
PMDB	
EDISON ANDRINO	CONFÚCIO MOURA
GERMANO RIGOTTO	ROBSON TUMA
PSDB	
FRANCO MONTORO	NELSON MARCHEZAN
CELSO RUSSOMANO	RENATO JONHSSON
PPB	
JÚLIO REDECKER	
PT/PDT/PC do B	
	LUIZ MAINARDI
SECRETARIA DA COMISSÃO:	

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 3187436 3187186 318-8232 318-7433
FAX: (55) (061) 3182154
SECRETÁRIA: LOURDES MELO NUNES DE CARVALHO

Atualizada em 1º/03/99.

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386-2 PAB SEEP**, conta nº 920001-2. Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (061) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminado:

- 02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
- 02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
- 02000202902003-X – Venda de Editais
- 02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
- 02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
- 02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
- 02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3812 e (061) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 200 PÁGINAS